

I Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações

ANAIIS



Organizadores

Ana Cláudia Machado Teixeira (UFF)
Ana Beatriz Arena (UERJ-FFP)
Ivo da Costa do Rosário (UFF)
Milena Torres de Aguiar (UERJ-FFP)
Monclar Guimarães Lopes (UFF)

UFF
2017

Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações

Ana Beatriz Arena
Ana Cláudia Machado Teixeira
Ivo da Costa do Rosário
Milena Torres de Aguiar
Monclar Guimarães Lopes

- Organizadores -

1ª edição
Niterói – RJ
Letras da UFF
2017



Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras
Niterói - RJ

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema Edoc Brasil

Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações / organização Ana Cláudia Machado Texeira; Ana Beatriz Arena; Ivo da Costa do Rosário; Milena Torres de Aguiar; Monclar Guimarães Lopes. - 1. Ed. - Niterói: Letras da UFF, 2017 - v. 1, n.1.

237 p.
Inclui sumário

ISBN 978-85-65355-193

1. Linguística. 2. Linguagem e línguas. 3. Descrição e Análise Linguística. 4. Conectivos. 5. Conexão de Orações.

SUMÁRIO

Conectivos e conexão de orações em perspectiva: múltiplos olhares	005
Análise funcional das construções substitutivas no português do Brasil.	013
Aspectos polissêmicos do conectivo MAS em textos de discentes da 3ª. série do ensino médio	023
A ordem de cláusulas hipotáticas adverbiais temporais no espanhol mexicano oral e suas motivações discursivas, semânticas e sociais	039
Operadores argumentativos na escola: propostas de análise linguística para o desenvolvimento da leitura crítica	062
A articulação de orações por meio de mecanismos de contraexpectativa em crônicas de Rubem Braga	073
As conjunções alternativas na conexão frásica e interfrásica: visão discursiva	092
Conceito e descrição dos conectivos nas gramáticas brasileiras do século XIX	104
As conjunções POIS e PORQUE sob uma abordagem semântico-argumentativa	121
Construções correlatas aditivas no século XVIII – um estudo funcional centrado no uso	149
Os modalizadores discursivos nos gêneros acadêmicos: índices de orientação argumentativa	159
Articulação sintática e informacional das cláusulas relativas na fala espontânea do português do Brasil	180
Uma abordagem semiolinguística do comportamento do conectivo “e” na construção da argumentação	201
Desgarramento – um novo olhar	217

Conectivos e conexão de orações em perspectiva: múltiplos olhares

Ana Beatriz Arena (UERJ-FFP)
Ana Cláudia Machado Teixeira (UFF)
Ivo da Costa do Rosário (UFF)
Milena Torres de Aguiar (UERJ-FFP)
Monclar Guimarães Lopes (UFF)

Com grande satisfação, apresentamos aos estudiosos do campo da linguagem a primeira edição dos Anais do CCO. Trata-se de uma coletânea de diversos trabalhos apresentados ao longo do *I Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações*, realizado nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2016, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, em Niterói – RJ.

Os Anais do CCO, nesta primeira edição, contam com treze trabalhos, redigidos por pesquisadores de diversas regiões do Brasil. Os textos aqui reunidos têm em comum a temática da conexão de orações e/ou o uso de conectivos a partir do olhar de, pelo menos, três perspectivas teóricas: a textual-discursiva, a funcionalista e a histórico-gramatical, que foram as grandes áreas privilegiadas nas discussões e atividades acadêmicas do I Seminário do CCO.

Análise funcional das construções substitutivas no português brasileiro, de Daniele Cristina Campos (CEDERJ/UFF), investiga o emprego de estruturas sintáticas ainda não descritas nas gramáticas vigentes: as construções substitutivas, compostas por um par correlativo formado por prótase (elemento negativo) e apódose (conector adversativo, seguido ou não de partícula de reforço). Paralelamente, com base no trabalho de Oiticica (1945; 1952), bem como em trabalhos de perspectiva funcionalista - Castilho (2014), Duarte (2013), Rodrigues (2013) e Rosário (2012; 2015) -, a autora problematiza a descrição gramatical canônica quanto ao processo de relação de orações, uma vez que a correlação em estudo não se enquadra nos critérios formais adotados para a coordenação e a subordinação.

Com base em 100 ocorrências extraídas do gênero notícia, do sítio *Folha de São Paulo*, a autora chega a nove diferentes padrões sintáticos que instanciam as construções substitutivas, a saber: *não -x, mas sim -y*; *não -x, e sim -y*; *não -x, mas -y*; *nunca -x, mas sim -y*; *jamais -x, mas sim -y*; *nenhum -x, mas sim -y*; *ninguém -x, e sim -y*; *nada -x, e sim -y*; *nenhuma -x, tampouco -y, mas sim -z*. Campos ressalta ainda a alta convencionalidade dessas construções, que, além de se apresentarem em gêneros

escritos bastante monitorados, representam uma importante estratégia argumentativa disponível ao falante no português brasileiro.

No artigo *Aspectos Polissêmicos do Conectivo mas em textos de discentes da 3ª série do ensino Médio*, Antonio Vianez da Costa investiga o uso do conectivo *mas* nas construções escritas por estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – *Campus* Manaus Zona Leste, levando em conta o aspecto polissêmico que esse articulador apresenta.

A partir da perspectiva do Funcionalismo Linguístico e da Semântica Argumentativa, o autor analisa a pluralidade de sentidos do conector *mas*, considerando o princípio da contraposição e semântico-argumentativo MasPA e masSN. O objetivo é verificar qual o uso escolhido preponderantemente e quais as motivações linguísticas que promovem tal escolha. O resultado apontou que o conectivo multifacetado *mas*, além de oferecer inúmeras possibilidades de sentidos aos usuários da língua, permite que esses usuários optem por determinada forma, contribuindo com a argumentatividade do seu discurso enquanto promove a continuidade e progressão da organização textual/discursiva.

A ordem de cláusulas hipotáticas adverbiais temporais no espanhol mexicano oral e suas motivações discursivas, semânticas e sociais, de Sávio André de Souza Cavalcante (UFC), analisa as motivações para a ordem variável (anteposição, intercalação e posposição) das orações temporais em relação às nucleares. Na investigação, foram consideradas as variáveis *relações lógico-semânticas, funções textual-discursivas, idade e escolaridade do falante*.

O estudo apoia-se na sociolinguística variacionista (Labov) e no funcionalismo linguístico (HAIMAN; THOMPSON; HALLIDAY; MATTHIESSEN; DECAT; GIVÓN), tendo como base 595 ocorrências do *Corpus Sociolinguístico de la Ciudad de México*. Considerando-se diferentes variáveis, os resultados apontam que, quanto à frequência de uso, há preferência pela anteposição, seguida pela posposição, ficando a intercalação em último lugar. Quanto às motivações, a anteposição introduz informações relevantes para guiar o ouvinte no evento descrito pela nuclear, a posposição emoldura eventos ou expressa avaliações referentes à nuclear e a intercalação realça o elemento com função de tópico na cláusula.

Operadores argumentativos na escola: propostas de análise linguística para o desenvolvimento da leitura crítica, de Pedro Lucas Castro (UFJF), tem como objetivo refletir sobre as estratégias didáticas para o ensino dos operadores argumentativos nos

livros didáticos contemporâneos de língua portuguesa no Brasil. Segundo o autor, membro do Grupo de Estudos sobre Reflexão e Análise Linguística na Escola (GERAL-E), é necessário um trabalho didático que vise ao tratamento discursivo dos processos de conexão sintática com o intuito de contribuir para a diminuição dos índices de analfabetismo funcional constatados entre os brasileiros por exames nacionais e internacionais.

Com base na análise crítica do discurso (DIJK, 2008), Castro toma como *corpora* três livros didáticos de grande circulação no território nacional: *Português Linguagens*, de Cereja e Magalhães (2010); *Novas Palavras*, de Amaral, Ferreira, Leite e Antônio (2013); *Português - Contexto, Interlocução e Sentido*, de Abaurre, Abaurre e Pontara (2013).

Sob essa perspectiva, o domínio dos elementos linguísticos de conexão - como pronomes, modalizações, construções oracionais, advérbios, entre outros - auxilia o leitor a interagir de maneira crítica e ativa com os enunciados, na medida em que o orienta tanto a depreender os sentidos a partir de elementos presentes na estrutura linguística da manifestação verbal quanto a empregá-los em seu favor para a obtenção de seus objetivos comunicativos.

Como resultado dessa investigação, o autor observa que as três obras apresentam formas muito distintas de tratar o processo de conexão sintática de orações, sendo a primeira delas bastante restrita quanto à análise dessas estruturas linguísticas, que visa apenas ao reconhecimento do valor semântico das conjunções em períodos descontextualizados, quase sempre elaborados pelo autor da obra como forma de elucidar o conceito gramatical a ser trabalhado. Por fim, o trabalho suscita a necessidade de ampliar essa investigação para outros livros didáticos de português consumidos no país, como forma de aferir se tais materiais contemplam um trabalho discursivo das estruturas linguísticas, como preconizam as Bases Curriculares Nacionais e Parâmetros Curriculares Nacionais.

A articulação de orações por meio de mecanismos de contraexpectativa em crônicas de Rubem Braga, de Camila de Oliveira Groppo Lourenço Lima (UFF), analisa a articulação de orações adversativas e concessivas por meio de mecanismos de oposição que exprimem ideia de contraexpectativa. A autora verifica o emprego do conector *mas*, observando a diferença entre o *mas SN*, operador lógico, cujo valor semântico é o de retificação, e o *mas PA*, operador argumentativo, seu objeto de análise. Além disso, investiga o emprego do conector *embora*, a fim de diferenciar a

argumentação concessiva e a adversativa a partir da observação da utilização de estratégias de antecipação e de suspense, respectivamente.

O estudo é realizado à luz da Macrossintaxe Argumentativa de Ducrot e do estudo semiolinguístico das relações lógicas proposto por Charaudeau, a partir de um *corpus* composto por duas crônicas escritas por Rubem Braga. A análise revelou que os conectores em estudo, em especial o *mas*, foram utilizados não só na articulação de orações dentro de um mesmo período, mas também promovendo a articulação entre períodos e parágrafos distintos, indo além do que é prescrito pelas gramáticas tradicionais e pela maioria dos livros didáticos que circulam nas escolas brasileiras, segundo os quais a função dessa “conjunção” é conectar, dentro de um mesmo período, duas ou mais orações. Dessa forma, o trabalho pretende cooperar com o processo de ensino e aprendizagem, mostrando como as pesquisas acadêmicas podem contribuir para o ensino de língua materna na educação básica.

As conjunções alternativas na conexão frásica e interfrásica: visão discursiva, de Rosane Monnerat (UFF), analisa o mecanismo da disjunção, não focalizado devidamente pela Gramática Tradicional. Segundo a autora, as obras filiadas à GT restringem-se em grande medida ao rol das chamadas conjunções coordenativas, sem desdobramentos. Atrelada a outra proposta teórica, Monnerat desvela as relações sintático-semântico-discursivas dessas conjunções, indo além do plano sintático.

O estudo apoia-se teoricamente nos pressupostos da Macrossintaxe Argumentativa (Ducrot), no enfoque semiolinguístico das relações lógicas (Charaudeau) e na visão cognitiva de Eve Sweetser (1992), com base em um *corpus* de 300 peças publicitárias. A análise revelou que o mecanismo da disjunção tem largo emprego no discurso da publicidade, com ênfase nas ocorrências de viés semântico-discursivo-pragmático construídas nas mais diversas situações de comunicação.

Em *Conceito e Descrição dos Conectivos nas Gramáticas Brasileiras do Século XIX*, Ricardo Cavaliere descreve os conceitos de conectivos em gramáticas brasileiras do século XIX, fazendo comentários e tocando em aspectos relativos ao emprego do termo nas obras publicadas naquele século. Com o intuito oferecer aos pesquisadores uma visão sintética e objetiva do tema, o autor faz um convite a análises mais aprofundadas desses compêndios gramaticais como estratégia para o estudo contemporâneo dos conectivos em português.

Cavaliere nos alerta que se verifica uma clara noção do emprego do termo *conectivo* como hiperônimo de preposição, de conjunção e de pronome relativo

(conjuntivo), bem como, em uma certa medida, de advérbio, para designar um termo que cumpre uma das funções conectoras por ele destacadas, apesar de esse termo não ser propriamente um metatermo no âmbito das gramáticas pesquisadas pelo autor.

Conclui que os papéis desempenhados por esses elementos são os mesmos, em medidas distintas, dos arrolados nas gramáticas do século XX, pelo menos até a época da Geração NGB. Há uma única ressalva, a de um quinto papel, o de *instrumento de coesão textual*, mais atrelado aos estudos da enunciação e da teoria do texto nos últimos anos do século XX. Apesar de não ser contemplado nas gramáticas do século XIX, consta em pelo menos dois gramáticos oitocentistas, curiosamente pertencentes a períodos historiográficos distintos da gramaticografia do português no Brasil.

As conjunções pois e porque sob uma abordagem semântico-argumentativa, de Anderson Rodrigues Marins (UFF), considera que as relações de causa e explicação conferidas às orações por ambos os conectores argumentativos ainda merecem reflexão. Segundo o autor, a taxonomia proposta pela Gramática Tradicional para a classificação das conjunções é bastante limitada e não totalmente clara. Ancorado em outra perspectiva teórica, Marins leva em conta, para sua análise, outros fatores significativos, como a organização que as conjunções dão ao discurso e à estruturação do texto.

A investigação tem como aporte teórico os pressupostos da Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot, presente também nos estudos de Vogt, Guimarães, Koch, Neves e Azeredo. Com base em um *corpus* de língua escrita contemporânea, formado por textos dos gêneros jornalístico (jornal e revista) e “manual de instrução”, a análise demonstrou que as conjunções *pois* e *porque* agasalham características peculiares, quando em uso com valor explicativo ou causal, e que as nuances de significados entre ambas baseiam-se no comportamento diferenciado de certas orações introduzidas por esses conectores.

Construções correlatas aditivas no século XVIII: um estudo funcional centrado no uso, de Brenda da Silva Souza (UFF), tem como objetivo descrever o processo sintático e semântico subjacente à correlação aditiva. Apesar de as gramáticas tradicionais já apontarem a existência de um par correlativo *não só... mas também* como um dos padrões da expressão de adição, elas não descrevem essa construção gramatical como sendo um processo distinto da coordenação. Nesse sentido, é preciso observar que a prótase *não só* e a apódose *mas também* (e suas variantes) mantêm uma relação de interdependência (sintática e semântica), e não de independência, como defende a descrição gramatical canônica.

Com base nos preceitos da Linguística Funcional Centrada no Uso, sobretudo nos estudos de Rosário (2012; 2015) e Gervásio (2016), a autora analisa 108 ocorrências de construções correlatas aditivas de textos do século XVIII, extraídas de 20 diferentes livros disponíveis no sítio *brasiliانا.usp.br*, e chega a três diferentes padrões sintáticos instanciados pela construção: a) suboracional, em que a prótase e a apódose são preenchidos por sintagmas nominais; b) oracional, em que prótase e apódose são preenchidas por orações; c) supraoracionais, em que prótase e apódose são preenchidas por sequências que apresentam mais do que uma oração. A motivação pela investigação de construções do século XVIII se deve ao fato de sua pesquisa estar relacionada aos estudos de Rosário (2012; 2015), cujo objetivo é investigar a trajetória funcional da construção correlata aditiva do português arcaico (século XIII) aos dias atuais.

Os modalizadores discursivos nos gêneros acadêmicos: índices de orientação argumentativa, de Erivaldo Pereira do Nascimento (UFPB), analisa como os modalizadores discursivos se comportam em diferentes gêneros acadêmicos – ata administrativo-acadêmica, resumo, resenha, projeto de pesquisa de TCC e artigo científico – imprimindo marcas de argumentatividade e orientando os enunciados em que aparecem para determinadas conclusões.

O trabalho, de natureza quali-quantitativa e de caráter descritivo-interpretativista, fundamenta-se, principalmente, nos estudos sobre a Modalização Discursiva de Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1993), Koch (2012), Nascimento (2009, 2010) e Nascimento e Silva (2012), além dos estudos sobre os gêneros discursivos empreendidos por Bakhtin (2000[1979]), entre outros. A análise mapeou a presença de todos os tipos de modalizadores apresentados por Nascimento e Silva (2012): epistêmicos, deônticos, delimitadores e avaliativos, cujo emprego produz diversos efeitos de sentido – assimilação, distanciamento e avaliação – e direciona os enunciados em razão de certas conclusões. Segundo o autor, esses efeitos de sentido são indispensáveis para a própria manutenção do *status quo* do universo acadêmico, ao qual pertencem os gêneros investigados.

Articulação sintática e informacional das cláusulas relativas na fala espontânea do português do Brasil, de Crysna Bonjardim da Silva Carmo (UFMG), visa a estabelecer uma distinção semântico-cognitiva entre orações relativas restritivas e não restritivas. Com o intuito de atender a esse objetivo, a autora parte de dados da modalidade oral, em que inexistente o recurso da pontuação, traço formal empregado para diferenciar um tipo de oração do outro nos textos escritos.

Em concordância com as análises da Linguística Funcional Centrada no Uso (HOPPER e TRAUGOTT, 1993), Carmo refuta a ideia de que os dois tipos de relativas descritos nas gramáticas tradicionais participem efetivamente do mesmo processo de integração de orações, haja vista que apenas a restritiva se encaixa no conceito tradicional de relativização. Nesse sentido, busca evidenciar a diferença entre esses processos na oralidade, fazendo uso da *Theory of Language in Act* (CRESTI, 2000), bem como do conceito de Escopo Semântico (CHIERCHIA E MCCONNELL-GINER, 2000; BARKER, 2015; SZABOLCSI, 2000).

Além disso, propõe uma definição para a relativização clausal baseada na estrutura informacional da fala definida pelo comportamento prosódico, utilizando como *corpus* dados do C-ORAL-BRASIL (RASO; MELLO, 2012). Como resultado, a autora confirma que os dois processos canônicos de relativização pertencem a diferentes processos de relação clausal, sendo a relativa restritiva o único tipo de relativização na língua, e constata que o pronome relativo “que” é o único conector de relativização empregado na fala espontânea. Já a oração relativa não restritiva, segundo a autora, desempenha uma função distinta na gramática, constituindo um grupo de cláusulas informacionais, que se distinguem semanticamente da restritiva.

No texto *Uma abordagem semiolinguística do comportamento do conectivo “e” na construção da argumentação*, Anabel Medeiros Azeredo de Paula e Rafael Guimarães Nogueira investigam o comportamento sintático-semântico e discursivo do conectivo “e” em um artigo de opinião publicado na revista *Veja*. Os autores focam no quanto esse conectivo contribui para a construção da argumentação nos níveis linguístico e discursivo, examinando a atuação na estruturação do modo de organização argumentativo do discurso e, na sequência, buscam explicitar a possibilidade de múltiplas interpretações de um mesmo enunciado.

Em suas palavras finais, Azeredo e Nogueira destacam a necessidade de se estudar o sistema linguístico ao mesmo tempo em que se dá ênfase à análise dos elementos coesivos que subsidiam a força argumentativa dos textos. Esse estudo conjugado visa a perceber as nuances de sentido imbuídas de posturas de caráter ideológico.

Por fim, *Desgarramento: um novo olhar*, de Violeta Virginia Rodrigues e Aline Ponciano dos Santos Silvestre, revisita o conceito de *desgarramento*, proposto por Beatriz Decat. As autoras propõem uma recategorização do fenômeno, objetivando estabelecer uma diferença entre *desgarramento* inerentemente pragmático e

desgarramento cotextual, e buscam comprovar que há uma marca de ruptura que caracteriza as *desgarradas*, ainda não estudadas com relação a esse aspecto no PB.

O estudo apoia-se nos pressupostos teóricos do Funcionalismo Linguístico (Decat, Chafe) e nos da Fonologia Prosódica (Nespor e Vogel), tendo como base um *corpus* formado pelos resultados de diferentes trabalhos sobre o tema. A análise permitiu às autoras verificarem que há pausa entre a cláusula anterior e a desgarrada, sendo possível postular que a cláusula desgarrada, por si só, inicia um novo contorno melódico, diferenciando-se das não desgarradas.

Esperamos que esses textos possam proporcionar importantes reflexões aos leitores e que sirvam como convite ao estudo e à análise dos conectivos e dos diferentes processos de conexão de orações em língua portuguesa e em outras línguas.

Os editores

ANÁLISE FUNCIONAL DAS CONSTRUÇÕES SUBSTITUTIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB)

FUNCTIONAL ANALYSIS OF SUBSTITUTION CONSTRUCTION IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Daniele Cristina Campos (CEDERJ/UFF)

Resumo: O objetivo inicial desta pesquisa é examinar a relação sintático-semântica das construções substitutivas no português brasileiro (PB) instanciadas pelos seguintes padrões sintáticos: não –x, mas sim –y; não –x, e sim –y; não –x, mas –y; nunca –x, mas sim –y; jamais –x, mas sim –y. Desse modo, consideramos que o presente trabalho representa uma importante contribuição à descrição do PB, na medida em que analisa construções ainda não abordadas na literatura vigente. Vale ressaltar que, além de apresentarem elevada frequência de uso, as construções substitutivas têm sua convencionalidade atestada pelo amplo emprego em textos de modalidade escrita na variedade padrão do idioma. Ao analisar e descrever tais estruturas oracionais, identificamos que elas não se encaixam nas categorias de coordenação e subordinação, dois únicos processos de integração de orações descritos na teoria da gramática padrão, como podemos atestar em Bechara (2009), Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (2011). Sendo assim, partimos para a teoria da correlação de Oiticica (1945;1952) e de trabalhos em abordagem funcionalista que tratem da correlação – como Castilho (2014), Duarte (2013), Rosário (2012) e Rodrigues (2013), uma vez que as construções substitutivas não se caracterizam apenas pela presença de um único conector como elo entre duas orações, mas, principalmente, de um par correlativo que pode ser dividido em prótase (elemento negativo) e apódose (conector de valor adversativo, seguido ou não de partícula de reforço). Para a realização da análise das estruturas oracionais, objetos de investigação deste trabalho, tomamos como *corpus* 100 dados coletados do sítio *Folha de São Paulo*, do gênero notícia jornalística, na modalidade escrita padrão em norma culta do português brasileiro.

Palavras-chave: construções substitutivas, articulação de orações, correlação.

Abstract: The initial goal of this research is to examine the syntactic-semantic relationship of the substitutive constructions in Brazilian Portuguese (PB) instantiated by the following syntactic patterns: não –x, mas sim –y; não –x, e sim –y; não –x, mas –y; nunca –x, mas sim –y; jamais –x, mas sim –y. Thus, we consider that the present paper is an important contribution to the description of Brazilian Portuguese, as long as it analyses constructions which have not yet been approached in the current literature. It is worth noting that beyond the high frequency of use, the substitutive constructions have their conventionality attested by the ample use in written formal texts in the standard language variety. It is important to point that these sentence structures do not fit into the categories of coordination and subordination, the two clause integration processes described in our standard grammar, as we can see in Bechara (2009), Cunha e Cintra (1985) and Rocha Lima (2011). Thus, we worked with the theory of correlation from Oiticica (1945;1952) and with some other researches in the functionalist approach that deal with correlation processes – as Castilho (2014), Duarte (2013), Rosário (2012) and Rodrigues (2013). As we know, substitute constructions are not characterized only by the presence of a single connector as a link between two sentences, but, mainly of a correlative pair that can be divided in prosthesis (negative element) and apodosis (adversative connector, sometimes followed by a reinforcing particle). In order to collect data for our analysis, we made use of 100 texts collected from the site *Folha de São Paulo*, a Brazilian newspaper.

Keywords: Substitution constructions; Articulation of clauses; Correlation.

Introdução

Este trabalho busca examinar e descrever a relação sintático-semântica das construções substitutivas¹ no PB, por ora, ainda não examinada por estudiosos da língua portuguesa. Após a quantificação dos dados, devido ao alto grau de frequência de uso encontrado em textos jornalísticos escritos em norma culta, depreendemos estar diante de um fenômeno de estratégia argumentativa já consagrada, disponível ao falante, no português brasileiro.

A tradição gramatical, ao analisar e descrever a estrutura do período composto, há anos, trabalha com a ideia bipartida (coordenação e subordinação) de estruturação de períodos, seguindo estritamente as recomendações da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que se fixaram como normas para muitos professores e gramáticos. No entanto, apenas a coordenação e a subordinação não dão conta de explicitar toda complexidade das estruturas oracionais presente na língua portuguesa - como se fossem estruturas estanques altamente inteligíveis. Por haver, na língua, estruturas que se relacionam de forma independente, não podemos afirmar que toda forma de análise sintática das estruturas oracionais cabe em coordenação ou subordinação. É o caso, por exemplo, das estruturas correlativas, trazidas à análise pelo professor Oiticica (1945), na obra *Manual de Análise (Léxica e Semântica)*, ampliada posteriormente e transformada em *Teoria da Correlação* (1952).

Ao analisarmos e descrevermos os padrões sintáticos, trazidos à análise neste trabalho, verificamos que não se enquadravam nos padrões de estruturação do período composto normatizados pela tradição gramatical. Sendo assim, entendemos estar diante de um fenômeno ainda não descrito por estudiosos da língua, uma vez que as construções substitutivas não se caracterizam apenas pela presença de um único conector como elo entre duas orações, mas, principalmente, de um par correlativo que pode ser dividido em prótase (elemento negativo) e apódose (conector de valor adversativo, seguido ou não de partícula de reforço).

Pressupostos teórico-metodológicos

Em um primeiro momento, o presente trabalho resume-se a um levantamento bibliográfico acerca dos dois únicos processos de integração de orações – coordenação e subordinação – descritos pela tradição gramatical, como podemos atestar em Bechara

¹ Construções substitutivas instanciadas pelos seguintes padrões sintáticos: não –x, mas sim –y; não –x, e sim –y; não –x, mas –y; nunca –x, mas sim –y; jamais –x, mas sim –y.

(2009), Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (2011). O objetivo desse levantamento foi verificar se os padrões sintáticos, objeto de investigação deste trabalho, enquadravam-se nos critérios sintáticos descritos pelos autores citados acima. Ao analisarmos e descrevermos os padrões sintáticos dessas estruturas oracionais, identificamos que elas não se encaixavam nas categorias de coordenação e subordinação. Observamos que os padrões sintáticos das estruturas oracionais investigadas neste trabalho encaixam-se na estrutura das construções correlativas, pois o elo entre uma oração e outra não se estabelece pela presença de um único conector de valor adversativo, mas, principalmente, por um par correlativo que pode ser dividido em prótase (elemento negativo) e apódose (conector de valor adversativo, seguido ou não de partícula de reforço). Nesse sentido, propomo-nos, então, a rever a teoria da correlação de Oiticica (1945;1952) e a realizar um segundo levantamento bibliográfico de cunho funcionalista que trate da teoria da correlação, como Castilho (2014), Duarte (2013), Rosário (2012) e Rodrigues (2013).

Quanto ao tratamento do *corpus*, esta pesquisa propõe uma abordagem qualitativa e quantitativa, cujo objetivo é identificar os padrões sintáticos encontrados a partir das estruturas oracionais aqui descritas. Para isso, tomamos como *corpus* 100 dados coletados do sítio *Folha de São Paulo*, do gênero notícia jornalística, na modalidade escrita em norma culta do português brasileiro.

A estruturação do período composto à luz da tradição gramatical

Conforme se verifica nas gramáticas tradicionais - em Bechara (2009), Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (2011) -, apenas duas representações de estruturação do período composto são descritas por esses estudiosos da língua: Coordenação e Subordinação, como podemos atestar no quadro resumitivo abaixo.

	Coordenação	Subordinação
Bechara (2009, p. 462 - 476)	Composto por uma ou mais combinações de orações sintaticamente independentes de mesma camada gramatical, resultando na formação de grupos oracionais de enunciados.	Composto por unidades sintáticas que deixaram de compor uma estrutura gramatical sintaticamente independente, transpondo-se de uma camada superior a uma camada inferior, formando, assim, um complexo oracional ou orações complexas.

Cunha e Cintra (1985, p. 581 - 583)	Composto por orações sintaticamente independentes, não funcionando como termos de outra oração.	Compostos por orações sem autonomia gramatical, podendo funcionar como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração, denominada principal.
Rocha Lima (2011, p. 321 - 323)	Composto por sucessivas orações gramaticalmente independentes.	Processo composto por orações gramaticalmente dependentes.

Tabela 1: Quadro resumitivo das teorias referente à estruturação do período composto.

Assim, por meio do quadro resumitivo, podemos concluir que a tradição gramatical descreve a estruturação do período composto de forma dicotômica: coordenação e subordinação.

Ao analisar as descrições dos autores referentes à estrutura do período composto por coordenação, observa-se que há um consenso entre os autores, pois eles defendem a independência sintática como traço predominante na identificação das orações coordenadas. Os autores descrevem a estrutura da coordenação como se fossem orações combinadas binariamente, uma vez que a coordenação é composta por orações sintaticamente independentes, distribuídas linearmente lado a lado. Para os estudiosos, o fato de orações estarem sintaticamente dispostas uma ao lado da outra não representa nenhum tipo de relação sintática, pois cada oração apresenta seus próprios elementos (sujeito e predicado), recebendo assim a estrutura da coordenação o título de independência sintática. Em outras palavras, a coordenação, vista pela tradição, resume-se a um processo binário, tendo em vista a possibilidade de se combinar orações de mesma camada gramatical ou termos de mesmo nível a fim de se formar um conjunto de enunciados oracionais ou não oracionais. Não havendo, portanto, nenhuma relação sintática entre as orações e os termos combinados binariamente.

No que se refere à subordinação, os autores elegem o traço de dependência gramatical como fator predominante na identificação das orações subordinadas, tratando o fenômeno da subordinação como sendo orações sintaticamente dependentes, isto é, orações que eram independentes, mas que, por meio de um conector, foram transpostas a uma estrutura dependente, passando a funcionar como termo constituinte da oração a que está sintaticamente ligada. Não obstante, Rosário (2012, p. 8) e Duarte (2013, p. 206) nos advertem quanto ao tratamento dado à estruturação do período composto pela tradição gramatical. Segundo os autores, a tradição ainda alimenta a teoria de que há coordenação e subordinação apenas em períodos compostos, levando estudantes e até

mesmo estudiosos da língua a acreditarem que em períodos simples não há possibilidades de ocorrer coordenação e subordinação.

A estruturação do período composto à luz do funcionalismo: em foco a correlação

Oiticica (1952) nos recomenda que, ao classificar um período composto, devemos observar a estrutura e reconhecer os tipos reais deparáveis. Ou seja, é preciso reconhecer que termos ou expressões presentes na estrutura de uma oração que estabelecem uma relação de interdependência com outro termo ou expressões não podem ser simplesmente classificados como uma conjunção subordinativa ou coordenativa. É, para Oiticica, portanto, a correlação um tipo de estrutura distinta da coordenação e da subordinação.

Nas estruturas correlativas, há uma relação de interdependência, em que uma oração não subsiste sem a outra, por estar conectada a termos interligados, formando pares correlativos. Podemos, então, compreender a correlação como “uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma, dita prótase, prepara a enunciação de outra, dita apódose” (CAMARA Jr, 1981, p.87). Seguindo as recomendações de Oiticica, Rodrigues (2013, p. 233) elenca três características importantes que diferem a correlação da coordenação e da subordinação:

1º - a correlação apresenta conjunções que vêm aos pares, cada elemento do par em uma oração;²

2º - no período composto por correlação, as orações não podem ter sua ordem invertida, isto é, não apresentam a mobilidade posicional típica das subordinadas adverbiais;

3º - as correlatas não podem ser consideradas parte integrante de outra, como ocorre com as substantivas, as adverbiais e as adjetivas.

Em relação à segunda característica, postula-se que, assim como nas orações coordenadas, as correlatas também não apresentam mobilidade de inversão dos termos, sob o risco de serem tomadas agramaticais.

² Mateus *et al.* (2003, p. 563, *apud* ROSÁRIO, 2012, p. 36, grifos do autor) afirmam que “as conjunções podem ocorrer isoladamente, como *e, nem, ou, mas*. Podem, contudo, requerer a presença de um correlato no primeiro membro de coordenação. No primeiro caso as estruturas de coordenação mobilizam uma conjunção simples; no último caso, locuções conjuncionais que assumem a forma de uma expressão descontínua, as chamadas conjunções correlativas. São exemplos de conjunções correlativas expressões coordenativas como: *não só...como, não só...mas também, tanto...como, ou...ou, ora...ora, nem...nem, quer...quer.*”

No que concerne a terceira característica, Rosário (2012, p. 36) aponta que se trata de uma tese que não se sustenta, pois termos seguintes podem funcionar como constituinte da oração anterior, como, por exemplo, em: “[...] a pessoa do exemplo *não* contribuiria por mais 15 anos, *e sim* 17 anos e um mês.” (16/06/1995, grifo nosso). Como podemos perceber, o segundo termo (17 anos e um mês) da correlação é um constituinte que completa a predicação do verbo contribuir em substituição ao termo completivo anterior (15 anos).

Como observamos até aqui, a correlação se constitui basicamente por pares: prótase (elemento de negação seguido de focalização) e apódose (elemento de inclusão ou substituição, seguido ou não de elemento de reforço). São consideradas sintaticamente prototípicas de correlação as estruturas que apresentam estes dois elementos: prótase e apódose.

Oiticica (1952) apresenta em sua obra quatro tipos diferentes de correlação: aditiva, alternativa, consecutiva e comparativa, sendo as duas primeiras comumente tratadas pela tradição como um subtipo da coordenação e as duas últimas como um subtipo da subordinação. Tais classificações de cunho didático sugeridas pela tradição gramatical, por dar tratamento homogêneo a estruturas heterogêneas, causam confusões mentais de análise a alunos e a professores, visto que a correlação trata de um tipo peculiar de estrutura oracional, não contemplada na coordenação e na subordinação, dados os elementos distintos que a compõem.

As orações correlatas introduzidas por Oiticica podem ser encontradas em trabalhos mais modernos como na obra do professor Castilho (2014) e na do professor Rosário (2012), os quais ampliaram o quadro de análise das estruturas correlativas. Não obstante, este trabalho também busca ampliar o quadro das orações correlatas, trazendo à análise estruturas ainda não contempladas pelos compêndios, as quais cunhamos de correlatas substitutivas.

As construções substitutivas no PB

As estruturas correlatas substitutivas, analisadas neste trabalho, assim como as demais estruturas correlatas, apresentam prototipicamente prótase e apódose, sendo a enunciação da primeira oração a introdução de uma expectativa substitutiva. O elemento de negação presente na primeira parte da estrutura oracional, por ser uma negativa, induz uma contraproposta ao argumento negado, interligando-se pela partícula “sim”

que pode estar explícita ou não na estrutura seguinte. Vejamos alguns exemplos extraídos do *corpus*:

Padrões sintáticos em análise:	
não -x, mas sim -y	(1) O que acontece na prática é que um fabricante não pode entregar dois carros, motores ou pneus diferentes a duas equipes. A fábrica <i>não</i> trabalha exclusivamente para uma determinada escuderia, <i>mas sim</i> para seus clientes.
não -x, e sim -y	(2) (...) A Folha há muito tempo <i>não</i> pertence mais a São Paulo, <i>e sim</i> a todo Brasil, graças a sua independência e seu maior patrimônio que são seus recursos humanos.
não -x, mas -y	(3) Ele está há mais de um ano em sua casa de praia na Tunísia, alegando problemas de saúde para não voltar à Itália. " <i>Não</i> é uma corte, <i>mas</i> um grupo armado de tendências políticas e rancor <i>que</i> está fazendo o que foi decidido desde o início", disse Craxi em fax enviado da Tunísia sobre o tribunal que o condenou.
nunca -x, mas sim -y	(4) "Acabo de ler o caderno Brasil 95 que discute as questões relativas à educação e saúde. Somos campeões em analfabetismo funcional, uma vez que o 'ensino básico no Brasil <i>nunca</i> foi prioridade', <i>mas sim</i> instrumento de marginalização, arma eleitoreira e coisas piores, nas palavras lúcidas com que se abre o referido caderno." Geni Rosa Duarte (São Paulo, SP).
jamais -x, mas sim -y	(5) (...) me encaminhava no sentido de mostrar a fundamentação científica da linguagem, certos mistérios da linguagem. <i>Jamais</i> a gramatiquice me atraiu, <i>mas sim</i> a compreensão sociológica, psicológica, tanto estética quanto filosófica da linguagem. E eu conseguia transmitir isso aos alunos.

Tabela 2: Padrões sintáticos prototípicos de orações correlatas substitutivas em análise.

Até o momento, dos 100 dados coletados foram analisados 80 dados. Ao analisarmos tais dados, encontramos 12 ocorrências de estruturas ainda não descritas neste trabalho, instanciadas pelos seguintes padrões sintáticos: nenhum -x, mas sim -y; ninguém -x, e sim -y; nada -x, e sim -y; nenhuma -x, tampouco -y, mas sim -z. Vejamos alguns exemplares encontrados:

- (a) Em **nenhum** momento ele foi cogitado como alternativa ao SUS, **mas sim** como modelo operacional para sua mais perfeita implantação. Com o PAS, a

Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo não se isenta, mas sim se engaja no esforço nacional pelo SUS. (06/04/1995)

(b) (...) **Ninguém** mandou que os agentes circulassem armados de cassetetes e batessem nos internados, e **sim** que, como meio de defesa (própria, de outros funcionários, patrimônio público e de outros adolescentes, agredidos e até mortos por não desejarem participar das rebeliões), utilizassem cassetetes ou outro meio de defesa para fazer cessar a agressão injusta. (07/04/2009)

(c) **Nada** do vermelho de pitangas e sangue na areia de Copacabana, entre cajueiros, e **sim** o engalfinhamento de dois senhores robustos entre os pilotis do MAM. O museu não era ainda o lindo edifício construído pelo Reidy. Vivia por assim dizer entre as pernas do então Ministério da Educação, de Le Corbusier, Niemeyer, Lúcio e outros. (23/12/1995)

(d) Neste documentário, o diretor do filme, sr. Winfried Bonengel em **nenhuma** parte apresenta as arruaças e sangrentas investidas e manifestações neonazistas que foi, e está sendo palco, a Alemanha. **Tampouco** os incêndios criminosos dos asilos de estrangeiros, **mas sim**, como figura principal, um jovem líder neonazista, Ewald Althans. (15/11/1994)

Além dessas estruturas, foram encontradas também estruturas de padrões construcionais “inversas” ao que se constitui objeto de investigação deste trabalho. Vejamos:

(e) O PAS é uma das alternativas, e não a alternativa exclusiva, que a Prefeitura de SP está encontrando para garantir os princípios do SUS de universalidade e integralidade da atenção à saúde (06/04/1995, grifo nosso).

Vale ressaltar que o professor Rosário (2012, p.114), na análise de seu *corpus*, também encontrou esse mesmo tipo de estrutura – cujos padrões considerou “inversas” às chamadas correlatas substitutivas. Vejamos o exemplo apresentado pelo autor:

(f) Para ele ser tratado como cidadão, com direitos e deveres, tem que haver a presença do Estado regulando o mercado, e não o mercado ditando as regras para o Estado (09/09/2009, grifo do autor).

Considerações Finais³

Como esta pesquisa encontra-se em fase inicial, não faremos aqui comentários aos padrões sintáticos encontrados. Cabe-nos, nesta fase, apenas analisar e descrever os padrões sintáticos das estruturas correlatas substitutivas encontradas no *corpus* selecionado. Como podemos ver até aqui, percebemos que estamos diante de um fenômeno ainda não descrito nos compêndios, nem nos tradicionais nem nos mais modernos. Trata-se, portanto, de estruturas ainda não exploradas, o que nos leva a ter cautela na análise e a saber em qual tipo ou subtipo incluí-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUARTE, M. E. Coordenação e Subordinação. In: VIEIRA, S. R. et al. (orgs). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 205-223.
- OITICICA, J. *Manual de Análise Léxica e Sintática*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1945.
- _____. *Teoria da Correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.
- ROCHA, L. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- RODRIGUES, V. V. (Org.). *Gramaticalização, combinação de cláusulas, conectores*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

³ Gostaria de tecer meus agradecimentos ao Prof. Dr. Monclar Lopes Guimarães pelas suas orientações que muito têm me engrandecido. Ao grupo de pesquisa Conectivos e Conexão de Orações cujas discussões tornaram-se peça fundamental para a elaboração deste trabalho, além de contribuírem grandemente para o meu crescimento acadêmico.

_____. Correlação. In: VIEIRA, S. R. et al. (orgs). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 225-235.

ROSÁRIO, I. do. *Construções Correlatas Aditivas em Perspectiva Funcional*. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em Letras Estudos de Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

ASPECTOS POLISSÊMICOS DO CONECTIVO *MAS* EM TEXTOS DE DISCENTES DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

POLYSEMIC ASPECTS OF THE CONNECTIVE BUT IN TEXTS OF STUDENTS OF THE 3rd SERIES OF HIGH SCHOOL

Antonio Vianez da Costa (IFAM)

Resumo: Neste trabalho, investiga-se o uso do conectivo *mas* nas construções escritas por estudantes da 3ª série do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – Campus Manaus Zona Leste, considerando o aspecto polissêmico que esse articulador apresenta. Nessa instituição, há cursos técnicos profissionalizantes, o que corrobora com a heterogeneidade linguística. Assim, objetiva-se verificar a pluralidade de sentidos de *mas*, a partir do princípio da contraposição e semântico-argumentativo *MasPA* e *masSN*. A pesquisa abriga-se na abordagem funcionalista e semântica argumentativa. Quanto à metodologia, a pesquisa é qualitativa, de natureza documental, com a modalidade análise de conteúdo. A escolha do *corpus* resultou da construção de trinta textos dissertativo-argumentativos de estudantes da 3ª série da instituição acima mencionada. Desses trinta textos construídos, foram selecionados dez, cujo resultado apontou a maior ocorrência nas construções na *contraposição por negação de inferência* e nas do *masPA*.

Palavras-chave: Mas. Contraposição. MasPA. MasSN.

Abstract: In this paper, we investigate the use of the connective *but* in the constructions written by students of 3rd grade of High School of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas - IFAM - Campus Manaus Zona Leste, considering the polysemic aspect that this articulator presents. In this institution, there are professional technical courses, which corroborates with the linguistic heterogeneity. Thus, it is aimed to verify the plurality of meanings of *but*, from the principle of contraposition and semantic-argumentative ButPA and ButSN. The research is based on the functionalist and argumentative semantic approach. As for the methodology, the research is qualitative, of documentary nature, with the content analysis modality. The choice of the corpus resulted from the construction of thirty essay-argumentative texts of students of the third grade of the aforementioned institution. These thirty constructed texts, ten were selected, whose result pointed to the highest occurrence in the constructions in the contraposition by negation of inference and in the ButPA.

Keywords: But. Contraposition. ButPA. ButSN

Introdução

A conexão entre orações, períodos e parágrafos tem sido, para muitos estudiosos, motivo de incansáveis pesquisas, principalmente quando o intuito é o de trazer à tona a pluralidade de sentidos expressa pela relação dos conectores com o meio textual em que se encontram. É nesse universo de conexão que figura o conectivo *mas*, quer para unir informações a partir do princípio da contraposição, com suas gradativas nuances, quer para mostrar o direcionamento semântico-argumentativo no texto/discurso.

A iniciativa de trabalhar com esse articulador e tipo textual vincula-se, prioritariamente, à sua diversidade de sentido presente nos textos dos discentes da 3ª série do Ensino Médio do IFAM – CMZL. É possível verificar que o uso dos vários matizes de sentido expressos pelo *mas* não são satisfatoriamente esclarecidos, se

tomarmos, como base teórica, apenas a gramática normativa. Em relação à variedade de sentidos, Fiorin & Savioli (1996) asseveram que esse conectivo não só liga as partes do texto, como também indica uma relação semântica de oposição, entre outras, que expressa uma dada função argumentativa no texto. Ao escrever, urge que se use o conectivo adequado ao que se pretende exprimir, visando à elaboração da argumentação.

A partir da confluência de teorias linguísticas diversas, como, por exemplo, Funcionalismo, Semântica Argumentativa, mesmo considerando as especificidades de cada uma, é possível refletir, com mais segurança, o funcionamento de *mas* numa perspectiva mais dinâmica, de modo a “sistematizar”, quando possível, as possibilidades fluidas que esse sinalizador textual apresenta. Nesse aspecto, esta pesquisa está inserida na abordagem funcionalista (valores semânticos de *mas* propostos por Neves) e da Semântica Argumentativa que, por meio de olhares diversificados, servem de sustentação para o funcionamento plurissignificativo desse marcador textual, amplamente utilizado.

Nesta investigação, os dados analisados resultam de dez textos dissertativo-argumentativos produzidos por discentes da 3ª série do Ensino Médio – IFAM, os quais constituem o *corpus* desta pesquisa. Com a análise dessas construções, objetiva-se verificar a pluralidade de sentidos de *mas*, a partir do princípio da contraposição e semântico-argumentativo *MasPA* e *masSN*. Dessa forma, é possível identificar o uso desse conectivo em algumas de suas diversas faces, considerando a relação entre a prática da escrita e o construto teórico que a sustenta numa construção e reconstrução de sentidos.

1 Pressupostos teórico-metodológicos

A discussão em torno da polissemia tem levado estudiosos de diversos campos do conhecimento a constantes reflexões. Para Câmara Júnior, a polissemia compreende a “propriedade da significação linguística de abarcar toda uma gama de significações, que se definem e precisam dentro de um contexto” (1985, p. 194). Na visão de Perini, “a polissemia confere às línguas humanas a flexibilidade de que elas precisam para exprimirem todos os inúmeros aspectos da realidade” (1996, p. 252).

Neste artigo, a natureza polissêmica do conectivo *mas* será tratada a partir do aporte teórico funcionalista (Neves – valores semânticos de *mas*) e da Semântica

Argumentativa. Para muitos funcionalistas, como Votre e Naro (1989), a função comunicativa da língua desempenha predomínio sobre sua forma, ou, de modo mais extremo, a forma da língua “deriva” do uso que dela se faz.

É com essa ideia de uso da linguagem que os estudos funcionalistas apoiam-se no fato de que a estrutura linguística não pode ser representada de forma adequada sem a consideração do evento comunicativo, isto é, a construção do sentido dá-se por meio da relação forma e uso. Notadamente, uma das maiores cooperações dos modelos funcionalistas é a integração da sintaxe, da semântica e da pragmática na teoria gramatical.

Em relação ao termo função, muitos são os sentidos que ele expressa. Entretanto, para que se mantenha a objetividade, as palavras de Martelotta e Areas são satisfatórias, ao afirmarem que é

um termo polissêmico e não uma coleção de homônimos. Todos os sentidos do termo de certa forma se relacionam, por um lado, à dependência de um elemento estrutural com elementos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não estrutural) e, por outro lado, ao papel desempenhado por um elemento estrutural no processo comunicativo, ou seja, a função comunicativa do elemento (2003, p. 18)

Ao tratar da constituição semântica do conectivo *mas*, Neves (2011) declara que o funcionamento desse operador textual, como sinal de desigualdade, indica a organização da informação e estruturação argumentativa. Nesse sentido, a autora apresenta a ideia de contraposição, em que a oração introduzida pelo *mas* não suprime o elemento anterior, pelo contrário, aceita-o quer explícita quer implicitamente, mas se contrapõe a ele.

Entre os diversos valores semânticos propostos por Neves (2011), esta pesquisa tomará como base a *negação de inferência, mesma direção e direção independente*. Nesses processos de contraposição, evidenciam-se as nuances que o articulador *mas* apresenta, juntamente com o meio textual em que se insere.

No tocante à *negação de inferência*, no primeiro segmento encontra-se a asserção, com a aceitação de um fato; no segundo segmento, expõe-se a não admissão da inferência do que foi afirmado. A insuficiência da asseveração para conceder a inferência também pode passar pela lexicalização (*apesar disso, ainda assim*). Eis os exemplos:

(1) *Preocupava-se também pelo sobrinho com quem não se afinava muito **mas apesar disso**, não podia deixar de estimar.* (PCO)

(2) *Já se assinara a proibição do tráfico de escravos, **mas ainda assim**, a negra mercadoria chegava à Marambaia em barcos de todos os feitios e tamanhos.* (VID)

No que concerne à *contraposição na mesma direção*, entende-se que o segundo argumento é superior, ou, pelo menos, não é inferior ao primeiro, de modo que a valorização caracteriza-se como comparativa ou superlativa. Segue o exemplo:

(3) *O sertão, para ele, não é uma coisa, **mas principalmente** uma ideia e um sentimento.* (FI)

Quanto à *contraposição em direção independente*, verifica-se que no segundo componente coordenado, declara-se um argumento ainda não considerado. Dessa forma, o argumento antecedente, mesmo aceito (= *ainda assim*), apresenta menos relevância do que aquele que se encontra adicionado, como aponta o exemplo:

(4) *Gostaria de ver o Zico na Gávea até a morte, **mas reconheço** que ele tem direito a este último contrato milionário.* (PLA)

Ainda nessa categoria de contraposição, Antunes (2005) assevera que nessa relação há um conteúdo que se opõe a algo explícito ou implícito no enunciado anterior. De acordo com a autora, em textos de natureza predominantemente argumentativa, é mais frequente a presença do conectivo *mas*. Nas palavras de Koch (2016) e Fávero (2002), esse operador discursivo é considerado contrajunção. Para elas, é por meio desse fenômeno que se contrapõem enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido por esse articulador discursivo.

No âmbito da Semântica Argumentativa, segundo a proposta de Vogt e Ducrot (1989, p. 104), uma das dificuldades quanto ao uso do operador *mas*, encontra-se em sua dupla função, a saber: uma das funções encontra abrigo na expressão *sino*

(espanhol) e *sondern* (alemão), simbolizada por *SN*; a outra se ampara no *pero* (espanhol) e *aber* (alemão) designada por *PA*.

Quanto ao *masSN*, uma de suas funções é a de retificar, ou seja, no segmento inicial é colocada uma proposição negativa (*não-p*), e no segmento iniciado por *mas* insere-se uma proposição (*p*) que substitui a proposição negada. Dessa forma, cria-se, na argumentação, uma ideia de contraste.

(5) *Ele não é inteligente, masSN apenas esperto.*

Ao observar o exemplo (5), percebe-se que o *masSN* atua como retificador da oração que o antecede. A negação explícita (*não*) deve ser entendida a partir do ponto de vista argumentativo, fato que contribuirá com a relativização do aspecto negativo presente no primeiro período.

Referente a esse jogo de contrário, Guimarães postula que

o que vem introduzido pelo *masSN* é apresentado como o que o locutor apresenta como comentário, no interior do que ele próprio diz, que se opõe pelo *tema* ao que se teria dito, ou se disse, na enunciação de um interlocutor suposto ou real. Diríamos, então, que este *masSN*, marca o lugar do comentário do dizer do locutor (2007, p. 85).

Em contrapartida, Anscombe e Ducrot (1977, p. 23-40) afirmam que o *masPA*, ao contrário do *masSN*, não exige, de forma categórica, que a proposição anterior seja negativa. No enunciado inicial, introduz-se uma proposição (*p*) que conduz a uma certa conclusão (*r*); já no segmento iniciado por *mas*, insere-se uma proposição (*q*) que leva a uma conclusão diferente (*não-r*), oposta à da primeira proposição. Conforme os autores, o *masPA* é argumentativo em sentido estrito, o que não ocorre com o *masSN*, como aponta o exemplo:

(6) *Ele é inteligente, masPA estuda pouco.*

Consoante Vogt e Ducrot (1989), Costa e Foltran (2013), Koch e Elias (2016), na proposição *Ele é inteligente* há uma orientação que conduz o interlocutor a uma conclusão de que ele seja estudioso, porém o *masPA* apresenta outra proposição *estuda*

pouco, a qual se opõe à conclusão anterior e, geralmente, faz com que outra perspectiva acerca do sujeito *ele* seja criada.

No aspecto metodológico, esta pesquisa é de cunho *qualitativo* que, para Gerhardt e Silveira (2009), volta-se a aspectos da realidade que estão centrados na dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), atua no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não podem ser circunscritos à execução de variáveis.

Em referência à natureza, a pesquisa é *documental*, que, nas palavras de Fonseca (2002), recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico. Gauthier (1984) esclarece que se trata de um método de coleta de dados que suprime, embora parcialmente, a possibilidade da intervenção do pesquisador.

Com esse sentido, Godoy (1995) e (ABNT – NBR 6023, 2002) afirmam que os “documentos” incorporam os materiais escritos, como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas, cartas, memorandos, relatórios etc.; os elementos iconográficos, como sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes etc.

Em relação à modalidade, tem-se a *análise de conteúdo* que, conforme Chizzotti (2008), trata-se de um método de tratamento e análise de informações, extraídas por meio de técnicas de coleta de dados consolidadas em um documento. A técnica é utilizada na análise de textos escritos ou de qualquer comunicação, seja ela oral, visual, gestual reduzida a um texto ou documento.

A escolha do *corpus* resultou da construção de trinta textos dissertativo-argumentativos de estudantes da 3ª série do Ensino Médio do IFAM/CMZL. Essa tipologia textual prioriza a defesa de ideias ou o ponto de vista de determinado assunto e, nesse sentido, o escritor precisa de elementos discursivos, entre eles o *mas*, para exprimir os vários níveis de contraposição. Dos trinta textos construídos, foram selecionados dez, a partir dos critérios a) presença do conectivo *mas*, b) contraposição apresentada por esse conectivo e c) presença de negação na oração nuclear e conclusões contrastantes, cuja análise foi feita em excertos dos textos escolhidos e identificados da seguinte maneira: T1 significa texto 1; T2 significa texto 2 e assim por diante.

2 Análise do *corpus*

Nesta seção, será efetuada a análise do *corpus* em que se verificará a pluralidade de sentidos de *mas*, a partir do princípio da contraposição no **Quadro 1** e semântico-

argumentativo no **Quadro 2**. A título de ilustração, serão citados cinco exemplos para *negação de inferência*, dois para *direção independente*, dois para *mesma direção*, três para *masPA* e um para *masSN*.

Texto	MAS			
	Negação de Inferência	Direção Independente	Mesma Direção	Ocorrências por texto
T1	2	0	0	2
T2	2	0	0	2
T3	2	0	0	2
T4	1	1	0	2
T5	0	0	1	1
T6	2	0	0	2
T7	0	1	0	1
T8	1	2	0	3
T9	0	0	1	1
T10	1	1	0	2
Total de textos: 10	Total: 11	Total: 5	Total: 2	Total Geral: 18

Quadro 1: Valores semânticos do conector MAS

Segundo o **Quadro 1**, o conectivo mas foi utilizado dezoito vezes no *corpus* pesquisado. Em referência aos valores semânticos expressos, verifica-se que os dois mais frequentes são *negação de inferência*, com onze ocorrências e *contraposição em direção independente*, com cinco. Já a *contraposição na mesma direção* foi utilizada apenas duas vezes.

a) *Negação de inferência*

Possivelmente, a preponderância do valor semântico *negação de inferência*, nos textos, ocorre devido ao fato de que nas adversativas, com esse sentido, encontra-se, frequentemente, a ideia de concessão. De acordo com Lopes (1972), Lima (1996), Peres (1997), Martelotta (1998), as construções adversativas e concessivas têm valor prototípico de contraposição, mesmo que conduzam, de modo cumulativo, outros valores. Exemplos:

(7) (T1) (...) *muitas famílias hoje pouco se interessam com a educação dos filhos, mas a cobrança dessas famílias é grande (...)*

(8) (T2) (...) *tem relação direta com as construções de usinas hidrelétricas, que temos como exemplo a de Balbina e a de Belo Monte que se apresentam como “limpos”, mas têm causado inundações consideráveis (...)*

(9) (T6) *Quanto à grande quantidade de lixo, é muito difícil encontrar um centro urbano comercial no Brasil que seja limpo, mas é possível encontrarmos alguns.*

A esse respeito, Neves (2011) assinala que com esse valor tem-se, no primeiro segmento, a afirmação em que se aceita um fato; no segundo segmento, expõe-se a não admissão da inferência do que foi afirmado. A insuficiência da asseveração para conceder a inferência também pode passar pela lexicalização (*apesar disso, ainda assim*). Com essas expressões, há um direcionamento voltado à concessividade, entretanto, tais expressões não constam nos textos pesquisados.

Nas orações nucleares de (7) (...) *muitas famílias hoje pouco se interessam com a educação dos filhos*, (8) (...) *tem relação direta com as construções de usinas hidrelétricas, que temos como exemplo a de Balbina e a de Belo Monte que se apresentam como “limpos”*, e (9) *Quanto à grande quantidade de lixo, é muito difícil encontrar um centro urbano comercial no Brasil que seja limpo*, verifica-se a asserção com a aceitação de um fato; por outro lado, os períodos encabeçados pelo conectivo mas (7) *mas a cobrança dessas famílias é grande (...)*, (8) *mas têm causado inundações consideráveis (...)* e (9) *mas é possível encontrarmos alguns* expressam a não admissão da inferência do que foi afirmado anteriormente, o que representa, claramente, um dos aspectos da contraposição.

Além disso, com essa ideia semântica, há construções em que vem contrariada a inferência daquilo que será emitido posteriormente. Assim, na primeira oração afirma-se o contrário do que se depreende na segunda oração e, nessa proposição, há a certeza, com o reconhecimento de um fato, como asseguram os exemplos extraídos do *corpus*:

(10) (T3) (...) *as oportunidades de se tornar um profissional na área da saúde têm sido frequentes, mas parece que as pessoas não estão nenhum pouco interessadas em melhorar de vida (...)*

(11) (T3) *A Constituição Federal de 1988 teve uma enorme preocupação com a proteção dos direitos e garantias à vida e à saúde, mas não é essa a realidade atual (...)*

Ao observar as duas orações nucleares em (10/11), nota-se que elas apresentam uma ideia que se contrapõe ao que deduz na segunda oração, de modo que é no período seguido do conectivo mas que há a afirmação em que se admite o fato.

b) *Contraposição em direção independente*

Referente à *contraposição com direção independente*, com cinco ocorrências, os elementos adversativos funcionam como acréscimo de um argumento ainda não declarado, conforme os fragmentos seguintes:

(12) (T4) *De um lado, ela (a tecnologia) proporciona uma vida mais prática, **mas** é possível notar que o seu uso inadequado torna as pessoas “escravas” dela em muitos casos.*

(13) (T7) *Quando conversamos com alguns jovens, notamos o desejo que eles têm em se tornar profissionais, e afirmam que sabem qual profissão seguir. Mas e se a intuição não estiver certa, será que é possível escolher tão cedo a profissão?*

De acordo com Neves (2011), na construção (12), evidencia-se que a oração iniciada por mas modifica o foco da oração anterior. Inicialmente, afirma-se que “ela (a tecnologia)” propõe-se a oferecer uma vida mais prática aos usuários. Com a inserção do conectivo mas, tem-se outro rumo discursivo: o de que o emprego inapropriado da tecnologia faz com que esses usuários tornem-se seus “escravos”.

Em consonância com a autora, na construção (13), encontra-se um novo argumento a ser considerado, o qual, de forma frequente, constitui-se por uma proposição hipotética interrogativa. Com esse sentido, mesmo que a oração nuclear seja aceita, é considerada insuficiente.

c) *Contraposição na mesma direção*

Quanto às construções adversativas com *contraposição na mesma direção*, tem-se duas ocorrências em todo o *corpus*. Ocupando o último lugar, esse aspecto semântico não se limita apenas a adicionar informações, mas prima pela construção de argumentos cujo valor pode ser comparativo ou, em outros casos, superlativo, como apontam os segmentos do *corpus*:

(14) (T5) *Assim sendo, sabemos que a ideia do belo é fascinante, mas é comércio (...)*

(15) (T9) *A linguagem da internet para eles é apenas uma dessas formas, mas principalmente pode ser usada para os casos de avaliação (...)*

Com base nos fragmentos, percebe-se que em (14) *Assim sendo, sabemos que a ideia do belo é fascinante* e em (15) *A linguagem da internet para eles é apenas uma dessas formas* o conteúdo dos primeiros períodos é de certa forma considerado. Contudo, as orações iniciadas pelo conectivo mas (...) *mas é comércio (...)* mas *principalmente pode ser usada para os casos de avaliação (...)* apresentam uma informação com significado igual ou superior à que se encontra na oração nuclear.

Texto	MAS			Ocorrências por texto
	MasSN	MasPA	Sem enquadre	
T1	0	2	0	2
T2	0	2	0	2
T3	0	2	0	2
T4	0	2	0	2
T5	0	1	0	1
T6	0	2	0	2
T7	0	0	1	1
T8	1	2	0	3
T9	0	1	0	1
/T10	0	2	0	2
Total de textos: 10	Total: 1	Total: 16	Total: 1	Total geral: 18

Quadro 2: Valores semântico-argumentativos do conectivo MAS

De acordo com o **Quadro 2**, das dezoito ocorrências do operador *mas* no *corpus*, dezesseis apresentam valor de *masPA*, duas de *masSN* e uma sem enquadre. Para se proceder à análise, iniciar-se-á com o *masPA* a partir de fragmentos textuais extraídos do *corpus*:

(16) (T1) (...) *a educação brasileira é reponsabilidade da escola, da família e da sociedade e isso inclui a classe política que deveria cuidar melhor das crianças, dos jovens e dos adultos, mas não é o que vemos, porque a maioria está ocupada somente em enriquecer de forma desonesta.*

(17) (T2) *O aceleramento do desmatamento tem trazido mais espaço para o desenvolvimento das cidades, da monocultura, da pecuária, da mineração (...) mas têm causado inundações consideráveis, afetando inclusive grupos sociais.*

(18) (T3) *A Constituição Federal de 1988 teve uma enorme preocupação com a proteção dos direitos e garantias à vida e à saúde, mas não é essa a realidade atual, e a corrupção é um dos principais fatores dessa situação.*

Ao observar as construções acima, verifica-se que todas as orações nucleares apresentam uma informação que orienta o leitor/ouvinte à determinada direção. De acordo com Anscombe e Ducrot (1977), no enunciado inicial, insere-se uma proposição (*p*) que leva a uma determinada conclusão (*r*), iniciada, neste caso, pelo operador *masPA*.

Em (16), a oração nuclear apresentaria uma ideia coerente se, de fato, fosse considerado o que determinam as leis brasileiras acerca da educação, o que fica evidente nas palavras do propositor. Entretanto, nota-se que, com a inserção de *masPA*, há uma quebra de expectativa, fato que conduz o leitor a outra conclusão, à de que os atos de corrupção assumem a posição central, quando entra em jogo os interesses de certos “representantes políticos” que só pensam em acumular riqueza, embora, na maioria dos casos, de maneira ilegal.

Em (17), o primeiro enunciado, considerando o aspecto capitalista de desenvolvimento, apresenta informações harmoniosas, uma vez que os espaços construídos, quer para a ampliação e o progresso de cidades, quer para a implantação e manejo do setor primário são necessários. Todavia, esse argumento é desconstruído, quando o autor, mesmo sem utilizar elementos de negação expressos – como advérbios – aponta os males que essa prática tem causado, apropriando-se de *masPA*. Esse contraste é sinalizado claramente pelas construções *mais espaço para o desenvolvimento das cidades masPA têm causado inundações consideráveis*.

Em (18), o escritor retroage no tempo, apoderando-se das informações da Constituição Federal de 1988, para fazer alusão aos direitos e às garantias de vida e saúde da população brasileira. Nesse contexto, encontra-se, nas palavras do enunciador, uma visão objetiva do que reza nossa Carta Magna acerca da vida em sua plenitude. Em contrapartida, o autor insere o *masPA* para sinalizar o contraste que há entre o que propõe, textualmente, a Constituição de 1988 e a realidade cruel que mergulha a maior parte dos brasileiros na miséria. E, assim como nos demais exemplos, verifica-se que, a partir desse operador argumentativo, outras orientações argumentativas são criadas, como asseveram Anscombe e Ducrot (1977), Vogt e Ducrot (1989), Costa e Foltran (2013) e Koch e Elias (2016).

(19) (T8) *Muitos pais agiram de modo irresponsável na juventude, mas exigem muita responsabilidade de seus filhos, ainda na adolescência.*

Em (19), evidencia-se que a oração nuclear apresenta uma declaração de natureza negativa, a qual gira em torno do termo *irresponsável*. No segundo enunciado, introduzido por *masSN*, há uma informação que, por meio desse operador, atua como retificador do que foi mencionado anteriormente. Conforme Vogt e Ducrot (1989), a negação explícita no sufixo *-i* (irresponsável) deve ser entendida a partir do ponto de vista argumentativo, fato que relativiza o aspecto negativo presente no primeiro período.

Na concepção de Guimarães (2007), o papel de *masSN* é substituir a proposição negada no enunciado que o antecede, como ocorre em (19). Para o autor, esse articulador textual sinaliza uma função opositiva, não argumentativa, isto é, apresenta-se como comentário no interior do que o próprio locutor diz, em oposição ao que fora dito anteriormente.

Resultados

Nesta pesquisa, objetivou-se, a partir do suporte teórico do Funcionalismo e da Semântica Argumentativa, verificar algumas das possibilidades de sentidos de *mas* expressas em textos argumentativos de discentes da 3ª série do Ensino Médio do IFAM/CMZL.

Nos trinta textos analisados, foi possível encontrar as seguintes possibilidades de sentido:

- Contraposição – negação de inferência: onze ocorrências.
- Contraposição – direção independente: cinco ocorrências.
- Contraposição – mesma direção: duas ocorrências.
- MasPA: dezesseis ocorrências.
- MasSN: uma ocorrência.
- Sem enquadre: uma ocorrência.

No que se refere aos valores semânticos de *mas*, observou-se que a *negação de inferência*, conforme o número de ocorrências acima, foi a mais utilizada. Pôde-se comprovar, portanto, que o predomínio desse valor decorre pelo fato de que nas

construções adversativas e, neste caso, com o uso do conector prototípico *mas*, há, com frequência, a ideia de concessão, mecanismo coesivo empregado em textos argumentativos. Nesse sentido, o estudo comparativo entre o pensamento adversativo e concessivo aponta uma estreita relação semântica relacionada a essas duas formas de articulação de ideias, todavia essa discussão será tratada em outro momento.

No aspecto estrutural, confirmou-se que os enunciados com esse sentido, primeiramente expõem, na oração nuclear, a anuência de um fato. Com a admissão do conectivo *mas*, na segunda oração, apresenta-se a não aceitação do que foi declarado, pois esse articulador funciona como elemento coesivo e, com essa atuação, organiza a sequência superficial do texto.

A segunda posição referente ao valor de *mas* fez-se presente nas construções em que esse conector figura em *direção independente*. Ao examinar as ocorrências, constatou-se que, a partir do operador adversativo, tem-se uma mudança no foco da oração anterior. Dessa forma, ao adotar esse sentido, o discente propôs outra direção discursiva referente ao argumento precedente. Em outras palavras, verificou-se que, nesse espaço de contraposição, embora a oração nuclear seja considerada, a porção textual acrescida a partir de *mas* apresenta maior relevância no plano da argumentação.

Por último, a contraposição na *mesma direção* foi a que apresentou menos ocorrências. Essa ideia semântica não se caracteriza apenas por acrescentar informações, mas pela construção de argumentos de natureza comparativa. Viu-se que o conteúdo que integra o primeiro período é, em certo sentido, considerado. No entanto, o segmento encabeçado por *mas* traz outra informação cujo significado é igual ou superior à encontrada na oração nuclear, ou seja, nessa forma de contraposição, geralmente predomina a reiteração do que foi mencionado anteriormente.

Quanto ao funcionamento de *mas*, com sentido semântico-argumentativo, a quase totalidade de ocorrências deu-se com o *masPA*, segundo os dados acima. Uma das explicações para a predominância do *masPA* está no seu caráter de argumentação. As construções analisadas confirmaram que com esse valor as orações nucleares conduzem o leitor/ouvinte a uma certa conclusão. Porém, com a inserção do *masPA*, introduz-se um enunciado em que a conclusão se opõe à informação anterior. Esse tipo de contraposição é inerente ao texto argumentativo, já que nessa tipologia textual o impasse, a contestação e a tentativa de persuasão é uma constante, como ilustraram os textos do *corpus*.

Quanto à baixa ocorrência do *masSN*, acredita-se que tenha sido em decorrência de sua natureza apenas de retificação ou substituição do que é mencionado no período anterior, embora nessa transição de períodos, o *masSN* apresente o valor de contraste, porém sem a prototipicidade argumentativa do *masPA*.

Em relação ao caso *sem enquadre*, constatou-se que a construção pertence, semanticamente, a enunciados com *direção independente*, isto é, nesse valor semântico, indica-se um novo argumento alicerçado por um enunciado pressuposto interrogativo. Além disso, verificou-se, também, que, nessa construção, o conectivo em estudo está seguido do elemento *se* que, nesse contexto, volta-se mais à ideia de condicionalidade.

Diante disso, evidencia-se que o conectivo *mas*, com suas multifaces, oferece inúmeras possibilidades de sentidos aos que falam e escrevem em Língua Portuguesa. Em apenas trinta textos, foi possível expor opinião por meio da negação de inferência, comunicar-se com argumentos na mesma direção e em direção independente, além da retificação proposta pelo *masSN*, bem como da construção dos argumentos contrários resultantes do *masPA*.

Nessa confluência de sentidos, verificou-se que o escritor faz escolhas ao manifestar seu pensamento por meio da escrita/fala. Nesse sentido, ao optar por algumas dessas formas, considerando seus matizes de sentido, ele estará criando estratégias de informação, além de colaborar com a constituição da coesão e da coerência, num ambiente em que continuidade e progressão integram a organização textual/discursiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *Deux mais em français?* Língua 43, Paris, 1977. 23-40 p.

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 199 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação, documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro: 2002. 24 p.

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985. 246 p.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. 164 p.

COSTA, Iara Bemquerer; FOLTRAN, Maria José. *A tessitura da escrita*. São Paulo: Contexto, 2013. 203 p.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e Coerência textuais*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2002. 104 p.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1996. 416 p.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002 (Apostila). 127 p.

GAUTHIER, B. (Org.). *Recherche sociale; De la problematique à la collecte des données*. Québec: Presses de l'Université Du Québec, 1984. 584 p.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, nº 3, mai. / jun. 1995, p. 20-29.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto & Argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 2007. 216 p.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e Argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016. 240 p.

LIMA, José. O papel da Semântica e da Pragmática no estudo dos conectores. In: FARIA, Isabel; PEDRO, Emília; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos. (Org.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. 632 p.

LOPES, Oscar. *Gramática simbólica do português (um esboço)*. Lisboa: Caloust Gulbenkian, 1972. 348 p.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. In: *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1998. 37-56 p.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 17-28.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001. 108 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 1005 p.

PERES, João. Sobre conexões proposicionais em português. In: Brito, Ana; OLIVEIRA, Fátima; LIMA, Isabel Pires de; MARTELO, Rosa. (Org.). *Sentido que a vida faz – Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, 1997. 910 p.

PERINI, Mário. *Gramática Descritiva do Português*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996. 252 p.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. *De magis a mas*: uma hipótese semântica. In: *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: HUCITEC, 1989. 215 p.

VOTRE, Sebastião Josué; NARO, Anthony Julius. *Mecanismos funcionais do uso da língua*. São Paulo: D.E.L.T.A., v. 5, nº 2, 1989, p. 169-184.

A ORDEM DE CLÁUSULAS HIPOTÁTICAS ADVERBIAIS TEMPORAIS NO ESPANHOL MEXICANO ORAL E SUAS MOTIVAÇÕES DISCURSIVAS, SEMÂNTICAS E SOCIAIS

THE ORDER OF TEMPORAL ADVERBIAL HIPOTATIC CLAUSES IN ORAL MEXICAN SPANISH LANGUAGE AND ITS DISCOURSIIVE, SEMANTICAL AND SOCIAL MOTIVATIONS

Sávio André de Souza Cavalcante (UFC)

RESUMO: Objetivamos analisar, no *Corpus Sociolinguístico de la Ciudad de México* (CSCM), as motivações para a ordem variável (anteposição, intercalação e posposição) das orações temporais, sob aporte da sociolinguística variacionista (LABOV, 1978, 1983[1972], 1994, 2001) e do funcionalismo linguístico (HAIMAN; THOMPSON, 1984; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014 [1985]; DECAT, 2001; GIVÓN, 2001). Os procedimentos metodológicos envolvem coleta, codificação e análise estatística (*software* GOLDVARB) (GUY; ZILLES, 2007), considerando-se as variáveis *relações lógico-semânticas, funções textual-discursivas, idade e escolaridade do falante*. Os resultados de 595 ocorrências apontam preferência pela anteposição (57.6%), condicionada (*versus* a posposição) por *guia* (peso 0.966), *motivo* (0.636), *condição* (0.572), *escolaridade baixa* (0.618) e *média* (0.532). Oposta à intercalação, nenhum fator foi selecionado. Quanto à posposição, são significativos, em oposição à anteposição, os fatores *tempo* (0.582), *concessão* (0.552), *avaliação* (0.993), *moldura* (0.901), *figura* (0.727) e *escolaridade alta* (0.643); em oposição à intercalação, *avaliação* (0.961), *moldura* (0.746) e *escolaridade alta* (0.643). Já a intercalação (*versus* a posposição) é condicionada pelas variáveis *guia* (0.988), *figura* (0.515), *escolaridade baixa* (0.629) e *média* (0.546), mas, oposta à anteposição, nenhum fator foi selecionado. Percebe-se que as orações antepostas servem para guiar o ouvinte, e as pospostas, para emoldurar eventos ou expressar avaliações.

PALAVRAS-CHAVE: Orações Temporais em Espanhol. Sociolinguística Variacionista. Ordem de constituintes oracionais.

ABSTRACT: We aim to analyze, in the *Corpus Sociolinguístico de la Ciudad de México* (CSCM), the motivations for the variable order (preposition, interposition and postposition) of the Temporal Clauses, according to Variationist Sociolinguistics postulates (LABOV, 1972, 1978, 1994, 2001, 2003) and Functionalism in Linguistics (HAIMAN; THOMPSON, 1984; HALLIDAY, MATTHIESSEN, 2014, DECAT, 2001 and GIVON, 2001). The methodological procedures involve collection, coding and statistical analysis (GOLDVARB software) (GUY; ZILLES, 2007), considering the variables *logic-semantic relations, textual-discursive functions, age and schooling of the speaker*. The results of 595 occurrences show preference for the preposition (57.6%), conditioned (*versus* postposition) by *guide* (weight 0.966), *motive* (0.636), *condition* (0.572), *low education* (0.618) and *average* (0.532). Opposed to the interposition, no factor was selected. As for the postposition, as opposed to the preposition, the significant factors selected were *time* (0.582), *concession* (0.552), *evaluation* (0.993), *frame* (0.901), *foreground* (0.727) and *high schooling* (0.643); and, as opposed to intercalation, *evaluation* (0.961), *frame* (0.746) and *high schooling* (0.643). The intercalation (*versus* the postposition) is conditioned by the variables *guide* (0.988), *foreground* (0.515), *low education* (0.629) and *average* (0.546), but, opposite to the preposition, no factor was selected. It can be seen that the preposed clauses serve to guide the listener; and the postposed ones, to frame events or express evaluations.

KEY WORDS: Temporal Clauses in Spanish. Variationist Sociolinguistics. Clausal Constituents Order.

1 INTRODUÇÃO

O estudo das motivações funcionais para a ordenação de constituintes situa-se num projeto maior de explicar os arranjos gramaticais em função dos usos linguísticos.

Em relação à língua espanhola, os gramáticos prescrevem que o padrão canônico SVO(C) deve ter preferência, por refletir certo padrão natural, em que o agente vem antes da ação, e ambos vêm antes do paciente. Já a ordem inversa, como ruptura a esse padrão, é associada à escrita literária (BELLO, 1995; FERNÁNDEZ; FENTE; SILES, 1996). Quanto às orações temporais, pesquisas mostram que estas apresentam posição mais livre no enunciado, constituindo, assim, fenômeno de variação linguística (LABOV, 1978, 1983; CAVALCANTE, 2015).

Observando ocorrências reais de falantes de língua espanhola, verificamos que as Orações Temporais podem ser movidas, podendo figurar antes, no meio ou no final de suas principais ou nucleares, como nos exemplos a seguir, extraídos do *Corpus Sociolinguístico de la Ciudad de México* (CSCM), base de dados que foi utilizada para esta pesquisa:

(01) (...) *desde que estaba en el CCH* // (...) /// (...) *yo tenía contacto con las plantitas*. ((...) *desde que estaba no CCH* // (...) /// *eu tinha contato com as plantinhas*). (Entrevista 18 - ME-257-32H-05)⁴;

(02) (...) *porque yo/ cuando vine a hablar de eso*// *hablé de/ de/ cómo había estado en el examen de danza* (...) (*porque eu/ quando vim falar disso*// *falei de/ de/ como havia estado no exame de dança*). (Entrevista 42 - ME-271-21H-06);

(03) *¿cómo estaba aquí cuando llegaron?* (*como estava aqui quando chegaram?*). (Entrevista 25 - ME-009-33h-97).

Daí decorre o interesse em investigar condicionamentos linguísticos e extralinguísticos (LABOV, 1994, 2001) que motivam anteposição, intercalação ou posposição da oração adverbial em relação à principal ou nuclear.

Em relação às orações temporais, há gramáticas que as tratam como orações subordinadas adverbiais temporais, ou seja, orações que estabelecem relação de subordinação, podendo ser substituídas por advérbios temporais ou expressões de valor temporal (GÓMEZ TORREGO, 2005). Estudos linguísticos, no entanto, preferem abandonar o termo *subordinação*, já que engloba tipos distintos de relações entre as cláusulas (HAIMAN; THOMPSON, 1984). Halliday (1985), por exemplo, prefere tratar de graus de interdependência (hipotaxe/parataxe) e relações lógico-semânticas (expansão/projeção). No caso das orações temporais, o pesquisador as inclui entre as

⁴ Adotamos o seguinte padrão de destaque das cláusulas: em *italico*, as nucleares; e *em negrito e itálico*, as temporais. Ressaltamos, também, que todas as traduções neste trabalho são por nossa responsabilidade.

cláusulas hipotáticas de expansão por realce, com valor temporal. As cláusulas hipotáticas se diferenciam das subordinadas pelo fato de que estas são mais dependentes, enquanto aquelas apresentam relativa interdependência (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). Assim, concordamos com Cavalcante (2015, p. 39), ao afirmar que “entender os diversos níveis que relacionam temporal e nuclear é fundamental para compreender a mobilidade circunstancial e as possíveis posições que a primeira venha a ocupar em relação à segunda, tendo em vista suas funções no enunciado”.

Na apresentação da investigação empreendida aqui, delinearemos, na seção seguinte, o quadro teórico que servirá de pilar para o tratamento da ordenação das temporais em língua espanhola, a saber, a sociolinguística variacionista e o funcionalismo linguístico. Adiante, exporemos os procedimentos metodológicos de coleta, codificação e análise estatística dos dados da pesquisa. Em seguida, passaremos à análise, apresentando tabelas e gráfico, relacionando os resultados às teorias de base. Logo, seguir-se-á uma súmula da discussão, na seção de conclusões. Por fim, serão apresentadas as referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica adotada advém da articulação teórica entre a sociolinguística variacionista (LABOV, 1978, 1983[1972], 1994, 2001) e o funcionalismo linguístico (MANN; THOMPSON, 1983; HAIMAN; THOMPSON, 1984; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014 [1985]; DECAT, 2001; GIVÓN, 1995, 2001, CAVALCANTE, 2015), culminando na interface denominada sociofuncionalismo (TAVARES, 2003). A análise, então, enxerga a ordenação ligada a motivações discursivas, em que fatores linguísticos e extralinguísticos podem atuar, controlando a posição das orações, levando em consideração frequências e pesos relativos (FOX, 2007; GUY; ZILLES, 2007).

Segundo a sociolinguística variacionista, se duas proposições se referem ao mesmo estado-de-coisas, terão o mesmo valor de verdade (LABOV, 1978). Essa corrente observa como, entre outros, fatores internos (LABOV, 1994) e sociais (LABOV, 2001) podem influenciar as opções linguísticas. Para este trabalho, consideramos que as temporais antepostas, intercaladas ou pospostas refletem o mesmo valor de verdade e, são, portanto, variantes de um mesmo fenômeno, a ordenação (CAVALCANTE, 2015, 2016), que pode ser motivada por fatores internos à própria língua (linguísticos) e externos (sociais).

Quanto aos fatores sociais, acreditamos que a escolaridade e a idade dos informantes podem influenciar essas escolhas. Labov (2001) mostra que os falantes de escolaridade alta e os idosos tendem a optar pelos padrões mais canônicos, enquanto os falantes mais jovens e de escolaridade mais baixa tendem a utilizar os padrões mais inovadores. Assim, hipotetizamos que as temporais pospostas seriam mais utilizadas pelos falantes idosos e de escolaridade alta (CAVALCANTE, 2015, 2016), numa tendência a dispor os termos de valor acessório no fim da oração (NEBRIJA, 1492; REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 1771). Quanto às antepostas, por se tratar de padrão inovador, seriam mais utilizadas pelos jovens e pela parcela de escolaridade baixa e média (COELHO *et al*, 2010). Já as intercaladas, estruturas mais complexas, que operam ruptura sintática, seriam mais utilizadas também pelos mais escolarizados e, como padrão inovador (CAVALCANTE, 2015), pelos mais jovens.

Além disso, amparando-nos no funcionalismo linguístico, enxergamos a língua como uma atividade sociocultural, de estrutura não arbitrária, motivada, icônica, que serve a funções comunicativas. Por isso, mudança e variação estão sempre presentes (LABOV, 1978, 1983[1972], GIVÓN, 1995). Acreditamos que a ordenação não é um fenômeno aleatório, mas motivado por pressões comunicativas, por isso cremos que as funções textual-discursivas e as relações lógico-semânticas da oração hipotática podem determinar sua posição.

Em relação às funções textual-discursivas, Chafe (1988) mostra que as adverbiais podem funcionar como adendo (*afterthoughts*), realçando/emoldurando eventos, ou como guia (*guidepost*), orientando o ouvinte/leitor para os fatos que serão narrados na nuclear. Já Silveira (1997) e Chedier (2007) enquadram as temporais como orações com função de fundo, já que são especificadoras de tempo. Decat (2001, p 160) apresenta outras funções: “uma cláusula adverbial, que se destaca como ‘fundo’, não tem de ter necessariamente a função de ‘tópico’; ela pode ser ‘guia’, ‘ponte’, ‘retomada’ etc.” (DECAT, 2001, p. 160). Em Souza (2006), vemos que as temporais podem, também, indicar a sequência narrativa e não constituir necessariamente segundo plano, mas exercer, desse modo, a função de figura.

Cavalcante (2015), então, sintetiza essas funções da seguinte maneira: (i) *figura* (contribui para o desenvolvimento da narrativa, marcada por perfectividade verbal na temporal e imperfectividade na nuclear); (ii) *fundo cênico: guia* (orienta o leitor/ouvinte) e *moldura* (emoldura os eventos expressos na nuclear); (iii) *fundo avaliativo* (expressa uma avaliação do falante, apresentando juízo de valor, adicionando

ou retificando informações). Segundo os resultados do autor, a função de guia motivou o uso de temporais antepostas e intercaladas. Já as funções de moldura, figura e avaliação determinaram posposição.

Quanto às relações lógico-semânticas, Mann e Thompson (1983) mostram que, da articulação entre as cláusulas, emergem proposições implícitas, relacionais. Baseada nessa concepção, Decat (2001) explica que, segundo as gramáticas tradicionais, o conectivo tende a direcionar a relação semântica introduzida pela subordinada. Contudo, a autora mostra que, a uma proposição relacional de tempo, pode emergir outra inferência, como a de condição, por exemplo. Cavalcante (2015), em seu estudo sobre a ordem das temporais, identificou que a noção de tempo expressa pela oração temporal pode estar acumulada à de motivo, condição e/ou concessão. Correlacionando à ordem, os resultados do autor mostraram que, além da inferência de tempo prototípico, as inferências de motivo e condição estão relacionadas às antepostas e às intercaladas, e as inferências de concessão estão relacionadas à posposição.

Quanto ao grupo de fatores tipo de oração/conectivo, os gramáticos atestam que há variabilidade na expressão dos conectivos e locuções conjuntivas que encabeçam as temporais em língua espanhola: *cuando, mientras (que), a medida que, a la vez que, siempre que, cada vez que, antes de (que), una vez que, después (de) (que), luego que, en cuanto, desde que, hasta que* etc (PILAR GARCÉS, 1994)⁵. Ademais, autores como Gómez Torrego (2005) mencionam as cláusulas sem nexos conjuntivos, denominadas absolutas ou reduzidas. Segundo o autor, essas estruturas se isolam da oração principal mediante pausa, estabelecendo relação de subordinação, com função circunstancial. Essas cláusulas apresentam como núcleos verbos em suas formas nominais: infinitivo, particípio e gerúndio. Com base nos resultados de Cavalcante (2015, 2016), hipotetizamos que as antepostas e as intercaladas seriam frequentemente reduzidas ou desenvolvidas com conectivo, já as pospostas seriam mais frequentemente desenvolvidas, com locução conjuntiva.

Além das propostas teóricas citadas acima, que respaldam nossas hipóteses e ajudam a configurar os grupos de fatores, também podemos explicar a ordem das temporais como um reflexo da experiência do falante. Segundo Givón (2001), a gramática é adaptativamente motivada e é, em princípio, não arbitrária. Assim, há

⁵ Quando, enquanto (que), a medida que, ao mesmo tempo que, sempre que, cada vez que, antes de (que), uma vez que, depois (de) (que), logo que, enquanto/quando, desde que, até que etc (PILAR GARCÉS, 1994).

princípios de iconicidade que podem explicar a organização gramatical, que se referem a regras de entonação, quantidade, espaçamento e sequência. Dessas regras, as duas últimas são relevantes para este trabalho, cujos subprincípios em que se desdobram dizem o seguinte: (i) proximidade e relevância (porções de informação unidas conceitualmente tendem a apresentar-se em proximidade espaço-temporal); (ii) ordem e importância (informação considerada mais importante tende a vir em primeiro lugar); (iii) ordem de ocorrência e ordem reportada (a ordem temporal em que os eventos se deram tende a ser refletida na reportagem linguística dos eventos).

3 METODOLOGIA

O banco de dados escolhido para a composição das entrevistas desta pesquisa foi o *Corpus Sociolinguístico de la Ciudad de México (CSCM)*⁶, cujos informantes são residentes da Zona Pertinente (ZP), que reúne 27 entidades, entre estados e municípios do Estado do México. Do *corpus*, escolhemos 36 inquiridos, assim estratificados: 3 faixas etárias (jovens: 20-34 anos; adultos: 35-54 anos; idosos: maiores de 55 anos) X 3 níveis de escolaridade (alto, médio e baixo) X 4 informantes por célula. O sexo do informante, apesar de constar no *corpus*, não foi considerado, mas distribuído equitativamente nos inquiridos escolhidos.

Nas 36 entrevistas, coletamos todas as orações temporais que apresentassem a possibilidade de se mover em torno de suas respectivas nucleares. Após isso, os dados foram codificados de acordo com estas variáveis: *posição da temporal em relação à principal* (anteposição, intercalação, posposição), *tipo de oração/conectivo* (oração reduzida; desenvolvida com conjunção; desenvolvida com locução conjuntiva), *relações lógico-semânticas* (tempo, condição, concessão, motivo); *funções textual-discursivas* (figura, fundo cênico – guia, fundo cênico – moldura, fundo avaliativo – adendo/ressalva/avaliação/restricção); *idade do falante* (jovem, adulto, idoso) e *escolaridade do falante* (nível baixo, médio, alto). Feita a codificação, realizaram-se rodadas estatísticas no *software* GOLDVARB X (GUY; ZILLES, 2007), o qual fornece percentuais e pesos relativos. Assim, realizaram-se três rodadas binárias: anteposição *versus* posposição, intercalação *versus* anteposição e posposição *versus* intercalação.

Quanto ao método de abordagem, esta pesquisa é do tipo indutivo-dedutiva (GIVÓN, 1995), pois estabelecemos hipóteses prévias, que puderam ou não ser

⁶ Disponível em: <<http://lef.colmex.mx/index.php/investigaciones/corpus-sociolinguistico-de-la-ciudad-de-mexico-cscm>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

confirmadas (dedutivo); além disso, buscamos generalizações a partir da manipulação das ocorrências (indutivo). Quanto ao tipo (GIL, 2008), a pesquisa configura-se como descritivo-explicativa, já que objetiva descrever e explicar o comportamento das orações temporais a partir de uma base teórica. Além disso, também se vale dos métodos bibliográfico (levantamento sobre o tema em trabalhos anteriores) e documental (*corpus* já coletado e organizado) (GIL, 2008).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, veremos os resultados que dizem respeito às 595 ocorrências coletadas. Em primeiro lugar, serão expostos os percentuais gerais que concernem à anteposição, intercalação e posposição. Em seguida, deter-nos-emos na atuação dos grupos de fatores, com apresentação de percentuais e pesos relativos relacionados às rodadas estatísticas.

Na primeira rodada, anteposição *versus* posposição, com 494 dados, foram selecionados pelo programa estatístico os grupos de fatores *relações lógico-semânticas*, *funções textual-discursivas* e *nível de escolaridade do falante*, sendo descartados os grupos *tipo de oração/conectivo* e *idade do falante*. Na segunda rodada, com 444 ocorrências, intercalação *versus* anteposição, nenhum grupo foi selecionado. Na terceira rodada, posposição *versus* intercalação, com 252 dados, foram selecionados os grupos *funções textual-discursivas* e *nível de escolaridade do falante*, sendo descartados os grupos *tipo de oração/conectivo*, *relações lógico-semânticas* e *idade do falante*.

4.1 Resultados gerais

Os resultados gerais mostram um padrão peculiar no que diz respeito à posição das temporais. Vejamos, no gráfico abaixo, como isso se dá:

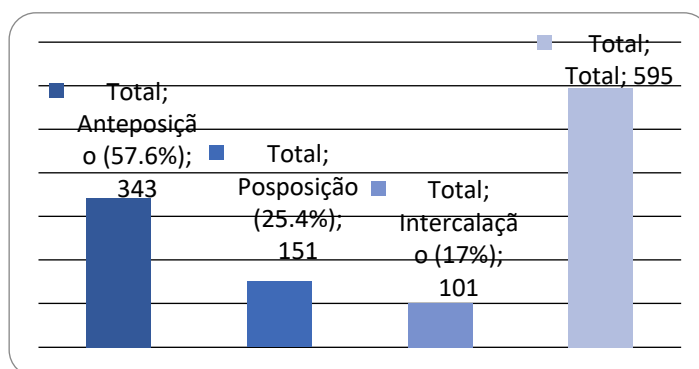


Gráfico 1. Distribuição da ordenação de orações temporais no Espanhol Mexicano Oral

Como mostra o gráfico, um número considerável de temporais (57.6%) se posiciona à margem esquerda, antes da nuclear, refletindo tendência similar à apontada por Cavalcante (2015). Como veremos na próxima seção, a anteposição é fortemente motivada pela função textual-discursiva *guia*. Assim, inferimos que cabe à temporal orientar/situar o evento expresso pela oração nuclear, ocupando, para isso, posição inicial no período, ainda que fira o padrão canônico SVO(C). Desse modo, a informação veiculada pela temporal torna-se primordial para uma demarcação mais precisa do evento. Essa estruturação reflete o subprincípio de iconicidade “ordem e importância”: informações mais importantes tendem a vir em primeiro lugar (GIVÓN, 2001). Em segundo lugar, figura a posposição (25.4%), padrão canônico apontado pelos manuais mais tradicionais (NEBRIJA, 1492; REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 1771). Consoante essas obras, como termos de valor adverbial, as temporais deveriam situar-se, preferencialmente, após suas respectivas nucleares, contudo uma motivação discursiva motiva o falante a adotar a anteposição. Já a intercalação é a posição menos frequente (17%), uma vez que é o padrão mais complexo, a forma mais marcada (CAVALCANTE, 2015), por representar uma ruptura no relacionamento entre o verbo e seus argumentos. Observando o subprincípio de iconicidade “proximidade e relevância” (GIVÓN, 2001), inferimos que o verbo e seus argumentos mantêm um relacionamento tão estreito que todo elemento que se insere entre eles torna o enunciado mais complexo.

Vejamos, agora, os resultados que dizem respeito à atuação de cada grupo de fator.

4.2 Relações lógico-semânticas

Quanto a esse grupo de fatores, consoante Mann; Thompson (1983), Decat (2001) e Cavalcante (2015), percebemos que não é necessariamente o conectivo que expressa a relação semântica entre as cláusulas, mas a proposição relacional que emerge da articulação delas. Relacionando à ordem, hipotetizamos que motivo e condição determinariam anteposição e intercalação, mas relações de concessão motivariam posposição (CAVALCANTE, 2015).

Em relação às rodadas de anteposição *versus* posposição, com 494 ocorrências, como vimos, essas posições da oração temporal em língua espanhola são as mais

frequentes, ainda que com tendência forte ao primeiro padrão. Quando as motivações para um e outro padrão são analisadas, algumas delas se mostram mais fortes; outras, menos. Vejamos os resultados que relacionam anteposição *versus* posposição e relações lógico-semânticas:

<i>Fatores</i>	<i>Peso relativo</i>		<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>
Motivo	0.636	0.364	80	20	88	22
Condição	0.572	0.428	74.8	25.2	77	26
Concessão	0.448	0.552	50	50	7	7
Tempo	0.418	0.582	64	36	171	96
Total: 494 ocorrências					343 (69.4%)	151 (30.6%)

Tabela 1: Relações lógico-semânticas e anteposição *versus* posposição

Em relação à anteposição, foram considerados relevantes os fatores *motivo* (peso 0.636) e *condição* (peso 0.572), conforme ilustramos, respectivamente, nos exemplos abaixo:

(04) (...) *cuando era temporada de lluvias* (...) *se inundaba*/. ((...) *quando era temporada de chuvas* (...) *se inundava*). (ENTREVISTA 67 – ME-198-23M-01);

(05) (...) *cuando asumes tu compromiso/en la danza// no lo puedes dejar*/. ((...) *quando assumes teu compromisso// na dança// não podes deixá-lo*). (ENTREVISTA 24 – ME-259-32M-05).

No exemplo (04), a cláusula hipotática acumula as noções de tempo e causa. Ou seja, o falante, antes de falar sobre a inundação, situa temporalmente e explicar sua causa (a temporada de chuvas). Do mesmo modo, em (05), o falante opta por codificar a temporal em primeiro lugar, cuja função prototípica de tempo é amalgamada à de condição (se assumes um compromisso com a dança, não podes deixá-lo), expressando a premissa antes da conclusão (KATO; TARALLO *et al*, 2002, p. 267). Sendo assim, do ponto de vista da iconicidade (GIVÓN, 2001), a causa e a condição tornam-se noções semânticas relevantes para situar o evento expresso pela nuclear, de modo que a opção por uma oração anteposta reflete essa relevância comunicativa, confirmando as hipóteses previstas.

Já em relação à posposição, vemos que sua motivação está atrelada às noções de *tempo* (peso 0.582) e *concessão* (peso 0.552), como em (06) e (07), respectivamente:

(06) (...) *A se acercó a la mesa (...) [cuando] estábamos comiendo.* ((...)) *A se aproximou da mesa (...) [quando] estábamos comendo.* (ENTREVISTA 6 – ME197-31H-01);

(07) (...) *la muerte que te ¡llega! / cuando no la quieres.* ((...)) *a morte que te chega!/[quando não a queres].* (ENTREVISTA 24 – ME-259-32M-05).

Em (06), a temporal aponta o momento em que certa pessoa se aproximou da mesa, situando esse evento no tempo. Em (07), podemos inferir que “a morte chega, embora as pessoas não a queiram”. A oração hipotática posposta, além de indicar tempo, aponta também para uma relação de concessão, que apresenta uma objeção que não impede o cumprimento do narrado na outra oração (ALARCOS LLORACH, 2000). Nesse caso, o fato de alguém não querer a morte não impede sua chegada. Portanto, para o locutor foi mais relevante, na interpretação de temporalidade, primeiro apresentar o evento e depois situá-lo no tempo, e, na interpretação de concessividade, primeiro narrar o evento e depois apresentar uma objeção. Sob ponto de vista da iconicidade (ordem e importância), seria mais relevante a apresentação do evento, para depois situá-lo no tempo ou objetá-lo.

Nas rodadas de intercalação *versus* anteposição, como o programa estatístico não considerou esse grupo de fator relevante, limitar-nos-emos a expor as tendências de uso:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>
Concessão	41.7	58.3	5	7
Condição	23	77	23	77
Tempo	22.6	77.4	50	171
Motivo	20.7	79.3	23	88
Total: 444 ocorrências			101 (22.7%)	343 (77.3%)

Tabela 2: Relações lógico-semânticas e intercalação *versus* anteposição

Vemos, na tabela 2, que as temporais antepostas tendem, levemente, a expressar com mais frequência, relações de motivo (79.3%), assim como nas rodadas em que se opunha à posposição. Já as intercaladas, em oposição à anteposição, tendem, levemente, a expressar, mais frequentemente, relações de concessão (41.7%).

Em relação às rodadas de posposição *versus* intercalação, o grupo das relações semânticas também não foi considerado estatisticamente relevante. Vejamos suas tendências:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Posposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Posposição</i>	<i>Intercalação</i>
Tempo	65.8	34.2	96	50
Concessão	58.3	41.7	7	5
Condição	53.1	46.9	26	23
Motivo	48.9	51.1	22	23
Total: 252 ocorrências			151 (59.9%)	101 (40.1%)

Tabela 3: Relações lógico-semânticas e posposição *versus* intercalação

Assim como nas rodadas em que se opunha à anteposição, a posposição tende a expressar, com mais frequência, relações de tempo prototípico (65.8%), se oposta à intercalação. Já a intercalação, oposta à posposição, expressa, mais frequentemente, relações de motivo (51.1%). Percebemos, assim, certa especialização no que diz respeito à expressão de motivo por parte das antepostas, e tempo por parte das pospostas. Já as intercaladas, padrão mais complexo, têm tendências flutuantes no que concerne à expressão dessas relações.

Uma vez apresentados e discutidos os resultados acerca das relações lógico-semânticas, vejamos os que se referem ao grupo das funções textual-discursivas.

4.3 Funções textual-discursivas

O grupo das funções textual-discursivas foi considerado extremamente relevante, estatisticamente, para explicar a ordem das temporais. Das três rodadas, esse grupo foi selecionado em duas delas: anteposição *versus* posposição e posposição *versus* intercalação.

Como hipóteses, pautados em Chafe (1984), Decat (2001) e Cavalcante (2015), esperávamos que as antepostas e as intercaladas funcionassem como *guia*; por outro lado, as pospostas expressariam um maior número de funções: *figura*, *moldura* e *avaliação*. Vejamos, em primeiro lugar, os resultados que se referem às rodadas de anteposição *versus* posposição:

<i>Fatores</i>	<i>Peso relativo</i>		<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>
Guia	0.966	0.034	99.5	0.5	197	1
Figura	0.273	0.727	69.6	30.4	39	17
Moldura	0.099	0.901	49.1	50.9	105	109
Avaliação	0.007	0.993	7.4	92.6	2	25
Total: 495 ocorrências⁷					343 (69.3%)	152 (30.7%)

Tabela 4: Funções textual-discursivas e anteposição *versus* posposição

⁷ Como houve nocaute para o fator guia, criamos um dado de posposição com essa função.

Como a tabela 4 mostra, a função *guia* (peso 0.966) motiva fortemente as orações antepostas. Já as funções de *avaliação* (peso 0.993), *moldura* (peso 0.901) e *figura* (peso 0.727) motivam fortemente posposição. Abaixo, ilustramos, respectivamente, essas funções:

(08) (...) **cuando me dijeron la dirección/ yo pensé que estaba equivocado//** (...). ((...)) **quando me disseram a direção/ eu pensei que estava enganado//** (...). (ENTREVISTA 1 –ME-042-31H-99);

(09) (...) **los médicos en el seguro// este/ la atendieron mal/ le sacaron radiografías cuando no debían.** ((...)) **os médicos no seguro// este/ a atenderam mal/tiraram radiografías dela quando não deveriam.** (ENTREVISTA 6 – ME-197-31H-01);

(10) (...) ([ya] **le había dado otro golpe** (...) **cuando estaba aprendiendo a manejar//** ((...)) **havia dado outro golpe neste carro quando estava aprendendo a dirigir.** (ENTREVISTA 1 - ME-042-31H-99);

(11) (...) **yo ya estaba listo para salir cuando// cuando// se vino el terremoto.** ((...)) **eu já estava pronto para sair quando veio o terremoto.** (ENTREVISTA 7 –ME-107-31M-00).

Em (08), primeiro o falante guia seu ouvinte em determinado tópico (que alguém lhe disse o endereço), para então, apresentar o evento expresso (ele pensar que se enganara). Do ponto de vista do subprincípio de iconicidade “ordem e importância” (GIVÓN, 2001), a informação trazida pela temporal é mais relevante e serve para guiar o ouvinte no tema/tópico a ser desenvolvido, por isso vem codificada em uma oração anteposta.

Em (09), o falante avalia o evento expresso na nuclear, explicando que os médicos não deveriam ter tratado a paciente mal e não deveriam ter tirado as radiografias. No exemplo (10), o falante cria uma moldura temporal (alguém estava aprendendo a dirigir) para situar o momento da batida do carro, que se mostra como informação mais relevante. A avaliação, em (09) e a moldura, em (10), são colocadas em segundo plano, revelando a tendência *apresentação do evento > avaliação/moldura*.

Já o exemplo (11) é explicado por outro subprincípio givoniano (ordem de ocorrência e ordem reportada), visto que o falante estava pronto para sair antes da chegada do terremoto. Aqui, o relato linguístico reflete a mesma ordem em que as ações se deram (SOUZA, 2006). Essas orações são vistas por Souza (2001) como temporais atípicas, já que, por apresentarem perfectividade verbal, constituem o evento principal,

emoldurado pela oração nuclear, que apresenta imperfectividade verbal. Dado seu caráter relevante de *figura*, a temporal deveria vir anteposta; todavia, a motivação icônica determina a posposição.

Vejam, agora, os resultados das rodadas de posposição *versus* intercalação:

Fatores	Peso relativo		%		Aplicação/Total	
	Posposição	Intercalação	Posposição	Intercalação	Posposição	Intercalação
Avaliação	0.961	0.039	96.2	3.8	25	1
Moldura	0.746	0.254	75.7	24.3	109	35
Figura	0.485	0.515	58.6	41.4	17	12
Guia	0.012	0.988	1.9	98.1	1	53
Total: 253 ocorrências⁸					152 (60.1%)	101 (39.9%)

Tabela 5: Funções textual-discursivas e posposição *versus* intercalação

A posposição continua sendo motivada pelas funções de *avaliação* (peso 0.961) e *moldura* (peso 0.746). Uma diferença, entretanto, concerne à função de *figura*, que ganha sensível relevância nas intercaladas (peso 0.515). Junto com essa função, as intercaladas se mostram também motivadas pela função de *guia* (0.988), como as antepostas. Discutamos alguns exemplos de intercaladas com as funções de *figura* e *guia*, respectivamente:

(12) (...) *mi papá/ cuando él empezó a trabajar/ tenía/ sus a-/ animalitos/ y iba a trabajar y este/ así// con <cal> trabajaba (...). ((...) meu papai/ quando ele começou a trabalhar/ tinha/ seus a-/ animaizinhos/ e ia trabalhar e este/ assim/ com <cal> trabalhava (...)).(ENTREVISTA 43 – ME007-21M-97);*

(13) (...) *yo también cuando la conocí/ pensé que era más joven//. ((...) eu também quando a conheci/ pensei que era mais jovem//). (ENTREVISTA 7 – ME107-31M-00).*

Em (12), uma relação de simultaneidade temporal entre a oração hipotática e a nuclear desobriga a posposição, diferentemente do exemplo (11); assim, a temporal se intercala entre o sujeito e o verbo, destacando a função de tópico daquele. Souza (2001) trata essas intercaladas como *ponto de incidência*, já que cumprem função anafórica, “retomando e especificando a informação anterior” (SOUZA, 2001, p. 76). Já em (13) a hipotática guia o ouvinte: o falante começa sua narração com pronome de primeira

⁸ Como houve nocaute para o fator guia, criamos um dado de posposição com essa função.

pessoa, mas lembra de situar o ouvinte no tema em questão e, por isso, intercala uma temporal.

Quanto às rodadas de intercalação *versus* anteposição, o programa estatístico não selecionou o grupo funções textual-discursivas. Logo, discutiremos apenas tendências de uso:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>
Avaliação	33.3	66.7	1	2
Moldura	25	75	35	105
Figura	23.5	76.5	12	39
Guia	21.2	78.8	53	197
Total: 444 ocorrências			101 (22.7%)	343 (77.3%)

Tabela 6: Funções textual-discursivas e intercalação *versus* anteposição

A anteposição, como já discutido, é contexto bastante propício para a expressão da função de *guia* (78.8%). Um destaque aqui é a função de *avaliação* (33.3%), que ganha destaque nas intercaladas quando relacionadas às antepostas. Ou seja, o falante inicia seu relato e o suspende para a exposição de uma avaliação acerca do evento da nuclear.

4.4 Tipo de oração/conectivo

O grupo tipo de oração/conectivo não se mostrou relevante estatisticamente em nenhuma das rodadas estatísticas, indicando que parece não haver relação forte de motivação com a ordem das temporais. Como vimos, as temporais podem ser encabeçadas por variados nexos conjuntivos (conectivos e locuções conjuntivas), ainda que o item lexical *quando* (quando) tenha alta frequência, mostrando-se como o mais prototípico na expressão da noção de tempo. Em relação a esse grupo de fator, hipotetizamos que as antepostas e as intercaladas seriam frequentemente reduzidas ou desenvolvidas com conectivo, e as pospostas seriam mais frequentemente desenvolvidas, com locução conjuntiva (CAVALCANTE, 2015, 2016).

Vejamos os resultados das rodadas de anteposição *versus* posposição:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>
Desenvolvida com conjunção	71.2	28.8	269	109
Reduzida	71.1	28.9	27	11
Desenvolvida com locução	60.3	39.7	47	31
Total: 494 ocorrências			343 (69.4%)	151 (30.6%)

Tabela 7: Tipo de oração/conectivo e anteposição versus posposição

Os resultados confirmam nossas hipóteses: há uma leve tendência de as orações pospostas apresentarem-se com locução (39.7%), como mostra o exemplo (14); já as antepostas mostraram-se mais introduzidas por conjunção (71.2%), como em (15):

(14) (...) *yo vivo en colonia del Valle desde que me casé.* ((...) *eu vivo em Colonia del Valle desde que me casei*). (ENTREVISTA 31 – ME-220-33M-02);

(15) [*cuando*] *habían operativos muy fuertes sí/ este/ [pues <~pus> no guardábamos].* ([*quando*] *haviam operativos muito fortes sim/ este/ [pois <~pus> não guardávamos]*). (ENTREVISTA 78 – ME-305-11H-07).

Observemos os percentuais relativos às rodadas de intercalação versus anteposição:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>
Desenvolvida com conjunção	23.4	76.6	82	269
Reduzida	22.9	77.1	8	27
Desenvolvida com locução	19	81	11	47
Total: 444 ocorrências			101 (22.7%)	343 (77.3%)

Tabela 8: Tipo de oração/conectivo e intercalação versus anteposição

Como se pode ver, em relação às intercaladas, as antepostas apresentam leve tendência de serem desenvolvidas e encabeçadas por locução conjuntiva (81%), e as intercaladas mostram leve superioridade entre desenvolvidas com conjunção (23.4%). Pelo que vimos acerca das antepostas, inferimos que elas apresentam padrão misto.

Nas rodadas de posposição versus intercalação, obtivemos os seguintes resultados:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Posposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Posposição</i>	<i>Intercalação</i>
Desenvolvida com locução	73.8	26.2	31	11
Reduzida	57.9	42.1	11	8
Desenvolvida com conjunção	57.1	42.9	109	82
Total: 252 ocorrências			151 (59.9%)	101 (40.1%)

Tabela 9: Tipo de oração/conectivo e posposição versus intercalação

Nessa rodada, a posposição apresenta padrão semelhante ao visto nas rodadas que a relacionava à anteposição, com maior frequência entre as desenvolvidas com locução (73.8%). Já as intercaladas mantêm o padrão de desenvolvidas com conjunção, assim como mostrado nas rodadas anteriores. Tais resultados indicam que, apesar de uma leve tendência de se especializarem com determinado padrão, as temporais não apresentam um padrão rígido no que diz respeito ao uso de conectivos.

Nas duas próximas seções, apresentamos a atuação dos fatores extralinguísticos escolaridade e idade do falante.

4.5 Escolaridade do falante

Segundo Labov (2001), há estreita relação entre a estrutura da língua e a estrutura da sociedade. Assim, hipotetizamos que, quanto mais alto o nível de escolaridade do falante, mais ele estaria propenso a produzir estruturas adequadas ao padrão canônico/normativo. Sendo assim, os falantes de nível alto produziram mais orações postostas (CAVALCANTE, 2015, 2016) ou intercaladas, isso porque a posposição, como vimos, representa o padrão SVO(C) proposto pelos gramáticos, e porque a intercalação é estrutura mais complexa (CAVALCANTE, 2015). Por outro lado, falantes de escolaridade baixa e média produziram mais temporais antepostas, padrão inovador (COELHO *et al*, 2010). Esse grupo de fatores foi selecionado pelo programa estatístico nas rodadas de anteposição *versus* posposição e posposição *versus* intercalação, mas não foi selecionado nas rodadas de intercalação *versus* anteposição.

Vejamos, então, os resultados que dizem respeito à primeira dessas rodadas:

<i>Fatores</i>	<i>Peso relativo</i>		<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>
Baixo	0.618	0.382	71.3	28.7	124	50
Médio	0.532	0.468	74	26	108	38
Alto	0.357	0.643	63.8	36.2	111	63
Total: 494 ocorrências					343 (69.4%)	151 (30.6%)

Tabela 10: Nível de escolaridade do falante e anteposição *versus* posposição

Confirmando nossas hipóteses, vemos que o nível baixo e o médio motivam a anteposição (pesos 0.618 e 0.532), e o alto, a posposição (peso 0.643). De fato, parece-nos que os falantes de mais escolaridade atendem mais ao padrão normativo, preferindo posicionar a temporal à direita da nuclear.

Vejamos, agora, os resultados das rodadas de posposição *versus* intercalação:

<i>Fatores</i>	<i>Peso relativo</i>		<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Posposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Posposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Posposição</i>	<i>Intercalação</i>
Alto	0.630	0.370	60.6	39.4	63	41
Médio	0.454	0.546	57.6	42.4	38	28
Baixo	0.371	0.629	61	39	50	32
Total: 252 ocorrências					151 (59.9%)	101 (40.1%)

Tabela 11: Nível de escolaridade do falante e posposição *versus* intercalação

A tabela 11 mostra resultados que confirmam apenas parcialmente as hipóteses. A posposição continua sendo motivada pelos falantes de escolaridade mais alta (peso 0.630). Já as intercaladas, vistas como um padrão mais complexo (CAVALCANTE, 2015, 2016), não se mostraram motivadas por esse fator de escolaridade dos falantes mexicanos, mas pelo fator de escolaridade baixa (peso 0.629) e média (peso 0.546).

Parece-nos, então, que entram motivações de ordem linguística: enquanto os falantes de nível alto preferem dispor as orações de forma mais canônica, os falantes de nível médio e baixo operam ruptura nesse padrão, exatamente para exprimir funções discursivas, como, por exemplo, para guiar/direcionar (para o caso das antepostas) e para realizar topicalizações (no caso das intercaladas), ainda que isso represente um custo mais alto do ponto de vista da complexidade estrutural e do processamento cognitivo. Contudo, observemos que uma anteposição, por exemplo, ainda que represente um padrão de maior complexidade estrutural, por romper um padrão canônico, tem essa complexidade suavizada por sua função *guia*, que ajuda o ouvinte a processar e situar melhor o evento expresso pela nuclear.

A rodada que relacionou escolaridade do falante e intercalação *versus* anteposição não foi selecionada pelo programa estatístico. Por isso, veremos apenas os percentuais:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>
Alto	27	73	41	111
Médio	20.6	79.4	28	108
Baixo	20.5	79.5	32	124
Total: 444 ocorrências			101 (22.7%)	343 (77.3%)

Tabela 12: Nível de escolaridade do falante e intercalação *versus* anteposição

Como mostra a tabela 12, os falantes de nível baixo e médio tendem a produzir mais orações antepostas (79.5% e 79.4%), o que já foi confirmado nas rodadas anteriores. Já as intercaladas, em relação às antepostas, tendem a ser produzidas mais

por falantes de nível alto, o que confirma, pelo menos em parte, a hipótese de que as intercaladas, por operarem uma ruptura no padrão canônico da sentença, são mais complexas e exigem maior habilidade de processamento da sentença em que atuam.

Por fim, vejamos a correlação entre idade do falante e ordem da temporal.

4.6 Idade do falante

A idade do falante não foi selecionada em nenhuma das rodadas estatísticas. Assim, apresentamos, apenas, tendências de uso. Consoante Labov (2001) e Naro (2012), os idosos tendem utilizar os padrões mais canônicos, utilizando com maior frequência as variantes conservadoras; já os jovens utilizam mais os padrões inovadores. Assim, hipotetizamos que os idosos tenderiam mais a utilizar posposição (CAVALCANTE, 2015, 2016), e os jovens, anteposição e intercalação.

Primeiramente, vejamos os resultados das rodadas de anteposição *versus* posposição:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Posposição</i>
Jovem	76.7	23.3	115	35
Adulto	69.4	30.6	134	59
Idoso	62.3	37.7	94	57
Total: 494 ocorrências			343 (69.4%)	151 (30.6%)

Tabela 13: Idade do falante e anteposição *versus* posposição

As tendências de uso apontam para a confirmação das hipóteses. Os jovens tendem a utilizar mais temporais antepostas (76.7%), e os idosos, as pospostas (37.7%). Inferimos, então, que, quando não estão em jogo motivações de ordem linguística, a estrutura social pode determinar o padrão de ordenação das orações. Os idosos produzem os padrões mais conservadores, já que nos parece que seu sistema está relativamente estabilizado. Por outro lado, os jovens, dadas suas relações sociais mais extensas e complexas, tendem a produzir os padrões mais inovadores, tendo um número maior de escolhas. Já os adultos, por sua presença no mercado de trabalho, ficam a meio termo.

Agora, vejamos as tendências de uso das rodadas de intercalação *versus* anteposição:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Anteposição</i>
Adulto	25.1	74.9	45	134
Idoso	22.3	77.7	27	94
Jovem	20.1	79.9	29	115
Total: 444 ocorrências			101 (22.7%)	343 (77.3%)

Tabela 14: Idade do falante e intercalação *versus* anteposição

Os dados da tabela 14 mostram a mesma tendência da rodada anterior, em que os jovens optam mais pelos padrões inovadores, neste caso, a anteposição (79.9%). Já as intercaladas tendem a ser mais usadas pelos adultos (25.1%). Essa faixa etária possivelmente utiliza essa estrutura por não ser um padrão nem tão inovador nem tão conservador, porém mais complexo, como vimos anteriormente.

Por fim, seguem os resultados das rodadas de posposição *versus* intercalação:

<i>Fatores</i>	<i>%</i>		<i>Aplicação/Total</i>	
	<i>Posposição</i>	<i>Intercalação</i>	<i>Posposição</i>	<i>Intercalação</i>
Idoso	67.9	32.1	57	27
Adulto	56.7	43.3	59	45
Jovem	54.7	45.3	35	29
Total: 252 ocorrências			151 (59.9%)	101 (40.1%)

Tabela 15: Idade do falante e posposição *versus* intercalação

Mais uma vez, os idosos revelam preferência por um padrão conservador, a posposição (67.9%). Já a intercalação tende a ser mais utilizada pelos jovens (45.3%). Comparando posposição e intercalação, o padrão mais inovador é este último, por isso, sua utilização um pouco maior por parte dos jovens. Não descartamos, no entanto, a possibilidade de essas tendências se alterarem em outros contextos, considerando a atuação de fatores de estatuto linguístico. Afirmamos que as escolhas linguísticas não se devem somente à atuação de fatores linguísticos e/ou extralinguísticos, isolados, mas há um jogo de forças que, atuando sobre os padrões linguísticos, determinam um ou outro (DU BOIS, 1985; DIESSEL, 2005).

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho objetivou analisar a ordem de orações temporais no *Corpus Sociolinguístico de la Ciudad de México* (CSCM), com base nos postulados da sociolinguística variacionista (LABOV, 1978, 1983[1972], 1994, 2001) e do

funcionalismo linguístico (MANN; THOMPSON, 1983; HAIMAN; THOMPSON, 1984; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014 [1985]; DECAT, 2001; GIVÓN, 2001).

Por procedimentos de coleta, codificação e análise estatística (*software* GOLDVARB) (GUY; ZILLES, 2007), as ocorrências foram analisadas qualitativamente e quantitativamente, considerando as variáveis *relações lógico-semânticas* (*motivo, condição, concessão e tempo*), *funções textual-discursivas* (*guia, figura, moldura e avaliação*), *idade do falante* (*jovem, adulto e idoso*) e *escolaridade do falante* (*alta, média e baixa*).

Os resultados gerais das 595 ocorrências apontaram preferência pela anteposição (57.6%), seguida pela posposição (25.4%), ficando a intercalação (17%) em último lugar, no que diz respeito à frequência de uso. Vimos que a anteposição tem preferência por geralmente introduzir, do ponto de vista da iconicidade (GIVÓN, 2001), informações relevantes para guiar o ouvinte no evento descrito pela nuclear. Já a posposição, padrão canônico, emoldura os eventos expressos na nuclear, expressando informações acessórias. A intercalação é preterida por ser o padrão mais marcado, mais complexo estruturalmente e cognitivamente e, por isso, de baixa frequência (CAVALCANTE, 2015), ferindo o subprincípio de iconicidade “proximidade e relevância” (GIVÓN, 2001).

Quanto à atuação dos grupos de fatores, a anteposição é motivada (*versus* a posposição) por *guia* (peso 0.966), *motivo* (0.636), *condição* (0.572), *escolaridade baixa* (0.618) e *média* (0.532). Oposta à intercalação, nenhum fator foi selecionado. Nota-se, então, que a anteposição é contexto para expressar causa e condição, noções que situam/guiam o ouvinte nos eventos expressos pela nuclear. Além disso, apresenta maior uso entre falantes de nível médio e baixo de escolaridade, já que eles tendem a utilizar as formas inovadoras.

Quanto à posposição, foram significativos, em oposição à anteposição, os fatores *tempo* (0.582), *concessão* (0.552), *avaliação* (0.993), *moldura* (0.901), *figura* (0.727) e *escolaridade alta* (0.643); em oposição à intercalação, foram significativos os fatores *avaliação* (0.961), *moldura* (0.746) e *escolaridade alta* (0.643). Percebemos que as noções semânticas de tempo e concessão constituem-se como acessórias para situar os eventos da nuclear. Do mesmo modo, a posposição torna-se contexto propício para expressar avaliações e emoldurar eventos. Já as orações pospostas com função de figura refletem o subprincípio de iconicidade “ordem de ocorrência e ordem reportada”, que prevê que as orações tendem a ser dispostas na ordem em que os eventos se deram. Em

adição, vimos que a posposição também é motivada pelo fator escolaridade alta, uma vez que os falantes deste grupo tendem a utilizar mais os padrões canônicos.

Por sua vez, a intercalação (*versus* a posposição) é condicionada pelas variáveis *guia* (0.988), *figura* (0.515), *escolaridade baixa* (0.629) e *média* (0.546), mas, oposta à anteposição, nenhum fator foi selecionado. Vimos que a intercalação constitui importante recurso para retomar e especificar informações mencionadas (SOUZA, 2001), realçando o elemento com função de tópico na cláusula. Em relação à variável escolaridade do falante, vimos que os falantes de escolaridade média e baixa preferem esse padrão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCOS LLORACH, Emilio. *Gramática de la lengua española*. 2. reimpr. Real Academia Española, Madrid: Espasa Calpe, 2000.

BELLO, André. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Caracas: La Casa de Bello, 1995.

CAVALCANTE, Sávio André de Souza. *Análise sociofuncionalista da ordenação de cláusulas hipotáticas adverbiais temporais no Espanhol mexicano oral*. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=14314>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____. A influência dos fatores escolaridade, idade e tipo de oração/conectivo na ordem de Orações Temporais no Espanhol Mexicano Oral. In: SEMANA ACADÊMICA DOS CURSOS DE LETRAS NOTURNO DA UFC, 2., 2016, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Departamento de Letras da Universidade Federal do Ceará, 2016. p. 1-10.

CHAFE, Wallace L. *How People Use Adverbial Clauses*. Proceedings of the Tenth Annual Meeting of Berkeley Linguistics Society. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984. p. 437-449.

_____. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdã: John Benjamins Publishing, 1988. p. 1-27.

CHEDIER, Carolina Moreira. *Perfil de figura/fundo em crianças com e sem queixas escolares*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística). Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COELHO, Izete Lehmkuhl et al. *Sociolinguística*. 1. ed. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. v. 1. 172p. Disponível em: <http://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica_UFSC.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: _____; SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; BITTENCOURT, Vanda de Oliveira; LIBERATO, Yara Goulart (Orgs.). *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. 1. ed. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001, v. 5, p. 103-166.

DIESSEL, Holger. Competing motivations for the ordering of main and adverbial clauses. *Linguistics*, Belgium, v. 43, n. 3, p. 449-470, 2005. Disponível em: <<http://www.personal.uni-jena.de/~x4diho/Competing%20motivations%20for%20the%20ordering%20of%20main%20and%20adverbial%20clauses.pdf>>. Acesso em 23 fev. 2017.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 343-365.

FERNÁNDEZ, Jesús; FENTE, Rafael; SILES, José. *Curso intensivo de español: gramática*. 7. ed. Madrid: Sociedad General Española de librería, 1996.

FOX, Barbara. Principles shaping gramatical practices: an exploration. *Discourse studies*, Los Angeles/London, v. 9, n. 3, p. 299-318, 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam: J. Benjamins, 2001.

GÓMEZ TORREGO, Leonardo. *Gramática didáctica del español*. São Paulo: Edições SM, 2005.

GUY, Gregory Riordan; ZILLES, Ana. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An introduction to functional grammar*. Australia: Edward Arnold, 1985.

HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. "Subordination" in universal grammar. In: Proceedings of the Tenth Annual Meeting of Berkeley Linguistics Society. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984. p. 510-523.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KATO, Mary Aisawa; TARALLO, Fernando et al. Preenchedores sintáticos nas fronteiras de constituintes. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do*

Português Falado. Vol III, 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 235-271.

LABOV, William. Where does the Linguistic variable stop. A response to Beatriz Lavandera. *Sociolinguistic Working Paper*, 44. Texas, 1978.

_____. *Modelos Sociolinguísticos*. Tradução de José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A., 1983. Tradução de: *Sociolinguistic Patterns*, 1972.

_____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

MANN, William; THOMPSON, Sandra A. *Relational propositions in discourse*. California: University of Southern California, 1983.

NARO, Anthony Julius. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-50.

NEBRIJA, Antonio de. *Gramática de la lengua castellana*. Salamanca: [s.n.], 1492. Disponível em: <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000174208&page=1>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la lengua castellana*. Madrid: Real Academia Española, 1771.

SILVEIRA, Elisabeth. *O aluno entende o que se diz na escola?* Rio de Janeiro: Ed. Dunya, 1997.

SOUZA, Maria Suely Crocci de. O papel discursivo e coesivo das orações temporais. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001, p. 67-78.

_____. Menino saía da praça quando foi atingido por uma bala perdida: a cláusula temporal atípica. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 35, p. 1413-1422, 2006.

TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OPERADORES ARGUMENTATIVOS NA ESCOLA: PROPOSTAS DE ANÁLISE LINGUÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA CRÍTICA

ARGUMENTATIVE OPERATORS IN THE CLASSROOM: SUGGESTIONS TO USE LINGUISTIC ANALYSIS FOR THE DEVELOPMENT OF CRITICAL READING SKILLS

Pedro Lucas Castro (UFJF)

Resumo

Este trabalho é ancorado na perspectiva da análise crítica do discurso e nos fundamentos teóricos presentes nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Diante dos baixos índices de alfabetismo funcional dos brasileiros, buscamos entender o potencial do ensino de gramática para aprimorar as habilidades de leitura crítica dos nossos alunos. Nosso recorte abarca as conjunções ou operadores discursivos, devido a seu grande poder de direcionar leituras e ocultar visões de mundo ou posicionamentos, conforme já constatado por muitos trabalhos em ACD. Visto que os livros didáticos são tradicionalmente o principal material de trabalho dos professores no nosso país, inclusive no ensino de português, procedemos a uma investigação concernindo algumas das coleções mais usadas no Brasil. Perguntamo-nos acerca do alcance discursivo de suas abordagens e de sua utilidade prática para a formação cidadã de nossos estudantes.

Palavras-chaves: Análise Crítica do Discurso; Conjunções; Leitura Crítica; Ensino.

Abstract

This paper is based on the perspective offered by Critical Discourse Analysis and on the theoretical foundations present in the guidelines of the PCN. Bearing in mind the low levels of functional literacy of Brazilian people, we seek to understand the potential of grammar teaching in order to improve our students' critical reading skills. Our focus consists of conjunctions or discursive operators, due to their great power to direct the process of reading and to hide worldviews or argumentative positions, as demonstrated by many researches in CDA. Since textbooks are traditionally the main working material of teachers in our country, including the mother language domain, we proceed to an investigation concerning some of the most used collections in Brazil. We ask ourselves about the discursive extent of their approaches and their practical benefits for citizenship education.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Conjunctions; Critical Reading; Teaching.

Introdução

Este trabalho integra a pesquisa de mestrado intitulada “O Ensino do Papel Discursivo das Conjunções na Leitura de Intenções, Valores e Sujeitos”, coadunada com outros trabalhos e monografias produzidos no seio do Grupo de Estudos sobre Reflexão e Análise Linguística na Escola (GERAL-E), do qual fazemos parte. Esse grupo, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora, surgiu da necessidade de se estabelecer um canal de diálogo consistente entre a orientação oficial para o trabalho com língua materna na escola, o conhecimento construído pelos teóricos dos estudos da

linguagem, o conhecimento prático de professores da Educação Básica e a formação docente, no que diz respeito às práticas de análise linguística nas aulas de Português. O objetivo comum aos membros do GERAL-E é a investigação das possibilidades de incorporação efetiva da análise linguística nas práticas de ensino de português, em todas as suas instâncias.

Mais especificamente, este trabalho busca contribuir para a diminuição dos índices de analfabetismo funcional constatados entre os brasileiros por exames nacionais e internacionais, uma estatística que se mostra preocupante especialmente diante das medidas tomadas ao longo das últimas décadas visando à reversão desse quadro: a publicação dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), no fim da década de 1990, a escrita da Base Nacional Curricular, mais recente, o crescimento do número de publicações voltadas aos professores dos níveis básico e médio e a implementação dos cursos de mestrado profissional, entre outras. É preciso entender por que nossos alunos continuam incapazes, ao fim de nove ou doze anos de escolaridade, de ler ou ouvir um texto sem articular suas partes, sem entender implícitos, sem fazer inferências, sem apreciar ou compreender ironias e desprovidos de condições para dialogar criticamente com esse texto – articulando-o com outros, refutando-o ou acatando-o com o embasamento necessário.

Nossas leituras, às quais nos referenciaremos no próximo capítulo, conduziram-nos à hipótese de que o problema está associado ao restrito e insuficiente espaço concedido ao tratamento da esfera discursiva em sala de aula. Falamos aqui do apego excessivo a aspectos superficiais do texto e/ou inerentes a ele, isto é, da exclusividade de discussões semânticas que não levam em conta o enunciador, as condições de produção do enunciado, a imagem do enunciatário, os aspectos extratextuais etc. Como é de conhecimento geral, tais práticas de ensino foram, por muito tempo, hegemônicas nas aulas de português, sendo percebidas mais tarde como insuficientes para a formação de usuários competentes de sua língua, conforme constatamos na escrita dos PCN (BRASIL, 1999).

Em razão da base insuficiente fornecida pela graduação, do diminuto incentivo para a formação continuada e da falta de tempo para o planejamento letivo, sintomas da precarização da profissão, o professor muitas vezes vê-se sem alternativas senão a utilização irrestrita e incontestada do livro didático para a montagem das aulas. É por esse motivo que, ao nos perguntarmos sobre a possível permanência das práticas textuais imanentistas e superficiais nas salas de aula, concluimos que uma análise dessas

ferramentas, tão essenciais para o trabalho docente no Brasil, poderia ser útil no sentido de compreendermos as prioridades, abordagens e metodologias atualmente vigentes nesse domínio. É importante sabermos em que medida a gramática, nesses livros, tem deixado de ser o foco do ensino e o próprio objeto de aprendizado para assumir o papel que as muitas discussões acadêmicas e documentos governamentais têm recomendado que ela passe a exercer: o de instrumento em prol do aprimoramento do uso linguístico; e não de um uso monolítico, mas dos muitos usos aos quais as esferas de atividades humanas nos compelem, em toda sua amplitude. Na próxima seção, detalhamos o processo de recorte e de delimitação do objeto de pesquisa.

Pressupostos teórico-metodológicos

Em se tratando de linguagem, embora os aspectos discursivos extrapolem os limites do texto, o leitor, tanto quanto tiver sido formado para interagir de maneira crítica e ativa com os enunciados em circulação, é capaz de apreendê-los a partir de elementos presentes na estrutura linguística da manifestação verbal e de usá-los a seu favor na compreensão da fala do outro. Alguns desses elementos sinalizam de maneira mais precisa para estruturas de argumentação e recursos de persuasão e manipulação voltados à fabricação de pressupostos. São pronomes, modalizações, construções oracionais, além das palavras tradicionalmente colocadas na classe guarda-chuva dos advérbios, entre outros elementos linguísticos, cujos sentidos ultrapassam o imediatamente perceptível e nos orientam na compreensão do sujeito responsável pelo discurso que chega até nós, enunciatários, na compreensão de seus objetivos para aquela interação (e possivelmente para o conjunto ou um subconjunto de suas interações). Tamanha importância enquanto recursos pragmático-discursivos deveria, em tese, bastar para que o tratamento dessas palavras nas práticas pedagógicas passasse por uma reformulação em termos da abordagem teórica e da metodologia de ensino.

Chamam-nos a atenção, sobretudo, os operadores argumentativos ou marcadores discursivos – tradicionalmente enquadrados na categoria das conjunções, terminologia ainda mantida no contexto escolar – por sua natureza dúbia no funcionamento da língua. Essas palavras, ao mesmo tempo em que se mostram essenciais para o encadeamento das ideias e para a atribuição de textualidade ao que poderia, de outro modo, não passar de sequências desconexas de enunciados, também ocultam trajetórias de raciocínio e

fazem prova de determinados valores e intenções por parte do enunciador e das vozes que atravessam o texto (FIORIN, 2015; ILARI, 2015).

Por outro lado, conforme pontua van Dijk (2008), o domínio desses recursos é ainda um bem simbólico restrito a um número muito pequeno de pessoas. Trata-se das elites detentoras de capital; o grande poder de acesso a outros discursos, a quantidade média de tempo de escolarização desses indivíduos e sua posição superior na hierarquia do mercado de trabalho conferem-lhes exclusividade no domínio e no manejo consciente de muitos saberes e estratégias linguísticas. As elites econômicas e sociais, com o fim de perpetuar as relações desiguais de poder vigentes na sociedade, utilizam-se desses recursos tanto quanto podem e assim vão mantendo sua posição também de elites discursivas.

A instituição escolar – a pública, de maneira especial – que não se deixa afetar por um panorama tal como o retratado acima precisa repensar seu papel enquanto instância de educação e de formação cidadã. É preciso que nós, educadores, façamos o que estiver ao nosso alcance a fim de preparar as pessoas que passam por nós para existirem e resistirem, nesse sistema, aos sucessivos empreendimentos de manutenção do poder, de manipulação, de construção de ideais e de ideologias através de textos, por parte das elites discursivas.

Formar pessoas capazes de ler e capturar os sentidos, dos mais superficiais aos menos perceptíveis, é uma tarefa que acompanha o professor de português desde as séries iniciais até quantos forem os níveis de ensino existentes. Pesquisadores renomados na área da linguística (tais como Marcos Bagno, Irandé Antunes, Ingedore Koch, Carlos Alberto Faraco e Sírio Possenti, para citar alguns) dedicaram muito de suas carreiras a desmitificar a tradição gramatical enquanto objeto de ensino e aprendizagem produtivo no ensino de língua materna – como ela de fato foi durante muito tempo –, constatando em suas pesquisas a existência de outras variedades linguísticas tão estruturadas e válidas quanto a norma padrão apregoada nas gramáticas normativas, bem como apontando a necessidade de se eleger novas estratégias para otimizar o desenvolvimento das competências de uso: leitura, escrita, fala e escuta. Em fins dos anos 1980 e durante a década seguinte, então, proliferaram os debates acerca das possibilidades da análise linguística como conjunto de práticas mais propícias para substituir os exercícios de nomeação, classificação e memorização no currículo de língua portuguesa. Trata-se de entender e de usar os recursos gramaticais como ferramentas que contribuem para a expressão dos sentidos do texto, sempre

contextualizados; trata-se de comutá-los, retirá-los, dissecá-los, formular regras e testá-las, lidar com a língua viva e colocá-la cada vez mais a favor dos cidadãos que formamos.

Antunes (2010), Barbosa (2008) e Mendonça (2006) elucidam esse conceito e esmiúçam as estratégias nele compreendidas, discutindo, cada uma à sua maneira e com seus respectivos objetivos, os passos para usar a análise linguística a favor do ensino de português e a favor dos interesses do alunado, demarcando os tipos de atividades mais adequados para desencadear reflexões sobre a língua e o domínio de seu potencial. Esses trabalhos exploram, mais especificamente, as possibilidades da análise linguística enquanto metodologia de ensino possibilitadora do estudo dos sentidos, das intenções e das posturas argumentativas presentes nos textos. Antunes e Mendonça chegam a abordar em específico as conjunções ou operadores argumentativos como sendo sinalizadores, “pedras no caminho”, marcas do raciocínio e da teia persuasiva a que o enunciador de certos textos procura nos afixar.

Dada a importância do domínio de uso das conjunções em prol da equiparação dos indivíduos e grupos sociais nas relações de poder, mediadas, instituídas e possibilitadas pelo discurso, indagamo-nos acerca do patamar em que se encontram, na escola, as discussões sobre esses elementos linguísticos fundamentais na tessitura das redes argumentativas. Ficou clara, neste momento de nossas discussões, a necessidade de constatar as prioridades, os rumos, as técnicas e as aplicações do ensino dos operadores discursivos nas aulas de português, para, em seguida, compreender o que está dentro dos parâmetros esperados e aprimorar o que destoia do objetivo de formação crítica dos estudantes.

Ao interpor-se entre nossas questões investigativas e nosso objetivo, entretanto, a dificuldade de verificar os acertos e falhas do ensino de conjunções de maneira abrangente levou-nos a questionar: de que maneira seria possível dar conta das muitas realidades concorrentes nas salas de ensino médio de todo o território nacional? Tendo os estados e municípios suas legislações específicas, tendo os professores das escolas públicas diferentes trajetórias acadêmicas e diferentes rotinas de trabalho, a metodologia de trabalho que acabou se mostrando mais compatível com aquilo a que nos propomos foi a busca por informações através da pesquisa documental nos livros didáticos. Estes constituem, afinal, as ferramentas de trabalho mais empregadas e mais presentes no cotidiano dos professores – um quadro que fica tanto mais acentuado quanto maiores forem as responsabilidades assumidas pelo docente e menor for seu tempo de

preparação das aulas, situação que sabemos ser comum a grande parcela dos educadores, frente à desvalorização da profissão e às precárias faixas salariais ao longo de todo o país.

Desse modo, analisamos as cinco coleções de livros didáticos de língua portuguesa mais distribuídas no nível médio de ensino em todo o país (o momento de escolarização no qual tanto a argumentatividade quanto as discussões metalinguísticas estão mais propícias a aparecer); essa análise é feita a partir de uma lista de perguntas pré-concebidas com base nos aspectos mais importantes para a avaliação do tratamento que um livro didático pode oferecer quanto a uma classe de elementos linguísticos. A compreensão do que é importante e do que precisa constar em uma abordagem de conjunções se dá, por um lado, em vista das leituras e das teorias abraçadas neste trabalho e, por outro lado, em vista do que é recomendado no principal documento a parametrizar o ensino no Brasil, os PCN. Partimos da premissa de que uma análise atenta dos materiais que mais embasam e direcionam o trabalho docente constitui uma maneira válida e factível de visualizar o panorama dos estudos das conjunções aos quais os alunos brasileiros têm tido acesso.

Observamos, em cada volume, a divisão em seções, os critérios para a divisão, o aparecimento ou não das conjunções, o teor do(s) capítulo(s) em que as conjunções aparecem, a aplicabilidade dos conhecimentos, a relação com a textualidade dos discursos, o tipo de exemplos, os tipos de exercícios, as prioridades da coleção, a quantidade de espaço reservada às conjunções, a quantidade de conjunções que aparecem, o tipo de classificação, as definições, a ordem das subseções e a presença ou não de um viés discursivo, entre outros fatores que foram aparecendo posteriormente sem estarem previstos, como a possibilidade de uso das conjunções como recurso estilístico. Os dados passam por uma leitura qualitativa e por balanceamentos quantitativos; cada um desses tratamentos tem sua maneira específica de prover compreensões da realidade, completando-se mutuamente em suas lacunas, um benefício somente oferecido pela pesquisa mista (JOHNSON; ONWEGBUZIE; TURNER, 2007). Na próxima seção, mostramos os resultados obtidos até a análise da terceira coleção.

Resultados

As três coleções de livros didáticos analisadas – de maneira preliminar – até o momento da divulgação deste trabalho foram *Português Linguagens*, de Cereja e

Magalhães, *Novas Palavras*, de Amaral, Ferreira, Leite e Antônio, e *Português – Contexto, Interlocução e Sentido*, de Abaurre, Abaurre e Pontara; elas ocupam, respectivamente, o primeiro, o segundo e o terceiro lugares em números de distribuição nos índices disponibilizados pelo governo federal. Em termos de abrangência da função textual, do poder argumentativo e do nível discursivo das conjunções, contudo, nossas análises têm apontado para uma inversão direta dessa ordem, como veremos. Não pretendemos nos delongar, aqui, com todas as informações encontradas na análise de cada coleção, sobretudo por causa do espaço que nos cabe, mas também porque as tarefas analíticas estavam em sua fase preliminar no momento da divulgação dessa pesquisa; destacamos portanto, neste artigo, apenas os aspectos que mais chamaram a atenção em cada uma, a um olhar inicial.

Português Linguagens é, das três coleções, aquela que menos apresenta inovações em relação à maneira tradicional de abordar as conjunções em sala de aula, com grande ênfase em atividades de classificação, e limitada – nas discussões teóricas e nas propostas de exercícios – aos níveis sintático e semântico. Embora apresente grande número de operadores discursivos, uma contribuição considerável para a ampliação do repertório de elementos linguísticos dos alunos, a coleção deixa de aproveitar muitas oportunidades para levar os alunos a entenderem a intrigante função das conjunções, tanto nos textos grandes dos capítulos destinados a essas palavras quanto em textos de tamanho bastante diminuto, como as “frases de para-choque” do exercício que reproduzimos abaixo:

1. Leia as seguintes frases de caminhão e indique as circunstâncias que as orações subordinadas adverbiais expressam.
 - a) *Se ferradura desse sorte*, burro não puxava carroça.
 - b) Passarinho não come pedra *porque sabe o bico que tem*.
 - c) Preguiça é o hábito de descansar *antes de estar cansado*.
 - d) Seja paciente na estrada *para não ser paciente no hospital*.
 - e) Sou grande *porque respeito os pequenos*.
 - f) *Se me vires abraçado com mulher feia*, separa que é briga.

Cochar e Magalhães, 2010, p. 163

Apesar do tamanho reduzido dos seis textos disponíveis para análise nesse exercício, chama a atenção a força argumentativa presente em muitos deles; chama a atenção também a maneira como as conjunções direcionam para conclusões e se fazem essenciais para o poder de persuasão das enunciações. A maior oportunidade de análise

perdida nesse exercício, que se contenta com uma percepção rasa e com uma associação simples entre conjunções e valores semânticos (o que o aluno pode fazer concentrando seus esforços unicamente em localizá-las na tabela provida no próprio capítulo), parece ser a do texto presente na letra (d) desse exercício. Aqui, a noção de finalidade aparece de tal forma imbricada com a de causa e consequência no conectivo “para”, e a força comunicativa é tão grande para tão poucas palavras, que a classificação da oração subordinada deveria ser a última das preocupações, sem mencionar a exploração da ambiguidade da palavra “paciente”. Outros textos também se mostram interessantes para uma análise do nível discursivo na medida em que as conjunções neles presentes ocultam pressupostos ou fabricam consenso, uma estratégia cujo domínio é essencial para a formação leitora de nossos alunos.

Também foi possível perceber, nessa coleção, menor atenção ao uso das conjunções em situação textual: fosse nos exemplos das discussões teóricas, fosse nas atividades demandadas, o escopo de análise do aluno restringiu-se, no mais das vezes, a um conjunto de frases descontextualizadas e inventadas pelos autores exclusivamente para servirem de exemplo.

Na coleção *Novas Palavras*, já se percebe um direcionamento maior para a força persuasiva das conjunções e sua possibilidade de inculcar ideias no inconsciente coletivo por parte de enunciadores com mais acesso às ferramentas da linguagem. Há pouquíssimas páginas reservadas às conjunções e tampouco se pode dizer que seja apresentada uma grande gama desses elementos. Não obstante, as discussões são bem distribuídas e a coleção, ao longo de seus volumes, dá conta de explorar os níveis semântico e discursivo de significação das conjunções. Os dois maiores exemplos são a discussão promovida em torno do pronunciamento de uma figura política brasileira que, através de seu discurso, propagou machismo e refletiu o patriarcalismo que vigora em nossa sociedade, tudo isso revelado por meio da conjunção “mas”; e a atividade que parte de um texto escrito por uma associação beneficente, também explorando o poder de uma conjunção adversativa de revelar valores e posicionamentos argumentativos implícitos. As discussões demandadas dos alunos são razoavelmente aprofundadas, mas, em vista de sua importância, poderiam povoar mais páginas dos volumes dessa coleção.

A coleção *Português – Contexto, Interlocução e Sentido* demonstra notável preocupação em estabelecer o texto como manifestação linguística na qual a função da conjunção pode e deve ser realmente entendida, em detrimento da frase solta e artificial

usada à exaustão por coleções mais tradicionais. As autoras têm um discurso metalinguístico, mesmo, ao sinalizarem para o que elas consideram prioridade dentro desse estudo, isto é, o desvendamento dos sentidos, e não a mera taxonomia; prova disso é a ausência de uso do texto como pretexto para discussões gramaticais, nos capítulos acerca das conjunções: mesmo que o capítulo tenha sido escrito prioritariamente para discutir esses elementos linguísticos, há interpretação dos textos e práticas de análise linguística.

O principal acerto da coleção é a maneira bastante sistematizada e progressiva de abordar as conjunções em diversos níveis da linguagem, de maneira a fornecer uma boa base para que os alunos entendam o fenômeno. As reflexões pedidas dão conta de explorar o nível discursivo tanto quanto o semântico e podem, sem esforço, ser utilizadas pelo professor para evidenciar o papel semântico, textual e pragmático das conjunções. Dois dos exercícios eleitos para comporem a parte prática de um dos capítulos, ambos retirados de provas de exames vestibulares, maximizam essa linha pedagógica e exploram com bastante propriedade a esfera discursiva, levando o aluno a lidar com intencionalidades, efeitos estilísticos de sentido e com particularidades de certos gêneros textuais no que tange ao uso de articuladores discursivos. A principal falha dessa coleção também se verifica nas outras duas: a segregação da análise das conjunções à seção de gramática do livro, o que indica claramente pouco avanço na direção de cumprir as diretrizes dos PCN acerca da integração dos eixos do ensino de língua portuguesa, conforme elucidado na imagem abaixo (BRASIL, 1998):

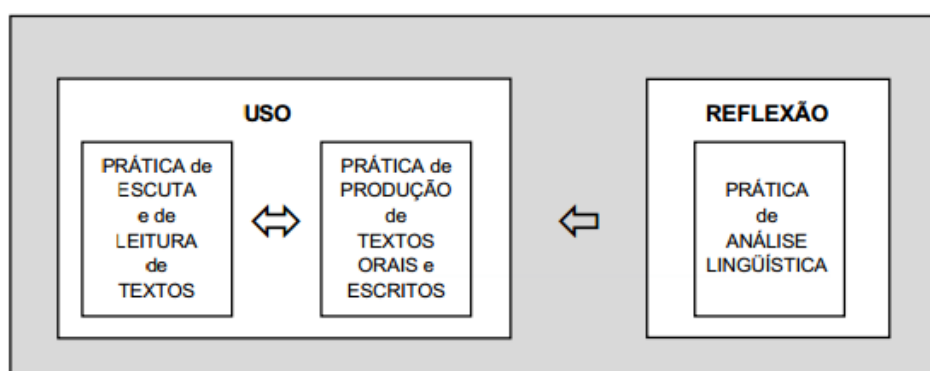


Figura 1: A integração do uso e da reflexão nos PCN

De maneira geral, as coleções já analisadas apresentaram formas distintas de tratar as conjunções, indo da restrita análise morfosintática e semântica e do tabelamento dos valores semânticos até expressivas análises do valor discursivo dessas

palavras na ocultação de pressupostos e na organização de ideias. Mesmo assim, todas as coleções ainda precisam fazer avanços, e não somente no tocante às conjunções, visto que os livros até o momento analisados não articulam as habilidades de escrita argumentativa (destinadas à seção “Produção Textual”) e o uso desses recursos gramaticais.

Após a leitura preliminar das três primeiras coleções, resta na agenda dessa pesquisa empreender uma análise mais precisa, respondendo de maneira precisa a todas as perguntas elaboradas para cada um dos volumes, submetendo os dados a triagens qualitativas e a balanços quantitativos que nos auxiliem a enxergar a realidade do ensino de conjunções de maneira mais clara. Assim e somente assim confirmaremos ou refutaremos nossa hipótese de que o ensino de conjunções pode não estar sendo colocado a favor do ensino de leitura, de argumentatividade e da investigação de aspectos do discurso. Esperamos que os desdobramentos dessa pesquisa interfiram no olhar lançado pelos docentes às conjunções e que influenciem outros trabalhos a descobrirem as possibilidades escolares para o tratamento discursivo da linguagem.

Referências

ABAURRE, M. L., ABAURRE, M. B, PONTARA, M. N. *Português - contexto, interlocução e sentido*. São Paulo: Moderna, 2013. v. 2.

AMARAL, Emília; FERREIRA, Mauro; LEITE, Ricardo; ANTÔNIO, Severino. *Português: Novas palavras: literatura, gramática, redação*. Vol. 3, Coleção Novas Palavras. Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2013.

ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BARBOSA, Jacqueline P. *O lugar da gramática no currículo de língua materna*. Apresentado no XI Congresso de la SAL, UNL, Santa Fe, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base nacional comum curricular*. Brasília, DF: MEC, 2015.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CEREJA, William R.; MAGALHÃES, Thereza C. *Português linguagens: vol. 3. 7ed. reform.* São Paulo: Saraiva, 2010. p. 159-167.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

ILARI, Rodolfo. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil - Vol. IV: Palavras De Classe Fechada*. São Paulo: Contexto, 2015.

JOHNSON, R.; ONWUEGBUZIE, A. ; TURNER, L. *Toward a definition of mixed methods research*". *Journal of Mixed Methods Research*, v.1, n. 2. 2007, p. 112-133.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: ____; BUNZEN, C. *Português no ensino médio e formação de professor*. São Paulo: Parábola, 2006. p.199-225.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES POR MEIO DE MECANISMOS DE CONTRAEXPECTATIVA EM CRÔNICAS DE RUBEM BRAGA

THE ARTICULATION OF CLAUSES BY MECHANISMS OF CONTRAEXPECTATIVE IN CHRONICLES BY RUBEM BRAGA

Camila de Oliveira Groppo Lourenço Lima (UFF)

Resumo: O presente trabalho analisa a articulação de orações adversativas e concessivas por meio de mecanismos de oposição que exprimem ideia de contraexpectativa, à luz da Macrossintaxe Argumentativa de Ducrot e do estudo semiolinguístico das relações lógicas proposto por Charaudeau, a partir de um *corpus* composto por duas crônicas escritas por Rubem Braga. No *corpus* selecionado, verifica-se o emprego do conector *mas*, observando a diferença entre o *masSN*, operador lógico, cujo valor semântico é o de retificação, e o *masPA*, operador argumentativo. Investiga-se, também, o emprego do conector *embora*, a fim de diferenciar a argumentação concessiva e a adversativa a partir da observação da utilização de estratégias de antecipação e de suspense. Além disso, é feita a investigação de tais mecanismos de contraexpectativa a partir da relação lógica de restrição proposta por Charaudeau.

Palavras-chave: contraexpectativa, macrossintaxe argumentativa, semiolinguística.

Abstract: This article analyzes the articulation of oppositional and concessive clauses by means of opposition mechanisms that express the idea of counterexpectation, in the light of the Argumentative Macro-syntax of Ducrot and the semiolinguistic study of logical relations proposed by Charaudeau, as of a *corpus* composed of two chronicles written by Rubem Braga. In the selected corpus, check the employment connector *but*, observing the difference between the *but SN*, logical operator, whose semantic value is the one of rectification, and the *but PA*, argumentative operator. It is also investigated the use of the connector *though*, to differentiate the concessive and adversarial arguments as of an observation of the use of strategies of anticipation and suspense. Moreover, it is made the investigation of such mechanisms of counterexpectation from the logical relation of restriction proposed by Charaudeau.

Keywords: counterexpectation, argumentative macro-syntax, semiolinguistic.

1 Considerações iniciais

O desejo de desenvolver este trabalho surgiu a partir da minha prática docente, que me permitiu ver a realidade (ainda) persistente nas aulas de Português no Brasil: um ensino de língua que se limita, muitas vezes, a uma simplória reprodução de nomenclaturas impostas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e pelas gramáticas normativas, desconsiderando, por exemplo, a insuficiência das noções e procedimentos e as inconsistências teóricas contidas na tradição gramatical.

Esse método de ensino, que, muitas vezes, reduz o ensino de gramática a um simples estudo metalinguístico, não conduz a um melhor entendimento dos processos de compreensão e produção de textos, tão necessários a nossos alunos.

É fundamental ressaltar, entretanto, que este trabalho não objetiva sugerir a exclusão da metalinguagem nos estudos gramaticais. O que se pretende é reforçar a postura de que o ensino da metalinguagem não deve constituir um fim em si mesmo. Segundo Franchi (2006, p. 69), “nesse exercício escolar puramente classificatório se distancia o aspecto fundamental da atividade gramatical que consistiria em compreender os diferentes processos pelos quais o sujeito atua linguisticamente”. Logo, o estudo metalinguístico deve, na verdade, ser visto como um dos recursos para transmitir ao aluno um saber consciente sobre sua língua, que lhe permita a ampliação de sua capacidade de comunicação e expressão verbal.

Diante disso, uma das propostas deste estudo é mostrar a possibilidade de inserir, na educação básica, abordagens que vão além daquelas propostas pela NGB, pelas gramáticas tradicionais e por muitos livros didáticos. É inegável a necessidade de promover o trabalho com uma gramática que seja, de fato, reflexiva, e que leve nossos alunos a desenvolverem seu potencial crítico, de modo que compreendam e se posicionem em relação àquilo que leem.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a articulação de orações adversativas e concessivas por meio de mecanismos de oposição que exprimem ideia de contraexpectativa, à luz da Macrossintaxe Argumentativa de Ducrot e do estudo semiolinguístico das relações lógicas proposto por Charaudeau, a partir de um *corpus* composto por crônicas escritas por Rubem Braga.

2 Fundamentação teórica

Trataremos, inicialmente, da fundamentação teórica que norteará a análise das crônicas que compõem o *corpus* deste trabalho. Tratamos dos conectores segundo concepções semântico-discursivas à luz da Macrossintaxe Argumentativa e da Teoria Semiolinguística, privilegiando a análise daqueles que marcam a contraexpectativa na articulação das orações.

2.1 Os conectores: uma visão discursiva

Enquanto a visão tradicional adota, principalmente, como visto, a terminologia *conectivos* para fazer referência a algumas classes gramaticais específicas, tais como as conjunções e os pronomes relativos, as abordagens linguísticas lançam mão do termo *conectores*. Essa é uma terminologia ampla, que engloba, além daquilo que é tratado pela gramática tradicional, outros elementos relacionais como as preposições, os advérbios e algumas palavras – chamadas “denotativas” – que, apesar de sua relevância no que concerne ao encaminhamento dos enunciados e à organização argumentativa dos textos, tiveram seu estudo relegado a um plano secundário. A fim de analisar os conectores responsáveis pelo valor semântico de contraexpectativa na articulação de orações retiradas do *corpus* selecionado, enfocaremos, a seguir, alguns pontos de vista teóricos sobre os itens em questão.

2.1.1 Os conectores e a Semântica Enunciativa

A Semântica Enunciativa ou Macrossintaxe Argumentativa, desenvolvida por Ducrot e Anscombre, foi responsável por recuperar o estudo dos operadores argumentativos – tradicionalmente descritos como meros elementos relacionais – como importantes marcas linguísticas da enunciação, os quais respondem por grande parte da força argumentativa do texto.

Nessa perspectiva de abordagem, há dois grupos de conectores: os *operadores do tipo lógico* e os *encadeadores discursivos*. Segundo Monnerat,

A função dos conectores lógicos é apontar o tipo de relação lógica que o locutor estabelece entre o conteúdo de duas proposições. Nesse caso, trata-se de um único enunciado, resultante de um ato de fala único, já que nenhuma das proposições constitui objeto de um ato de enunciação compreensível independentemente da outra, ou seja, as duas orações estão ligadas num único ato de enunciação, correspondente a uma única intenção - é um caso de subordinação semântica. (MONNERAT, 1998, p. 44)

É importante ressaltar que são diversos os tipos de relações lógicas apontadas por esses conectores: *condicionalidade, causalidade, mediação, disjunção, conformidade, temporalidade, modo, complementação e delimitação/restricção*. Não

iremos, porém, analisar as especificidades de cada um desses tipos de relações, visto que nosso trabalho não se voltará para os *operadores do tipo lógico*, e, sim, para alguns *encadeadores discursivos*. A respeito deles, Monnerat afirma que:

São responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos, cada um dos enunciados resultante de um ato de fala diferente. O que se afirma não é a relação do tipo lógico existente entre o que é assegurado por duas proposições; produzem-se, isto sim, dois ou mais enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro, considerado tema. Comprova-se que são enunciados diferentes, resultantes de atos de fala distintos, por poderem ser apresentados sob a forma de dois períodos, ou até proferidos por locutores diferentes, recebendo a denominação de encadeadores do discurso, porque tanto podem ocorrer entre orações de um mesmo período, quanto entre parágrafos de um texto. Esses conectores implicam, então, coordenação semântica e mais de um universo de crenças. (MONNERAT, 1998, p. 44-45)

Os encadeadores discursivos, além de estruturar os enunciados em textos encadeando-os de forma sucessiva, são responsáveis por marcar as relações do tipo discursivo, também chamadas *argumentativas, pragmáticas, retóricas* ou *ideológicas*. Esse encadeamento é, geralmente, feito pelos operadores argumentativos, elementos de valor essencialmente argumentativo, que orientam o texto em uma dada direção argumentativa e que são importantes marcas linguísticas da enunciação. Segundo Ducrot e Anscombe (1983), a argumentatividade está inscrita na própria língua, ou seja, para esses autores, o uso da linguagem é essencialmente argumentativo.

Dentre os operadores argumentativos, há aqueles que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, chamados operadores de *conjunção*. Existem os operadores que introduzem argumentos alternativos que levam à mesma conclusão, chamados de operadores de *disjunção argumentativa*. Há, ainda, os operadores de *justificativa* ou *explicação*, os operadores de *conclusão* e os operadores de *comparação*.

Neste trabalho, o objetivo é analisar um tipo específico de operadores: aqueles que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias, chamados de operadores de *contrajunção*, os quais pertencem à área semântica da oposição, como o *mas*, operador argumentativo por excelência, segundo Ducrot, e seus correlatos – *porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, embora, ainda que, apesar de*, etc.

Nesse contexto, é importante observar que, para a Macrossintaxe Argumentativa, agrupam-se na área semântica de oposição tanto as conjunções adversativas quanto as concessivas, segundo a classificação da gramática tradicional. Dentre os estudiosos que representam, no Brasil, a Semântica Enunciativa de Anscombe e Ducrot, destacaremos, neste trabalho, algumas abordagens de Eduardo Guimarães (2002).

Esse autor, ao tratar dos operadores de *contrajunção*, destaca o *mas*, retomando a diferença, proposta pela Semântica Enunciativa, entre dois tipos de *mas*: o *masSN*, exemplificado em (1) e o *masPA*, exemplificado em (2). Segundo ele, “o primeiro é um *mas* que tem uma função opositiva, mas não argumentativa” e “aparece sempre depois de um enunciado negativo, com uma função de correção de algo suposta ou realmente dito antes” (Guimarães, p. 61, 2002). O *masPA*, por sua vez, é o *mas* argumentativo em sentido estrito e é nele que se concentram as análises desta pesquisa.

(1) Não foi em uma esquina, **mas** foi ainda na Florida que encontrei alguém. (BRAGA, 2013, p. 439)

(2) Uma tarde em Buenos Aires eu estava meio triste – **mas** não bebi, não telefonei, não procurei nenhuma pessoa amiga. (BRAGA, 2013, p. 439)

Como dito anteriormente, na *contrajunção*, contrapõem-se enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido pelo operador *mas*.

Observa-se o fato de que, em uma sucessão de enunciados nos quais se contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias, o conteúdo da primeira asserção, articulada à segunda pelo *mas*, implica uma terceira asserção implícita, consequência natural da asserção de base e que deverá negar o conteúdo da segunda, conforme nomenclatura proposta por Charaudeau (1992).

Há de se considerar, ainda, o operador *embora*. Nesse caso, observa-se que, diante de sua utilização, a orientação argumentativa que prevalece é a do enunciado não introduzido por esse operador. Sendo assim, enquanto o *mas* marca o argumento mais

forte, que conduz para uma determinada conclusão, o *embora* marca o argumento mais fraco, aquele que vai ser invalidado pelo locutor.

Ao tratar dessa questão, Monnerat chama atenção para uma relevante diferença entre esses operadores. Segundo a autora:

Uma diferença fundamental entre as proposições introduzidas por *mas* e as por *embora*, mesmo *que*, *ainda que*, *apesar de etc.* é que, com as primeiras, só é possível a ordem *p*, *mas q* e nunca *mas q*, *p e*, com as segundas, é possível a ordem *A*, *embora B* e *Embora B*, *A*, caso em que se anuncia com antecedência que o argumento não se manterá. (MONNERAT, 2001, p. 55)

Guimarães (2002) também versa a respeito da diferença de emprego entre esses conectores, explicando-a por meio das *estratégias de relação*, que podem ser de *antecipação* ou de *suspense*. Segundo ele, a estratégia de *suspense* é aquela que o locutor utiliza quando emprega o operador *mas*. Nesse caso, o locutor faz com que o interlocutor imagine uma conclusão, para, posteriormente, introduzir um argumento que o levará a uma conclusão contrária. Já a estratégia de *antecipação* é aquela verificada no emprego do operador *embora*, quando o locutor já anuncia, de antemão, que o argumento introduzido por esse conector será anulado.

2.1.2 Os conectores e a Semiologia

Charaudeau (1992), ao tratar das relações lógicas, afirma que os procedimentos linguísticos de articulação lógica, embora possam integrar outros modos de organização discursiva, representam categorias da língua a respeito da organização argumentativa.

Segundo o autor, uma *operação lógica* é aquela que liga duas asserções sobre o mundo, de maneira que a existência de uma dependa da existência da outra. As relações lógicas, ou seja, as relações entre essas asserções, não resultam de laços meramente formais, mas de elos conceituais.

Dessa forma, o autor chama atenção para o fato de que existem três níveis de construção das relações lógicas: *cognitivo*, *linguístico* e *discursivo*. No nível cognitivo,

são construídos os arquétipos lógico-linguísticos; no nível linguístico, as relações lógicas são especificadas através de marcas formais; no nível discursivo, é o contexto e a situação comunicativa que integram essas relações num *dispositivo argumentativo*.

É válido ressaltar que as relações lógicas propostas por Charaudeau se configuram linguisticamente por meio de palavras gramaticais, palavras lexicais e certas construções frasais. Nessa perspectiva teórica, cinco categorias lógico-linguísticas são apresentadas: *conjunção*, *disjunção*, *restrição*, *oposição* e *causalidade* (que agrupa as seguintes subcategorias: *implicação*, *explicação* e *hipótese*).

2.1.2.1 A relação lógica de restrição

A *restrição* é a relação lógica que trata do processo no qual duas asserções se interligam, de modo que a segunda (asserção restritiva) apresente a negação de uma das consequências, geralmente implícita, da primeira (asserção de base). Cabe enfatizar que essa relação lógica envolve o que a gramática tradicional chama de adversativas e concessivas.

Diante disso, merece destaque a diferença entre a *restrição simples* e a *restrição concessiva*. A *restrição simples*, exemplificada em (3), caracteriza-se como sendo aquela em que o interlocutor só reconhece *a posteriori* a asserção implícita negada. Nesse caso, a marca formal de restrição inicia a asserção restritiva, ao contrário do que ocorre na *restrição concessiva*, exemplificada em (4), na qual a marca formal de restrição inicia a asserção de base, de modo que se acaba por levar o interlocutor a reconhecer a verdade daquela asserção para, depois, estabelecer a restrição.

(3) Tentei convencê-la de que não devia se abanar, **mas** acabei achando que era melhor que o fizesse. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 169)

(4) [...] **embora** fizesse frio, se abanava com uma revista. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 169)

3 Análise do corpus

Analisaremos as crônicas de Rubem Braga com base na fundamentação teórica apresentada, a fim de verificar a validade das hipóteses previamente delineadas para esta pesquisa. Além disso, pretendemos atender aos objetivos centrais incluídos na introdução deste trabalho.

3.1 Uma tarde em Buenos Aires

Nesta crônica, de 1956, Rubem Braga relata um encontro, ocorrido em uma tarde, em Buenos Aires, com um casal de amigos brasileiros que estavam em lua de mel. No início da crônica, podemos identificar um emprego do conector *mas*, classificado como *masPA*, segundo a Macrossintaxe Argumentativa:

(A) Uma tarde em Buenos Aires eu estava meio triste – mas não bebi, não telefonei, não procurei nenhuma pessoa amiga. (BRAGA, 2013, p. 439)

A estratégia de relação que pode ser observada no fragmento acima é a de *suspense*, visto que, primeiramente o cronista nos apresenta o trecho “Uma tarde em Buenos Aires, eu estava meio triste” e leva o leitor a imaginar uma possível conclusão condizente com o sentimento de tristeza, tal como beber algo, telefonar para alguém ou procurar uma pessoa amiga. Entretanto, em seguida, o autor nos apresenta um argumento que nos leva a uma conclusão contrária: “mas não bebi, não telefonei, não procurei uma pessoa amiga”.

É importante observar que essa utilização do *mas*, nesse fragmento, é condizente com o que Ducrot afirma ao dizer que esse conector pode exprimir um movimento psicológico entre crenças, opiniões, emoções, desejos. Ao afirmar que “Uma tarde em Buenos Aires eu estava meio triste – mas não bebi, não telefonei, não procurei nenhuma pessoa amiga”, o cronista nos mostra que, segundo sua visão de mundo, o que se espera de uma pessoa que está triste é que ela tome alguma atitude em relação a isso, como beber, telefonar para alguém ou procurar uma pessoa amiga.

O mesmo excerto da crônica em estudo pode ser analisado à luz da Semiologia. É possível, nesse trecho, observar que o conteúdo do primeiro

membro, articulado ao segundo pelo *mas*, implica uma terceira asserção implícita, consequência natural da primeira, e que irá negar o conteúdo da segunda asserção.

Assim, tem-se a asserção de base – *Uma tarde em Buenos Aires eu estava meio triste* – e a 2ª asserção – *mas não bebi, não telefonei, não procurei nenhuma pessoa amiga*. Tem-se, ainda, a 3ª asserção implícita, consequência da asserção de base – quando alguém está triste, espera-se que beba, telefone para alguém ou que procure uma pessoa amiga.

Torna-se necessário destacar que o texto só pode ser adequadamente compreendido quando o leitor (e o aluno) leva (ou levam) em consideração, além das asserções explícitas, o conteúdo da asserção implícita.

Charaudeau (1992), ao tratar das relações lógicas, mostra a diferença existente entre a restrição *simples* e a restrição *concessiva*. No caso em análise, verifica-se um exemplo da restrição *simples*, que é aquela na qual o interlocutor só reconhece *a posteriori* a asserção implícita que é negada. Nesse caso, a marca formal de restrição inicia a asserção restritiva.

Nesse sentido, vale salientar a semelhança existente entre a restrição *simples*, proposta por Charaudeau, e a estratégia de *suspense*, cunhada por Eduardo Guimarães. Em ambos os casos, o interlocutor reconhece *a posteriori* o conteúdo que está sendo negado pela asserção restritiva, iniciada pela marca formal de *restrição*: o *masPA* ou um de seus correlatos.

No trecho seguinte, extraído da mesma crônica, é possível verificar uma ocorrência do *masSN*, retificador:

(B) Não foi em uma esquina, mas foi ainda na Florida que encontrei alguém: era um casal de amigos brasileiros em lua-de-mel. (BRAGA, 2013, p. 439)

Esse conector tem uma função opositiva, sendo também um *operador do tipo lógico*, e não um *encadeador discursivo*. Nesta crônica, verifica-se mais uma ocorrência de um *masPA*:

(C) Estimei encontrá-los, e a felicidade do casal me fez bem, mas senti, com certa curiosidade, que no fundo de mim não havia a menor inveja. (BRAGA, 2013, p. 439)

Nessa ocorrência, percebe-se que, mais uma vez, foi empregada a estratégia de *suspense*, na qual o argumento negado é posteriormente conhecido.

Segundo a Semiologia, temos, nesse trecho, a seguinte asserção de base: “a felicidade do casal me fez bem”. A asserção restritiva, como visto, nega o conteúdo de uma 3ª asserção implícita, consequência da asserção de base. Nesse fragmento, a asserção implícita é “a felicidade do casal deveria ter me feito sentir (ou seja, ter feito o cronista) inveja”. Esse conteúdo é negado pela asserção restritiva: “mas senti, com certa curiosidade, que no fundo de mim não havia a menor inveja”. Além disso, verifica-se, no caso em análise, a ocorrência de uma restrição *simples*, como em (A).

Logo, na crônica “Uma tarde em Buenos Aires”, foram verificadas três ocorrências do conector *mas*, sendo um *masSN* e dois casos de *masPA*. Não há nenhuma ocorrência de algum conector de contrajunção correlato, como *porém*, *contudo* e *entretanto*. Não se verificou, também, ocorrência do emprego de *embora* ou de seus correlatos.

3.2 Um braço de mulher

Nesta crônica, Rubem Braga conta a respeito de uma viagem de avião, saindo do Rio de Janeiro, com destino a São Paulo. Como o avião demora a pousar, uma senhora sentada ao seu lado fica bastante aflita e o cronista se ocupa de (tentar) acalmá-la.

No final do primeiro parágrafo, é possível verificar uma ocorrência de um *masPA*:

(D) O avião já havia chegado a São Paulo, mas estava fazendo sua ronda dentro de um nevoeiro fechado, à espera de ordem para pousar. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 169)

É possível observar, nesse trecho, que o avião já havia chegado a seu destino, mas, por questões climáticas, estava impedido de efetuar o pouso.

Assim, verifica-se uma ocorrência da utilização de um conector que marca uma restrição simples, na qual a asserção “mas estava fazendo sua ronda dentro de um nevoeiro fechado, à espera de ordem para pousar” nega o conteúdo da asserção implícita que se apresenta como consequência da asserção de base: se o avião já havia chegado a São Paulo (asserção de base), esperava-se não que ele fizesse sua ronda dentro do nevoeiro, mas que pousasse (asserção restritiva, implícita). Entretanto isso não ocorreu. Nesse trecho, o autor valeu-se da estratégia de *suspense*, visto que o conteúdo negado só é reconhecido posteriormente.

Nesta crônica, foram verificadas mais 8 ocorrências de *masPA*, as quais analisaremos a seguir. Em (E), a terceira asserção implícita pode ser facilmente identificada:

(E) Tentei convencê-la de que não devia se abanar, mas acabei achando que era melhor que o fizesse. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 169)

Se o cronista tentou convencer a mulher que estava ao seu lado de que ela não devia se abanar, é porque acreditava que ela não devia fazer isso. A asserção restritiva, introduzida pelo *mas*, nega, portanto, esse conteúdo, pois introduz ao período um enunciado em que o cronista diz que acabou achando que era melhor que a mulher se abanasse. Observa-se que o cronista reconhece que, ao se abanar, a mulher poderia ficar mais tranquila. Por isso, ele diz “mas acabei achando que era melhor que o fizesse”.

No 3º parágrafo, há uma outra ocorrência de um *masPA*:

(F) Havia certamente piloto e co-piloto e vários homens no avião. Mas eu era o homem ao lado, o homem visível, próximo, que ela podia tocar. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 170)

Nesse trecho, o cronista fala a respeito da segurança que a mulher parecia sentir, naquele momento, por tê-lo ao seu lado. Ao afirmar que “Havia certamente piloto e co-piloto e vários homens no avião”, o cronista nos leva a imaginar que qualquer um deles poderia ajudar aquela senhora. Apesar disso, o único homem perto dela, e que poderia acalmá-la, pois ela podia ver e tocar, era ele.

Em (G), tem-se uma asserção restritiva – “Mas esperei inutilmente que recolhesse as pernas para que eu pudesse sair de meu lugar junto à janela” – que nega o conteúdo de uma asserção implícita: se a mulher, personagem a respeito de quem o cronista fala, aceita que ele troque de lugar com sua amiga para que, assim, ela se sinta mais segura, o esperado pelo cronista é que tal mulher recolhesse as pernas, para que ele pudesse sair de seu lugar. Então, tem-se “ofereci-me para trocar de lugar, e ela aceitou” e, por ter aceitado, deveria ter recolhido as pernas para que o cronista pudesse passar:

(G) Notando que uma sua amiga estava em outra poltrona, ofereci-me para trocar de lugar, e ela aceitou. Mas esperei inutilmente que recolhesse as pernas para que eu pudesse sair de meu lugar junto à janela; acabou confessando que assim mesmo estava bem, e preferia ter um homem — “o senhor” — ao lado. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 169)

Destaca-se que, nesse fragmento, a asserção restritiva aparece em um período diferente do período em que aparece a asserção de base. Uma outra ocorrência do conector *mas* que merece destaque é a que se verifica em (H).

(H) Mas de que vale uma aeromoça? Ela não é muito convincente; é uma funcionária. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 170)

Nessa utilização, o cronista lança mão do conector para introduzir um novo parágrafo, cujo conteúdo está intimamente relacionado ao que fora dito no parágrafo

anterior. Ao perguntar “Mas de que vale uma aeromoça?”, o cronista faz referência àquilo que é narrado anteriormente. Ele chamou uma aeromoça para que ela pudesse acalmar a mulher aflita, mas isso não surtiu o efeito por ele esperado. Assim, o que se percebe, nesse trecho, é a ocorrência de um *mas* que não nega apenas uma asserção implícita, mas uma série de implícitos que são construídos em consequência daquilo que o parágrafo sugere. Naquela situação, uma aeromoça não tinha valor; era uma funcionária, apenas, não alguém capaz de tranquilizar a senhora de quem fala o cronista.

Percebe-se, assim, ainda considerando essa ocorrência, que o início do parágrafo em análise apresenta uma pergunta, por meio da oração inserida pelo *mas* (“Mas de que vale uma aeromoça”), que dialoga com o início do parágrafo anterior, no qual o cronista fala que chamou a aeromoça com o intuito de que ela pudesse acalmar a senhora.

Tem-se, então, a seguinte relação: o cronista afirma “Chamei a aeromoça”, pois acreditava que, naquela situação, ela teria valor, utilidade; a aeromoça poderia ajudar a acalmar a senhora. Entretanto, no parágrafo seguinte, ao questionar “Mas de que vale uma aeromoça?”, ele acaba por negar, indiretamente, o valor da funcionária em tal momento.

Em (I), também se verifica a utilização do *mas* para conectar orações em períodos diferentes, embora no mesmo parágrafo.

(I) Outras lembranças me vieram, e me ocorreu que na hora da morte, segundo dizem, a gente se lembra de uma porção de coisas antigas, doces ou tristes. Mas a visão monótona daquela asa no meio da nuvem me dava um torpor, e não pensei mais nada. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 171)

Nesse caso, a asserção restritiva nega a ideia implícita de que, por estar perto da morte, o cronista deveria pensar em “uma porção de coisas, doces ou tristes”. Entretanto, o cronista foi tomado de um torpor que o impedia de pensar em qualquer coisa, o que fica claro quando ele afirma “e não pensei mais em nada”.

Analisaremos, agora, a ocorrência do *mas* verificada em (J). No fragmento em questão, percebe-se, também, que o enunciado introduzido pelo conector *mas* apresenta como uma restrição simples que se opõe ao conteúdo de uma terceira asserção, implícita.

(J) Foi uma visão rápida, logo perdida no nevoeiro denso, mas me deu uma certeza profunda de que estávamos salvos porque a terra existia, não era um sonho distante, o mundo não era apenas nevoeiro e havia realmente tudo o que há, casas, árvores, pessoas, chão, o bom chão sólido, imóvel, onde se pode deitar, onde se pode dormir seguro e em todo o sossego, onde um homem pode premer o corpo de uma mulher para amá-la com força, com toda sua fúria de prazer e todos os seus sentidos, com apoio no mundo. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 172)

A rápida visão do cronista, que, segundo ele, tão logo se perdeu na densidade do nevoeiro, não deveria ter sido suficiente para acalmá-lo naquele momento, mas foi: “Foi uma visão rápida” – e que não deveria lhe deveria ter dado uma certeza profunda de que estavam salvos – “mas me deu uma certeza profunda de que estávamos salvos (...)”.

Em (K), já no final da crônica, o cronista afirma, a respeito da mulher do avião:

(K) Certamente nunca mais a verei, nem o espero. Mas o seu belo braço foi um instante para mim a própria imagem da vida, e não o esquecerei depressa. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 172)

Diante disso, o leitor é levado a imaginar que essa mulher – e seu braço direito, tocado pelo cronista, por alguns instantes, para conferir à mulher tranquilidade naquele momento de aflição – seria rapidamente esquecida pelo cronista. Ele, no entanto, afirma “Mas o seu belo braço foi um instante para mim a própria imagem da vida, e não o esquecerei depressa”. Assim, é possível perceber como, mais uma vez, o *mas* insere uma asserção restritiva que nega um conteúdo implícito.

Diante das análises aqui feitas, é necessário chamar a atenção para as ocorrências verificadas em (F), (G), (H), (I) e (K). Nesses fragmentos, o emprego do *mas* vai além daquilo que é prescrito pelas gramáticas tradicionais e pela maioria dos livros didáticos que circulam nas escolas brasileiras.

Segundo a abordagem tradicionalista, o *mas*, assim como seus correlatos – porém, contudo, entretanto, no entanto, todavia – é classificado como uma conjunção, cuja função é conectar, dentro de um período, duas ou mais orações. Sendo assim, tal perspectiva considera o *mas* um vocábulo responsável por estabelecer a coesão intrafrasal.

O que se verifica, entretanto, nas ocorrências em análise, é a utilização do conector *mas*, promovendo não a união entre duas orações dentro do mesmo período, mas unindo enunciados que, sintaticamente, encontram-se em períodos diferentes.

Em virtude disso, vale analisar o conceito de *coordenação semântica*, segundo Ducrot. De acordo com o autor, os *encadeadores discursivos*, tais como o *mas* e o *embora*, são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos. Esses *encadeadores do discurso* podem ocorrer entre orações de um mesmo período, como se verificou em (E) e (K), assim como podem ocorrer entre períodos diferentes dentro de um mesmo parágrafo, como visto em (F), (G), (I), (J) e (L) e até mesmo unindo parágrafos diferentes, como se verifica em (H). Ao tratar disso, Monnerat (1998) afirma que

Guimarães (1987) mostra que a função da coordenação não é simplesmente adicionar orações, mas sim encadeá-las sucessivamente, transformando-as em texto. Por esta razão, diz ele, as conjunções coordenativas, na coordenação semântica, aparecem não só entre orações de um mesmo período, mas também encadeando orações de períodos diferentes, ao até parágrafos entre si. (MONNERAT, 1998, p. 45)

Assim, percebe-se que, nas situações analisadas até aqui, a asserção restritiva foi introduzida pelo conector *mas*, operador argumentativo por excelência, segundo Ducrot. No entanto, é necessário observar que, no fragmento que segue, a asserção restritiva foi introduzida por um conector correlato ao *mas*:

(L) O avião estava descendo mais e mais e entretanto não se conseguia enxergar coisa alguma. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 171)

Nessa utilização, verifica-se que a asserção da base – *O avião estava descendo mais e mais* – acarreta, como consequência, uma asserção implícita: se o avião descia mais e mais, o esperado era que se conseguisse enxergar algo. O cronista nega essa asserção implícita por meio da asserção restritiva, aqui introduzida pelo conector *entretanto*.

Como pode ser visto, nesta crônica, todos os empregos analisados até aqui revelaram a contraexpectativa marcada pelo uso do conector *mas* ou um de seus correlatos – um caso de restrição simples, segundo a teoria Semiolinguística. A

contraexpectativa marcada pelo *embora* – chamada pela Semiolinguística de restrição *concessiva* – só pode ser observada uma vez, no trecho que segue:

(M) Ela estava tão aflita que embora fizesse frio se abanava com uma revista.
(BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 169)

No fragmento em destaque, percebe-se o emprego do conector *embora*, também introduzindo uma asserção restritiva – *embora fizesse frio* – que nega um conteúdo implícito. Quando está frio, não se espera que alguém se abane.

É necessário destacar que, nesse caso, a relação que se estabelece não é a de *suspense*, mas a de *antecipação*. Além disso, cabe salientar que, ao passo que o *mas* é responsável por marcar o argumento mais forte, o conector *embora* marca o argumento mais fraco, aquele que vai ser refutado. Esses são aspectos essenciais para se diferenciar a concessão, da adversidade, segundo nomenclatura proposta pela abordagem tradicional.

Há, ainda, na crônica em análise, a ocorrência de um *mas*SN:

(N) Não era o meu braço que apertava, mas um braço de homem, ser de misteriosos atributos de força e proteção. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 169)

Observa-se que esse *mas* é aquele cujo valor discursivo é o da retificação.

Antes de finalizar a análise desta crônica, é importante chamar a atenção para uma ocorrência específica do conector *mas* que, de certa maneira, destoa daquilo que foi verificado nas ocorrências observadas até aqui.

Em (O), tem-se um *mas* que corresponde ao que Ducrot chama de “movimento psicológico entre crenças, opiniões, emoções, desejos”:

(O) Meu gesto pareceu inquietar a senhora. Mas olhando novamente para a vidraça adivinhei casas, um quadrado verde, um pedaço de terra avermelhada, através de um véu de neblina mais rala. (BRAGA *apud* MORICONI, 2000, p. 172)

Nesse caso, a oração introduzida pelo *mas* orienta-se para o que está apenas no pensamento do autor e não, como é de costume, negando a terceira asserção implícita, consequência da asserção de base.

Verifica-se que, ao afirmar que “meu gesto pareceu inquietar a senhora”, o cronista, ao perceber essa inquietação, deve ter pensado em modificar sua postura, a fim de não causar um maior desconforto à mulher ao seu lado. Por isso, em vez de continuar com a cabeça erguida, olhando em volta – o que havia inquietado a senhora – o cronista voltou a olhar pelo vidro da janela do avião.

É importante observar que, embora esse *mas* introduza um enunciado que, ao contrário do que foi verificado até aqui, não nega uma terceira asserção implícita, mas sim está orientado para algo que está no pensamento do autor, ainda assim, verifica-se nele um valor de contraexpectativa.

Isso ocorre porque uma expectativa é, de fato, frustrada. O leitor, ao se deparar com o enunciado “(...) ergui a cabeça, olhei em volta, para os outros passageiros, como se me dispusesse afinal a tomar alguma providência”, presente no parágrafo anterior (15º parágrafo), cria a expectativa de que o cronista iria, realmente, “tomar alguma providência”. Essa expectativa é contrariada por meio do enunciado introduzido pelo conector *mas*, que leva o leitor a perceber que a única atitude do cronista foi a de olhar pela vidraça.

Enfim, na crônica *Lembrança de um braço direito*, foram verificadas nove ocorrências do conector *mas*, sendo um caso de *masSN* e oito casos de *masPA*. Merece destaque o fato de que, no 16º parágrafo, verificou-se a ocorrência de um *mas* que, de certa forma, vai além das análises feitas, visto que não nega uma terceira asserção implícita, mas sim algo que está no pensamento do cronista. Há apenas uma ocorrência de um conector de contrajunção correlato ao *mas*, (*entretanto*). Verificou-se, também, apenas uma ocorrência do conector *embora*.

4 Considerações finais

Este trabalho buscou estudar a articulação de orações adversativas e concessivas por meio de mecanismos de oposição que exprimem ideia de contraexpectativa, à luz da Macrossintaxe Argumentativa de Ducrot e do estudo semiolinguístico das relações lógicas proposto por Charaudeau, a partir de um *corpus* composto por duas crônicas escritas por Rubem Braga.

Verificamos, inicialmente, que os conectores introdutores de uma ideia de contraexpectativa, em especial o *mas*, foram utilizados não só na articulação de orações dentro de um mesmo período, mas também na promoção da articulação entre períodos e parágrafos distintos. Encontramos o predomínio de casos em que a articulação dos enunciados se deu por meio do conector *mas* (12 ocorrências), em detrimento da utilização de seus correlatos, visto que se verificou apenas uma ocorrência do conector *entretanto*. Entre as ocorrências do conector *mas*, verificaram-se dez casos de *masPA* e dois casos de *masSN*. Verificamos, também, uma ocorrência do conector *mas* que destoa das análises feitas, já que, em vez de negar uma terceira asserção implícita, nega algo que está no pensamento do cronista. É o *mas* que, segundo Ducrot, estabelece um movimento psicológico entre crenças, opiniões, emoções, desejos.

Foi verificado apenas um caso do conector *embora*. Esse dado nos permite constatar que, no *corpus* analisado, a contraexpectativa adversativa se sobrepõe, em frequência de ocorrências, à contraexpectativa concessiva. Isso nos leva a observar que, assim como afirmou Monnerat (2001), o *embora*, para expressar contraexpectativa, é argumentativamente mais frouxo que o *mas*. Além disso, foi possível constatar que, nas crônicas de Rubem Braga, a estratégia de relação favorita é a de *suspense*, e não a de *antecipação*.

Enfim, ao tratar da articulação de orações por meio de mecanismos de oposição que exprimem ideia de contraexpectativa, este trabalho pretende cooperar com o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Acredito ser nosso papel, enquanto estudiosos da língua, mostrar como as pesquisas acadêmicas podem contribuir para o ensino de língua materna na educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1983.

BRAGA, Rubem. *200 crônicas escolhidas*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachete, 1992.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FRANCHI, Carlos *et al.* *Mas o que é mesmo 'gramática'?*. São Paulo: Parábola, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

MONNERAT, Rosane S. M. *A articulação de orações através de mecanismos de oposição*. In.: *Scripta*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas Linguística e Filologia, Minas Gerais, v. 5, n. 9, 2o semestre de 2001, p.77-93.

MONNERAT, Rosane. *Uma leitura semiolinguística dos conectores "e" e "se" no texto publicitário*. 1998. 2v. 235p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MORICONI, Italo. *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

AS CONJUNÇÕES ALTERNATIVAS NA CONEXÃO FRÁSICA E INTERFRÁSICA: VISÃO DISCURSIVA

ALTERNATIVE CONJUNCTIONS IN FRASIC AND INTERFRASIC CONNECTION: DISCURSIVE POINT OF VIEW

Rosane Monnerat (UFF)

Resumo: Este trabalho analisa o mecanismo da disjunção, não focalizado especificamente pela Gramática Tradicional, e vai além dessa visão ao desvelar relações sintático-semântico-discursivas não contempladas por um enfoque estritamente sintático. O estudo se apoia nos pressupostos da Macrossintaxe Argumentativa (Ducrot), no enfoque semiolinguístico das relações lógicas (Charaudeau) e na visão cognitiva de Eve Sweetser (1992), com base em um *corpus* de 300 peças publicitárias. A análise revelou que o mecanismo da disjunção tem largo emprego no discurso da publicidade, com ênfase nas ocorrências de viés semântico-discursivo-pragmático construídas nas mais diversas situações de comunicação.

Palavras-Chave: Conjunções; Disjunção; Macrossintaxe; Semiologia; Publicidade

Abstract: This paper analyses the mechanism of disjunction, not specifically focused by Traditional Grammar, and goes beyond this point of view when unveils syntatic-semantic-discursive relations not contemplated by a strictly syntatic approach. The study is based on the Argumentative Macrossyntax assumptions (Ducrot), on the Semiolinguistic approach of logical relations (Charaudeau) and on Sweetser's (1992) cognitive vision, based on a corpus of 300 advertising pieces. The analysis revealed that the mechanism of disjunction has a wide spread use in advertising discourse, with emphasis on the occurrences of semantic-discursive-pragmatic bias built in the most diverse communication situations.

Key-words: Conjunctions; Disjunction; Macrossyntax; Semiolinguistic, Advertising.

Introdução: Quando a alternância não é uma simples disjunção

A gramática tradicional não trata do mecanismo sintático da disjunção enquanto tal. Menciona, apenas, a lista de conjunções coordenativas que expressam alternância. No entanto, o conceito de disjunção transcende o de conjunções alternativas, com seus desdobramentos semântico-discursivos. Além disso, convém destacar que as célebres listas de conjunções não raro reúnem, sob um mesmo rótulo, uma série de palavras que não são exatamente equivalentes, tanto do ponto de vista estrutural quanto do semântico, como ocorre exatamente com as alternativas encabeçadas por “ou”.

Pretendemos, portanto, nesta breve exposição, lançar uma luz sobre essa questão, articulando conceitos teóricos, sobretudo, da Macrossintaxe Argumentativa de Ducrot (1977) e da Semiologia de Charaudeau (1992).

Os conectores e seu papel no discurso

As classificações baseadas na tradição gramatical vêm dando lugar a outras, decorrentes do desenvolvimento de teorias semânticas, da Linguística Textual e da Semiologia, que evidenciam relações não contempladas pelo enfoque estritamente sintático.

A importância dessa abordagem textual é dar conta de problemas residuais que a sintaxe não consegue resolver. É o caso, por exemplo, das palavras denotativas, cujo comportamento extrapola os limites do período, já que fogem a quaisquer das funções exercidas pelas demais classes.

Ducrot, em sua *Semântica da Enunciação*, dá continuidade às ideias de Bally (1944), procurando mostrar que, dentro do que a Gramática Tradicional considera como coordenação e subordinação, podemos identificar relações diferentes quanto à natureza e à organização dos enunciados.

Assim, é possível distinguir dois tipos básicos de elementos de conexão interfrástica: os conectores de tipo lógico e os encadeadores de tipo discursivo.

A função dos conectores lógicos é apontar o tipo de relação lógica que o locutor estabelece entre o conteúdo de duas proposições. Nesse caso, trata-se de um único enunciado, resultante de um ato de fala único, já que nenhuma das proposições constitui objeto de um ato de enunciação compreensível independentemente da outra, ou seja, as duas orações estão ligadas num único ato de enunciação, correspondente a uma única intenção - é um caso de subordinação semântica. Trata-se do que Ducrot considera *frases ligadas*.

Para melhor explicitar a noção de *frases ligadas*, Ducrot (1977, p.129) introduz o conceito de predicado complexo, constituído ou por um predicado elementar, sobre o qual agiram diferentes operadores, ou pela fusão de predicados elementares entre si. Esse predicado caracteriza as frases ligadas, que se poderiam considerar como verdadeiras subordinadas, do ponto de vista semântico (ao contrário daquelas em que ocorre a coordenação semântica, na acepção de Bally). Os conectores que correspondem à estrutura da subordinação semântica e das frases ligadas constituem, assim, um conteúdo complexo a partir dos conteúdos simples expressos nas proposições *p* e *q*; forma-se, então, um predicado único e complexo: do ponto de vista semântico, a segunda proposição se integra, de certa forma, num predicado único (tema/propósito).

As relações do tipo lógico, como as de causalidade, mediação, temporalidade, complementação etc., correspondem a frases ligadas, dotadas de predicados complexos. Dessa forma, os operadores lógicos implicam subordinação semântica e um só universo de crenças.

Os encadeadores discursivos, por outro lado, caracterizam o que Ducrot chama de coordenação semântica. São responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos, cada um dos enunciados resultante de um ato de fala diferente. O que se afirma não é a relação do tipo lógico existente entre o que é assegurado por duas proposições; produzem-se, isso sim, dois ou mais enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro, considerado tema. Comprova-se que são enunciados diferentes, resultantes de atos de fala distintos, por poderem ser apresentados sob a forma de dois períodos, ou até proferidos por locutores diferentes, recebendo a denominação de *encadeadores do discurso*, porque tanto podem ocorrer entre orações de um mesmo período, quanto entre parágrafos de um texto. Esses conectores implicam, então, coordenação semântica e mais de um universo de crenças.

Mecanismos de disjunção

No estudo dos mecanismos de disjunção sob a perspectiva ducrotiana, privilegiar-se-á o conector “ou”, focalizando-se o *ou* inclusivo e o *ou* exclusivo e destacando-se, ainda, a diferença entre a disjunção lógica e a argumentativa, para revelar os efeitos semântico-discursivos que decorrem de seu emprego. Já na perspectiva semiolinguística, estender-se-á a análise para além do conector “ou”, apontando outros conectores da relação de disjunção, cujo emprego acarreta deslizamentos semânticos e outros matizes de sentido não previstos por uma abordagem estritamente sintática.

A perspectiva de Ducrot

Conforme vimos, Ducrot se refere a dois tipos de elementos de conexão interfrástica: os conectores de tipo lógico e os encadeadores de tipo discursivo - e é sob esse recorte que abordaremos o mecanismo da disjunção.

A disjunção lógica

Os operadores de disjunção lógica introduzem argumentos alternativos que levam à mesma conclusão⁹: *ou, ou então, quer...quer, seja...seja* etc.

Como se sabe, os lógicos propõem uma distinção entre disjunção exclusiva e disjunção inclusiva. Esta admite três interpretações, de acordo com a verdade de cada uma das asserções postas em presença: a primeira é verdadeira, a segunda é falsa / a primeira é falsa, a segunda é verdadeira / a primeira é verdadeira, a segunda é verdadeira; aquela admite duas interpretações: a primeira é verdadeira, a segunda é falsa / a primeira é falsa, a segunda é verdadeira.

A distinção, tal como é proposta pelos lógicos, não pode ser aplicada à linguagem, já que esta é estudada em seu funcionamento real de comunicação¹⁰.

A operação lógica da disjunção designa, portanto, o tipo de junção que articula sequencialmente frases que exprimem conteúdos alternativos. Combina proposições por meio do operador “ou”, que pode ser inclusivo, correspondendo ao latim *vel*, e significando *um e outro, possivelmente ambos* (= e/ou), ou exclusivo, quando corresponde ao latim *aut*, excluindo necessariamente a verdade de uma das proposições, em proveito da verdade da outra.

⁹ Em “(ou) A ou B”, há uma terceira asserção (geralmente implícita) com uma adversativa: “mas C”. A e B podem ser mutuamente exclusivos, mas se orientam ambos, argumentativamente, para C, ou para uma conclusão apoiada em C: “Entre *ou* saia, **mas não fique aí parado na porta**”.

¹⁰ Não se pode explicar o comportamento discursivo de um conector como *ou...ou*, com base em operações lógicas. Uma sequência absurda como “*Ou* São Paulo é o maior parque industrial da América Latina, *ou* Temer é o presidente da Argentina” é logicamente perfeita, já que a primeira proposição é verdadeira e a segunda é falsa, entretanto, o enunciado em questão é inaceitável, pois não atende a uma condição discursiva elementar: a de que pelo menos um elemento de cada uma das asserções seja SEMANTICAMENTE IDÊNTICO a um dos da outra.

A disjunção inclusiva só é verdadeira se uma das proposições, ou ambas, forem verdadeiras ($p \vee q$). Emprega-se nos casos em que os fatos são apresentados como compatíveis. Trata-se de uma asserção em que, pelo menos, um item de uma série foi ou pode ser realizado:

1. “Viver ou sonhar? Viver e sonhar.”

Casa Cláudia (VEJA RIO, 17 - 05 99)



Figura 2

2. “Peugeot 405. Mais barato ou mais carro?”

(JORNAL DBRASIL 10- 11- 98) (ideologia de “o que é caro é bom”)

Nesses casos, o alocutário interpreta a pergunta como uma série de alternativas compatíveis. Esse sentido é explicado pela expressão *e/ou*.

A disjunção exclusiva indica que somente uma das proposições é verdadeira, nunca ambas ($p \neq q$). Os fatos devem existir em mundos diferentes, podem ser similares, no sentido de que são “alternativas” (daí a nomenclatura da Gramática Tradicional) com relação ao mesmo “tópico de conversação”:

3. Irei ao cinema ou à casa de minha tia.

4. Você vai viajar de avião ou de navio?

Segundo Van Dijk (1977, p.64), a exclusão pode ser *acidental* ou *necessária*. Essa última é baseada na inconsistência conceptual ou lógica, ou seja, referindo-me a (4), é impossível viajar de avião ou navio simultaneamente. O mesmo aplica-se a propriedades contraditórias. A exclusão *acidental*, por sua vez, baseia-se em intenções incompatíveis, com respeito a ações, mas apenas durante um certo período de tempo, como ocorre em (3): durante à tarde, por exemplo, “eu posso ir ao cinema e à casa de minha tia”, contanto que o faça em diferentes períodos de tempo. A exclusão, portanto, deve ser interpretada em relação ao mesmo ponto na linha de tempo.

Nos exemplos apresentados até agora (em relação à disjunção lógica), a ordenação das orações é livre, ou melhor, a disjunção é *comutativa*. No entanto, há um tipo de disjunção que tem a mesma estrutura assimétrica das condicionais:

5. “Ou você dá *Keds*. Ou ela troca de par.” (Caras, 04-06-99)

Com efeito, (5) pode ser parafraseada por uma condicional e a negação: “Se você não der *Keds*, ela troca de par”. Assim, a interpretação do *ou assimétrico* baseia-se no fato de que o conseqüente é dependente da negação do antecedente.

Vale observar, ainda, que há casos de disjunção em que os fatos propriamente ditos podem ser desconhecidos, devendo ser inferidos a partir de outra informação, como ocorre em:

6. Pedro está em casa, ou as luzes não estariam acesas.

A leitura desse enunciado permite chegar a duas conclusões inferidas das evidências apresentadas:

- (a) Pedro está em casa para acender as luzes,
- (b) ou alguém acendeu as luzes.

Sweetser (1990, p.94) considera *epistêmico* o emprego de *ou*, em frases como (6). A compreensão do enunciado envolve a noção de “conhecimento de mundo partilhado”, isto é, a noção de tópico de conversação, ou tópico de discurso necessária para a conexão de sentenças: enquanto um dos elementos disjuntos deve ser verdadeiro (em algum mundo atual, ou pretendido), ambos disjuntos devem estar conectados com o mesmo tópico de conversação (VAN DIJK, 1977, p.66).

É interessante observar os conteúdos implícitos projetados a partir das cláusulas disjuntas. Observemos o exemplo seguinte

7. “Cachorro ou jardim?”

A interpretação de (7) depende exclusivamente da decodificação de implícitos que envolvem a pergunta, articulados ao conhecimento de mundo partilhado pelos interlocutores.

A disjunção argumentativa

Trata-se da disjunção de enunciados resultantes de dois atos de fala distintos, em que o segundo procura provocar o leitor/ouvinte para levá-lo a modificar sua opinião ou, simplesmente, a aceitar a opinião expressa no primeiro, e não da disjunção lógica entre o conteúdo de duas proposições:

8. “Na sua lista de presentes, não esqueça de incluir um lindo vaso. Ou você não pretende continuar ganhando flores?” *H Stern Presentes* (Cláudia, maio de 1999)

9. Anuncie. Ou você vai passar a vida toda esperando um milagre?

(O Globo, s/d)



A *disjunção* na ótica de Charaudeau

Figura 3

Para que a disjunção ocorra, são necessárias certas condições discursivas. Como na conjunção¹¹, é preciso que haja duas asserções e que, pelo menos, um elemento de uma das asserções seja semanticamente idêntico a um dos da outra. Esses elementos podem ser ações, características ou seres. A disjunção pressupõe a existência de uma asserção genérica (geralmente implícita e suscetível de ser introduzida por uma adversativa), que constitui um eixo semântico sobre o qual se encontram os termos disjuntos, os quais devem pertencer ao mesmo domínio semântico (que corresponde à asserção genérica, pressuposta em toda a operação da disjunção) e devem-se apresentar numa relação de oposição paradigmática. O eixo semântico sobre o qual se dá a oposição pode ser de natureza lexical, cotextual ou contextual.

O sujeito falante ignora a seleção a operar, ou seja, o enunciador deve ignorar alguma informação, ignorância essa que pode manifestar-se linguisticamente, por meio do emprego da interrogação (direta, ou indireta), do imperativo, de uma construção hipotética, ou de construções com valor declarativo, que exprimem alternância no tempo:

¹¹ Trata-se da relação lógica, e não da palavra grammatical.

10. “Foi o pão que diminuiu ou a salsicha que cresceu?” Longuete Salsicha Seara (Cláudia, outubro de 1998)

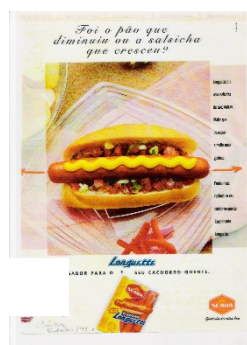


Figura 4

10b. Eu me pergunto se foi o pão que diminuiu ou a salsicha que cresceu.

11. “Me ame ou me odeie. Mais ou menos é que incomoda” Free (Veja, 25-11-98)

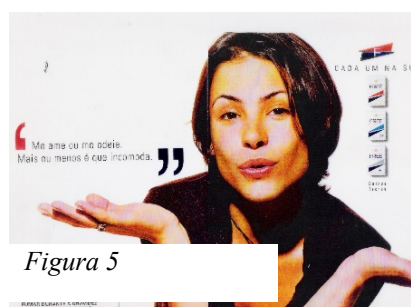


Figura 5

12. Quer você queira ou não, vai ser assim.

13. Por uma razão ou por outra, eu espero um sim ou um não.

A terceira asserção, geralmente implícita e que pode ser explicitada por meio do relator *mas*, corresponde ao argumento mais forte, exercendo papel secundário em relação à parte explícita do enunciado, como ocorre, por exemplo, em (11): “Me ame ou me odeie” (MAS exprime algum sentimento, a indiferença é que me incomoda).

São conectores que marcam a disjunção:

ou (hierarquia entre os elementos):

14. “Agora ou nunca”. *Toque a campainha* (Jornal do Brasil, 09-11-98)

15. “É agora ou agora”. Banco Safra (Época: 07-06-99)

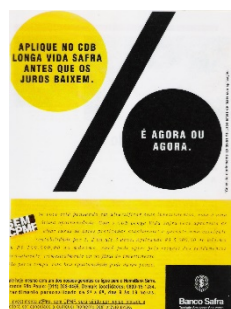


Figura 6

ou...ou (efeito de focalização sucessiva, autonomização dos elementos):

16. “Caspa. Ou você encara o problema de frente. Ou carrega o problema nas costas”
Triatop Johnson (Veja, 28-11-98).

Para exprimir a disjunção sem hierarquia, há as marcas *seja...seja*, *ora...ora*, *por vezes...por vezes*, *quer...quer*

Os relatores *ou...ou* e *seja...seja* podem ter um valor nocional e pontual (unicidade), ou um valor temporal e iterativo, ao passo que *ora...ora* e *às vezes...às vezes* têm apenas um valor temporal, iterativo (repetição no tempo), com uma pequena diferença de sentido entre *ora...ora* (menos episódico) e *às vezes...às vezes* (mais episódico):

17. O trabalho será feito ou (seja) por mim ou (seja) por meu colega.

Significa que ele será feito em bloco (por mim ou por meu colega) - unicidade.

Já em:

18. O trabalho será feito ora por mim ora por meu colega.

Isso quer dizer que, em certos momentos, será feito por mim e, em outros, por meu colega.

19. Ou ele ri, ou ele chora.

Em (19), o valor é *nocional e pontual*, significando que “ele reage rindo, ou chorando”, ou é *temporal e iterativo*, quando o significado é “em certos momentos ele ri, em certos momentos ele chora”.

20. Ora (Às vezes) ele ri, ora (às vezes) ele chora.

Só pode ter um valor temporal e iterativo com uma diferença entre *ora* (menos episódico) e *às vezes* (mais episódico).

O relator *quer...quer* tem um valor concessivo-condicional:

21. Irei quer queira, quer não.

Esse enunciado corresponde a irei *se* você quiser *ou/e mesmo que* você não queira.

Para Charaudeau (1992, p.799), o emprego de *ou...ou* insere-se em um raciocínio dedutivo ou explicativo, que coloca em oposição duas relações argumentativas, deixando a possibilidade de escolher entre as duas, ou mostrar a incompatibilidade que resultaria da conjunção das mesmas.

Pode referir-se:

- a uma simples incompatibilidade:

22. “Celulite. Ou você cuida. Ou esquece...” *Ana Pegova* (Caras, 04-06-99)



Figura 7

- a uma escolha entre positivo e negativo:

23. “Ou você tem ou não tem”. *Chivas Regal scotchv* (Veja, 21-11-98)



Figura 8

- a uma escolha entre duas negativas (*dilema negativo*):

24. Ou reduzimos seu salário, ou você aumenta sua carga horária de trabalho.

- a uma escolha entre dois positivos (*dilema positivo*):

25. Ou aumentamos seu salário e você passa a ganhar mais, ou reduzimos sua carga horária e você disporá de mais tempo livre.

O valor positivo ou negativo da “escolha” dependerá, evidentemente, do ponto de vista dos interlocutores. Na propaganda comercial, por exemplo, propõe-se sempre uma escolha entre *positivo* e *negativo*: “Compre seu carro novo agora, *ou* pagará mais caro com a nova tarifa”, o que equivale a dizer: “se você comprar agora, terá benefícios, o que não ocorrerá se deixar para depois”.

O relator *ou* apresenta outros valores semânticos (efeitos contextuais):

26. Proposta indecente ou indecente proposta. (equivalência)
27. Para a carreira que escolhi, acho que havia 20 ou 30 vagas. (aproximação)
28. No vestibular, acho que é tudo ou nada. (oposição)
29. Destruímos a inflação ou ela nos destrói. (consequência)

À guisa de conclusão

No *corpus* analisado, quer a disjunção seja argumentativa ou lógica, quer os conectivos se apresentem repetidos, ou não, os relatores têm sempre um valor nocional e pontual (e, raramente, temporal e iterativo).

Observou-se que a disjunção argumentativa apresenta índice de ocorrências inferior ao da disjunção lógica. Isso talvez se explique pelo caráter manipulador e persuasivo do texto publicitário - que compõe o *corpus* da pesquisa - em que não convém polemizar com o destinatário, mas sim “capturá-lo” para levá-lo a adquirir o produto. Esse tipo de disjunção caracteriza-se por ser sempre assimétrica, ou seja, nunca é comutativa, já que se trata de duas proposições, resultantes de dois atos de enunciação diferentes, em que a segunda toma a primeira como tema.

Os enunciados não comutativos são mais frequentes que os comutativos, em função da escolha ente positivo e negativo, tão marcada no discurso publicitário. Essa escolha, obviamente, é sempre direcionada para o polo positivo, ancorado na expectativa de conquista dos “sonhos de consumo”. E o mecanismo da disjunção, por meio dos conectivos alternativos, presta-se muito bem a esse propósito.

A disjunção, a despeito de não ser focalizada pela Tradição Gramatical, é uma relação que possui características próprias. E foi exatamente o que procuramos mostrar nesta exposição. E mais: que o estudo de gramática não deve ser negligenciado; pelo contrário. O estudo de gramática não deve ser redutor, ao incidir num recorte único - sintático ou morfológico. É preciso, portanto, levar também em conta as potencialidades da língua em uso e os efeitos de sentido decorrentes de implicações semântico-

discursivas. Só trabalhando a gramática nessa perspectiva estaremos efetivamente desenvolvendo a competência comunicativa de nossos alunos.

Referências bibliográficas

BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: A.Francke S. A 1944. 344 p.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris:Hachette,1992. 927p.

DUCROT, O. *Dizer-não dizer, princípios de semântica lingüística*. São Paulo:Cultrix, 1977. 331 p.

KOCH, I. V. A articulação entre orações no texto. In: *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, (28):9-18, Jan./Jun. 1995. 97 p.

MONNERAT, Rosane S. M. A expressão da contra(dis)junção no texto publicitário – Implicações semântico-discursivas In: *ABP – Zeitschrift zur portugiesischsprachigen Welt*. V. 2, Heft 1/2001. 116 p.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 174 p.

VAN DYJK, T. A. *Text and context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London: Longman, 1977. 261 p.

CONCEITO E DESCRIÇÃO DOS CONECTIVOS NAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX

CONCEPT AND DESCRIPTION OF CONNECTORS IN THE BRAZILIAN GRAMMARS OF THE 19TH CENTURY

Ricardo Stavola Cavaliere (UFF)

Resumo: Este estudo traça referência à descrição dos conectivos em gramáticas brasileiras do século XIX. Inicialmente, situa as gramáticas que compõem o *corpus* de investigação nas duas vertentes teóricas que integram o período em foco. Em seguida, comenta o conceito de conectivo, faz menção às classes gramaticais que se inscrevem sob essa rubrica, além de tocar aspectos metalinguísticos atinentes ao emprego do termo *conectivo* nas obras em questão. Seu objetivo é o de oferecer aos pesquisadores uma visão sintética e objetiva do tema, a fim de introduzir a leitura e o estudo mais aprofundados dos compêndios gramaticais dos Oitocentos como estratégia para o estudo contemporâneo dos conectivos em português.

Palavras-chave: conectivo, gramatização, século XIX

Abstract: This paper refers to the description of connectives in 19th century Brazilian grammars. Initially, it places the grammars that make up the corpus of research in the two theoretical strands that integrate the period in focus. Besides, it comments on the concept of connective, makes reference to the grammatical parts of speech that are included in this class, as well as touching metalinguistic aspects regarding the use of the term *connective* in the studies in question. Its objective is to offer the researchers a synthetic and objective view of the subject, in order to introduce the reading and the more detailed study of the 19th century grammatical compendiums as a strategy for the contemporary study of the connectives in Portuguese.

Key-words: connective, grammatization, 19th century.

Introdução

O processo de gramatização¹² do português no Brasil segue duas vertentes bem definidas no decurso do século XIX. A primeira, a que denominamos *período racionalista*¹³, inicia-se em 1806, com a publicação do *Epítome de gramática da língua portuguesa* (1806), por Antônio de Morais Silva (1755-1824), e termina com a publicação da *Gramática portuguesa*, por Júlio Ribeiro (1845-1890), em 1881. Trata-se de um amplo lapso temporal em que predominam os compêndios de caráter predominantemente normativo, pautados nos princípios da gramática racionalista herdada à tradição de Port-Royal e, mais diretamente, introduzida no Brasil pelas páginas de Jerônimo Soares Barbosa. Já a segunda vertente, que vige de Júlio Ribeiro

¹² Sobre o sentido historiográfico de gramatização, leia Aurox (2009)

¹³ Sobre periodização dos estudos linguísticos no Brasil, leia Cavaliere (2002).

até a publicação dos *Princípios de linguística geral* (1941), por Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970), à qual denominamos *período científico*, pauta-se nas teses da gramática histórico-comparativista, a que se aliam fundamentos da linguística evolucionista de August Schleicher (1821-1868)¹⁴. Trata-se de um longo percurso, claramente dividido em duas fases, em que a gramática brasileira de língua portuguesa assume o perfil descritivo-normativo que viria a fundar uma tradição filológica cujos fundamentos se projetam no decurso do século XX.

Visamos, neste estudo, apresentar a conceituação genérica de conectivo nas duas vertentes linguísticas do século XIX, de tal sorte que os estudos dedicados especificamente a esse tema possam embasar-se, ainda que superficialmente, na visão que os antigos gramáticos brasileiros lhe atribuíam. Cuida-se, evidentemente, de um texto sintético, que merece necessária complementação mediante consulta a outros trabalhos historiográficos dedicados à gramatização do português nos novecentos¹⁵.

1. A noção de conectivo e sua repercussão na descrição do português

Neste estudo, utilizamos um *corpus* constituído de dez gramáticas brasileiras oitocentistas, cinco filiadas ao período racionalista e cinco publicadas no período científico. São elas:

1. SILVA, Antonio de Moraes. *Epitome da grammatica da lingua portuguesa* (1806).
2. DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza* (1877[1829]).
3. CONDURU, Felipe Benício de Oliveira. *Gramática elementar da língua portuguesa* (1840).
4. REIS, Francisco Sotero. *Grammatica portugueza, acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica* (1871[1866?]).
5. COSTA E CUNHA, Antonio Estevam da. *Grammatica elementar portugueza* (1880).
6. RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza, curso superior* (1930[1889]).
7. RIBEIRO, Julio. *Grammatica portuguesa* (1911[1881]).
8. SILVA JR., Manuel Pacheco da & Andrade, Boaventura P. Lameira de. *Noções de grammatica portuguesa* (1887).
9. BOSCOLI, José Ventura. *Grammatica portuguesa* (1898 [1893]).
10. MACIEL, Maximino. *Philologia portugueza: ensaios descriptivos e historicos sobre a lingua vernácula* (1889).

¹⁴ As teses de Schleicher chegam-nos pela pena de Júlio Ribeiro (1880).

¹⁵ Leia, em especial, Fávero e Molina (2006) e Cavaliere (2000).

Uma consulta superficial às dez gramáticas de que nos servimos revela uma descrição heterogênea das classes gramaticais. Observe-se que, embora haja certo equilíbrio quanto ao número de classes, algumas delas, como no caso do particípio e do artigo, pouca referência detêm como classe autônoma. O artigo não raramente é entendido como um tipo taxionômico que se inscreve na classe dos adjetivos ou dos pronomes. Dentre os pontos de convergência em todas as propostas, observa-se a unanimidade de referência ao verbo, à preposição e à conjunção como classes autônomas, bem como a ausência do numeral, uma invenção taxionômica que a gramática brasileira viria a consagrar com a edição da nomenclatura gramatical de 1959 (cf. Kury, 1961).

	Art	Nom.		Pro.	Ver.	Adv	Par.	Pre.	Con.	Int.
	.	Sub.	Adj
Silva ¹⁶		•	•		•	•		•	•	•
Duarte ¹⁸					•			•	•	•
Conduru ¹⁸		•	•		•	•		•	•	•
Reis ¹⁸		•	•		•	•		•	•	•
Costa e Cunha	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Júlio Ribeiro	•	•	•	•	•	•		•	•	
João Ribeiro		•	•	•	•	•		•	•	•
Pacheco & Lameira		•	•	•	•	•		•	•	•
Boscoli		•	•	•	•	•		•	•	•
Maximino Maciel		•	•	•	•	•		•	•	

Quadro 1: Classes de palavras em dez gramáticas brasileiras do século XIX.

Não há, como se percebe, qualquer referência ao conectivo como classe gramatical, ou parte do discurso, já que os modelos de que se servem nossos gramáticos são reformulações que as tradições racionalista e histórico-comparativa impuseram à

¹⁶ Arrolam o artigo e os pronomes entre os adjetivos.

proposta de classificação das palavras da gramática latina, em que não se cuida do termo *conectivo* como parte do discurso. Cabe, pois, investigar em que medida a noção de conectivo percorre os textos gramaticais brasileiros produzidos neste momento de nossa historiografia gramatical.

Para dar conta dessa tarefa, convém partir do conceito que se atribui a esse tipo lexical na tradição das gramáticas de base filológica do século XX, sobretudo as que pertencem ao período da chamada “geração NGB”¹⁷, visto que é efetivamente a partir dessa unificação metalinguística para o ensino básico que se chega a um razoável consenso a respeito das características basilares das classes de palavras. Podemos afirmar que, no corpo da doutrina norteadora dessas gramáticas, reúnem-se na noção de conectivo a preposição, a conjunção e o pronome relativo, tendo em vista o fato de expressarem ao menos um dos seguintes papéis gramaticais:

- a) o papel de liame vocabular ou oracional;
- b) o papel de indicação da fronteira vocabular ou oracional;
- c) o papel de atribuidor de uma relação no plano sintático;
- d) o papel de termo anafórico dotado de uma função sintática.

Embora não se detenham na explicitação desses papéis, as gramáticas da geração NGB a elas se referem claramente nas propostas de análise sintática, razão por que as aulas de língua portuguesa no período em foco, herdeiras do espírito analítico do período científico, também costumavam atribuir às classes gramaticais reunidas sob a rubrica de conectivos os referidos papéis. O papel de liame vocabular ou oracional, decerto, se aplica a todas as três classes nomeadas, não obstante se faça a ressalva de que o pronome relativo não é precipuamente um liame, senão uma palavra que cumpre a função de representar na oração subordinada a função sintática de um dos termos integrantes da oração principal. E é justamente por tal fato que a ele, pronome relativo, atribui-se singularmente o papel de termo anafórico¹⁸. Já o papel de atribuidor de uma relação, aplicando-se aqui a noção que se confere a esse termo na tradição racionalista como um processo de vinculação de ideias, é típico das preposições. Interessante notar

¹⁷ Por “geração NGB” entendemos o grupo de gramáticos brasileiros que publicaram textos gramaticais pautados na tradição filológica, com influência subsidiária do estruturalismo linguístico, tendo como referência as bases metalinguísticas propostas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959. Nesse sentido, pertencem à geração NGB não apenas os gramáticos que se filiaram às suas diretrizes, mas também os que o fizeram parcial ou restritivamente ou a elas se opuseram.

¹⁸ Saliente-se que o metatermo *anafórico* não habita as páginas da gramática da geração NGB.

que os gramáticos do período científico do século XIX atribuíam conceito mais amplo à *relação*, para nele expressarem a atribuição de valores semânticos como causa, tempo, posse, matéria, lugar, etc. Já o papel de indicar a fronteira oracional no período tem maior relevo no plano pedagógico, caso em que se inscreve, sobretudo, a classe das conjunções.

Não obstante fuja ao escopo deste estudo, cabe observar em rápidas linhas que as gramáticas brasileiras mais recentes ampliaram o emprego de hiperônimos metalinguísticos para referir-se às classes de palavras que exercem os papéis acima arrolados, tendo em vista sua filiação a um dado modelo teórico. Assim, ao lado do termo *conectivo*, leem-se com frequência os termos *conector* e *transpositor*, dada a renovada visão que se aplica aos papéis exercidos pelas classes das conjunções, das preposições, dos pronomes e do advérbio na estruturação da frase¹⁹. Uma outra observação necessária reside no fato de que os estudos mais recentes, sobretudo os vinculados à teoria do texto e da enunciação, incluem os conectivos de maneira geral numa classe de operadores discursivos que cuidam do alinhavo do texto, numa missão de estabelecer vínculos de coesão interna e exofórica, fato que nos permitiria incluir entre os papéis dos conectivos acima referidos um item *(f) instrumento de coesão textual*. Como veremos adiante, esse papel não era estranho aos gramáticos brasileiros oitocentistas no tocante ao emprego da conjunção.

Voltando à presença do conectivo na base metalinguística da Nomenclatura Gramatical Brasileira, de imediato emerge seu emprego para referir-se a palavras que exerçam papel de liame sintático, conforme atesta sua definição em Kury (1961:81): “palavras que estabelecem uma ligação ou conexão entre palavras ou partes de uma frase”. Note-se, por sinal, que o texto oficial da NGB não inclui o metatermo *conectivo*, fato possivelmente resultante da ausência de consenso entre os gramáticos que a elaboraram no tocante a seus domínios. São conectivos as conjunções e as preposições, ou apenas as conjunções? Devemos incluir entre os conectivos o pronome relativo? Como se situam as denominadas “palavras denotativas” quanto ao papel de conexão? Essas são questões que os gramáticos da geração NGB foram solucionando segundo suas convicções pessoais, não obstante se tenha chegado a razoável consenso, conforme

¹⁹ Exemplos do emprego destes hiperônimos encontram-se em Azeredo (2008) e Bechara (1999). Em Neves, encontra-se ainda o termo *junção*: “Algumas palavras da língua que pertencem à esfera semântica das relações e processos atuam especificamente na junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem (2000:601)

já se assinalou acima, de que são conectivos a preposição, a conjunção e o pronome relativo, com a ressalva de que a primeira se especifica no cumprimento dos papéis *a* e *c*, a segunda no cumprimento dos papéis *a* e *b* e o terceiro o cumprimento dos papéis *b* e *d*.

Nesse aspecto, revela-se uma clara linha de continuidade, que parte dos textos gramaticais oitocentistas - sobretudo se considerarmos as gramáticas do período científico - para desembocar nos textos da geração NGB. A pesquisa não nos esclareceu ainda em que obra específica se introduz o metatermo *conectivo* no âmbito da gramaticografia brasileira, mas evidencia-se sua circulação frequente entre os nomes mais representativos do século XIX. Em seu *Dicionário gramatical* (1906[1897], João Ribeiro (1860-1934) traça algumas referências ao conectivo como figura relevante na construção frasal, não obstante reconheça que, no contexto dos textos linguísticos então publicados, tratava-se de tipo lexical pouco referido: “Connectivo – termo pouco usual. Palavra de relação entre as proposições” (1906[1897]: 70). Como se percebe, o fato de Ribeiro haver reservado um verbete exclusivo para o lema *conectivo* já o caracteriza efetivamente como um metatermo da gramaticografia brasileira dos Oitocentos, apesar de “pouco usual”.

Em outras referências, Ribeiro traça juízo mais esclarecedor sobre a natureza do conectivo, como se percebe na seguinte passagem: “As proposições coordenadas são syndeticas ou asyndeticas, e quanto á natureza dos seus connectivos, dividem-se em copulativas, adversativas, disjuntivas e conclusivas” (1906[1897]: 82). Os dois fragmentos até aqui citados já nos auxiliam na tarefa de investigar a noção gramatical que se atribuía ao conectivo, em que o papel de liame sintático e instrumento relacional nem sempre se irmanam nas propostas de descrição taxionômica.

Veja-se que, no primeiro fragmento citado, Ribeiro denomina os conectivos “palavras de relação”, sem qualquer referência ao papel de liame entre proposições; aqui não se pode afastar a hipótese de que Ribeiro incluísse na expressão “palavras de relação” a dupla interpretação dos conectivos como liames e instrumentos relacionais. Já no segundo fragmento, os conectivos surgem como palavras gramaticais responsáveis pela atribuição do valor semântico-relacional entre as proposições, visto que a classificação proposta para as proposições assindéticas edifica-se “quanto à natureza de seu conectivo”.

Observe-se, agora, o seguinte trecho da mesma obra de João Ribeiro, em que se traça um juízo mais aprofundado sobre o tema (1906[1897]:266):

Os CONNECTIVOS são os termos que ligam uma proposição a outra: *mas, e, ou*, etc.: Julio desapareceu *ou* morreu; estuda, *mas* não aprende; estuda *e* aprende. Esses exemplos representam *connectivos proposicionaes* ou *syntacticos*, por isso que ligam phrases. Os *connectivos* léxicos são os que ligam vocábulos: Pedro *com* Antonio; estar *em* Paris. Essas duas subdivisões nada têm que vêr com as categorias grammaticaes, e por isso o *connectivo syntactico* pôde ser representado por advérbios e por adjectivos conjuntivos ou locuções equivalentes: Casa *em* que Socrates morreu; casa *onde* Sócrates nasceu; nasceu, sofreu, *depois* morreu; veio, *logo* foi empregado, *e* merecidamente. Da mesma sorte, o *connectivo vocabular*, que é em regra uma preposição²⁰, pôde ser representado pela conjunção ou equivalente: Dous *e* oito são dez; cinco *mais* seis, onze.

Nítida, nesse trecho, a observação de que o termo *conectivo*, já no ambiente acadêmico dos Oitocentos, circulava como um hiperônimo metalinguístico para algumas classes gramaticais²¹, notadamente a conjunção, a preposição, o adjetivo conjuntivo (também pronome relativo) e o advérbio. A inclusão do advérbio, aqui, se deve não só ao caráter adverbial de pronomes relativos como *onde* e *aonde*, também denominados *pronomes adverbiais*, como também ao caráter copulativo que o advérbio *mais*, de mesmo étimo da conjunção *mas*, assume quando interposto entre núcleos do sintagma²².

No âmbito das gramáticas, especificamente, o termo *conectivo* não goza de prestígio, possivelmente devido ao fato de não designar uma classe gramatical única, específica, fato que inibiria sua inclusão no conjunto das partes do discurso. A ausência, entretanto, é suprida aqui e ali em referências genéricas. Maximino Maciel, por exemplo, ao tratar dos pronomes relativos, adverte que tais pronomes também são denominados “conjuntivos, porque servem de connectivos às proposições, de sorte que o termo conjuntivo nos parece mais apropriado, mais característico” (1922[1894]: p. 127). Veja que, aqui, o emprego do termo não tem propriamente valor metalinguístico, já que visa a justificar a denominação de *conjuntivos* para os pronomes relativos em face de sua semelhança construcional com as conjunções. Em outras palavras, para Maciel o papel de conectivo é originalmente o que exercem as conjunções.

²⁰ No original “proposição”, por erro óbvio.

²¹ A hesitação de uso entre os termos *partes do discurso*, *classes gramaticais* e *categorias gramaticais* constitui tema que merece estudo especializado, razão por que não nos ocupamos de sua análise neste estudo.

²² Ao fazer referência às línguas africanas no verbete *negro*, João Ribeiro assinala: “É de notar-se igualmente a reação que o portuguez exerceu a seu turno sobre a língua africana. Essa reação affecta a própria grammatica com a adopção de certos connectivos e preposições” (1906[1897]:221). Observe-se que conectivo e preposição aqui são referidos como entidades gramaticais distintas.

Encontra-se, por outro lado, em Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899) e Boaventura Plácido Lameira de Andrade (?-?) uma referência às *palavras conectivas* ou *relativas*, em oposição às *palavras nominativas* ou *ideais*, fruto do viés positivista que lhes impunha maior pendore pelos temas taxionômicos (1887:76):

Tocante ás suas funções naturaes, dividem-se as palavras em:

- a) Nominativas, ideaes (dependentes e independentes). São as que servem para distinguir os seres, as substancias reaes ou abstractas, as qualidades e acções, os diversos estados das pessoas e cousas, todas as manifestações da vida (*nome e verbo*).
- b) Connectivas ou relativas. São as que exprimem as numerosas relações de tempo, lugar, numero, quantidade, causa, efeito, etc. (*preposição e conjunção*).

Mais afeitos ao viés diacrônico, fato que lhes conferia acentuado comprometimento com os modelos de descrição gramatical nas línguas clássicas, Silva Jr. e Andrade vão além do latim, para referirem-se a uma concepção unificada da preposição e da conjunção como “palavras conectivas” na tradição gramatical grega. E assim destacam: “Os grammaticos gregos classificam as preposições com as conjunções, sob o nome de connectivas (*sundesmos*)” (1887: 109). Cuida-se aqui de uma referência à classe mais genérica dos conectivos presente na *Poética* de Aristóteles, que s.m.j. não tem par na gramaticografia brasileira dos Oitocentos.

Em princípio, a referência de Pacheco & Lameira a esse fato da gramatização do grego soa como uma informação menos relevante, não obstante enriquecedora como viés descritivo da preposição e da conjunção, visto que sua posição é claramente favorável ao tratamento distinto das duas classes gramaticais em questão. Entre os primeiros intérpretes da *Poética* de Aristóteles – podemos citar Amônio Sacas (175-240), Anício Boécio (480-525) e James Harris (1709-1780), cujas referências se podem encontrar em Arens (1984)-, há reiterado entendimento do *sundesmos*, também *syndesmos*, como liame, ligadura que torna muitos em um. O termo é efetivamente usado por Aristóteles como uma das quatro categorias linguísticas: *ónoma*, *rhēma*, *áarthron* e *syndesmos*²³, embora, conforme nos ensina Neves (1981:65), a noção de *syndesmos* em Aristóteles nem sempre tenha significação gramatical, senão a de um recurso estilístico que faz de muitas coisas uma unidade²⁴. No que tange ao nosso interesse nessas linhas, a citação de Pacheco & Lameira ao termo aristotélico, que por

²³ Para aprofundamento do tema, leia (Swiggers, 1997) e (Laspia 1997).

²⁴ Neves traça referência específica ao uso do termo no livro 3 da *Retórica*.

sinal se faz sem o cuidado da referência bibliográfica, serve para atestar a postura mais ortodoxa desses gramáticos dentro do paradigma da escola histórico-comparativa.

Saliente-se, na esteira dessa referência às línguas clássicas, que na gramática latina a preposição e a conjunção são interpretadas sintaticamente de modo distinto. A preposição é ordinariamente entendida como a parte do discurso que se posiciona antes de uma outra, completando, alterando ou diminuindo sua significação²⁵. Já a conjunção é a parte do discurso que estabelece um vínculo entre duas outras na organização da proposição (*sententia*)²⁶. Essa interpretação distintiva das duas classes gramaticais perdurou nas gramáticas de línguas vernáculas, de tal sorte que sua visão unificada como tipos de conectivos somente se fez notar a partir dos estudos realizados no século XIX.

Efetivamente, não se pode atribuir à preposição o caráter de um mero liame vocabular, visto que seu papel, no plano diacrônico das línguas românicas, inclui a atribuição de valor sintático aos termos da oração, papel que no paradigma das línguas sintéticas, como o latim erudito, era cumprido pela flexão desinencial de caso. Nesse diapasão, merece destaque a observação de Pacheco & Lameira de que a definição dos gramáticos latinos “era errônea, e não indicava a natureza interna da preposição”, pois que “em latim ella nem sempre precedia o nome ou verbo (*Tenus colloca-se depois do ablativo ; cum, depois de me, te, se, nobis, vobis, qui*)” (1887:109). Salientam os autores que “no portuguez, porem, sempre a preposição é precedente” (1887:109), fato que, afinal, legitimou a definição dos gramáticos latinos para além do próprio latim.

2. A natureza conectiva do pronome relativo, preposição e da conjunção.

No item 1 deste estudo, fizemos menção aos papéis atribuídos aos conectivos pela tradição gramatical de base filológica: a) papel de liame vocabular ou oracional; b) papel de indicação da fronteira vocabular ou oracional; c) papel de atribuidor de uma relação no plano sintático; d) papel de termo anafórico dotado de uma função sintática. Para termos ideia do entendimento com que os gramáticos brasileiros do século XIX

²⁵ Em Donato (2007), lê-se: “Pars orationis, quae preposita aliis partibus orationis significationem earum aut complet aut mutat aut minuit”. Uma recente tradução da Arte de Donato para o português encontra-se em Dezotti (2011). Em Prisciano (1855, p. 24) “Est igitur praepositio pars orationis indeclinabilis, quae praeponitur aliis partibus vel appositione vel coinpositione”.

²⁶ Em Donato (2007), lê-se: “Pars orationis adnectens ordinansque sententiam”. Em Prisciano (1855, p. 93) lemos: “Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis”

descreviam o emprego dos conectivos, tomando por base essas premissas, leiamos um conjunto de definições para cada uma das classes gramaticais estudadas.

2.1 Definições de pronome relativo ²⁷

Oferecem-se, a seguir, oito definições, extraídas do *corpus* sob análise, identificadas segundo o papel específico dos conectivos referido no item 1. Destacamos algumas palavras-chave para melhor percepção dos valores gramaticais expressos pelo gramático.

- I. “[Adjetivos] *Demonstrativos Coniunctivos* são os que mostram ou o sujeito, ou o atributo de uma oração antecedente e unem ao mesmo tempo as orações parciais com as de que são parte” (DUARTE, 1877[1829]: VIII). (papéis a e d)
- II. “[Adjetivos] *Demonstrativos relativos* são os que se referem a pessoas, a cousas, ou a juízos enunciados em frase antecedente” (CONDURÚ, 1840:12). (papel d)
- III. Adjectivo coniunctivo, é, como sôa a palavra, o que tem a virtude de conjunctar proposições, fazendo as vezes de conjuncção: liga proposições incidentes a outras por ellas modificadas, isto por meio de dois termos de relação, um na proposição modificada, outro na modificante, dos quaes o primeiro se chama o seu antecedente, o segundo o seu consequente (REIS, 1871[1866]: 30). (papéis a e c)
- IV. “[Adjetivos] Coniunctivos são os que conjuctam cláusulas (...) Os coniunctivos referem-se a alguma cousa já expressa em outra proposição, mas cuja determinação elles mais tornam precisa” (SILVA Jr. & ANDRADE, 1887:87-93). (papéis a e d)
- V. É coniunctivo ou relativo o adjectivo que estabelece relação entre duas clausulas” (BOSCOLI, 1898[1893]:80). (papel c)
- VI. Os adjectivos coniunctivos referem-se sempre a um nome de clausula principal: esse nome chama-se antecedente” (RIBEIRO, 1910[1881]:248). (papel d)

²⁷ Também pronome conjuntivo, adjetivo relativo ou adjetivo conjuntivo.

- VII. “[Adjetivos] Relativos são os que se referem a nome ou pronome, que é determinado ou qualificado pela proposição(...) Vê-se, pois, que o relativo substitue o nome e ao mesmo tempo faz as vezes de conjunção, ligando o nome determinado com a proposição determinante que se segue. Por isso póde também ser denominado *nome conjunctivo*.” (RIBEIRO, 1930[1889]:82).
(papéis a e d)
- VIII. “Pronome relativo é aquelle que, conjuntando duas proposições, sempre se refere a um nome anteriormente expresso” (MACIEL, 1922[1894]:127).
(papéis a e d)

A leitura dessas definições, em princípio, revela uma visão do pronome relativo significativamente uniformizada entre as gramáticas racionalistas e científicas. Há expressiva predominância do papel de liame, a que se segue o papel de instrumento anafórico. Por sinal, conforme se verá nas definições de preposição e conjunção, esse papel anafórico é o que mais distingue o pronome relativo no conjunto dos conectivos, razão por que, embora não seja o elemento de perfil mais presente nas definições estudadas, constitui-se, sem dúvida, no que detém caráter mais distintivo.

O fato de não se fazer referência ao pronome relativo como instrumento gramatical que determina a fronteira oracional bem expressa a noção de que aqui temos uma subclasse gramatical que trabalha mais na arquitetura sintática da frase do que no estabelecimento da topologia sintática, sobretudo levando-se em conta que o pronome relativo, de modo geral é caracterizado como termo sintático da oração subordinada. Em outras palavras, não lhe cumpre estabelecer as fronteiras oracionais exatamente em face de sua posição interna a uma das proposições sintaticamente vinculadas.

2.2 Definições de preposição

Passemos às definições da classe das preposições:

- I. “*Preposição* é uma parte invariavel da oração, que posta entre duas palavras, mostra que a segunda está completando a primeira, como: Vou *para* casa *de* João. A Preposição rege, isto é, demanda depois de si uma palavra, e mostra só a relação de complemento, isto é, que ella com a palavra seguinte

- está completando a significação de outra palavra antecedente” (DUARTE, 1877[1829]:94). (papéis b e c)
- II. “Preposição é a parte da oração que, posta entre duas palavras, faz que a segunda restrinja, complete ou modifique a significação da primeira” (CONDURÚ, 1840:66). (papéis b e c)
- III. “Preposição é a parte invariável da oração que exprime uma relação entre duas palavras, ou entre um termo *antecedente* e outro *consequente*, ligando o segundo ao primeiro” (REIS, 1871[1866]: 139). (papel c)
- IV. “*Preposição* é uma palavra que liga um substantivo ou um pronome a outro substantivo, a um adjetivo, a um verbo, mostrando a relação que há entre elles” (RIBEIRO, 1910[1881]:71). (papéis a e c)
- V. “Preposição é uma palavra intervocabular que indica a relação syntactica entre dous termos” (MACIEL, 1992[1894]:141). (papéis b e c)
- VI. “Preposição é uma partícula invariável que serve para ligar duas palavras (subst. ou pronome a substantivo, pronome, adjectivo ou verbo) com o fim de indicar-lhes a mutua relação” (SILVA Jr. & ANDRADE, 1887:109). (papéis a e c)
- VII. “Preposição é a parte que posta entre dous vocábulos determina a natureza da relação que existe entre elles” (RIBEIRO, (1930[1889]:102)²⁸. (papéis b e c)
- VIII. “Preposição é a palavra que liga dous termos, mostrando de modo determinado a relação existente entre elles” (BOSCOLI, 1898[1893]:88). (papéis a e c).

Perceptível, nessas definições, a predominância do papel relacional, seja nas gramáticas racionalistas, seja nas científicas. O papel de liame vocabular revela-se secundário, ao passo que o papel anafórico evidentemente não se aplica às preposições. A análise das definições, ainda que de modo perfunctório, revela que a noção de instrumento sintático atribuidor de uma dada função, fato mais flagrante na definição de Filipe Condurú, é o principal traço caracterizador da preposição.

²⁸ Em outra referência, Ribeiro atesta que a preposição “é uma palavra relativa, que com o seu complemento necessário fórma um adverbio ou locução adverbial: com ardor = ardentemente, etc.” (1930[1889]:105). Há, nessas observações, clara noção do papel da preposição como transpositor.

2.3 Definições de conjunção

Por derradeiro, leiamos as definições de conjunção :

- I. “Conjuncção é uma parte da oração, que ata e ordena entre si as orações, para fazerem um corpo de período, e um discurso continuado” (DUARTE, 1877[1829]:100). (papéis a e f)
- II. “Conjuncção é uma palavra invariável, que une as partes homogêneas da oração ou do discurso, indicando conveniencia, opposição, dependencia ou condição entre ellas” (CONDURÚ, 1840:68). (papéis a e c)
- III. “*Conjuncção*, é uma parte invariável da oração que liga uma palavra á outra, uma proposição á outra, um sentido a outro, ou um termo *antecedente* a outro consequente” (REIS, 1871[1866]:153). (papel a)
- IV. “Conjuncção é uma palavra que liga sentenças entre si, e que prende também entre si palavras usadas do mesmo modo em uma sentença” (RIBEIRO, 1910[1881]:72). (papel a)
- V. “Conjuncção (lat. *conjunctionem*, de *cum jungere*) é a palavra invariável e relacional, que serve para ligar palavras e proposições” (SILVA Jr. & ANDRADE, 1887:112). (papel a)
- VI. “Conjuncção é a palavra que serve para indicar as relações entre duas proposições” (RIBEIRO, 1930[1889]:103). (papel c)
- VII. “Conjuncção é a palavra que liga asserções entre si (...) A conjuncção é um poderoso elemento pára (sic) relacionar asserções; sem ella todo o discurso seria um esqueleto sem colorido” (BOSCOLI, 1898[1893]:91). (papel a, c e f)
- VIII. “Conjuncção é uma palavra invariável que liga duas proposições e ás vezes duas palavras” (MACIEL, 1922 [1894]:145). (papel a)

No tocante às conjunções, evidencia-se a predominância de seu papel como liame vocabular ou oracional – o que, por sinal, só não se expressa em uma única definição -, fato que a distingue das demais palavras conectivas no tocante à ausência de papel relacional. O papel anafórico pode-se incluir, em parte, na constatação do papel de instrumento de coesão textual verificado em Bôscoli e Costa Duarte, não obstante haja nessas definições um conceito de vinculação de elementos textuais bem mais amplo do que o da simples anáfora. A expressão “para fazerem um corpo no período e um

discurso continuado” em Duarte é nitidamente caracterizadora de uma visão construcional da conjunção como classe indispensável para a arquitetura e organização semântico-sintática do texto, ainda que o metatermo texto, obviamente, não esteja presente entre as palavras do gramático maranhense.

Diga-se o mesmo da passagem “sem ella todo o discurso seria um esqueleto sem colorido” de que se serve Bôscoli, metaforicamente, para justamente corroborar a tese da indispensabilidade da conjunção como instrumento de coesão textual. A ideia do papel exercido pela conjunção como classe que “dá cor ao esqueleto” e, na melhor exegese, a de que um texto sem conjunções não atinge o desiderato necessário de transmitir seu conteúdo semântico com clareza, eficácia e estilo.

Conclusão

O percurso dos estudos gramaticais brasileiros no século XIX segue uma linha de continuidade, em que se reúnem sob a rubrica *conectivos* as classes do pronome relativo, da preposição, da conjunção e do advérbio, esse último quando em função análoga à do pronome relativo ou da conjunção intervocabular. Não obstante a distinção conceptual acesa da descrição linguística entre as gramáticas do Período Racionalista e do Período Científico, percebe-se certa linha de continuidade no tocante ao reconhecimento da preposição, da conjunção e do pronome relativo (conjuntivo) como partes do discurso, não obstante seu reconhecimento como termo conectivo seja expressivamente divergente.

Conclui-se, ademais, que embora o termo conectivo não seja propriamente um metatermo no âmbito das gramáticas, raramente referido em textos avulsos e nos dicionários gramaticais, verifica-se haver uma clara noção de seu emprego como hiperônimo da preposição, da conjunção e do pronome relativo (conjuntivo), bem como, numa certa medida, do advérbio, para designar um certo termo que cumpre uma das funções especificadas no item 1 deste estudo.

Por outro lado, os referidos papéis que essa geração de gramáticos atribui aos conectivos – liame vocabular e oracional, estabelecimento da fronteira vocabular e oracional, instrumento de uma relação e instrumento anafórico – são os mesmos que, em medidas distintas, se aplicam na conceituação dos conectivos no século XX, pelo menos até a época da Geração NGB, com a ressalva de que um quinto papel, o de *instrumento de coesão textual*, que entraria no panorama acadêmico brasileiro nas

décadas derradeiras do século passado, com a chegada do estudo da enunciação e da teoria do texto, também se encontra pontualmente em pelo menos dois gramáticos oitocentistas, Antonio da Costa Duarte de José Ventura Bôscoli, curiosamente pertencentes a períodos historiográficos distintos da gramaticografia do português no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENS, Hans. *Ariostotle's theory of language*, texts form 500 to 1750. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.

Auroux, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BOSCOLI, José Ventura. *Grammatica portugueza*. 2 ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1898 [1893].

BRAGA, Teófilo. *Grammatica portugueza elementar - fundada sobre o methodo histórico-comparativo*. Porto/Rio de Janeiro: João E. da Cruz Coutinho/A. A. Cruz Coutinho, 1876.

Câmara Jr., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954 [1941].

CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: Eduff, 2000.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 23, 2002.

CONDURU, Felipe Benício de Oliveira. *Gramática elementar da língua portuguesa*. Maranhão: Typ. do Paiz, 1840.

Congreso Internacional de la ALFAL. Alcalá de Henares: 2012, p. 2571-2579.

COSTA E CUNHA, Antonio Estevam da. *Grammatica elementar portugueza*, adaptada ao ensino das escolas de instrução primaria, quer dos menores, quer dos adultos, e bem assim dos Collegios, Liceos e Escolas Normaes e aulas preparatorias. Rio de Janeiro: [s.n.], 1880.

DEZOTTI, Lucas Consolin. *Arte menor e arte maior de Donato*: tradução, anotação e estudo introdutório. São Paulo: USP, dissertação de mestrado, 2011.

DONATUS, Aelius. *Ars minor: de partibus orationis*. I Intratext Edition CT., 2007. Disponível em <http://www.intratext.com/X/LAT0192.htm>. Acesso em 5 de outubro de 2016.

DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6 ed. Maranhão: Antonio Pereira Ramos d'Almeida editor, 1877[1829].

FÁVERO, Leonor L. e MOLINA, Márcia A. G. *As concepções lingüísticas no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2006.

KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1961.

LASPINA, Patrizia. L'ARTICOLAZIONE LINGUISTICA; origini biologique di uma metáfora. Roma: La Nuova Italia Scientífica, 1997.

MACIEL, Maximino de Araujo. *Grammatica descriptiva*. 8 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922 [1894].

MACIEL, Maximino. *Philologia portugueza: ensaios descriptivos e historicos sobre a lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Typ. de José de Oliveira, 1889.

NEVES, Maria Helena de Moura. A teoria linguística em Aristóteles. *Alfa*. São Paulo: n. 25, 1981, p. 57.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos da lingua portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

REIS, Francisco Sotero. *Grammatica portugueza, acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. 2 ed. Maranhão: Typographia de R. d'Almeida & C., 1871[1866?].

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Bahia: Livraria Catilina de Romualdo dos Santos, 1890.

RIBEIRO, João. *Diccionario gramatical*. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906 [1897].

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza, curso superior*. 21 ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1930[1889].

RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 10 ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1911[1881].

RIBEIRO, Julio. *Traços geraes de linguistica*. São Paulo: Livraria Popular de Abilio A. S. Marques, 1880.

SILVA JR. Manuel Pacheco da & ANDRADE, Boaventura P. Lameira de. *Noções de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: J.G. de Azevedo Editor, 1887.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 4 ed. enriquecida por Theotonio José de Oliveira Velho. Lisboa: Na Impressão Regia, 1831 [1789].

SILVA, Antonio de Moraes. *Epitome da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Off. de Simao Thaddeo Ferreira, 1806.

SWIGGERS, Pierre. The *syndesmos* in Ancient Greek grammar: grammatical status and subtypes. *Proceedings of the 16th International Congress of Linguistics*. Oxford. Pergamon. CR-Room Edition, 1997.

AS CONJUNÇÕES *POIS* E *PORQUE* SOB UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO- ARGUMENTATIVA

THE CONJUNCTIONS *POIS* AND *PORQUE* A SEMANTIC- ARGUMENTATIVE APPROACH

Ânderson Rodrigues Marins (UERJ)

RESUMO No presente estudo, as conjunções *pois* e *porque* serão submetidas a uma análise semântico-argumentativa, tendo em vista que o tratamento dado a elas, ao menos no Brasil, ainda merece reflexão, sobretudo no que diz respeito às relações de causa e explicação que esses conectores argumentativos conferem às orações. A base teórica para essa abordagem são os trabalhos desenvolvidos por Oswald Ducrot (1971, 1977, 1987) acerca da Semântica Argumentativa. Com esses estudos de Ducrot, mostra-se que a taxonomia que as gramáticas apresentam há já pelo menos uns cinquenta anos, além de extremamente limitada, não leva em conta outros fatores relativos às conjunções mais significativos, como, por exemplo, a organização que dão ao discurso e à estruturação do texto. Há algumas exceções como, por exemplo, Neves (2000) e Azeredo (2010). Também servirão de base à pesquisa os trabalhos de Vogt (1989), Guimarães (2002) e Koch (2003, 2006, 2008 e 2010). Vê-se que, em algumas gramáticas normativas (cf. Rocha Lima (2010), Evanildo Bechara (2003) e Cunha e Cintra (2001)), a classificação das conjunções em questão, em coordenativas explicativas ou subordinativas causais, não é inteiramente clara. Quando da investigação sobre o *pois* e o *porque*, serão realizadas análises das incidências em *corpus* de língua escrita contemporânea, com exame de textos do gênero jornalístico (jornal e revista) e do gênero “manual de instrução” – todos em linguagem formal. Assim, o presente trabalho busca apresentar um estudo acerca de fatores envolvidos entre as características dessas conjunções e também entre as relações de causa e explicação.

Palavras-chave: conjunções, causa e explicação, semântica-argumentativa.

ABSTRACT In this research, the conjunctions *pois* and *porque* have been submitted to a semantics-argumentative analysis aiming at the procedure given to them, at least in Brazil, which still deserves some thought about it, mainly about their relationship between cause and explanation that these argumentative connectors give to the sentences. The theoretical basis to this approach is the researches developed by Oswald Ducrot (1971, 1977, 1987) concerning Argumentative Semantics. In these Ducrot's researches, it can be shown that the taxonomy presented by grammar books for at least fifty years, besides being limited, does not take into account other significant considerations related to conjunctions, for instance, the organization these conjunctions give to the discourse and the text structure. There are some exceptions, for instance, as Neves (2000) and Azeredo (2010). It will also be considered as a basis for the research the studies of Vogt (1989), Guimarães (2002) and Koch (2003, 2006, 2008 and 2010). It can be noticed that, in some normative grammar books (e.g. Rocha Lima (2010), Evanildo Bechara (2003) and Cunha e Cintra (2001)), the rating of these conjunctions, in coordinative explanatory clauses or subordinating causative ones, is not entirely clear. When investigating about *pois* and *porque*, analysis of implications in contemporary written language *corpus* will be done, by examining texts from 'news world' (newspapers and magazines) and handbooks - all of them in formal language. Therefore, this research aims to present a study about factors involved in the characteristics of these conjunctions and also between the relationship of cause and explanation.

Key words: conjunctions, cause and explanation, argumentative-semantics

Introdução

O estudo da significação da palavra avaliada na sua relação com outras palavras no conjunto do léxico faz parte, na tradição dos estudos linguísticos no Brasil, da Semântica Argumentativa. Essa área interessa de modo peculiar porque se dedica ao binômio linguagem/argumentação, e esta relação é categórica quando se buscam explicar as relações entre enunciados de orientação argumentativa e seus conteúdos semânticos.

A linguagem carrega marcas da argumentatividade, por isso é válido afirmar que as relações ideológicas e/ou argumentativas estabelecidas pelas conjunções, verdadeiros operadores de argumentação, vão nortear uma estrutura linguística. A rigor, o valor argumentativo das palavras é responsável pela orientação argumentativa dos enunciados.

Hoje não resta dúvida de que a função das conjunções é bipartida:

a) Organizar textos e a reboque indicar de que maneira uma parte do discurso está vinculada a outra e deixar mais clara a conexão entre o que já foi e o que será dito.

b) Conduzir o leitor a interpretar nossas frases como desejamos, determinando, muitas vezes, a avaliação que pretendemos que ele faça dos argumentos apresentados (cf. MORENO; MARTINS, 2006, p. 173).

Com o desenvolvimento da Linguística Textual, nos últimos trinta anos, as conjunções, antes mencionadas em capítulos anódinos das gramáticas, passaram a ocupar o centro das atenções, devido a sua reconhecida eficácia. Num sentido geral, conectivos²⁹, conectores ou conjunções são itens gramaticais que promovem a junção entre elementos, como sintagmas, orações e enunciados, em discursos orais e escritos. Essas conjunções acolhidas aqui como objeto de estudo introduzem, nas orações em que estão presentes, ideias de causa e/ou explicação³⁰. Em relação ao *pois* e ao *porque*, sabe-se que se encontram arrolados por alguns gramáticos tanto no grupo das coordenativas sindéticas explicativas (o primeiro também aparece entre as coordenativas sindéticas conclusivas, caso de que não se tratará neste estudo) como no das subordinativas adverbiais causais. Esta abordagem, no entanto, limita-se ao tema do presente estudo, o

²⁹ Há autores que, segundo Mattoso Camara Jr. (*apud* ROSA, 2006, p. 113), reservam a denominação *conjunções* somente para as coordenativas, interpretando as subordinativas e as preposições como *conectivos subordinativos*. Antenor Nascentes (1960, p. 138), por exemplo, confere a denominação de *conectivos* às palavras que estabelecem ligações entre palavras ou entre frases os quais seriam as preposições, os pronomes relativos e as conjunções [coordenativas].

³⁰ Existem outros estudos cujo objetivo consiste em descrever o comportamento de diferentes conectores, entre os quais o *pois* e o *porque*, que introduzem orações causais e explicativas na história do português (cf. FIÉIS; LOBO, 2008).

da análise semântico-argumentativa das conjunções *pois* e *porque*, caso que a desvincula das chamadas orações assindéticas, reduzidas e justapostas.

Neste estudo, apresentam-se nuances semânticas expressivas em relação às conjunções *pois* e *porque*. Seguindo os estudos de Vogt (1989), Guimarães (2002) e Koch (2006), submeter-se-ão esses conectivos a uma série de testes: o da interrogação, o da negação, o do encadeamento, o da extraposição e o da quantificação. Serão observadas também as análises de Neves (2000, p. 804-8, 815-8) e Azeredo (2010, p. 324; cf., também p. 71-8, 287).

Delimitação dos Objetivos

Para que fazer uma análise semântico-argumentativa das conjunções *pois* e *porque*?

Se a língua é um sistema de produção de sentidos por meio de enunciados linguísticos, ela agasalha, entre outros sistemas, o semântico; nesse contexto, os *operadores argumentativos* - termo cunhado por Oswald Ducrot, criador da Semântica Argumentativa - são elementos da gramática da língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam (cf. KOCH, 2010, p. 30). Para uma abordagem reflexiva acerca da língua portuguesa, adota-se a perspectiva da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação) e recuperam-se aquelas conjunções por serem precisamente elas que instauram o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, portanto, em marcas linguísticas importantes da enunciação.

Os *operadores argumentativos* (ou *discursivos*) têm sido alvo de uma série de estudos importantes, na perspectiva da Semântica Argumentativa. Entre estes, pode-se mencionar os de Ducrot acerca dos operadores *para que*, *de modo que*, *porque*, *pois*; Ducrot e Vogt, acerca do *mas*; Vogt, acerca dos operadores de comparação (*mais que*, *menos que*, *tanto que*, etc.), *mesmo*, *ainda*, *também*; Vogt, acerca do *porque*, *pois* e *já que*; Salomão e Geraldini, acerca do *se* (cf. KOCH, 2006, p. 130).

Na *macrossintaxe do discurso* - denominação dada por Koch (cf. 2006, p. 103) à semântica argumentativa - o estudo das conjunções *pois* e *porque* envolve diversos tipos de relações de ordens semânticas e/ou pragmáticas. Isto se dá porque esses operadores argumentativos são responsáveis por diversos tipos de encadeamento entre orações, enunciados ou partes do texto. O primeiro estabelece uma relação de explicação ou

justificativa – quando se encadeia, sobre um primeiro ato de fala, outro que justifica ou explica o anterior – entre as relações pragmáticas, discursivas ou argumentativas; o segundo, por sua vez, estabelece uma relação de causalidade – quando uma das orações encerra a causa que acarreta a consequência contida na outra – entre as relações lógico-semânticas (*idem*, 2003, p. 68-73).

Sendo assim, busca-se, especificamente, com este estudo:

- evidenciar os casos em que uma conjunção estabelece discursivamente relações de explicação;
- evidenciar os casos em que uma conjunção estabelece discursivamente relações de causa;
- discutir aspectos semânticos da argumentatividade no uso de conectivos que introduzem a explicação e a causa;
- apresentar nuances semânticas que distinguem as conjunções *pois* e *porque*.

A visão de compêndios da tradição gramatical brasileira

Nesta seção, serão expostos textos que servem apenas como ponto de partida para a realização da análise, pois também serão avaliados.

Por apresentarem pontos de vista semelhantes quanto à concepção do que são, assim como do papel desempenhado pelas conjunções, a visão tradicional pode ser assim resumida (cf. ILARI, 1996):

- a) seriam as conjunções palavras de função conectiva, com a capacidade de ligar orações, característica que distinguiria conjunções de preposições;
- b) uma conjunção típica é externa às orações que conecta, não exercendo qualquer função sintática, diferenciando-se dos pronomes relativos, que, além de ligarem orações, exercem função gramatical;
- c) as conjunções podem ser classificadas como subordinativas ou coordenativas, dependendo da relação estabelecida entre as orações ligadas;
- d) as conjunções subordinativas podem ter valor integrante ou circunstancial.

Rocha Lima, Bechara, Cunha e Cintra e Azeredo em suas respectivas gramáticas

É importante lembrar que uma relação estreita entre a definição da oração e a conjunção que a encabeça costuma ser instaurada. É exatamente o que se encontra em

Rocha Lima. Em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2010), afirma que as orações coordenadas sindéticas recebem o nome das conjunções que as iniciam. Páginas à frente, encontra-se a afirmação de que as orações subordinadas adverbiais causais indicam o fato determinante da realização, ou não realização, do que se declara na principal. Quando na forma desenvolvida, vêm encabeçadas pela conjunção típica *porque*³¹ (*op. cit.*, p. 322, 341).

Para Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2003), as orações coordenadas estão ligadas por conectores chamados conjunções coordenativas, que apenas marcam o tipo de relação semântica que o falante manifesta entre conteúdos de pensamentos designado em cada uma das orações. Quanto aos tipos de orações subordinadas adverbiais, afirma que se iniciam pelo transpositor³² *que*, acompanhado de preposição ou advérbios ou de outras unidades adverbiais: Causais – quando a subordinada exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento expresso na oração principal. E na lista de conjunções dessa oração está o *porque* (*op. cit.*, p. 477-8, 493).

Para Cunha e Cintra, em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001), a oração será coordenada sindética explicativa se a conjunção for explicativa. No rol de conjunções explicativas estão, entre outras, o *pois* e o *porque*. Os autores também afirmam que será oração subordinada causal aquela que se iniciar com conjunção subordinativa causal. Na lista de conjunções causais estão igualmente, entre outras, o *pois* e o *porque* (*op. cit.*, p. 597, 605).

Azeredo (2010) considera as conjunções *pois* e *porque* como explicativas: *Já podemos atravessar, pois (ou porque) as águas baixaram um pouco*. O autor também afirma que elas iniciam um argumento para uma tese/opinião ou uma atitude expressa na oração anterior: *Tínhamos obrigação de ganhar o jogo (opinião/tese), pois nossa equipe estava mais preparada (argumento); Levem agasalhos (atitude), porque no alto da serra a temperatura é muito baixa (argumento)* (*op.cit.* p, 308).

Ainda segundo o autor (*idem*, p. 324), nas orações adverbiais, a causa é indicada correntemente pelas conjunções *porque* e *pois*. Essas duas introduzem a oração causal que vem após a principal: *Decidimos voltar a pé da festa porque não havia mais ônibus de madrugada*. Azeredo (*op. cit.*, p. 324; cf., também p. 71-8, 287), por exemplo,

³¹ O autor afirma que em vez desta podem figurar, com leves matizes de emprego, outras conjunções; entre as quais o *pois*.

Ensina Said Ali (*apud* ROCHA LIMA, *op. cit.*, p. 341) que “As conjunções *pois, pois que, porquanto*, servem para mostrar que a causa é um acontecimento evidente: Os maus não têm juízo, *pois* deixam a Deus pelo mundo.”

³²Cf. Bechara (*op. cit.*, p. 319 e 323), para melhor entender o conceito e o papel deste termo.

admite o fato de que entre as conjunções causais, apenas *porque* pode ser precedida de um vocábulo focalizador ou de realce, como *só, até, mesmo, justamente* etc., que quase nada acrescenta ao conteúdo da proposição, mas que atua na dimensão ilocutória do discurso, com a finalidade de transformar certa parcela do enunciado em foco da informação:

*Decidimos voltar da festa a pé **justamente porque** não havia mais ônibus de madrugada.*

*O socorro às vítimas será feito com helicópteros, **até (ou mesmo) porque** as estradas estão interditadas.*

As duas conjunções em questão são ainda atribuídas às relações de causalidade se a realização de um evento/fato depende ou decorre da realização de outro. A associação causal entre dois fatos de nosso conhecimento é, certamente, um ato de percepção e de compreensão, que se pode codificar de formas variadas na linguagem, até mesmo por meio de conectivos. Em *Passando pela rua já tarde da noite, posso perceber que a luz da sala de meu vizinho está acesa e concluir: ele ainda está acordado*, tem-se uma relação de causalidade entre dois dados: a luz acesa (causa) e a vigília de meu vizinho (efeito). Essa relação é uma construção do raciocínio que denota uma compreensão da situação: a luz acesa me leva a fazer uma inferência. Pode-se, assim, dizer, ou meramente pensar: *Ele ainda está acordado, **pois (já que, porque)** a luz da sala está acesa*; ou, numa forma variante: *Se a luz da sala está acesa, ele ainda está acordado*. Sob o ponto de vista do discurso, causa ou efeito não constitui um valor inerente a um fato na sua relação com o outro, mas uma possibilidade de sentido conforme a necessidade de compreensão – ou de verbalização – do evento que se está testemunhando. O emprego do conectivo tem a função de explicitar esse valor, limitando a compreensão da respectiva oração (*idem*, p. 323).

Pressupostos teórico-metodológicos

A essa altura do texto, define-se a linha teórica deste trabalho, ou seja, os textos que realmente serão importantes para a análise do *corpus*. Apresentam-se, ainda, algumas reflexões sobre o uso de determinados processos aqui estudados, seguindo-se a visão dos autores relacionados neste trabalho que discutem direta ou indiretamente conceitos referentes ao tema proposto.

Oswald Ducrot

Este estudo se ampara na *Teoria da Argumentação na Língua (TAL)*, observando, sobretudo, sua última fase, denominada *Teoria dos Blocos Semânticos (TBS)*, cujos alicerces se fundamentam no quadro do estruturalismo saussuriano e nas teorias da enunciação, nos quais colhe alguns conceitos, alterando-os e desenvolvendo-os. Essa abordagem daria conta de explicar qualquer sentido possível na língua, por mais que possa ser tachado de absurdo, curioso ou, para utilizar um termo pertencente à própria teoria, paradoxal. Ducrot parte de um preceito central de que *a argumentação está na língua*, e assim propõe a *Semântica Argumentativa*.

A proposta do linguista francês focaliza o produto da *enunciação* – o *enunciado* – e, como teoria semântica, o sentido do enunciado. Para Ducrot, a enunciação é o evento que constitui o aparecimento de um enunciado em determinado momento do tempo e do espaço. Já o enunciado é um segmento do discurso, é um fenômeno empírico, que depende de um lugar, uma data, um produtor e um ouvinte, e não se repete. A reboque de cada nova enunciação, mesmo que da mesma sequência, vem um novo enunciado. Nesse sentido, a *frase* é uma estrutura abstrata, não se trata de um sequência de palavras escritas. O enunciado é a realização concreta de uma frase. O valor semântico da frase é denominado, por Ducrot, de *significação*, isto é, uma instrução que explica o sentido de seus enunciados no discurso. O valor semântico do enunciado é o *sentido*, que remete à especificidade semântica daquela sequência enunciativa em particular (cf. CAMPOS, 2007, p. 165; DUCROT, 1987, p. 89-90).

A fase atual da TAL defende que a argumentação linguística ocorre mediante um encadeamento argumentativo constituído por dois segmentos de discurso ligados por um conectivo, formando, assim, um bloco de sentido. Isto significa dizer que o sentido de uma entidade linguística é dado pelos encadeamentos argumentativos que ela evoca.

Nessa versão, não se fala de argumentação apenas em enunciados, mas se traz a argumentação para o léxico. A argumentação, portanto, está na língua. Há, desse modo, um propósito no sentido de tornar a teoria cada vez mais lexicalista, visto que, para Ducrot, não é ao mundo que a língua se reporta, mas ao discurso. Para ele, apenas o discurso é doador de sentido, sendo, pois, pré-condição para a significação. Por meio disso, pode-se entender que, se o sentido de uma palavra está nas suas direções

argumentativas e se só o discurso é doador de sentido, então as direções argumentativas são dadas pelo discurso, mas estão inscritas nas palavras e, desse modo, são elas que evocam o discurso.

Aluno de Benveniste, Ducrot foi influenciado por ele, sobretudo no que tange à filosofia analítica, à vinculação do estudo da linguagem ao quadro saussuriano e à enunciação (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 63). Até o final da década de 1980, muitos trabalhos com orientação teórica fundamentada em Oswald Ducrot e Émile Benveniste incluíam-se na área da Pragmática. A evolução dos trabalhos desses autores, no entanto, conferiu a eles campos de estudos e métodos hoje separados dos pragmáticos. A Semântica Argumentativa e a Análise da Conversação são duas correntes outrora participantes do movimento que integrou componentes pragmáticos aos estudos linguísticos. Neste momento histórico da Linguística, são mais enriquecedoras quando estudadas como áreas distintas (PINTO, 2006, p. 51).

A TAL³³ é uma teoria enunciativa, porque vê no discurso um *eu* (origem) produzindo um enunciado para um *tu* (destino). Ao produzir um enunciado, o *eu* comprova sua presença ao expor um ponto de vista, ou seja, ele argumenta. Assim, produzem-se argumentações mediante relação entre locutor e interlocutor, isto é, o locutor interatua com seu interlocutor apresentando a este sua posição em relação àquilo de que fala. O *valor argumentativo* de uma palavra é a orientação que essa palavra proporciona ao discurso.

No momento em que se interage através da linguagem, têm-se sempre objetivos a serem atingidos. Existem relações que se espera estabelecer, efeitos que se pretende causar, comportamentos que se quer ver desencadeados. Procura-se, ordinariamente, dotar os enunciados de determinada força argumentativa. Por isso se afirma que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo.

A argumentatividade não constitui apenas algo acrescentado ao uso linguístico, mas, em vez disso, está inscrita na própria língua. O uso da linguagem é inerentemente argumentativo, o que se pode tornar ainda mais evidente quando esse uso está relacionado à vida jurídica. Para o profissional do Direito, por exemplo, tudo é linguagem, visto que ela é o singular instrumento de que ele dispõe para tentar convencer, refutar, atacar ou defender-se, e é também na linguagem que se efetivam as

³³ Importante estudo acerca das fases da Teoria da Argumentação na Língua encontra-se em Campos (2007).

leis, as petições, as sentenças ou as mais ínfimas cláusulas de um contrato (cf. MORENO; MARTINS, 2006).

Por fim, Oswald Ducrot propõe o estudo da argumentação que tem por função “orientar” a sequência do discurso e, portanto, representar uma maneira de agir sobre o outro (interlocutor ou destinatário) (CHARAUDEAU, *op. cit.*, p. 202). E, para designar a imagem do locutor como ser do discurso, Ducrot recorre a uma noção de *ethos* efetivamente muito próxima da concepção aristotélica, o que constitui um ponto de encontro entre duas teorias divergentes da argumentação: a argumentação dos retóricos, interessados por certos usos argumentativos do discurso e pelas técnicas discursivas que visam a persuadir, e a pragmática-semântica, que considera que a argumentação, definida como a lógica dos encadeamentos de enunciados, está inscrita na língua (AMOSSY, 2008, p. 9-15).

Carlos Vogt

É notório que, entre os operadores argumentativos, destacam-se os que são classificados pelos compêndios de gramáticas como conjunções coordenativas explicativas e subordinativas causais. Nessa bipartição, entram em cena as conjunções *pois* e *porque*. Por ser discutível do ponto de vista semântico, a “distinção entre os dois tipos de conjunção, sobretudo quando se trata de *pois* e *porque*, não é absolutamente clara e os critérios utilizados para tanto, por serem apenas indicativos de intuições possíveis, insistem em repetir a diferença e adiam a explicação provável” (VOGT, 1989, p. 44-5).

Em seu estudo, Vogt (*op.cit.*) propõe reflexão acerca das nuances de significado que distinguem as conjunções *pois* e *porque*. Entre as distinções que dizem respeito à conjunção *pois*, está o fato de que o relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *pois* (p *pois* q) não pode a) nem ser submetido a uma negação, b) nem ser questionado, c) nem se prestar ao encadeamento, isto é, tornar-se em bloco a subordinada de uma outra proposição, e d) nem constituir-se no escopo de um quantificador, sem que isso provoque um rompimento semântico.

Submetida a enunciação *Pedro parou de trabalhar, pois são 5 horas* à negação e à interrogação, tem-se:

- a) *Pedro não parou de trabalhar, pois são 5 horas.*
- b) *Pedro parou de trabalhar?, pois são 5 horas.*

Nestes casos, tanto em uma quanto em outra, apenas a primeira proposição (p) é negada ou interrogada e não o bloco todo (p pois q), o que demonstra o fracionamento semântico de uma aparente unidade de informação.

Submetida a frase *Ele está em casa, pois seu carro está na garagem* ao encadeamento, tem-se:

c) *Creio que ele está em casa, pois seu carro está na garagem.*

Aqui não foi o bloco p pois q que foi encadeado, mas somente a proposição p . O que antes era uma espécie de justificação para *Ele está em casa* agora o é para a minha crença sobre o fato de ele estar em casa – *Creio que ele está em casa.*

Quando, sob um quantificador, o enunciado *Os turistas virão, pois está calor* é modificado para:

d) *Poucos turistas virão, pois está calor.*

Aqui, também, o quantificador incide apenas sobre p - *Os turistas virão* – e não sobre o bloco todo p pois q . Assim, parece difícil alcançar modificações no conjunto do bloco p pois q . Submetidos às transformações – da negação, da interrogação, do encadeamento e da quantificação –, eles voltam a face de sua duplicidade, rompendo a aparente unidade de conteúdo pela exposição de seus dois componentes: de um lado tem-se p modificado para p' através das transformações mencionadas, e de outro, $pois$ q aplicando-se ao elemento assim modificado (cf. VOGT, *op. cit.*, p. 53-5).

Entre as nuances de significado no relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *porque* está o fato de que, quando é aplicada uma série de transformações similar à anterior, no bloco p porque q , o resultado de sua aplicação gera duas interpretações: uma delas mostra sempre a integridade do bloco e a outra a sua ruptura.

Alterando-se a frase *Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas* para a negativa obtém-se:

a) *Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas.*

Como resultado, têm-se as duas explicações:

1ª) Não é porque são 5 horas que Pedro parou de trabalhar (mas por outra razão). Aqui há conservação do bloco e a negação incide sobre todo o enunciado.

Enquanto que em:

2ª) Pedro não parou de trabalhar, e isso porque são 5 cinco horas, há rompimento do bloco p porque q .

Alterando-se a frase *Pedro irá à sua casa porque prometeu* para a interrogativa, tem-se:

b) *Pedro irá à sua casa porque prometeu?*

As explicações possíveis são:

1ª) A causa da ida de Pedro à sua casa será a promessa que ele fez? Neste caso, há integridade do bloco.

2ª) Pedro irá à sua casa? Questiono porque a sua promessa não dá garantia à sua ida. Neste outro caso há desintegração do bloco.

Submetido o enunciado *Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas* ao encadeamento, tem-se, por exemplo:

c) *Creio que Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas.*

Também aqui é possível se obterem duas interpretações:

1ª) Creio que a causa de Pedro ter parado de trabalhar é que são 5 horas. Neste tem-se a conservação do bloco.

2ª) Creio que Pedro parou de trabalhar, e a causa de minha crença é que são 5 horas. Aqui há o rompimento do bloco.

Submetido o enunciado *Os turistas virão porque está calor* à ação de um quantificador, colocado no seu início, tem-se, por exemplo:

d) *Poucos turistas virão porque está calor.*

Do mesmo modo, podem-se obter duas interpretações:

1ª) Para poucos turistas, a causa de sua vinda será o calor. Há conservação do bloco.

Ao passo que em:

2ª) Poucos turistas virão, e isto porque está calor, há ruptura do bloco.

Conclui-se que a conjunção *porque* apresenta como ambiguidade fundamental a capacidade de explicar, pelo elo da causalidade que estabelece entre o conteúdo de duas proposições, o conteúdo da primeira pelo conteúdo da segunda. Além disso, possui um comportamento que a aproxima da conjunção *pois* quando a explicação desliza para um tipo de justificação do que se diz na primeira proposição.

A operação realizada pelas conjunções *pois* e *porque*, na interpretação em que há rompimento do bloco, não se faz no nível dos conteúdos, mas no nível dos atos de fala que instituem esses conteúdos (VOGT, 1989, p. 56-8; cf. também CUNHA, 2008, p. 11-2).

Urge lembrar que as questões vertentes aqui se deparam com outra de modo a inteirar este estudo: as duas conjunções não se encontram arroladas na mesma lista de classificações quanto às coordenativas explicativas e subordinativas causais nos compêndios de gramáticas analisados.

Eduardo Guimarães

Guimarães (2002) apresenta um estudo acerca de enunciados articulados pelas conjunções *logo, pois, já que, e, além disso, não só... mas também, ou... ou, mas, embora, para que, quando, que*. Com efeito, o estudo semântico desenvolvido nesse trabalho deseja, conforme, aliás, afirma o próprio autor, abrir uma relação para além da teoria do texto.

Ver-se-á que a conjunção *porque* não é submetida à série de testes. Em decorrência disso, as nuances de significado ainda podem ser consideradas conforme aquelas analisadas no subitem anterior. Quanto aos testes incoincidentes com os deste subitem, considere-se como resultado o fato de as duas conjunções em questão gozarem do mesmo comportamento.

Quanto ao emprego da conjunção *pois*, Guimarães (*op. cit.*, p. 36, 39 - 41) também leva em conta o modo como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação. E para isso considera a) a possibilidade de inversão das orações, b) a possibilidade de articulação por sobre o limite da frase (na linguagem escrita corresponde à possibilidade de a conjunção articular a oração que inicia com a que vem antes de um ponto), c) o alcance da negação, d) o alcance da pergunta, e) o modo de encadeamento no texto, f) a divisão para dois locutores numa conversa, g) a divisão entonacional no interior de uma frase e a h) correlação dos modos verbais nas orações.

Para efeito de análise toma-se a seguinte frase:

Seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

Percebe-se que não há possibilidade de inversão das orações:

a) (?) *Pois se expressa pela vontade de viver, seu fracasso é relativo.*

Seria igualmente estranho caso se quisesse submeter o mesmo enunciado à articulação por sobre os limites da frase:

b) (?) *Seu fracasso é relativo. Pois se expressa pela vontade de viver.*

Sob o alcance da negação, tem-se:

c) *Seu fracasso não é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Aqui a negação não incide sobre a oração iniciada pela conjunção *pois*, mas apenas se nega o fracasso ser relativo. E *se expressa pela vontade de viver* passa a sustentar o *fracasso não ser relativo*.

Veja-se que a pergunta também não incide sobre a frase toda. Em:

d)(?) *Seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Impossível ainda parece, segundo Guimarães (*op. cit.*, p. 40), que a pergunta possa incidir sobre uma das orações separadamente e, nesse aspecto, acaba desvinculando-se de Vogt, o qual considera que, nesse caso, apenas a primeira proposição seria interrogada. Segundo Guimarães (*idem*), se a questão fosse feita com *porque* em vez de *pois*, seria uma pergunta possível.

Sob o modo de encadeamento no texto, tem-se:

e) *Creio que seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver.*

Aqui *Creio que* encadeia-se com *seu fracasso é relativo*, e em seguida *Creio que seu fracasso é relativo* com *pois se expressa pela vontade de viver*. Assim, a explicação incide sobre *creio que seu fracasso é relativo*.

Na divisão para dois locutores numa conversa parece haver certa estranheza em se encadear, como as formas a seguir, de modo que haja efetivamente dois locutores:

f) L1 – *Seu fracasso é relativo.*

(?) L2 – *Pois se expressa pela vontade de viver.*

Na divisão entonacional no interior de uma frase vemos que cada oração constitui-se num grupo prosódico. Assim, tem-se:

g) *Seu fracasso é relativo/pois se expressa pela vontade de viver.*

Em vez de: *Seu fracasso é relativo pois/se expressa pela vontade de viver.*

Sob a correlação de modos verbais nas orações não parece ser possível:

h) (?) *Seu fracasso é relativo, pois se expresse pela vontade de viver.*

No entanto, é possível:

Seu fracasso seja relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

Que seu fracasso seja relativo, pois se expressa pela vontade de viver.

De acordo com Guimarães (*op. cit.*, p. 41, 106):

Não há, portanto, obrigatoriedade na correlação dos modos verbais, ou melhor, a mobilidade modal entre as orações não é a mesma. Tanto é assim que, mesmo que haja um subjuntivo na primeira oração, a segunda deve vir no indicativo. Isto ocorre também com o imperativo na primeira oração e indicativo na segunda. A oração com *pois* tem uma marcação forte de indicativo.

Há outros casos ainda que se devem considerar. Em enunciados do tipo *Trabalhe, pois isto lhe será útil*, observa-se que com *isto lhe será útil* sustenta-se o ato de *ordenar*, de *aconselhar* e não o predicado *trabalhar*. O emprego desses períodos equivale a dois atos de linguagem diferentes.

Ingedore Koch

Percorrendo a seara da semântica da enunciação, colhem-se, ainda, os estudos de Koch (2003, 2006, 2008 e 2010). Segundo a autora, os *operadores argumentativos* são elementos da gramática da língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam (cf. 2010, p. 30).

Entre os principais tipos de operadores, existem aqueles que estabelecem, entre orações, enunciados ou partes do texto, determinados tipos de relações. Entre elas as lógico-semânticas e as discursivas ou argumentativas.

Entre as relações lógico-semânticas está a relação de causalidade (*p* porque *q*) que ocorre mediante conexão de duas proposições, uma das quais encerra a *causa* que acarreta a consequência contida na outra: O torcedor ficou rouco *porque* gritou demais. Em *gritou demais* tem-se a causa que acarreta a consequência contida em *O torcedor ficou rouco*.

Quanto às relações discursivas ou argumentativas

Os encadeadores de tipo discursivo são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos, sendo cada enunciado resultante de um ato de fala distinto. Neste caso, o que se assevera não é, como nas relações de tipo lógico, uma relação entre o conteúdo de duas orações, mas produzem-se dois (ou mais) enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro, que é tomado como tema. Assim, tais encadeamentos podem ocorrer entre orações de um mesmo período, entre dois ou mais períodos e, também, entre parágrafos de um texto: daí a denominação dada aos conectores por eles responsáveis de operadores ou encadeadores de discurso. Ademais, esses conectores, ao introduzirem um enunciado, determinam-lhe a orientação argumentativa. Por esta razão, são também chamados operadores argumentativos e as relações que estabelecem, relações pragmáticas, discursivas ou argumentativas (KOCH, 2003, p. 72).

Entre as principais desta relação está a explicação ou justificativa que ocorre quando se encadeia, sobre um primeiro ato de fala, outro ato que justifica ou explica o anterior: Deve ter faltado energia por muito tempo, *pois* a geladeira está totalmente descongelada. (Explicação) (*idem*, p. 73-4; cf. também KOCH, 2006, p. 130; 2010, p. 35).

Do ponto de vista da enunciação, as relações do tipo discursivo são muito mais importantes, tanto que os operadores argumentativos têm sido alvo de uma série de estudos importantes, na perspectiva da Semântica Argumentativa. Entre esses estudos, podem-se mencionar os de Ducrot acerca dos operadores *para que, de modo que, porque, pois*; Ducrot e Vogt acerca do *mas*; Vogt acerca dos operadores de comparação (*mais que, menos que, tanto que, etc.*), *mesmo, ainda, também* e Vogt acerca do *porque, pois* e *já que* (cf. KOCH, 2006, p. 130-2). E, com esses trabalhos, evidencia-se que os períodos e enunciados articulados pelos operadores argumentativos citados caracterizam-se pelas seguintes condições:

1) O emprego desses períodos equivale a dois atos de linguagem diferentes.

2) O que se afirma é a relação existente entre o conteúdo de cada enunciado, introduzindo-se o segundo por intermédio de sua relação com o primeiro. Para confirmar se se trata ou não de duas proposições, são utilizados cinco critérios: a) o alcance da pergunta, b) o alcance da negação, c) o encadeamento, d) a extraposição e e) a quantificação.

Exemplos:

Parou de chover, pois a calçada está seca.

Pedro veio à reunião porque a considerava importante.

a) Alcance da interrogação e da negação:

Segundo Koch (*id. ibid.*), nas frases ligadas³⁴, tanto a interrogação quanto a negação incidem sobre todo o enunciado, ao passo que os enunciados introduzidos por operadores argumentativos não podem ser alvo de uma interrogação:

Interrogação:

? *Parou de chover (?) Pois a calçada está seca.*

? *Pedro veio à reunião porque a considerava importante?*

Negação:

? *Não parou de chover, pois a calçada está seca.*

? *Pedro não veio à reunião porque a considerava importante.*

b) Encadeamento:

Creio que [parou de chover], pois a calçada está seca.

Creio que [Pedro veio à reunião porque a considerava importante].

³⁴ Frase ligada trata-se, segundo a autora (2006, p. 129), de “um único enunciado, resultante de um só ato de linguagem, visto que nenhuma das proposições é objeto de um ato de enunciação compreensível independentemente do outro. Exemplo: Jorge não compareceu à homenagem porque estava enfermo”.

c) Extraposição (tematização de um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico, do tipo *é... que, somente*):

? *É pois a calçada está seca que parou de chover.*

? *Somente parou de chover, pois a calçada está seca.*

É porque a considerava importante que Pedro veio à reunião.

Pedro somente veio à reunião porque a considerava importante.

d) Escopo da quantificação:

As crianças entrarão logo, pois está muito frio.

$\left. \begin{array}{l} \text{Poucas} \\ \text{Muitas} \\ \text{Algumas} \end{array} \right\} \text{crianças entrarão logo, pois está muito frio.}$

O quantificador, neste último exemplo, incide apenas sobre a primeira oração.

3) Os operadores argumentativos encadeiam enunciados, estruturando-os em texto, isto é, constituindo um discurso, ao passo que os operadores do tipo lógico encaixam uma oração em outra, transformando-a em termo desta, de modo a constituírem uma só oração com predicado complexo.

Constitui fato imperioso dar-se a devida importância às relações discursivas ou argumentativas na estruturação do discurso. A rigor, são elas que estruturam os enunciados em texto, na maioria dos casos por intermédio dos operadores argumentativos. Assim, de que outra maneira satisfatória se alcançaria a tessitura do texto senão por ingerência da estrutura argumentativa do discurso?

É, inquestionavelmente, a estrutura argumentativa do discurso a responsável pela ossatura (ou tessitura) do texto (cf. KOCH, 2006, p. 135).

Moura Neves

Neves (2000) alia-se, seguramente, à observação dos usos de fato ocorrentes no Brasil, para, refletindo sobre eles, oferecer uma organização que sistematize esses usos. As lições fazem, portanto, uma organização, numa gramática da língua portuguesa, das possibilidades de construção que estão sendo aplicadas pelos usuários a fim de obterem os efeitos de sentido pretendidos. Ainda que uma gramática de usos não seja, em princípio, normativa, para maior proveito ao consulente comum, a norma de uso é invocada comparativamente, de modo a informar sobre as restrições que

tradicionalmente se fazem a determinados usos atestados e vivos. Isso justifica tanto a escolha como o tratamento diferenciado dado a essa obra da autora neste subitem.

Em Neves (*op. cit.*), a apreciação das construções complexas causais é representada na análise das orações iniciadas pela conjunção *porque*. Segundo a autora, além dessa, outras conjunções e locuções conjuntivas³⁵, das quais nos deteremos apenas em *pois*, também expressam a mesma relação básica de causa entre duas orações.

Expressões linguísticas de ligação causal – as marcadas pelo conector *porque* ou seus equivalentes semânticos - encerram diferentes relações entre atos de fala e a expressão que motivou esse ato linguístico (cf. NEVES, 2000, p. 804-8, 815-8):

Exemplos:

a) Quando na oração principal ocorre um **ato de fala declarativo**:

Vou tirar férias, *porque* estou cansadíssimo.

b) Quando na oração principal ocorre um **ato de fala interrogativo**:

Mas onde reencontrar esse paraíso onde a nudez do primeiro homem e a nudez da primeira mulher eram tão puras que nem sequer permitiam uma serpente? *Porque* já não existem seres feitos de barro, mas apenas homens e mulheres feitos de carne.

c) Quando na oração principal ocorre um **ato de fala injuntivo (deôntico ou imperativo)**:

Fale, mas fale corajosamente, *porque* só assim poderemos chegar ao fim dos nossos sofrimentos.

Essas relações são consideradas, na tradição gramatical, dentro da coordenação, o que encerra algum sentido: não se articulam orações, mas períodos, cada um representando um ato de fala. Justifica-se, ademais, a denominação **explicativa** (oração coordenada explicativa), ao invés de **causal**, para a oração que exprime **causa**, já que na relação de causalidade entre diferentes atos de fala nunca está abrigada a causalidade real, efetiva, material, eficiente, e nem mesmo a causalidade emanada da visão dos fatos (“proposições”) do falante. Trata-se de uma relação mais frouxa do que uma relação verdadeiramente **causal** (em qualquer de suas subespécies, como **motivo**, **razão**, **justificativa** etc.) próximo de uma **explicação**.

³⁵ Segundo a autora (*op. cit.*, p. 802-3), são conjunções causais, além de *porque*: *como*, *pois*, *porquanto* e *que* (= porque). E locuções conjuntivas, que têm, normalmente, o elemento *que* como final, e que envolvem, em geral: um elemento temporal ou um particípio passado, como em *já que*, *uma vez que*, *desde que*, *dado que*, *visto que*, *visto como*; uma conjunção, como em *pois que*; um elemento de intensificação, como em *tanto mais que*; uma preposição seguida de um nome/um pronome, como em *por causa que*, *por isso que*.

Essa maneira ampla de se considerar a relação causal pode abrigar, na classe das construções causais, as que se dão:

- a) Entre **predicações (estados de coisas)**;
- b) Entre **proposições (fatos possíveis)**;
- c) Entre **enunciados (atos de fala)**.

As relações se dão entre **predicações (estados de coisas)**. Assim estritamente entendidas, a relação causal pode implicar subsequência temporal do efeito em relação à causa. Exemplo:

EFEITO (POSTERIOR)		CAUSAL (ANTERIOR)
<i>Nossa conversa não foi adiante</i>	<i>porque</i>	<i>infelizmente, a confissão terminada, o reitor saiu do quarto e o ambiente logo mudou.</i>

A relação causal entre conteúdos, no entanto, não necessariamente envolve tempo.

Exemplo:

Mas o caso americano é *sui-generis* *porque* não há partidos políticos no país.

Relações marcadas por um conhecimento, julgamento ou, talvez, crença do falante, não se dão simplesmente entre predicações (estados de coisas), mas entre **proposições (fatos possíveis)**, passando, então, pela avaliação do falante.

Exemplo:

Do leite devemos fazer uso abundante *porque*, além de ter efeito específico sobre o crescimento do organismo, é muito rico em cálcio.

E, por fim, as relações entre um **ato de fala** e a expressão da causa que motivou esse ato linguístico, em conformidade com o que já vimos no início deste subitem.

Com Neves, vê-se que não é tarefa fácil refinar a interpretação semântica, de modo que se consiga uma distinção entre causa, razão, motivo, explicação, justificação etc. que possa responder pela distinção entre os dois grandes grupos que vêm contrastados, na tradição, sob os rótulos de “subordinadas causais” (como **a** e **b**, acima) e “coordenadas explicativas” (como **c**, acima).

Diferenças semânticas existem entre a explicativa e a causal, assim como, na vida, há diferenças entre a causa e a explicação (aquela é anterior ao fato, e esta, por sua vez, busca-se *a posteriori*). A explicativa é “lateralmente” uma causal. Há os que defendem que ela exprime uma relação de causa “mais frouxa”. Ela não exprime, na

verdade, uma causa referencial daquilo que é dito no enunciado da outra oração, mas a causa do ato e da atitude do locutor ao produzir seu enunciado. A título de exemplo, em *A moça vai viajar*, **porque** *vi seu passaporte* fica evidente que o fato de ter visto o passaporte não é a justificativa para a viagem da moça, mas é a justificativa para o ato de fala representado pelo enunciado da primeira oração (cf. CARONE, 2006, p. 72-3).

Gênero textual do *corpus*

As amostras utilizadas consistem em exemplos da língua escrita contemporânea de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, recolhidos a partir de exame de textos dos jornais *O Globo*, *Fluminense*, *Expresso*, *Extra* e *Meia Hora* e de revistas que têm um importante papel, ao lado dos jornais, como é o caso de *O Globo*, *Isto É*, *Galileu*, *Veja*, *Você S/A*, *Palavra & Vida*. Completam, ainda, o *corpus*, outros textos de linguagem formal, como *Manuais de Instrução e Manutenção*.

Sabe-se que o jornal foi, desde o início, uma ponte entre a notícia e o público interessado em conhecê-la. Desde a invenção da imprensa e do telégrafo, os jornais foram espalhados por todo o mundo relatando as grandes revoluções dos séculos XV ao XIX, consolidando-se como o principal meio de comunicação até os dias atuais.

Atrelada a essas inovações, é aproveitada, nos dias de hoje, a vantagem de existirem vários outros veículos de comunicação impressos, como, por exemplo, a revista - publicação periódica de cunho informativo, jornalístico ou de entretenimento, geralmente voltada para o público em geral - e os manuais de instrução e manutenção.

O foco para escolha das sentenças coletadas nos jornais e revistas mencionados (reprodução ou não da fala de alguém na reportagem), bem como nos manuais de instrução e manutenção, está direcionado para presença das conjunções e também para as relações de causa e explicação.

Análise das conjunções *pois* e *porque*

A essa altura do texto, inicia-se a análise do *corpus* com base no que se apresentou na fundamentação teórica. Agasalham-se a teoria escolhida e as perspectivas que os autores expostos discutiram em relação ao tema proposto, no que diz respeito especificamente às distinções de significado das conjunções *pois* e *porque*.

Com efeito, será mostrado que as operações realizadas por tais conjunções, ainda que parecidas, proporcionam nuances semânticas que as distinguem ligeiramente uma da outra.

Verificar-se-á se os exemplos do *corpus* podem ser submetidos a alguns dos testes propostos por Vogt (1989), Guimarães (2002) e Koch (2006), ou seja, o da pergunta, o da negação, o do encadeamento, o da extraposição e o da quantificação, sem romper-se semanticamente. Feito isso, também será verificado se dão o mesmo resultado, considerando-se que as conjunções *pois* e *porque*, no uso em que houver a ruptura do bloco, assumem valor explicativo, pois introduzem um ato de fala que explica o ato de fala da outra oração, ao passo que a conjunção *porque*, ao formar um único bloco com a outra oração, assume valor causal. Ela introduz a causa para o fato enunciado pelo verbo da outra oração.

A conjunção *pois*

Teste da pergunta

Quando submetidas as incidências colhidas para este estudo ao teste da pergunta, obtém-se:

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1a) O secador não deve ser manuseado por crianças? **Pois** existe o risco de acidentes.

Vê-se que a pergunta não alcança a frase toda. O que se pergunta é se **o secador não deve ser manuseado por crianças** e pergunto isso **pois existe o risco de acidentes**.

Teste da negação

Encontraram-se dois problemas ao submeter algumas frases à negação com ruptura do bloco:

1) Como negar uma oração negativa do tipo *João não veio à aula, pois estava doente* ou com partícula adverbial *João nunca veio à aula, pois estava doente*?

2) O teste da negação pode, ainda, provocar outros resultados estranhos:

João não faltou à aula, pois estava doente.

Enquanto *pois estava doente* pode ser entendido como justificativa para *faltou à aula*, fica estranho que seja justificativa para *não faltou à aula*. É importante mencionar esse fato para o conservar na memória no decorrer da análise, uma vez que alguns exemplos do *corpus* não puderam ser analisados pelo teste da negação pela primeira ou pela segunda razão.

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1b) * O secador não **não** deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes.

Encontra-se um problema ao submeter essa frase à negação com ruptura do bloco. Em face da presença do advérbio “não”, ficaria estranho, caso se reforçasse essa oração com outra negação. Esse mesmo problema foi detectado em outras ocorrências dessa conjunção, em nosso *corpus*, inviabilizando, assim, a aplicação desse teste na situação mencionada.

Teste do encadeamento

Agora, quando convertidas em subordinadas de outra proposição, obtém-se:

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1c) **Creio que** o secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes.

Nesta frase não foi o bloco *p pois q* que foi encadeado, mas somente a proposição *p*. Assim, **Creio que** encadeia-se com **o secador não deve ser manuseado por crianças** e depois **Creio que o secador não deve ser manuseado por crianças com pois existe o risco de acidentes**. Desse modo, vê-se que a explicação incide sobre **Creio que o secador não deve ser manuseado por crianças**. Em outras palavras, o que se justifica agora é a crença sobre o fato da proposição *p*.

Teste da extraposição

Neste subitem será tematizado um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico do tipo **É... que**. Assim, ver-se-á se a conjunção *pois* pode ser extraposta.

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1d) ***É pois** existe o risco de acidentes **que** o secador não deve ser manuseado por crianças.

Vê-se que sob o teste da extraposição obtém-se uma sentença inaceitável. A impossibilidade de extraposição da conjunção *pois* foi constatada em todas as suas ocorrências no *corpus*.

Teste da quantificação

Quando sob um quantificador, os enunciados são modificados para:

1) O secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes. (Manual do *Secador Taiff Turbo*, p. 1)

1e) **Pouco** secador não deve ser manuseado por crianças, **pois** existe o risco de acidentes.

Aqui, embora haja um elemento quantificável, vê-se que o teste não alcança um resultado adequado em função de efeitos de sentido que provoca. Esse problema inviabilizou a aplicação desse teste na maioria das ocorrências da conjunção *pois*, em nosso *corpus*. Colocar tais ocorrências, aqui, resultaria em repetir-se essa explicação.

A conjunção *porque*

Teste da pergunta

Quando submetidas as frases à interrogação, tem-se:

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2a) Quando as discussões cessam? **É porque** a indiferença já tomou conta dos corações.

A interrogação incide sobre o conteúdo da primeira oração. Com a evidente ruptura do bloco, tem-se a seguinte interpretação:

1^a) **Quando as discussões cessam?** e faço a questão **porque a indiferença já tomou conta dos corações.**

É possível que a pergunta incida também sobre a oração introduzida pelo **porque**; nesse caso, o bloco é conservado e apresenta-se outra interpretação:

2^a) A pergunta não é **quando as discussões cessam ou não. Sabe-se que elas cessam. A questão é se a causa de elas cessarem é o fato de a indiferença já tomar conta dos corações.**

Teste da negação

Ao se submeterem as frases à negação, será observado que a conjunção *porque* apresenta, novamente, um comportamento ambíguo, mas aqui, distintamente do que foi feito no teste anterior, é escusado formar novas frases para cada interpretação.

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2b) Quando as discussões **não** cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações.

A negativa incide sobre o conteúdo da primeira oração. Com a ruptura do bloco, tem-se a seguinte interpretação:

1^a) Nega-se que **as discussões cessam e essa negativa se dá pelo fato de a indiferença já ter tomado conta dos corações.**

A negação pode incidir também sobre a oração de **porque** e, assim, o bloco é conservado e apresenta-se outra interpretação:

2^a) **As discussões efetivamente cessam, porém isso não se deve ao fato de a indiferença já ter tomado conta dos corações (mas por outra razão).**

Teste do encadeamento

Agora, uma das proposições será convertida em subordinada de outra. Ver-se-á que, ainda nos casos de encadeamento, são possíveis duas interpretações. Assim, a primeira será para quando ocorre a ruptura e a segunda para quando ocorre a conservação do bloco:

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2c) **Creio que** quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações.

1ª) **Creio que as discussões cessaram, e a causa de minha crença é que a indiferença já tomou conta dos corações.**

2ª) **Creio que a causa de as discussões terem cessado é que a indiferença já tomou conta dos corações.**

Teste da extraposição

Neste subitem será tematizado um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico, do tipo **É... que**. Deste modo, observar-se-á se a conjunção *porque* pode ser extraposta.

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2d) * **É porque** a indiferença já tomou conta dos corações **que** quando as discussões cessam é.

Nesse caso tem-se uma sentença inaceitável, pois a ênfase já estava sobre a causa. Esse mesmo problema foi detectado na maioria das ocorrências da conjunção *porque*, em nosso *corpus*.

Teste da quantificação

Aqui os enunciados serão submetidos à ação de um quantificador, colocado no seu início. Será visto que também se pode obter, em algumas frases, duas interpretações, sendo a primeira para quando há ruptura e a segunda para quando há conservação do bloco. Será visto ainda, em outros casos, que este teste, ao ser aplicado, gera frases inaceitáveis.

2) Quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações. (Revista *Palavra & Vida*, outubro/novembro/dezembro – 2010, p. 69)

2e) * **Pouco** quando as discussões cessam é **porque** a indiferença já tomou conta dos corações.

Nesse caso, assim como em outras ocorrências da conjunção *porque*, em nosso *corpus*, a aplicação do teste gera uma frase inaceitável devido à falta de um elemento quantificável.

Considerações Finais

Neste estudo, mostrou-se que as conjunções *pois* e *porque* agasalham características peculiares, abordando a questão somente pelo lado semântico. O efeito de sentido de uma conjunção não é o sentido que ela toma num contexto, ou as modificações que lhe traz o contexto, mas, ao contrário, é a mudança produzida nesse contexto pela introdução de determinada conjunção. Ou seja, as nuances de significados entre essas conjunções baseiam-se no comportamento diferenciado de certas orações introduzidas por esses conectores.

Partiu-se do pressuposto de que um texto é uma unidade semântica - argumentativa - e que seu sentido é gerado a partir do encadeamento de enunciados. Com a aplicação dos testes ao nosso *corpus*, observou-se que a relação das proposições através da conjunção *pois* sofre, de fato, um rompimento semântico quando é submetida à negação, à pergunta, ao encadeamento e à quantificação. Já com *porque*, houve casos de ambiguidade: uma proposição em que o relacionamento entre as orações é mantido e outra em que ele é rompido.

Com efeito, rever as classificações propostas pelas gramáticas tradicionais quanto às orações causais e explicativas possibilitou dois procedimentos: discutir aspectos semânticos da argumentatividade no uso de conectivos que introduzem a explicação e a causa e apresentar nuances semânticas que distinguem as conjunções *pois* e *porque*. Assim, *pois* e *porque* (no seu uso em que permite a ruptura do bloco) têm valor explicativo, pois introduzem um ato de fala que explica o ato de fala de outra oração. Ao passo que a conjunção *porque*, ao formar um único bloco com a outra oração, tem valor causal. Ela é a causa para o fato enunciado pelo verbo da outra oração.

Autores como Koch (2006, p. 131-2) e Guimarães (2002, p. 39 - 41)³⁶ aplicaram testes como os de Vogt (1989, p. 43-60) com as duas conjunções em questão. Coube, então, privilegiar os testes que estivessem mais próximos a questões de ordem semântica para verificar se o relacionamento das proposições através das conjunções *pois* e *porque* poderiam ou não se romper semanticamente.

³⁶ Esses dois autores mencionados citam Vogt, ora na nota de rodapé de página (KOCH, 2006, p. 131), ora na abertura do estudo da conjunção *pois* (GUIMARÃES, 2002, p. 39). Daí pressupõe-se que a ele recorreram ao elaborar os seus próprios testes.

Sobre esse ponto, Vogt (*op.cit.*, p. 53, 56) afirma que os grupos *p pois q* não podem ser submetidos a uma negação, nem ser questionados, nem se prestar ao encadeamento, isto é, tornar-se em bloco a subordinada de uma outra proposição e nem constituir-se no escopo de um quantificador sem romper-se semanticamente. Acerca do bloco *p porque q*, esse mesmo autor afirma que, quando submetido às transformações mencionadas, apresentam uma frase ambígua, na qual uma das interpretações mostra sempre a integridade do bloco e a outra a sua ruptura, do ponto de vista semântico.

Koch (*op. cit.*, p. 130-1), por sua vez, assevera que os períodos formados por enunciados ligados por meio de operadores argumentativos apresentam como características o fato de cada período equivaler à realização de duas enunciações sucessivas. E, para verificar se se trata ou não de duas proposições, são utilizados os critérios de alcance da pergunta, alcance da negação, encadeamento do discurso, extraposição e quantificação.

Veja-se, então, que, das divergências encontradas, é possível considerar que:

- *pois* pode fazer aparecer, com a interrogação, com a negação, com o encadeamento, com a extraposição e com a quantificação, uma dissociação dos enunciados em dois atos de enunciação distintos;
- *porque*, como visto na ambiguidade gerada na aplicação dos testes, pode fazer aparecer, com a interrogação, com a negação, com o encadeamento, com a extraposição e com a quantificação, tanto uma dissociação dos enunciados em dois atos de enunciação distintos, quanto uma associação dos enunciados em um único ato de enunciação;
- em *p pois q* entende-se que o locutor diz o enunciado *p* e volta atrás para justificar sua afirmação ao produzir *q*;
- em *p porque q* entende-se que o locutor diz o enunciado *p* como algo conhecido, enquanto *q* pode ou não ser conhecido pelo interlocutor;
- *p pois q* pode corresponder a dois atos de enunciação, permitindo apresentar *q* como uma razão para crer *p* verdadeiro e, assim, permitir a justificação;
- *p porque q* pode formar um todo e corresponder a um ato único de enunciação que permite fornecer a explicação de um fato *p* conhecido pelo destinatário, estabelecendo uma nova relação de causalidade, a partir de *p* e de *q*;
- em *p pois q* a enunciação de *p* é seguida por uma segunda enunciação *q*, que justifica a primeira;

- em *p* porque *q* a enunciação de *p* é seguida por uma segunda enunciação *q*, que estabelece com ela uma relação de causalidade (cf. MAINGUENEAU, 1997).

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3 ed. – São Paulo: Publifolha, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CAMPOS, Cláudia Mendes. O percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. *Revista da ABRALIN*, v. 6, nº 2, jul./dez. 2007, p. 139-169.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6 ed. - São Paulo, Ática, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, Antônio Sérgio Cavalcante da. Algumas propostas de análise da coordenação e da subordinação a partir do comportamento das conjunções da área da causa e da explicação. *SOLETRAS* (UERJ), v. 1, p. 9-22, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____. *Dizer e não dizer*. Princípios de semântica linguística. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FIÉIS, A.; LOBO, M. *Para uma diacronia das orações causais e explicativas do português*. Comunicação. XXIV Encontro Nacional da APL, Braga, Portugal, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. 3ª ed. - Campinas: Pontes, 2002.

ILARI, Rodolfo. *Um roteiro funcional para o estudo das conjunções*. Mimeo, 1996.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MORENO, Cláudio; MARTINS, Túlio. *Português para convencer: comunicação e persuasão em Direito*. São Paulo: Ática, 2006.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3 ed. – Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 5 ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4 ed. – São Paulo: Editora Ática, 2007.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 5 ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 48 ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. 5 ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

SPÓSITO, Carolina Cau. Considerações funcionais acerca da relação adverbial causal. *Revista Mundo & Letras*. José Bonifácio/SP, v. 2, Julho/2011, p. 26 - 37.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.

CONSTRUÇÕES CORRELATAS ADITIVAS NO SÉCULO XVIII: UM ESTUDO FUNCIONAL CENTRADO NO USO

ADDITIVE CORRELATIVE CONSTRUCTIONS IN THE 18TH CENTURY: A FUNCTIONAL STUDY CENTERED ON THE USE

Brenda da Silva Souza (UFF)

Resumo

Este trabalho pretende mostrar os primeiros resultados de um projeto de Iniciação Científica em andamento, que se desenvolve no âmbito do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações (CCO). O intuito desta pesquisa é investigar as construções correlatas aditivas do tipo *não só... mas também*, no século XVIII. Nossa hipótese é de que a correlação aditiva se distingue da coordenação aditiva tanto sintática, quanto semanticamente, conforme aponta Rosário (2012), e, por isso, deve ser analisada como uma ocorrência linguística distinta. Apoiamo-nos na corrente teórica denominada Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). A LFCU analisa os diferentes usos linguísticos a partir da perspectiva de construções, isto é, representações que, de acordo com Goldberg (1995), estabelecem-se pelo pareamento entre forma e sentido, e defende uma estreita relação entre gramática e discurso. Nosso *corpus* de análise reúne extratos textuais de livros publicados em português brasileiro e europeu extraídos do site *brasiliana.usp.br*. Na metodologia adotada, levamos em consideração fatores tanto de natureza cognitiva, como pragmático-discursivos, fazendo uma análise prioritariamente qualitativa, mas com o suporte quantitativo.

Palavras-chave: Adição; Correlação; Construção; Linguística Funcional Centrada no Uso.

Abstract

This paper intends to show the first results of an undergraduate research project in progress, which is developed in the Connectives and Clauses Connection Research Group (CCO, in portuguese). The research's intention is investigating the additive correlative constructions such as *not only... but also* (*não só... mas também*), in the eighteenth century. Our hypothesis is that the additive correlation differs from additive coordination both syntactically and semantically, according to Rosário (2012), that is why it should be analyzed as a different linguistic occurrence. We support in the theoretical current called Usage-Based Functional Linguistics (LFCU, in portuguese). The LFCU analyze the different linguistics uses from the perspective of constructions, that is, according to Goldberg (1995), representations that are established by the pairing form and meaning, and advocates a close relationship between grammar and discourse. Our analysis' *corpus* gathered textual sequences from published books in European and Brazilian Portuguese, extracted from the website *brasiliana.usp.br*. In the adopted methodology, we sought to notice factors of both cognitive and pragmatic-discursive nature, making a priority qualitative analysis, but with quantitative support.

Keywords: Addition; Correlative; Construction; Usage-Based Functional Linguistics.

Introdução

Este projeto de pesquisa de Iniciação Científica em andamento investiga as construções correlatas aditivas do tipo *não só X mas também Y*, no espaço temporal do século XVIII, sendo parte de uma agenda de estudos linguísticos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexões de Orações (CCO), na

Universidade Federal Fluminense, que busca analisar as construções correlatas aditivas em todo o painel histórico da língua portuguesa.

Nossa hipótese é de que a correlação aditiva se distingue da coordenação aditiva não só sintática, como também semântica e pragmaticamente, consoante conclusões de Rosário (2012), apontadas em sua tese de doutorado. Sabendo que, conforme Traugott & Dasher (2002, p. 9 *apud* ROSÁRIO, 2015, p.42), “diferenças na estrutura sintática refletem diferenças no significado construcional”, entendemos que a correlação aditiva deve ser analisada como um fenômeno linguístico distinto, fugindo das classificações engessadas defendidas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e também advogadas pelos nossos principais gramáticos. Esses autores, em sua grande maioria, não consideram a correlação como um terceiro processo de concatenação de orações, mas como pertencente, na maioria das vezes, à chamada coordenação, ou sequer mencionam ou aprofundam os estudos sobre esse fenômeno em seus trabalhos.

Desse modo, um dos intuitos do projeto que enseja este trabalho é promover uma reflexão sobre os fundamentos teóricos que distinguem principalmente a coordenação aditiva da correlação aditiva, desenvolvendo uma melhor descrição das construções correlatas, que são objeto de nosso estudo. Mais especificamente, objetivamos desenvolver uma análise das construções correlatas aditivas presentes em textos de modalidade escrita, datados do século XVIII, em termos sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos, sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU).

Pressupostos Teórico-Metodológicos

A corrente teórica que é base para esta pesquisa denomina-se Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), a qual reúne fundamentação teórico-metodológica proveniente da Linguística Funcional Clássica de vertente norte-americana e da Linguística Cognitiva. A LFCU defende uma estreita relação entre gramática e discurso, e analisa os diferentes usos linguísticos a partir da perspectiva de construções, que, segundo Goldberg (1995), são as unidades mais básicas da língua, que se estabelecem pelo pareamento entre forma e sentido.

Este trabalho tem se utilizado de uma metodologia de caráter não só teórico, mas também empírico. Para tanto, o viés quantitativo e qualitativo estão em interação, além da consideração acerca de fatores intra e extralinguísticos, já que um dos pressupostos

da LFCU é a ideia de que “a estrutura da língua é motivada por fatores cognitivos, sociocomunicativos e linguísticos” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p.22). Esse aparato metodológico leva em conta, portanto, categorias internas e externas ao sistema, considerando não só aspectos discursivos, mas analisando também questões de nível gramatical, especialmente aspectos sintático-funcionais.

Partimos de uma revisão da bibliografia normativo-tradicional, investigando a abordagem feita pelos gramáticos mais influentes de língua portuguesa, assim como buscamos nos atentar para a visão de autores estrangeiros sobre o assunto. Promovemos, nesse âmbito, uma leitura atenta das principais obras sobre a temática, com especial atenção para suas reflexões acerca da correlação e também para sua não consideração sobre o assunto, a fim de comparar suas ideias com as nossas investigações.

Nesse sentido, constatamos uma lacuna quanto ao tratamento da temática da correlação nas gramáticas brasileiras e estrangeiras mais conhecidas. A maioria dos autores, tais como Rocha Lima (1999), Luft (2000), Kury (2003) e Bechara (2003), apenas menciona rapidamente o assunto, incluindo-o dentro do que se chama comumente período composto por coordenação. Outros, ainda, apesar de desenvolverem um pouco mais a questão, não assumem explicitamente uma postura diferente em relação ao estatuto das construções correlatas, como Ribeiro (2004, p. 307). Esse autor defende que a correlação e a justaposição não estão no mesmo plano da coordenação e da subordinação, afirmando que as primeiras dizem respeito ao modo de ligação das orações e as últimas sobre o valor sintático de independência ou dependência no contexto em que se inserem. Contudo, vê-se que, sob a ótica de Ribeiro (2004), a correlação e a justaposição continuam não sendo processos de concatenação à parte, mas apenas modos diferentes de arranjo sintático.

Mateus *et al.* (2003) abordam a temática da correlação, sobretudo no que diz respeito às conjunções correlativas, entretanto, nesse ponto, ainda o fazem em uma perspectiva próxima à tradicional, já que não chegam a descrever a correlação como processo sintático de concatenação de orações distinto da coordenação. Toda abordagem das autoras se dá no âmbito da descrição das estruturas coordenadas, o que ainda configura uma análise insuficiente, de acordo com nossa visão.

O *corpus* de nossa pesquisa é composto por textos escritos publicados em português europeu e brasileiro no século XVIII, obtidos em banco de dados disponíveis no site *brasiliانا.usp.br*. Após a coleta, os dados são reunidos e cuidadosamente

analisados de acordo com seu *type*, isto é, padrão construcional, sendo feita uma breve descrição da sequência, de maneira a identificar se se trata de uma ocorrência suboracional, oracional ou supraoracional, além da consideração sobre os aspectos contextuais e discursivos envolvidos.

Resultados

Para esta fase da pesquisa, foram analisados vinte livros de diferentes anos de publicação do século XVIII. Foram encontrados onze diferentes *types* de construções correlatas aditivas em sequências suboracionais, oracionais e supraoracionais nos livros já analisados, conforme demonstra a *Tabela 1*, que está organizada em ordem de frequência de cada *type*³⁷.

Localizamos um total de 108 (cento e oito) dados, sendo a maior parte em sequências suboracionais (aproximadamente 37% do total), como é possível constatar no gráfico demonstrativo a seguir. É importante destacar que o fato de a maior parte desses dados constituir o que chamamos de sequências suboracionais, isto é, construções que estão abaixo do nível da oração, merece nossa atenção. Logo, os próximos passos desta pesquisa em andamento, que incluirão uma análise mais apurada de maneira a descrever mais cuidadosamente essas ocorrências e compará-las com outras sincronias, certamente possibilitarão um melhor entendimento dessa questão.

Tabela 1- Frequência de ocorrência (*token*)³⁸ de cada *type* em números absolutos.

<i>TYPE</i>	SUBORACIONAL	ORACIONAL	SUPRAORACIONAL	<i>Total por type</i>
<i>Não só... mas também</i>	08	11	05	24
<i>X... como também</i>	16	-	06	22
<i>Não só... mas</i>	05	09	04	18
<i>Não somente... mas também</i>	05	04	07	16
<i>Não somente... mas</i>	-	07	04	11
<i>Não só... mas ainda</i>	04	03	02	09
<i>Não só... como também</i>	01	01	01	03
<i>Não somente... porém</i>	-	-	02	02
<i>Não só... mas até</i>	01	-	-	01
<i>Não só... senão ainda</i>	-	01	-	01
<i>Não somente... como</i>	-	-	01	01
<i>Total de dados</i>	40	36	32	108

³⁷ A frequência *type* diz respeito à frequência de ocorrência de um determinado padrão construcional, conforme Bybee (2007, p. 338).

³⁸ A frequência *token*, de acordo com Bybee (2007, p. 338), se refere ao número de vezes que um determinado dado é atestado no *corpus*.

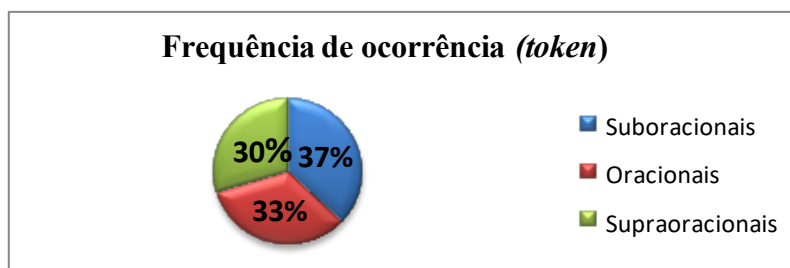


Gráfico 1 - Demonstrativo da porcentagem (aproximada) de ocorrências suboracionais, oracionais e supraoracionais.

Como exemplo ilustrativo de nossos dados, temos a sequência suboracional típica a seguir. Nela, a construção correlata aditiva se dá por meio da correlação de dois sintagmas nominais: “o abuso”, na prótase (parte inicial da construção correlata) e o “o uso”, na apódose (segundo elemento correlacionado), respectivamente encabeçados pelo par correlato *não só... mas também*, que até o momento tem sido o *type* mais produtivo em termos de frequência *token*.

- (01) [...] Para vindicarmos o innocente café deftas calumnias, devemos entre o ufo, e abufio delle fazer differença devemos tambem diftinguir os temperamentos, as idades, em que convém, daquelles, em que he nocivo: nos temperamentos biliófos, feccos, adultos principalmente na idade juvenil, he prejudicial **naõ fó** o abufio, **mas tambem** o ufo: excepto em alguma occafião, que poderá fer remedio [...]. (PESSANA, 1741, p. 14, grifo nosso).

Outro padrão construcional encontrado em textos do século XVIII é o par *não só... mas ainda*. A sequência a seguir, assim como a que analisamos anteriormente, ilustra uma construção tipicamente suboracional, na qual a prótase e a apódose têm como escopo o mesmo verbo: “he” [na grafia atual, *é* – verbo ser]. A correlação, portanto, se dá entre dois sintagmas preposicionados: “por suas qualidades particulares” e “por outras communs a quaesquer plantas”:

- (02) [...] Este grão, conhecido pelo nome de linhaça, *he* útil **naõ só** por suas qualidades particulares, **mas ainda** por outras communs a quaesquer plantas. Sua substancia tomada na accepção de semente he molle, pingue, oleosa, e gommosa.[...] (MARCANDIER, 1799, p. 23, grifo nosso)

No que diz respeito às sequências oracionais, que têm configurado o segundo maior percentual de construções correlatas aditivas, isto é, aproximadamente 33% (trinta e três por cento) do total, podemos observar a importância do elemento verbal

nos períodos encontrados em nossos dados. O par correlato traz como escopo um verbo ou locução verbal explícitos e seu(s) complemento(s), na maior parte dos casos, tanto na prótase, como na apódose. Vejamos os trechos a seguir:

- (03) [...] Logo hé évidente I. Que o arros, cultivado em agoas consentes, **naõ só** *naõ pode causar* epidemias, **mas** *pode ser* preservativo dellas, pelo que se vio nos §. 12, 13, 15, 16, e 18. II. Que a sua cultura em agoa estagnada *naõ pode ser* nociva, se *naõ* quando houver podridaõ, o que se pode evitar, como veremos no §. 27; [...] (TELES, 1800, pp. 16-17, grifo nosso).
- (04) [...] neste caso hé sem contradicçaõ, que a cultura do arros *naõ pode ser* noçiva; I, porque já vimos, que o arros, em quanto vegeta *naõ pode ser* causa de epidemias. (§ 12.) II porque hé bem sabido, que as agoas correntes, ou em continuo movimento, **naõ sómente** *naõ são* nocivas, **mas** *são* purificadas. [...] (TELES, 1800, p. 10, grifo nosso).

Em (03), temos uma construção correlata aditiva oracional bastante comum. Correlacionam-se, nesse caso, dois sintagmas verbais, caracterizados pela locução verbal *pode causar*, com seu respectivo complemento direto “epidemias”, na prótase, e *pode ser*, na apódose, também com seu complemento direto.

Já no que diz respeito a (04), por se tratar de uma sequência com verbo de ligação, percebemos a importância dos adjetivos presentes nas orações iniciadas por cada parte da locução correlativa “não somente... mas”. As “agoas correntes” além de *não-nocivas* são *purificadas*: há um *crescendum* argumentativo, que é orientado pelos elementos do par correlato. Nesse sentido, a negação sugerida pelo elemento “não” adicionada ao elemento focalizador “somente” produz uma espécie de expectativa sobre a outra oração do período que, encabeçada pelo “mas”, ao mesmo tempo em que traz essa semântica de contraexpectativa, adiciona e redireciona a argumentação. Assim, sob o escopo de “não somente”, há o verbo “são” com o respectivo predicativo do sujeito (que caracteriza “agoas correntes”), e sob o escopo de “mas” há também o verbo “são” (explícito) com o predicativo “purificadas”.

Por fim, cabe também mencionar as chamadas construções correlatas aditivas desenvolvidas em sequências supraoracionais, isto é, aquelas que se dão acima do nível da oração. Apesar de constituírem, em termos de frequência de ocorrência, a menor porcentagem – em torno de 30% (trinta por cento), percebemos que, em números absolutos (32 ocorrências), as construções supraoracionais não ficam muito atrás das

oracionais (36 ocorrências) e das suboracionais (40 ocorrências). Para melhor compreendermos como se configuram essas sequências, veja-se o exemplo a seguir:

- (05) [...] Este furto feito com precaução dá novas forças à planta restante: **não sómente** esta espécie de monda desonera a terra de hum grande número de pés, que lhe chupavão os succos alimentares, que mutuamente se prejudicavão e suffocavão; **mas tambem** he hum bem para aquelles, que ficão, levantando, e movendo a terra, que os cerca.[...] (MARCANDIER, 1799, p.38, grifo nosso)

Na sequência anterior, podemos perceber a presença de orações adjetivas encaixadas às orações correlacionadas por “não somente” e “mas também”. Na prótase, temos as adjetivas “que lhe chupavão os succos alimentares” e “que mutuamente se prejudicavão e suffocavão”. Como escopo de “mas tambem”, há mais duas orações adjetivas.

É interessante observar, ainda, que além dessas orações chamadas adjetivas, temos encaixadas a elas orações com teor de adição, que a NGB e nossos principais autores chamam de coordenação aditiva. O fato de haver essas sequências coordenadas: “se prejudicavão [e suffocavão]” e “levantando, [e movendo a terra]” ratifica a nossa hipótese de que há uma diferença clara entre as sequências coordenadas, tais como as citadas, e as sequências correlatas, que são objeto de nosso estudo.

De fato, podemos observar, em primeiro lugar, uma diferença sintática: o modo como os dois tipos de construções se organizam textualmente é bastante distinto – os próprios conectivos já indicam isso: uma locução formada por um par correlato, no caso das correlatas, e um conectivo simples, como “e”, nas coordenadas aditivas.

Além disso, observamos também que há uma diferença semântica e de uso nos dois casos: as sequências coordenadas simplesmente põem lado a lado duas informações, adicionando uma ideia a outra já dada; já as correlatas atuam argumentativamente, direcionando as informações, e não meramente acrescentando-as, conforme demonstra Gervasio (2016) em análise sobre a correlação aditiva nos séculos XIX e XX.

Desse modo, percebe-se que essa breve e introdutória análise dos dados já vai corroborando nossa hipótese: as construções correlatas aditivas se diferem sintática e semanticamente em contextos reais de uso das construções coordenadas aditivas e, por essa razão, devem ser analisadas distintamente. Os dados do século XVIII, selecionado como recorte para esta pesquisa, embasam esse ponto de vista.

Considerações Finais

Os primeiros resultados desta pesquisa já demonstram bastante produtividade em relação ao quantitativo de ocorrências de correlação aditiva no século XVIII e já possuem grande importância para a hipótese que defendemos. O total de 108 (cento e oito) dados nos vinte livros analisados atesta uma presença expressiva da correlação aditiva no período temporal estudado.

As sequências correlatas aditivas aqui descritas, por exemplo, bem como as demais que fazem parte de nosso *corpus* de pesquisa, revelam características muito peculiares em seu modo de configuração e, nesse sentido, têm se mostrado bastante diferentes em relação à coordenação nos contextos analisados.

Certamente, os próximos passos, que incluem principalmente uma análise mais apurada dos dados encontrados e a comparação com resultados de pesquisas anteriores, procurando demonstrar quais pares correlatos eram utilizados no século XVIII em contraste com os dados investigados por Gervasio (2016) e Rosário (2012), que se ocuparam dos séculos XIX, XX e XXI, trarão resultados ainda mais interessantes e possibilitarão uma melhor descrição da construção correlata de adição na sincronia em foco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BYBEE, J. *Frequency of Use and the Organization of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FURTADO DA CUNHA, M.A.; BISPO, E.B.; SILVA, J.R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.) *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2013. pp. 13-39.

GERVASIO, T. L. *A construção correlata aditiva nos séculos XIX e XX : uma proposta de análise centrada no uso*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói – RJ, 2016.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

KURY, A. G. *Novas Lições de Análise Sintática*. São Paulo: Ática, 2003.

LUFT, C. P. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.

MARCANDIER. *Tratado sobre o canamo*. Tradução de Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01837700>>. Acesso em 06 de fev. de 2017.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

PESSANA, T. A. *Caffé vingado, das vulgares calumnias defendido: discurso medico em que se mostra, que o uso de café he proveitoso, e para muitas queixas utilissimo remedio*. Lisboa: Reg. Offic. Sylviana, 1741. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/03936800>> Acesso em 06 de fev. de 2017.

RIBEIRO, M. P.. *Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2004.

ROCHA LIMA, C. H.. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ROSÁRIO, I. C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói - RJ, 2012.

_____. Gramática, gramaticalização, construções e integração oracional: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. (orgs.) *Linguística centrada no uso – teoria e método*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015. pp.36-50.

TELES, V. C. S. S. *Memoria sobre a cultura do arros [sic] em Portugal, e suas conquistas*. Lisboa: Na Offic. da Casa Literaria do Arco do Cego, 1800. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/03895000>>. Acesso em 06 de fev. de 2017.

OS MODALIZADORES DISCURSIVOS NOS GÊNEROS ACADÊMICOS: ÍNDICES DE ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA

DISCURSIVE MODALIZERS IN THE ACADEMIC GENRES: ARGUMENTATIVE ORIENTATION INDEXES

Erivaldo Pereira no Nascimento (UFPB)

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar como os modalizadores discursivos se comportam nos gêneros acadêmicos, revelando como esses elementos linguístico-discursivos imprimem marcas de argumentatividade, orientando os enunciados em que aparecem, em razão de determinadas conclusões. Trata-se de reflexões feitas sobre o fenômeno da modalização nos referidos gêneros, a partir de investigações científicas de natureza quali-quantitativa e de caráter descritivo e interpretativista. Para tal, fundamentamo-nos, principalmente, nos estudos sobre a Modalização Discursiva, a partir de Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1993), Koch (2012), Nascimento (2009, 2010) e Nascimento e Silva (2012), além dos estudos sobre os gêneros discursivos empreendidos por Bakhtin (2000[1979]), entre outros. A descrição do fenômeno da modalização nos gêneros investigados permitiu-nos verificar que a modalização é uma estratégia presente em todos eles (ata administrativo-acadêmica, resumo, resenha, projeto de pesquisa de TCC e artigo científico) e que é utilizada com diferentes funções discursivas. Conseguimos ainda verificar que o uso de diferentes tipos de modalizadores produz diversos efeitos de sentido (assimilação, distanciamento e avaliação) e direciona os enunciados em razão de determinadas conclusões. Esses efeitos de sentido, por sua vez, são indispensáveis para a própria manutenção do *status quo* do universo acadêmico, ao qual pertencem os gêneros investigados.

Palavras-chave: Modalizadores Discursivos; Argumentação; Gêneros Acadêmicos.

Abstract: This study aims to show how discursive modalizers behave in the academic genres, revealing how these linguistic elements process argumentation. It is composed of reflections about the modalization phenomenon in the academic genres derived from quali-quantitative, descriptive and interpretative scientific investigations. It is also based on the studies about Discursive Modalization proposed by Cervoni (1989), Castilho & Castilho (1993), Koch (2012), Nascimento (2009, 2010) and Nascimento & Silva (2012), besides the study about discursive genres from Bakhtin (2000[1979]). The description of these genres enabled us to verify that modalization is a strategy which can be found in all the genres investigated (administrative-academic minute, abstract, review, research project and scientific article) and that it is used with different discursive functions. We also verify that the use of different kinds of modalizers produce a variety of meaning effects (assimilation, detachment and evaluation) and they also direct the statements to a specific conclusion. These meaning effects are necessary to maintain the *status quo* of the academic universe, to which the studied genres belong to.

Keywords: Discursive Modalizers; Argumentation; Academic Genres.

1. Contextualizando a investigação

Este trabalho apresenta uma reflexão a respeito do funcionamento da modalização discursiva em diferentes gêneros acadêmicos, buscando não só revelar de que maneira esse fenômeno se constitui em estratégia de argumentatividade nos gêneros descritos, mas também quais os efeitos de sentido que são gerados nos enunciados e textos em que aparecem.

Trata-se, na verdade, da apresentação do resultado de investigações científicas que foram levadas a cabo em dois laboratórios da Universidade Federal da Paraíba (o LAEL – Laboratório de Estudos Linguísticos e o LASPRAT – Laboratório Semântico-Pragmático de Textos), sob nossa orientação, que descreveram a modalização, entre outras estratégias semântico-argumentativas e pragmáticas, em gêneros acadêmicos. As investigações aqui referidas filiam-se ao Projeto ESAGD (Estudos Semânticos Argumentativos de Gêneros do Discurso: gêneros acadêmicos e formulaicos) e, mais recentemente, ao Projeto ESAELD (Estudos Semântico-Argumentativos e Enunciativos na Língua e no Discurso: marcas de (inter)subjetividade e de orientação argumentativa).

No que refere, especificamente, à modalização discursiva, a investigação está fundamentada nos estudos de diferentes estudiosos, em especial Lyons (1977), Cervoni (1989), Castilho e Castilho (1993), Koch (2012), Nascimento (2009, 2010) e Nascimento e Silva (2012), entre outros. Convém ressaltar, no entanto, que consideramos a modalização como um fenômeno que permite ao locutor deixar registrado, no seu discurso, marcas de sua subjetividade através de determinados elementos linguísticos e, portanto, imprimir um modo como esse discurso deve ser lido, funcionando, assim, como uma estratégia semântico-argumentativa e pragmática, na perspectiva de Nascimento (2010).

Como se adota, neste trabalho, a modalização sob o ponto de vista semântico-argumentativo e pragmático, a argumentação é aqui vista como um fenômeno linguístico-discursivo, na perspectiva de Ducrot (1988) e colaboradores. A língua é fundamentalmente argumentativa, afirma o estudioso, e vai da língua ao discurso, permitindo determinadas orientações e conclusões. Assim, não só a língua mas também o uso que dela fazemos é argumentativo, como acrescenta Espíndola (2004).

Adotamos ainda a noção de gêneros discursivos empreendida por Bakhtin (2000[1979]), que os considera como tipos relativamente estáveis de enunciados/textos³⁹, os quais possuem uma funcionalidade e se configuram por um conteúdo, um estilo linguístico e uma estrutura composicional que lhes são peculiares.

As investigações desenvolvidas pelos projetos ESAGD e ESAELD são de natureza quali-quantitativa e de caráter descritivo e interpretativista. No período de 2009 a 2015, foi descrita a modalização, entre outras estratégias argumentativas, em

³⁹ O conceito de enunciado apresentado por Bakhtin ((2000[1979]) é de um todo comunicativo, muito próximo, portanto, à noção de texto. Diferencia-se, por sua vez, da noção de enunciado como realização de frases da língua (DUCROT, 1988), conceito este por nós adotado, neste trabalho.

diferentes gêneros discursivos. Do universo acadêmico, os gêneros descritos foram o resumo, a resenha, o projeto de pesquisa de TCC e o artigo científico, em língua portuguesa, e a ata administrativo-acadêmica, em língua espanhola.

Os procedimentos adotados, durante as investigações, foram os seguintes:

a) leitura e discussão a respeito da Teoria da Argumentação na Língua, dos Estudos sobre a Modalização e sobre o gênero a ser descrito;

b) coleta, armazenamento e seleção dos textos a serem investigados;

c) levantamento das estruturas semântico-argumentativas presentes nos textos;

d) descrição e análise das estruturas semântico-argumentativas presentes nos textos;

e) reflexão teórica a partir da descrição e da análise dos dados obtidos e sistematização dos resultados.

A análise realizada foi de caráter qualitativo; no entanto, em alguns gêneros, quantificamos a ocorrência dos modalizadores, a fim de verificar não só qual modalização se sobressaía em cada gênero, mas também realizar comparações entre os gêneros descritos, muitas das quais relatamos neste trabalho.

Foram envolvidos na investigação desses gêneros, além do coordenador do projeto, 03 alunos de doutorado, 01 aluna do mestrado em Linguística do Proling/UFPB⁴⁰ e 02 alunos (Bolsistas de Iniciação Científica) da graduação em Secretariado Executivo Bilíngue, também da UFPB⁴¹. Além desses, contribuíram para os estudos teóricos realizados dois professores colaboradores (UFPB e IFPB)⁴².

A seguir, apresentamos as reflexões a respeito das análises dos gêneros investigados, por tipo de modalização.

Este trabalho está organizado em três partes, além desta seção introdutória. Inicialmente, tratamos do fenômeno da modalização como uma estratégia semântico-argumentativa, presente em diferentes gêneros discursivos. Apresentamos, ainda, a classificação dos elementos modalizadores que foi adotada nas investigações dos projetos ESAGD e ESAELD. Na segunda seção, trazemos as reflexões a respeito do fenômeno da modalização nos gêneros acadêmicos, a partir das investigações realizadas pelo referido projeto. Na última seção, das considerações finais, resumimos os

⁴⁰ Marcos Antônio da Silva, Clécida Maria de Bezerra Bessa, Maria Vanice de Lacerda de Melo Barbosa (doutorado) e Aleise Guimarães Carvalho (mestrado).

⁴¹ Geziel de Brito Lima e Kátia Regina de Almeida Gonçalves

⁴² Lucienne Claudete Espíndola (UFPB) e Joseli Maria da Silva (IFPB)

resultados obtidos, refletindo sobre a importância dos estudos da modalização para a análise e descrição dos gêneros acadêmicos.

2. A modalização como estratégia semântico-argumentativa

O fenômeno da modalização, ou modalidade, tem sido objeto de estudo de diferentes áreas e correntes dos estudos linguísticos. No entanto, os primeiros estudos sobre a modalidade nasceram na lógica.

Lyons (1977, p. 329) afirma que, na lógica tradicional, o termo modalidade é utilizado para descrever a quantificação do predicado: “Na lógica tradicional (baseada na análise bipartida entre sujeito e predicado), a modalidade foi comumente descrita como quantificação do predicado” (tradução nossa).⁴³

No entanto, Lyons (1977) aponta que, tanto na linguística como na lógica, o termo tem provocado uma série de interpretações conflitantes, devido a sua aproximação com os termos *modo* e *modal*. O autor reconhece que há uma aproximação etimológica óbvia entre esses três termos, mas acrescenta que prefere reservar o termo *modo* para o sentido que lhe atribui a Gramática Tradicional, para se referir às categorias gramaticais denominadas de *indicativo*, *subjuntivo* e *imperativo*.

Lyons ainda acrescenta que o único tipo de modalidade reconhecido pela lógica tradicional é o que relaciona as noções de necessidade e possibilidade ao valor de verdade e falsidade das proposições, ou seja, a modalidade alética. Os lógicos relacionam a modalidade alética, segundo Lyons, mais à necessidade do que à possibilidade. Necessidade é definida em termos de verdade em todos os universos possíveis, e possibilidade em termos de verdade em alguns universos possíveis.

Cervoni (1989) afirma que o termo modalidade implica a ideia de que uma análise semântica permite distinguir, em um enunciado, um conteúdo proposicional (dito) de um ponto de vista do falante sobre esse conteúdo (modalidade). Para o autor, a modalidade é constitutiva da significação fundamental do enunciado, o que a distingue da conotação.

Para Cervoni, o fenômeno da modalidade na Linguística, embora tenha suas raízes na lógica e conserve alguma coisa de sua significação original, deve ser tratado com a máxima atenção à morfologia, à sintaxe e ao léxico. Por essa razão ele retoma a

⁴³ No original: In traditional logic (based on a bipartite analysis of propositions into subject and predicate), modality was commonly described as quantification of the predicate. (LYONS, 1977, p. 329)

noção tradicional de que só ocorre modalidade quando esta incide sobre a proposição como um todo, para afirmar que, nas teorias linguísticas contemporâneas, a partir da análise das formas de superfície e do implícito, se discute a modalidade incidindo sobre parte da proposição, o sintagma nominal, por exemplo. Acrescenta o autor:

Conforme a definição tradicional, só serão consideradas modalidades as determinações referentes a uma proposição. Mas, para o lingüista, não há hipótese de ver proposições apenas nas frases que têm uma forma canônica (*Sócrates corre, educa os jovens, é um homem...*). As teorias lingüísticas contemporâneas demonstraram a vantagem de se supor estruturas subjacentes para as formas de superfície e de dar lugar ao implícito na análise das frases. (CERVONI, 1989, p. 62, grifo do autor)

Por essa razão, esse autor apresenta uma classificação segundo a qual se pode distinguir o que é tipicamente modal do que é parcialmente modal e do que é possível e vantajoso excluir do campo das modalidades. O que é tipicamente modal, ele denominou de núcleo duro, o que é parcialmente modal foi denominado de modalidade impura.

Dentro do núcleo duro foram incluídas as modalidades proposicionais, em frases do tipo “(unipessoal) + é + Adjetivo + *que* P ou Infinitivo”, e os auxiliares de modo, uma vez que ambos, para Cervoni (1989, p. 63), “têm uma significação essencialmente modal perfeitamente explícita”.

Com relação à modalidade impura, o autor afirma que esta inclui “os casos em que a modalidade é implícita ou mesclada num lexema, num mesmo morfema, numa mesma expressão, a outros elementos da significação” (ibidem, p. 68). Nesse grupo, estão incluídos alguns adjetivos avaliativos, como *útil, agradável, interessante, grave* etc.; os verbos *dicendi*, e os modos verbais. No entanto, ao tratar dos adjetivos avaliativos, Cervoni afirma que estes só serão modais quando for possível recuperar a forma canônica.

Castilho e Castilho (1993, p. 217) afirmam que o termo modalização expressa um julgamento do falante perante a proposição. Contudo, dois termos têm sido empregados nesse sentido: modalidade e modalização. O primeiro quando “o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa)”. O termo modalização tem sido usado quando “o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional”. Esse relacionamento consiste em julgar o teor de verdade da

proposição, ou expressar um julgamento sobre a forma escolhida para verbalizar o conteúdo da proposição.

No entanto, esses autores preferem usar os termos indistintamente, pois “há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular” (1993, p.217). Eles acrescentam que decorrem daí as decisões do falante sobre afirmar, negar, interrogar, expressar dúvida, certeza etc.

A partir de Dubois (1973), Santos (2000, p. 01) afirma que a modalização é uma categoria que permite ao falante expressar uma atitude em face do enunciado que produz. A modalidade, por sua vez, é sinônima de modo e indica o tipo de comunicação instituído pelo falante, entre ele e o seu interlocutor.

Analisando os autores supramencionados, temos observado que a modalização tem sido vista, geralmente, como uma estratégia inerente ao enunciado, recaindo ora sobre o enunciado como um todo, ora sobre parte deste. Percebemos, ainda, que a distinção entre o que é modalização e o que é modalidade não é um problema resolvido. A não resolução desse problema tem sua base na distinção entre subjetividade e intersubjetividade, como, também, pelo fato de considerar que é possível separar o subjetivo do intersubjetivo (NASCIMENTO, 2010). No processo de interação, esses fenômenos não são tão separáveis assim, tampouco na própria estrutura da língua, como afirma Ducrot (1988).

Assim, ao asseverar um enunciado do tipo “É certo que Pedro venha”, o locutor além de expressar certeza com relação ao fato da vinda futura de Pedro, ele o faz em função do seu interlocutor, ou porque queira que seu interlocutor acredite também que essa informação é verdadeira, ou porque tem outra intenção, que, algumas vezes, só é recuperada pela enunciação. Nesse sentido, não nos parece produtivo separar a atitude do falante (expressar certeza, logo modalização), da sua intenção (fazer com que o interlocutor acredite que isso é uma verdade, logo modalidade). Tampouco parece produtivo, do ponto de vista semântico-argumentativo, separar a escolha em asseverar (expressar uma certeza = modalização) do julgamento feito pelo falante (eu considero isso uma verdade = modalidade). Esses fenômenos não estão separados, como observaram Castilho e Castilho (1993) e constituem-se em uma estratégia de argumentação. Isso já pudemos constatar nos estudos sobre a modalização em vários gêneros textuais/discursivos (NASCIMENTO, 2009; 2010).

As nossas investigações nos fizeram perceber que há sempre uma avaliação do locutor (modalidade) em função da interlocução, no sentido de expressar suas intenções

(modalização) e, por essa razão, não parece produtivo separar aspectos subjetivos de intersubjetivos, pois esses estão intrinsecamente relacionados (um só se manifesta em função do outro). Assim, reiteramos: “Logo também não se é produtivo, a priori, separar modalidade de modalização, pelo menos quando formos tratar esse fenômeno como uma estratégia argumentativa.” (NASCIMENTO, 2009, p. 1376) Tal posicionamento se baseia, como já foi assinalado, em Ducrot (1988), que reúne os aspectos subjetivos e intersubjetivos dos enunciados em um único aspecto, por ele denominado de valor argumentativo dos enunciados.

Segundo Lyons (1977), todas as línguas naturais proveem seus falantes com recursos prosódicos (acentuação e entonação) com os quais eles expressam tipos distintos de enunciados epistêmicos. Alguns, mas nem todos, são gramaticalizados (categoria de modo), alguns são lexicalizados ou semilexicalizados (verbos modais – dever; adjetivos modais – possível; advérbios modais – possivelmente; partículas modais – talvez).

Castilho e Castilho (1993) também afirmam que a modalização movimenta diferentes recursos linguísticos, entre os quais citam a prosódia, os modos verbais, verbos auxiliares como *dever* e *querer*, verbos que constituem orações parentéticas e matrizes como *achar*, *crer* e *acreditar*, adjetivos, advérbios, sintagmas preposicionados com função adverbial, entre outros. Da mesma forma como a modalização pode se lexicalizar de diversas maneiras, diferentes tipos de modalidade podem ser veiculados com um mesmo item lexical, segundo Koch (2002). Este é o caso do verbo *dever*, que pode veicular possibilidade, probabilidade, dúvida, certeza etc.

Koch (2002, p. 85) ainda apresenta uma lista de vários tipos de lexicalização das modalidades, entre as quais estão os performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu permito etc.; os auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar etc.; os predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável etc.; os advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente etc.; as formas verbais perifrásticas: dever, poder, querer etc. + infinitivo; os modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos de subjuntivo; uso do pretérito perfeito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade etc.; os verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho etc.; o fenômeno da entonação (que permite, por exemplo, distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral); e os operadores argumentativos: pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo etc.

Essa listagem, no entanto, não é finita, pois a cada ano as investigações têm apontado outros elementos da língua com função modalizadora, entre os quais temos o caso do sufixo *-inho* (investigado por Chaves, 2007), dos verbos *dicendi* (investigado por Nascimento, 2005) e da repetição (investigada por Adelino, 2016).

Os modalizadores, elementos linguísticos que materializam, explicitamente, a modalização, costumam ser classificados de acordo com o tipo de modalização que expressam, nos enunciados e discursos em que aparecem. No entanto, vários estudiosos têm apresentado diferentes classificações para os tipos e subtipos de modalização. Neste trabalho, adotamos a classificação de Nascimento e Silva (2012), que agruparam os elementos modalizadores em quatro grandes grupos, a partir das investigações realizadas pelo projeto ESAGD, considerando os efeitos de sentido que geram nos enunciados, ou na enunciação propriamente dita: epistêmicos, deônticos, avaliativos e delimitadores. O quadro a seguir, dos referidos autores, sumariza os tipos de modalização.

Tipo de Modalização	Subtipos	Efeito de sentido no enunciado ou enunciação
Epistêmica – expressa avaliação sobre o caráter de verdade ou conhecimento	Asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo certo ou verdadeiro
	Quase-asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo quase certo ou verdadeiro
	Habilitativa	Expressa a capacidade de algo ou alguém realizar o conteúdo do enunciado
Deôntica – expressa avaliação sobre o caráter facultativo, proibitivo, volitivo ou de obrigatoriedade	De obrigatoriedade	Apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer
	De proibição	Expressa o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer
	De possibilidade	Expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que algo aconteça
	Volitiva	Expressa um desejo ou vontade de que algo ocorra
Avaliativa – expressa avaliação ou ponto de vista	---	Expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico
Delimitadora	---	Determina os limites sobre os quais se deve considerar o conteúdo do enunciado

Quadro 1: Tipos e subtipos de modalização - Fonte: NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 93

Convém ainda ressaltar que um mesmo item lexical pode expressar diferentes modalidades, gerando efeitos de sentido diferentes. Obviamente que, para determinar o tipo de modalidade expressa, é necessária uma análise semântico-discursiva do item em questão, conforme Nascimento e Silva (2012).

3. A modalização nos gêneros acadêmicos

Nas investigações realizadas pelos projetos ESAGD e ESAELD sobre a argumentatividade nos gêneros acadêmicos, conseguimos mapear todos os tipos (com alguns de seus subtipos) de modalizadores discursivos. Embora não tenha sido possível quantificar a ocorrência de todos os tipos e subtipos, em todos os gêneros, observamos que, em geral, prevalecem os modalizadores epistêmicos asseverativos e quase-asseverativos e os modalizadores avaliativos. Os modalizadores deônticos e os delimitadores não são muito significativos nos *corpora* analisados, embora presentes em alguns gêneros, como o resumo acadêmico e a ata administrativo-acadêmica.

Apresentamos, a seguir, a análise descritivo-interpretativa de alguns trechos dos *corpora* descritos, a fim de demonstrar não só a ocorrência desses modalizadores presentes nos gêneros, mas, sobretudo, os efeitos de sentido que geram nos enunciados em que aparecem.

3.1 Modalizadores epistêmicos asseverativos

A modalização epistêmica asseverativa ocorre, conforme Nascimento e Silva (2012), quando o conteúdo do enunciado (ou a própria enunciação) é apresentado como algo certo ou verdadeiro e, por esse motivo, o locutor responsável pelo discurso compromete-se com o dito do enunciado. Nesse sentido, o locutor apresenta um alto grau de adesão com relação ao conteúdo do enunciado, como afirmam Castilho & Castilho (1993).

Os modalizadores epistêmicos asseverativos foram encontrados em todos os gêneros descritos (resumo, resenha, artigo, projeto de pesquisa de TCC e ata administrativo-acadêmica). A sua ocorrência se deu, no gênero resumo, principalmente através de verbos e advérbios modais, ou ainda através de verbos *dicendi* modalizadores, nos demais gêneros. Os trechos 01 e 02, a seguir, ilustram essa ocorrência.

TRECHO 01 – Resumo (LIMA; NASCIMENTO, 2009)

Na investigação *constatou-se que* seleção lexical está diretamente relacionada à classe socioeconômica do destinatário e reflete-lhe os anseios, o estilo de vida e os valores ideologicamente consagrados pela classe social a que ele pertence.

No trecho 01, do *corpus* descrito por Lima e Nascimento (2009), observa-se a presença da modalização epistêmica asseverativa através do modalizador “constatou-se que”, cujo efeito de sentido recai sobre o conteúdo de todo o enunciado, apresentando-o como algo constatado, logo provado e, por isso mesmo, certo ou verdadeiro. Se considerarmos que o texto científico deve ser baseado em experimentos, dados ou fenômenos comprovados e testados, logo provados, justifica-se não só o uso dessa expressão, como também o efeito de sentido que ela gera no enunciado, o efeito de asseveração. Por esse motivo, é possível considerar o modalizador em destaque como epistêmico asseverativo.

No *corpus* analisado, Lima e Nascimento (2009) mapearam 18 ocorrências de modalizadores epistêmicos asseverativos e verificam que esse tipo de modalização foi utilizado, sobretudo, para apresentar dados e resultados de investigações, como algo comprovado, logo digno de certeza. Além disso, foi utilizado para apresentar informações compartilhadas no universo acadêmico, de conhecimento do locutor e seus prováveis interlocutores, e tidas como certas, em enunciados do tipo “**É notório** o avanço da tecnologia em nossa sociedade”. O trecho que segue, retirado do *corpus* analisado por Carvalho (2014), ilustra outra ocorrência da modalização epistêmica asseverativa presente nos *corpora* descritos.

TRECHO 02 – Projeto de Pesquisa de TCC (CARVALHO, 2014)

A respeito dessas transformações, Marcuschi (2012, p. 36) **afirma** que há dois momentos significativos no contexto sócio-histórico do LD “o marco inicial está diretamente relacionado à época em que os livros de uso no espaço escolar começam a ser nomeados como *livros didáticos* (...)” e o segundo marco provém da preocupação de se “compreender o momento atual vivenciado pelas coleções didáticas no contexto social brasileiro”, pois a concepção de língua no LDPB sofreu alterações no transcorrer das últimas oito décadas.

O trecho 02 ilustra a ocorrência da modalização discursiva não só no gênero investigado por Carvalho, mas também nos demais gêneros analisados pelo Projeto ESAGD, em que esse fenômeno se dá em conjunto com a polifonia de locutores e através de verbos *dicendi* modalizadores. Os verbos *dicendi* modalizadores, conforme Nascimento (2005), são utilizados pelo locutor responsável pelo discurso (L1) para introduzir o relato de outros locutores (L2, L3 etc.) em seu enunciado e, ao mesmo tempo, apresentar o conteúdo do relato como algo certo ou verdadeiro, comprometendo-se, assim, o dito alheio.

Analisando o trecho 02, Carvalho (2014)⁴⁴ observa a presença de dois locutores distintos: L1 apresenta o conteúdo do enunciado e, pretendendo que essa afirmação se torne válida em termos acadêmicos, insere a voz de outro locutor, L2: Marcuschi. Para introduzir a voz de L2, L1 utiliza o verbo *dicendi* modalizador asseverativo *afirmar*, portador da síntese lexêmica *dizer + certeza (dizer com certeza)*, nos termos utilizados por Cervoni (1989). Ao apresentar o relato de L2 como algo certo ou verdadeiro, L1 não só indica como esse discurso deve ser lido, como também se engaja e admite o discurso de L2, constituído discursivamente como uma autoridade no assunto, um arrazoado por autoridade, nos termos de Ducrot (1987). O relato de L2 é incorporado do discurso de L1, que o admite como certo e, a partir do qual, dá continuidade ao seu dizer.

Esse tipo de estratégia, presente em todos os gêneros investigados, ilustra um dos principais usos dos modalizadores epistêmicos asseverativos nos gêneros do universo acadêmico: imprimir uma análise do discurso alheio, permitindo o engajamento do locutor responsável pelo dito com as vozes do outro. Esse tipo de estratégia não só gera o efeito de credibilidade ao que foi enunciado, como também permite que L1 se valha do dizer alheio para fundamentar suas investigações, suas comprovações e seus resultados, ou seja, o seu fazer acadêmico. Assim, os efeitos de sentido gerados nos enunciados são: certeza, credibilidade e assimilação ou engajamento.

3.2 Modalizadores epistêmicos quase-asseverativos

A modalização epistêmica quase-asseverativa ocorre quando o falante considera o conteúdo do enunciado ou discurso quase certo ou como uma hipótese a ser confirmada e, por isso, não se responsabiliza pelo valor de certeza ou verdade do enunciado, nem se compromete com a veracidade do que afirma, conforme assinalam Nascimento e Silva (2012).

Em todos os *corpora* analisados, foram identificados modalizadores epistêmicos quase-asseverativos, com relativa frequência e imprimindo diferentes efeitos de sentido, conforme demonstram os trechos 03 e 04, abaixo analisados.

⁴⁴ No *corpus* investigado por Carvalho, foram mapeadas 55 ocorrências de modalizadores epistêmico-asseverativos, todos sob a forma de verbos *dicendi* modalizadores e em enunciados com arrazoado por autoridade. O arrazoado por autoridade, conforme Ducrot (1987), existe em situações em que um locutor, ao introduzir a voz de um segundo locutor em seu discurso, a apresenta como uma autoridade no assunto que fundamenta o seu dizer.

TRECHO 03 – Resumo (LIMA; NASCIMENTO, 2009)

Esse aumento na demanda de estudantes de E/LE se deve, *provavelmente*, as relações do Brasil com o MERCOSUL.

No trecho 03, retirado de um resumo acadêmico publicado em anais de um evento científico, observa-se que o locutor responsável pelo discurso apresenta o conteúdo do dito como algo provável de ocorrer, como uma hipótese que necessita de confirmação. Esse caráter de possibilidade ou probabilidade é expresso no conteúdo do enunciado pela presença do modalizador epistêmico quase-asseverativo “provavelmente”. Ao utilizar esse modalizador, o locutor não se compromete com o conteúdo do dito (Esse aumento na demanda de estudantes de E/LE se deve às relações do Brasil com o MERCOSUL), isentando-se de responsabilidade com relação à certeza ou à verdade do que foi enunciado.

No *corpus* analisado por Lima e Nascimento (2009), foram mapeados 52 modalizadores epistêmicos quase-asseverativos, em quantidade superior inclusive aos asseverativos (18 ocorrências), sempre indicando um não comprometimento com relação ao dito. Segundo os pesquisadores, essa ocorrência se deu, sobretudo, em resumos sobre pesquisas que ainda estavam em fase de desenvolvimento, ou seja, os autores ainda não haviam chegado aos resultados finais e, conseqüentemente, também não poderiam se comprometer com relação ao que estavam enunciando: “Por esta razão é que podemos perceber com frequência a presença de expressões como ‘buscamos descobrir’, ‘pretendemos discutir’, ‘pretendemos revelar’, entre outras, que deixam claro que a pesquisa está em fase de desenvolvimento” (p. 08). Os autores ainda mapearam modalizadores epistêmicos quase-asseverativos em enunciados que tratavam de questões polêmicas, do ponto de vista científico, ou que apresentavam hipóteses a serem confirmadas, sempre isentando o locutor com relação ao dito.

TRECHO 04 – Resenha (BARBOSA, 2015)

A traição, *como já ficara sugerido* décadas atrás na peça de Chico Buarque e Rui Guerra sobre Calabar, não pode ser vista sob a perspectiva meramente moral, que tendemos a lhe imputar. Muitos outros contemporâneos desse homem “alto, magro, preto, e feio”, traíram. Uns, como João Fernandes Vieira, grande herói do panteão pernambucano, se deram bem. Manoel se deu mal, talvez porque, além de traidor, foi herege. As peripécias e indecisões desse mestiço cabotino e inteligentíssimo parecem metáfora do que era a colonização no século 17, quando a política europeia se redefinia com as tintas de outros mundos, das Américas, da Índia, da África, da China, e quando o poderio marítimo ibérico minguava mais e mais ante a pujança holandesa, antes que a Inglaterra entrasse de vez em cena, e para acabar com a festa. (R3)

Ao analisar o trecho 04, retirado de uma resenha acadêmica, Barbosa (2015) identifica uma polifonia de locutores. Para analisar a obra do autor resenhado, o locutor resenhista (L1), introduz, em estilo indireto, o discurso de um segundo locutor (L2 – a peça de Chico Buarque e Rui Guerra), segundo o qual a traição não pode ser vista sob a perspectiva meramente moral. Esse relato é introduzido pela expressão “como já ficara sugerido”. Segundo Barbosa, o verbo *dicendi* “sugerir” é modalizador quase-asseverativo, visto expressar algo considerado possível: “No contexto em que foi usado, indica a forma como o discurso de L2 deve ser lido: como uma sugestão.” (BARBOSA, 2015, p. 131)

No entanto, a pesquisadora observa que, embora o discurso de L2 seja apresentado como algo possível de ser certo (sugerido), L1 o assimila, o que decorre da utilização dos operadores argumentativos “como” e “já”⁴⁵.

Assim, o fato de apresentar o relato como algo possível de ser certo não implicou um distanciamento do discurso de L2, por parte de L1, mas apenas no julgamento do discurso alheio como algo possivelmente certo ou verdadeiro, embora admissível. Isso significa que a modalização epistêmica quase-asseverativa, ao apresentar o discurso como possivelmente certo ou verdadeiro, também pode ter seu efeito de não comprometimento ou distanciamento anulado, dependendo do contexto discursivo em que ocorra.

Assim, os efeitos de sentido mapeados pelo uso dos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos nos *corpora* investigados foram: noção de possibilidade ou probabilidade, não comprometimento, distanciamento, não engajamento.

3.3 Modalizadores deônticos

A modalização deôntica está relacionada ao caráter instrucional ou de orientação da linguagem e, nesse sentido, pode implicar obrigatoriedade, permissão, volição e proibição, conforme postulam Nascimento e Silva (2012).

⁴⁵Barbosa assinala (2015, p. 131) que o elemento linguístico “como”, junto aos verbos do dizer, normalmente indica conformidade com o ponto de vista introduzido, o que se observa no exemplo analisado. No que se refere ao operador “já”, esse indica, no contexto em que foi usado, uma ação consumada, ou seja, indica algo já dito, fato consumado e, por isso, possível de ser admitido. Nesse sentido, afirma que “o verbo *dicendi* e os recursos linguísticos ‘como’ e ‘já’ possibilitam verificar que L1 assimila o dito de L2, apresentado em relato em estilo indireto”.

Nos *corpora* analisados, a sua ocorrência é muito baixa, tendo sido registrada em apenas dois gêneros:

a) no gênero resumo, com ocorrência de modalizadores deônticos de obrigatoriedade, indicando, muito mais do que uma instrução, um posicionamento subjetivo e de caráter axiológico do locutor responsável pelo resumo com relação ao conteúdo do dito, em enunciados tais como “Sendo assim os cuidados com as influências trazidas por essa tecnologias *devem* ser redobradas” (LIMA; NASCIMENTO, 2009);

b) no gênero ata administrativo-acadêmico, em língua espanhola, indicando ora obrigatoriedade, ora volição, como no trecho que segue.

TRECHO 05 – ata administrativo-acadêmica (NASCIMENTO, 2014)

Solicitud aula Dra. Pizarro: se acuerda otorgar el aula siempre que no perjudique el dictado de alguna materia del Departamento. *Se requerirá* que dicha solicitud sea refrendada por el Departamento en el cual ejercen los docentes.

No trecho 05, do gênero ata administrativo-acadêmica, em língua espanhola, identifica-se a voz de um SE-locutor, que se refere à voz coletiva de um conselho departamental⁴⁶, introduzido pelas formas verbais “se acuerda” e “se requerirá”. O enunciado se refere a uma solicitação para utilização de uma sala de aula pela Dr^a Pizarro a um conselho acadêmico que decidiu autorizar a cessão da sala, desde que não se prejudicasse a utilização por docentes do Departamento. Com a forma verbal *dicendi* “se requerirá” é colocado em cena o ponto de vista do SE-locutor, como uma solicitação ou vontade do próprio conselho, de caráter deôntico: com essa expressão verbal, o locutor responsável pelo discurso como um todo (aquele que assina a ata) apresenta o ponto de vista do SE-locutor (a solicitação seja referendada pelo Departamento ao qual se vinculam os professores que usam a sala) como uma solicitação que deverá ser realizada; indicando, conseqüentemente, como esse ponto de vista deve ser lido. Por esse motivo, a expressão *dicendi* “se requerirá” constitui-se em um modalizador

⁴⁶ O SE-locutor (*omnilocutor*, em espanhol, ou *on-locutuer*, em francês), nos estudos de Anscombe (2005; 2010), é definido como uma voz colocada em cena pelo locutor responsável pelo discurso e introduzida, geralmente, por marcadores de citação genéricos (segundo, diz-se etc.), que pode estar associada, em alguns contextos, à voz do conhecimento popular (nos provérbios, por exemplo) ou a uma voz coletiva, e nas quais o locutor enquanto ser do mundo (λ) pode ou não estar incluído.

deôntico volitivo⁴⁷, já que, através dele, o locutor responsável pela ata apresenta o discurso do SE-locutor como um desejo ou vontade, de caráter deôntico.

A baixa ocorrência dos modalizadores deônticos nos textos do domínio acadêmico é perfeitamente justificável se considerarmos que esse universo de atividade humana não tem, *a priori*, a função de normatizar ações e fatos sociais, mas principalmente de descrevê-los e explicá-los à luz do conhecimento científico. Talvez por esse motivo, a sua ocorrência se fez notar exatamente no gênero ata administrativo-acadêmica que, mesmo sendo produzida e circulando na academia, está muito mais relacionada ao setor administrativo, em específico aos conselhos e órgãos colegiados, registrando decisões e instruções, quer de natureza acadêmico-pedagógica, quer de natureza puramente administrativa.

3.4 Modalizadores avaliativos

A modalização avaliativa, segundo Nascimento e Silva (2012), imprime um juízo de valor do locutor responsável pelo discurso a respeito do conteúdo do enunciado, excetuando-se qualquer avaliação de caráter deôntico ou epistêmico. Em todos os gêneros investigados foram catalogados modalizadores avaliativos, com uma frequência bastante significativa: nos gêneros projeto de pesquisa de TCC, resumo e ata administrativo-acadêmica, por exemplo, foram os modalizadores com a segunda maior ocorrência.

Nos *corpora* investigados, os modalizadores avaliativos foram empregados pelo locutor responsável pelo discurso de duas maneiras:

a) avaliando o seu próprio dizer, imprimindo um juízo de valor sobre o conteúdo do seu próprio dito, em enunciados do tipo “***Felizmente*** os estudos direcionados aos gêneros textuais a cada dia que passa ganham mais espaço nas aulas de língua portuguesa” (Gênero resumo – LIMA; NASCIMENTO; 2009), em que o advérbio ***Felizmente*** imprime um posicionamento pessoal e axiológico positivo do locutor sobre o conteúdo do enunciado, pelo qual ele se apresenta como responsável;

b) avaliando o discurso alheio, de um segundo locutor introduzido no discurso, emitindo um posicionamento sobre o conteúdo da voz alheia e, ao mesmo tempo,

⁴⁷ Os modalizadores deônticos volitivos expressam, no sentido do enunciado, um desejo ou vontade, de caráter deôntico, segundo Nascimento e Silva (2012). Neves (2010), por sua vez, afirma que a modalidade volitiva ou bulomaica é, em sua profundidade, uma necessidade deôntica.

indicando como o discurso do outro deve ser lido. Essa segunda ocorrência se deu, sobretudo, através de verbos *dicendi* modalizadores, como se observa no trecho que segue:

TRECHO 06 – Artigo Científico (BESSA. 2015)

Frade e Maciel (2006) **ressaltam** que as cartilhas são os primeiros livros de leitura, têm um ideal pedagógico e se constituem como a primeira via de acesso no processo de escolarização, ou seja, objetos de implementação da pedagogia da alfabetização. (CACHIONI *et. al.*, 2015)

No trecho 06, retirado do *corpus* investigado por Bessa (2015), composto por artigos científicos, o locutor responsável pelo discurso como um todo (L1 = locutor articulista), introduz em seu discurso o relato de outro locutor (L2 = Freire e Maciel), como fundamento para o seu dizer. O relato é apresentado em estilo indireto e introduzido pelo verbo *dicendi* modalizador avaliativo **ressaltam**. Ao utilizar esse verbo, L1 não somente emite um posicionamento com relação ao discurso de L2, como também indica como esse discurso deve ser lido: como algo que merece ser ressaltado, logo importante e digno de consideração. Dessa forma, avalia positivamente o discurso alheio e o incorpora ao seu dizer. Em outras palavras, poderíamos dizer que o efeito de sentido gerado no discurso é que o leitor tenha ciência de que o discurso apresentado em estilo indireto é de responsabilidade de L2, mas L1 está em conformidade com o mesmo, já que o apresenta como algo digno de ser ressaltado.

3.5 Modalizadores delimitadores

A modalização delimitadora é aquela que estabelece os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo do enunciado e, por essa razão, identifica graus de tensão ou de negociação na interlocução, conforme assinalam Nascimento e Silva (2012).

Nos gêneros acadêmicos, este tipo de modalização não é muito usual, pelo menos nos *corpora* investigados. Sua maior recorrência se deu no gênero resumo acadêmico, investigado por Lima & Nascimento (2009), cujo funcionamento se pode perceber no enunciado que segue.

TRECHO 07 – Resumo (LIMA; NASCIMENTO, 2009)

Teoricamente, esperamos que os livros apresentem atividades que contemplem orientações atualizadas e surgiram formas de encaminhamento didático.

No trecho 07, retirado de um resumo acadêmico, observa-se que, com a utilização do advérbio *teoricamente*, o locutor estabelece limites para o conteúdo enunciado, ou seja, especifica-se que o conteúdo do dito (esperamos que os livros apresentem atividades que contemplem orientações atualizadas e surgiram formas de encaminhamento didático) deve ser encarado do ponto de vista teórico.

Isso pode implicar, por exemplo, que, do ponto de vista prático, pode ser que os livros não apresentem atividades que contemplem orientações atualizadas, mas, do ponto de vista teórico, é isso que se espera. Por esta razão, *teoricamente* funciona como um modalizador delimitador.

Os modalizadores delimitadores, nos gêneros acadêmicos, além de funcionar estabelecendo limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo do tipo, agindo como elementos negociadores de sentido, muitas vezes especificam áreas de conhecimento, campos do saber ou aspectos que devem ser observados, com relação ao dito, imprimindo relativizações. Isso se dá em termos e expressões do tipo: *particularmente, do ponto de vista pragmático, no que se refere aos estudos da Psicologia Cognitiva*, entre outros.

4. Considerações a respeito dos resultados obtidos

A investigação realizada nos gêneros acadêmicos descritos (resumo acadêmico, resenha acadêmica, projeto de pesquisa de TCC, artigo científico e ata administrativo-acadêmica) mapeou a presença de todos os tipos de modalizadores apresentados por Nascimento e Silva (2012): epistêmicos, deônticos, delimitadores e avaliativos. Entretanto, são recorrentes apenas os modalizadores epistêmicos e avaliativos. Os demais (deônticos e delimitadores) são pouco frequentes e aparecem apenas em alguns dos gêneros, em especial no resumo e na ata acadêmica.

No que se refere à modalização epistêmica, foram encontrados nos *corpora* os modalizadores asseverativos e quase-asseverativos; não houve ocorrência de modalizadores epistêmicos habilitativos. Os modalizadores asseverativos foram utilizados para imprimir asseveração ou noção de certeza, ou ainda para dar ideia de credibilidade ao dito, sempre comprometendo o locutor com relação ao conteúdo do enunciado/discurso. Os modalizadores epistêmicos quase-asseverativos foram utilizados para expressar possibilidade ou probabilidade. Na maioria dos casos, mas não sempre, o

uso desses tipos de modalizadores gerou distanciamento, não engajamento ou não comprometimento do locutor com relação ao conteúdo do enunciado.

A presença dos modalizadores epistêmicos nos gêneros acadêmicos é perfeitamente justificável se considerarmos que esses gêneros são utilizados para veicular a voz da ciência, que se pretende comprovada, certa, objetiva. Daí a forte presença dos modalizadores epistêmicos asseverativos, que apresentam o discurso como algo certo ou verdadeiro. Os quase-asseverativos, por sua vez, permitem ao locutor dos gêneros acadêmicos colocar-se à margem do dito, distanciando-se daquilo que enuncia, ou ainda apresentar investigações e dados ainda não comprovados e que, portanto, ainda carecem de mais testagem ou análise.

Os modalizadores avaliativos, frequentes em todos os gêneros investigados, foram utilizados para imprimir juízos de valor, avaliação axiológica, quase sempre de caráter positivo. Com esse tipo de modalizador, o locutor dos gêneros do universo acadêmico coloca-se em uma posição de quem analisa, se compromete e julga o seu dizer ou a voz da ciência.

É interessante observar que os modalizadores avaliativos e os modalizadores epistêmicos asseverativos ocorrem com grande frequência sob a forma de verbos *dicendi*, que permitem ao locutor introduzir vozes alheias em seu próprio discurso – normalmente, sob a forma de arrazoado por autoridade –, incorporar essas vozes, ou ainda emitir julgamentos com relação às vozes introduzidas. Nesse sentido, o discurso que se pretende objetivo e neutro torna-se um terreno de intercruzamento de vozes, de expressão de subjetividades. Isso significa, entre outras coisas, que o locutor responsável pelo discurso se permite expressar julgamentos sobre o fazer científico (seu e alheio) e se posicionar, enquanto sujeito, a respeito da voz da ciência.

A modalização deôntica, com baixa frequência nos *corpora* investigados, foi utilizada com dois principais efeitos de sentido: imprimir obrigatoriedade ou instrução + valor axiológico, através de modalizadores deônticos de obrigatoriedade, e expressar desejos ou solicitações (volição), através de modalizadores deônticos volitivos.

Acreditamos que essa baixa ocorrência se dá, exatamente, em razão da própria funcionalidade dos gêneros acadêmicos. Esses não são utilizados para normatizar, orientar ou instruir, uma vez que a ciência não se presta a esse fim. Em outras palavras, os gêneros acadêmicos descrevem, analisam e explicam fatos e fenômenos, à luz do conhecimento científico, sem se preocupar, necessariamente, em regulamentá-los. Por esse motivo, não é um terreno propício para a presença dos modalizadores deônticos,

tampouco para os modalizadores delimitadores, que também possuem grande caráter regulador, já que estabelece limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo do dito. Talvez por esse motivo, a ocorrência dos modalizadores delimitadores se deu, nos *corpora* analisados, em situações em que se fez necessária a delimitação de campos do saber, de áreas do conhecimento, apontando o alcance do fazer científico, em cada caso, especialmente.

As análises realizadas nos diversos gêneros do universo acadêmico permitiram verificar que a modalização discursiva, enquanto fenômeno de subjetividade e intersubjetividade (logo argumentatividade), nesse universo de atividade humana, permite que o locutor responsável pelo discurso apresente o fazer da ciência como algo certo ou verdadeiro, o que contribui para a manutenção do *status quo* dessa atividade humana; coloque-se, algumas vezes, à margem do dito; mas também se posicione a respeito do próprio fazer científico, emitindo juízos de valor e orientando o seu interlocutor.

Nesse sentido, as investigações também nos fizeram refletir sobre a impessoalidade e a objetividade pregadas pelos manuais de redação científica. A utilização de diferentes tipos de modalização, materializando diferentes estratégias semântico-argumentativas nos textos, comprova que o fato de o texto científico ser apresentado, normalmente, na terceira pessoa do singular não implica objetividade, tampouco neutralidade, ou seja, a impessoalidade acaba sendo “neutralizada” por outras estratégias, como a modalização.

Assim, podemos afirmar que a argumentatividade (logo subjetividade) se materializa, nos gêneros acadêmicos, entre outras estratégias, pelo uso da modalização. Isso significa que, através dos modalizadores, o locutor deixa marcas de sua subjetividade, avalia o dito e tenta orientar seu interlocutor, indicando como deve ser lida a voz da ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELINO, Francisca Janete da Silva. *Na trilha dos modalizadores: perscrutando os jogos argumentativos no gênero entrevista de seleção de emprego*. (Tese de doutorado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/PROLING, 2016.

BARBOSA, Maria Vanice Lacerda de Melo. *Modalização e polifonia no gênero resenha acadêmico-científica: um olhar argumentativo sobre a voz da ciência*. (Tese de doutorado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/PROLING, 2015.

BESSA, Clécida Maria Bezerra. *Que autoridades sustentam a autoridade? A argumentatividade no gênero artigo científico através do arrazoado pro autoridade e da modalização discursiva*. (Tese de doutorado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/PROLING, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução M.E.G. Gomes. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000[1ª edição: 1979].

CARVALHO, Aleise Guimarães. *O arrazoado por autoridade e a modalização discursiva: estratégias de argumentação no gênero Projeto de Pesquisa de TCC*. (Dissertação de Mestrado em Linguística). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/PROLING, 2014.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios Modalizadores. IN: ILARI, Rodolfo (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. II: Níveis de Análise Lingüística. 2ª Edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

CHAVES, Anna Líbia Araujo. O sufixo *-inho* no gênero textual entrevista – elemento modalizador discursivo. In: *Anais do I Simpósio Nacional Linguagem e Gêneros Textuais*. João Pessoa, Editora Universitária/EDUFPB, 2007.

CERVONI, Jean. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

DUCROT, Oswald. *Polifonia y Argumentación: Conferencias del Seminario Teoría de La Argumentación y Análisis del Discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

ESPÍNDOLA, Lucienne. *A entrevista: um olhar argumentativo*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LIMA, Geziel de Brito; NASCIMENTO; Erivaldo Pereira do. *A argumentatividade no gênero resumo acadêmico: operadores argumentativos e modalizadores discursivos*.

(Relatório de Pesquisa PIVIC). Mamanguape-PB: Universidade Federal da Paraíba, 2009.

LYONS, John (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NASCIMENTO, Erivaldo P. do. *Jogando com as vozes do outro: A polifonia – recurso modalizador – na Notícia Jornalística*. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2005.

_____. A modalização como estratégia argumentativa: da proposição ao texto. IN: *ANAIS do VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa, Editora Idéia, 2009. p. 1369 a 1376 (cd room).

_____. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. In: *Revista Fórum Linguístico*. Florianópolis, v.7, n.1 (30-45), jan-jun, 2010.

_____. *Modalización en el género “acta administrativo-académica”*. (Relatório de Pesquisa de Estágio de Pós-doutorado). Buenos Aires-Argentina: Universidad de Buenos Aires/Instituto de Lingüística, 2014.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria da. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). *A Argumentação na Redação Comercial e Oficial: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. A modalidade no discurso de sala de aula, em contexto universitário. In: *Revista do GELNE*, Vol. 2, N. 2, 2000.

ARTICULAÇÃO SINTÁTICA E INFORMACIONAL DAS CLÁUSULAS RELATIVAS NA FALA ESPONTÂNEA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

SYNTACTIC AND INFORMATIONAL ARTICULATION OF THE RELATIVE CLAUSES IN THE SPONTANEOUS SPEECH OF BRAZILIAN PORTUGUESE

Cryсна Bonjardim da Silva Carmo (UFMG/UNEB)

Resumo: Este estudo investiga as cláusulas relativas na fala espontânea do português do Brasil, conforme os processos informacionais, sintáticos e semântico-cognitivos envolvidos em seu processamento. Nesse contexto, descreve as cláusulas relativas na fala espontânea do PB; estabelece uma distinção semântico-cognitiva entre relativas restritivas e não restritivas via mecanismos linguísticos e propõe uma definição para a relativização clausal baseada na estrutura informacional da fala definida pelo comportamento prosódico. Para tanto, adota os pressupostos da *Theory of Language in Act* (CRESTI, 2000). Como *corpus* de pesquisa utiliza o C-ORAL-BRASIL (RASO; MELLO, 2012), especificamente o seu *minicorpus* – etiquetado informacionalmente. A partir da definição de relativa postulada neste estudo, chegou-se aos seguintes resultados acerca dessas cláusulas: (i) o *que* funciona como o único conector de relativização; (ii) os conectores na fala espontânea informal parecem ser obrigatórios, contudo sua função é distinta: converte a relativa em um termo sintático adjunto do Nome (N) antecedente; ao passo que na relativa não restritiva, apenas recupera anaforicamente o conteúdo semântico de N; e (iii) considerando a estrutura informacional, a sintaxe e o domínio de restrição, somente as relativas restritivas são instâncias de relativização. As não-restritivas possuem uma semântica distinta, apesar de apresentarem uma estrutura sintática semelhante à das relativas verdadeiras.

Palavras-chave: Fala espontânea; Cláusulas relativas; Teoria da Língua em Ato; Linguística de *Corpus*.

Abstract: This paper studies the relative clauses in spontaneous speech of Brazilian Portuguese (henceforth, BP) according to the informational, syntactic and cognitive-semantics processes that take place in their usage. Under this scope, this study describes the relative clauses in spontaneous speech of BP; it establishes (introduces) a cognitive-semantic distinction between the restrictive and the non-restrictive relative clauses through linguistic mechanisms; and it proposes a definition to the clausal relativization based on the information structure of the speech defined by its prosodic encoding. In order to do that, it adopts the assumptions of the *Language into Act Theory* (CRESTI, 2000). The data were gathered from the C-ORAL-BRASIL *corpus* (RASO; MELLO, 2012), specifically its *minicorpus* - informationally tagged. Departing from the definition of relative clauses postulated in this study, the following results were reached: (i) the pronoun *que* serves as the only connector of relativization; (ii) the connectors in the informal spontaneous speech seem to be obligatory, although their function is distinct: they convert the relative clause into a syntactic adjunct of the preceding Noun; whereas in the non-restrictive relative clause, they only recover anaforically the semantic content of the Noun; and (iii) considering information structure, syntax and the constraint domain, it is proposed that only the restrictive relative clauses are instances of relativization. The non-restrictive ones have a different semantics, although they show a similar syntactic structure to the real relative clauses.

Keywords: Spontaneous speech; Relative clauses; *Language into Act Theory*; *Corpus Linguistics*.

Introdução

A relativização clausal é uma estratégia semântico-linguística que permite às línguas naturais restringir/delimitar uma referência. Na maioria das línguas naturais, a cláusula

relativa apresenta um correlato formal. É o caso do português do Brasil (PB), que apresenta o padrão sintático pós-nominal (o N referente antecede a cláusula: [N [QUE + verbo finito]_{CRel} + Cl. matriz...]_s). Conforme os estudos tradicionais, a relativa exhibe dois tipos: a relativa restritiva e a relativa não restritiva. A nosso ver, essa última perspectiva é problemática, haja vista que somente as restritivas se encaixam dentro do conceito tradicional de relativização. Diante disso, ou se alarga o conceito de cláusula relativa ou se reconsidera o *status* de relativização das relativas não restritivas. Este estudo opta pelo segundo posicionamento, tendo em vista as diferenças: (i) cognitiva – uma delimita e a outra não; e (ii) sintática – uma é subordinada a outra não. Além disso, este estudo realiza-se no campo pouco explorado da fala espontânea. Assim, considera a observação da estrutura informacional do enunciado na fala o fundamento primevo para a discussão da diferença entre tais cláusulas. Para realizar essa tarefa, parte-se da *Language into Act Theory* (CRESTI, 2000) e da observação de um *minicorpus* de fala espontânea: o C-ORAL BRASIL (RASO; MELLO, 2012).

A Language into Act Theory (L-Act)

A L-Act é uma extensão da *Teoria dos Atos de Fala* (AUSTIN, 1962) e caracteriza-se como uma teoria *corpus-driven* que estuda a modalidade falada com ênfase na dimensão prosódica. Nessa perspectiva, essa teoria postula o *enunciado* como a unidade de referência da fala, ou seja, como a menor unidade linguística pragmaticamente autônoma e que corresponde a um ato de fala. Nesse sentido, ao considerar a informação prosódica, a L-Act rompe com a tradição dos estudos gramaticais que elegem a sentença (CHOMSKY, 1970) ou a cláusula (CHAFE, 1988) como a unidade da língua, uma vez que ambas exigem um núcleo verbal. Todavia, grande parte de nossas ações linguísticas ocorrem sem a presença de um verbo, e, nem por isso, deixam de cumprir sua função linguística, tais como: fragmentos, interjeições, advérbios e frases nominais, os quais podem ser verificados a seguir:

- (1) ʃfammn01,1,"< então > //
- (2) ʃfammn01,11,"muito grande //
- (3) ʃfammn01,29,"do lado dele //
- (4) ʃfammn01,80,"essa aí cantava igual um galo //
- (5) ʃfamcv01,59,"velho //
- (6) ʃfamcv01,113,"hhh tã tã tã //
- (7) ʃfamcv01,120,"< ô > //

(8) 4bfamcv01,148,"não //

Esses *chunks* linguísticos, respectivamente: advérbio (1), sintagma adjetival no qual está inserido um sintagma adverbial (2), sintagma preposicional (3), oração (4), sintagma nominal (5), interjeições (6-7) e advérbio (8), foram retirados do *minicorpus* do CORAL BRASIL. Todos são enunciados, já que possuem autonomia pragmática e podem ser interpretados isoladamente, mesmo quando não possuem núcleo verbal. Diferente do que ocorre em (9):

(9) 4bfamcv01,11,"< porque o Durepox > /

(10) 4bfamcv01,11," pelo menos jogava bola //

Em (9), não há uma unidade pragmaticamente autônoma, ou seja, a sequência *porque o Durepox* não é percebida como um enunciado, assim como os exemplos (1-8) acima. Na realidade, a sequência *porque o Durepox* é parte de um enunciado, no qual a segunda parte *pelo menos jogava bola* é percebida como uma ação linguística *terminada*. Isso ocorre porque esta parte carrega o núcleo prosódico da *ilocução* – isto é, a ação da fala. Por isso, a última sequência, apresentada em (10), pode ser interpretada como pragmaticamente autônoma.

(10) 4bfamcv01,11," pelo menos jogava bola //

Dessa forma, temos um enunciado, expresso em (11), composto por duas partes. No entanto, uma das partes *porque o Durepox* é dependente da outra parte *pelo menos jogava bola*, dado que a primeira não possui força ilocucionária, ou seja, não funciona em isolamento.

(11) 4bfamcv01,11,"< porque o Durepox > / pelo menos jogava bola //

Dessa forma, cada uma das partes em (11) possui um perfil prosódico diferente que determina a sua função dentro do enunciado. Ou seja, além de conferir autonomia pragmática ao conteúdo locutivo que constitui o enunciado, nos termos de uma ilocução

(ação linguística), a prosódia também é responsável por segmentar o enunciado no contínuo da fala.

Do ponto de vista da segmentação, a prosódia apresenta dois tipos de quebras: aquelas percebidas como conclusivas e que delimitam os enunciados – ou *quebras terminais* (“//” na transcrição); e aquelas percebidas como não conclusivas e que delimitam a estrutura interna dos enunciados em termos de *unidades informacionais* (UIs) – ou *quebras não-terminais* (“/” na transcrição). Os enunciados formados apenas por uma unidade informacional são chamados de *enunciados simples*. Estes são constituídos, obrigatoriamente, pela UI de *Comentário*, a qual é responsável pela interpretabilidade e autonomia pragmática do enunciado, uma vez que carrega a ilocução. Já os enunciados formados por mais de uma UI são chamados de *enunciados complexos* – ou seja, o *Comentário* mais outra(s) unidade(s) informacional(is). Nesses termos, tem-se, respectivamente, um enunciado complexo formado por duas UIs (TOP-COM) em (12), e um enunciado simples formado por uma UI de Comentário (COM) em (13):

(12) 4bfamcv01,11,"< porque o Durepox > /=TOP= pelo menos jogava bola //COM

(13) 4bfammn01,80,"essa aí cantava igual um galo //COM

As unidades informacionais (UI) apresentam perfis prosódicos específicos. Cada UI desempenha uma função dentro do enunciado e são definidas a partir de sua posição com relação ao COM – unidade responsável por veicular a ilocução. Tais unidades são determinadas a partir da observação da curva de F_0 (frequência fundamental)⁴⁸. Como movimentos voluntários, as UIs possuem saliência perceptual e carregam valores informacionais, em contraste com movimentos involuntários causados por fatores micromelódicos contextuais. Por sua natureza voluntária e intencional, as UIs são percebidas pelo falante. Diante disso, com base no modelo de fonologia perceptual do IPO (*Institute for Perception Research*), a L-AcT implementa a *Information Patterning Theory* que identifica perfis prosódicos definidores da natureza das UI, quais sejam: (i) **raiz**: define a ilocução (Comentário); (ii) **prefixo**: precede unidades do tipo raiz (Tópico); (iii) **sufixo**: segue unidades do tipo raiz (Apêndices de Tópico e de Comentário); e (iv) **posfixo**: pode preceder ou seguir unidades do tipo raiz, mas não

⁴⁸ Frequência fundamental: refere-se a uma medida do número de ciclos completos de vibração das cordas vocais por uma unidade de tempo (geralmente, o segundo) no momento da fala.

pode ocorrer na posição inicial do enunciado (Parentético). No Quadro 1, temos as unidades informacionais segundo a L-Act:

	Tipo	Tag	Função
Unidades Textuais	Comentário	COM	Veicula a força ilocucionária do enunciado.
	Tópico	TOP	Estabelece o âmbito de aplicação da força ilocucionária.
	Apêndice de comentário/ tópico	APC/APT	Integra textualmente a unidade da qual é apêndice.
	Parentético	PAR	Dá instruções sobre como deve ser interpretado o enunciado ou parte dele.
	Introdutor Locutivo	INT	Sinaliza que o que segue têm nível hierárquico diferente daquele da enunciação (geralmente, é uma metalocução).
Unidades Dialógicas	Alocutivo	ALL	Individualiza o interlocutor, marca coesão social.
	Incipitário	INP	Sinaliza o começo do turno ou do enunciado.
	Expressivo	EXP	Fornece suporte emotivo para o ato de fala, marca coesão social.
	Conetor Discursivo	DCT	Sinaliza continuidade de uma sequência com a anterior.
	Fático	PHA	Sinaliza a abertura ou a manutenção do canal comunicativo.
	Conativo	CNT	Induz o interlocutor a cumprir ou desistir de certa ação.

Fonte: Bossaglia (2015, p. 312)

Em resumo, temos as **unidades textuais** que compõem o texto do enunciado (COM, TOP, APC, APT) ou são dirigidas à interpretação dele (INT, PAR); e as **unidades dialógicas** que regulam a interação (ALL, CNT, DCT, EXP, INP, PHA). Estas últimas correspondem aos tradicionais marcadores discursivos. Há ainda outras unidades informacionais que apresentam certas particularidades, uma vez que elas rompem o isomorfismo entre o padrão prosódico e o padrão informacional do enunciado, ou seja, há a atribuição de um valor pragmático-informacional a cada UIs dentro do enunciado, qual sejam: o **Comentário Múltiplo (CMM)** – apresentam padronização melódica e a interpretação é holística, ou seja, não são interpretados como unidades informacionais separadas, já que há uma relação lógica entre eles: causal, condicional, temporal, etc. Esse padrão marca a lista e a comparação; o **Comentário Ligado (COB)** – não apresenta padronização melódica, sua interpretação não é holística. Eles formam *estrofes*, i.e., as ilocuições apresentam uma prosódia de continuidade, indicando que o discurso ainda não terminou, e que este só termina quando se chega à última ilocução. Tal padrão marca os textos monológicos; e, por fim, a **Unidade de Escansão (SCA)** –

ocorrem quando uma unidade informacional se realiza em mais de uma unidade tonal, seja em razão da quantidade de conteúdo locutivo produzido, seja por razões expressivas ou por imperícia do falante. As SCAs apresentam perfil neutro, somente a última sequência do padrão apresenta valor informacional, pois carrega o núcleo da ilocução. É importante salientar que a ocorrência de SCAs está restrita às unidades textuais e que há composicionalidade sintática dentro delas.

Como se pode atestar, a L-AcT amplia o elenco das unidades da fala, no que se refere à sua estrutura informacional, antes restringido apenas às unidades de Tópico e Comentário. Essa consideração da estrutura informacional é fundamental para a concepção de sintaxe da fala espontânea postulada pela L-AcT, a qual será apresentada a seguir.

Articulação sintática e informacional das cláusulas segundo a *Theory of Language in Act*

Para a L-AcT, a noção de sintaxe está articulada à estrutura prosódica. Dessa forma, a sintaxe *stricto senso* está restringida aos limites das unidades informacionais que se constituem como verdadeiras “ilhas sintático-semânticas”. Assim, o *output* final do enunciado resulta da *combinação* dos vários elementos linguísticos distribuídos nas unidades informacionais (UIs) que podem compor sentenças, sintagmas, frases e fragmentos diversos – *chunks linguísticos*. Essa noção de combinação que ocorre entre as “ilhas” é de natureza informacional, ou seja, é pragmaticamente orientada, e não pode ser confundida com a noção de *composicionalidade sintática*. Ou seja, as relações sintáticas de predicação, regência, modificação, subordinação e coordenação têm escopo apenas dentro de cada UI. Nessa perspectiva, a partir da noção de unidade informacional como ilha sintático-semântica, a L-AcT reconhece dois tipos de relações sintáticas na fala: a *sintaxe linearizada* e a *sintaxe padronizada*.

- (i) **Sintaxe linearizada**: refere-se às estruturas de coordenação e subordinação que ocorrem dentro de uma única unidade informacional, cuja relação estabelecida é propriamente sintática. Em (14), tem-se todos os elementos de uma cláusula relativa na unidade informacional de COM - ou seja, ‘... N+QUE verbo finito... // UI’:

(14) 4bfamdl01,176,"cê nũ quer comprar *um trenzinho que espirra* pro seu banheiro não
//=COM

(ii) **Sintaxe padronizada**: refere-se às estruturas de coordenação e subordinação que ocorrem distribuídas em mais de uma unidade informacional, cuja relação estabelecida é de natureza informacional e não propriamente sintática. Em (15), tem-se os elementos de uma cláusula relativa distribuídos entre duas unidades informacionais: COM-APC - ou seja, ‘... N / UI + QUE verbo finito... // UI’:

(15) 4bfammn01,72,"só até aí que eu sei *o caso* /=COM= *que ele me contou* //APC

Diante disso, o conceito de cláusula relativa para fala espontânea precisa considerar, portanto, a estrutura informacional da fala nos termos da linearização e padronização sintáticas, do contrário, não estará procedendo à uma análise real da fala.

Processos de subordinação na fala espontânea: encaixamento x justaposição

Diante dessas possibilidades de realização das cláusulas relativas linearizadas e padronizadas na fala espontânea, encontradas nos dados do C – ORAL BRASIL, é preciso assumir uma visão mais abrangente dos processos de subordinação. Nessa perspectiva, evocam-se os estudos funcionalistas de Hopper & Traugott (1993) sobre dependência sintática. Para esses autores, as *cláusulas complexas* (unidades que podem ser constituídas de uma ou mais cláusulas, caso das relativas) possuem procedimentos distintos para conectá-las. Dependendo do tipo, tais cláusulas (que podem apresentar um ou mais núcleos marginais) estabelecem relações de dependência que passam por diferentes graus com relação à cláusula nuclear. Nesses termos, os autores apresentam três possibilidades de ligação sintática que são estabelecidas a partir da noção de dependência estrutural, na qual o encaixamento (*embedding*) expressa o grau máximo. Tais ligações sintáticas estão expressas na tabela a seguir:

Parataxe	Hipotaxe	Subordinação
- dependência	+ dependência	+ dependência
- encaixamento	- encaixamento	+ encaixamento

Tabela 1: Relação de dependência e encaixamento (HOPPER & TRAUGOTT (1993, p.170)

Para explicitar os conceitos na Tabela 4, analisemos as seguintes ocorrências retiradas do C-ORAL BRASIL:

(19) "o cara é professor de educação física e ela é professora de inglês numa escola rural na França hhh //COM

(20) "e nós távamos entrando com outro tipo de aparelho de televisor no mercado que era uma coqueluche que era uma novidade e os próprios vendedores das loja não tinham experiência pra mostrar aquilo pro consumidor brasileiro //COM

(21) "é eu entendi direitinho o desenho que e' fez pra mim uai //PHA

Na ocorrência (19), temos um período coordenado linearizado na mesma UI de COM no enunciado, no qual há um caso de *parataxe*, pois temos duas cláusulas que, a princípio, teriam independência sintática e semântica, já que ambas apresentam um núcleo verbal com os seus devidos constituintes, respectivamente (*o cara é professor de educação física*) e (*ela é professora de inglês numa escola*). Contudo, dentro do funcionalismo, mesmo as ocorrências paratáticas (ou coordenadas para a tradição gramatical) possuem algum tipo de dependência, dado que uma estrutura como *o cara é professor de educação física e* não seria possível isolada, pois o conector *e* com a sua função lógica só ocorreria entre duas cláusulas. Em posição inicial, o conector *e* é possível como em *ela é professora de inglês numa escola*, porque marca o início de um turno dialógico na língua falada. Em alguns desses casos, o conector *e* até mantém certos traços de sua função lógica. Mas essa relação seria de natureza pragmática e não sintática.


No caso de (20), temos um enunciado complexo, cujas UIs são preenchidas por vários tipos de cláusulas, das quais destacamos a relação entre o objeto direto *outro tipo de aparelho de televisor no mercado* em COB com a relativa *que era uma coqueluche* em PAR, a qual não mantém uma relação de constituência com a primeira, ou seja, não é

uma cláusula encaixada. Nesses termos, a relação seria de *hipotaxe*. Há uma dependência semântica entre *que era uma coqueluche e outro tipo de aparelho de televisor no mercado*, haja vista a presença de N referente nessa última, estabelecida pela padronização sintática das unidades informacionais, nas quais essas cláusulas se encontram no enunciado.

Já em (21), temos um período subordinado linearizado na mesma unidade informacional (COM) no enunciado, no qual há um caso de subordinação, pois a cláusula relativa *desenho que e' fez pra mim* mantém uma relação de constituição com *eu entendi direitinho o desenho*, ou seja, a relativa é uma cláusula encaixada na cláusula nuclear. Isso ocorre, tanto no nível sintático quanto no nível informacional.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a relativa restritiva é um caso de subordinação, ao passo que a relativa não restritiva é um caso de hipotaxe. Em outras palavras: se a relativa restritiva é definida por encaixamento sintático, a relativa não-restritiva é resultado de justaposição, ou seja, cláusulas encadeadas cuja unidade é dada pela sequência no período, ou seja não são articuladas via conector sintático (CRISTOFARO, 2003; RODRIGUES, 2015). Para efeitos de demonstração, observa-se as ocorrências a seguir:

(22) bfamd104,18,"tem creme que nã dá com o cabelo não //COM

(23) bpubcv01,242,"porque quando colhe o sangue /=TOP= colhe o sangue /=CMB= e colhe uns tubinhos /=SCA= que vão pra outro setor /=CMB= que chama Sorologia /=PAR

Na ocorrência (22), a relativa (*que nã dá com o cabelo não*) é uma cláusula subordinada encaixada em um SN complexo (*creme que nã dá com o cabelo não*) via pronome relativo (*que*). Esse SN complexo configura-se como um constituinte da cláusula matriz (predicativo do sujeito). A função dessa cláusula subordinada é delimitar semanticamente o núcleo do SN (*creme que nã dá com o cabelo não* é diferente de outros cremes). Logo, a cláusula subordinada está contida na cláusula matriz. Em termos prosódicos, o SN referente e a cláusula subordinada ocorrem linearizados sintaticamente dentro de uma mesma unidade informacional: COM – enunciado simples (COM). Já a ocorrência (23), a relativa é uma cláusula justaposta (*que vão pra outro setor*) que está em relação de interseção semântica com a cláusula matriz (*colhe o*

sangue / e colhe uns tubinhos) via pronome relativo (*que*), o qual recupera anaforicamente o conteúdo semântico do N antecedente (*uns tubinhos*) posto na cláusula matriz que corresponde ao seu objeto direto. Logo, a cláusula justaposta *não* está contida sintaticamente na cláusula matriz como parte de um de seus constituintes. A função da cláusula justaposta não é delimitar o N referente, mas adicionar um comentário sobre ele. Em termos prosódicos, o N e a cláusula justaposta ocorrem padronizados em unidades informacionais diferentes dentro de um enunciado complexo: CMB-CMB.

A diferença de função do conector em tais cláusulas resulta de sua posição no enunciado: se o conector ocorre em *posição inicial*, após uma quebra prosódica terminal, sua função é a de marcar o começo de um turno (função pragmática) ou de ligar unidades autônomas (os enunciados); se o conector ocorre em *posição articulada*, após uma quebra prosódica não terminal, sua função é de conectar informação distribuída entre as UIs diferentes no enunciado, logo não pode ser confundido com os operadores lógicos que marcam subordinação sintática (23); por outro lado, se o conector ocorre em *posição linearizada*, faz fronteira com outras palavras no interior de uma unidade informacional no enunciado, sua função é estabelecer as relações sintáticas tradicionais (22). Nessa perspectiva, a posição articulada do conector das relativas não-restritivas gera cláusulas justapostas, uma vez que as cláusulas do período se apresentam em sequência, cuja interdependência semântica é constituída nos limites do enunciado. Já a posição linearizada do conector das relativas restritivas gera cláusulas subordinadas, cuja dependência sintática é dada nos limites das unidades informacionais do enunciado.

Cabe destacar, ainda, que na fala espontânea encontra-se estruturas de **insubordinação sintática**, ou seja, uso independente e convencionalizado de uma cláusula formalmente subordinada (EVANS, 2007). Nesse contexto, a cláusula relativa ocorre isolada de uma cláusula matriz no enunciado, tal como "*trenzim que espirra*". Contudo é marcada pelo encaixamento sintático. Por uma questão de espaço, deixa-se essa questão para uma outra oportunidade.

Cláusulas relativas e o estabelecimento do domínio-escopo na fala espontânea

Para resolver a diferença semântica entre relativas restritivas e não-restritivas, evoca-se o conceito de Escopo semântico (CHIERCHIA E MCCONNELL-GINER, 2000; BARKER, 2015; SZABOLCSI, 2000), o qual neste estudo é redefinido como um fenômeno que envolve um *conjunto virtual de elementos semelhantes* que é estabelecido, via mecanismos de inferência, por meio de expressões linguísticas que, na superfície sintática, delimita ou restringe uma referência. A relação referencial, portanto, não se dá numa dimensão sintática linear, mas cognitiva, não linear. Nesses termos, envolve também *o fenômeno da quantificação*, ou seja, expressões linguísticas que têm o poder de expressar generalizações nas línguas naturais: sintagmas determinantes (todos, cada), advérbios (principalmente), adjetivos (igual, diferente, mesmo), comparativos e superlativos (mais que, menos que).

Todavia, o escopo de um operador tem sido tratado como o domínio dentro do qual o operador tem a capacidade para afetar a interpretação de outra expressão na superfície sintática, a qual é medida em termos de condições de verdade. Contudo, tal noção é restritiva, uma vez que existem outros fenômenos que parecem estabelecer escopo, só que em outra dimensão da língua. Nesses termos, Szabolcsi (2000) reconhece que essa definição tradicional é estritamente sintática. A nosso ver, a autora tem razão, uma vez que essa noção se prende à superfície da expressão linguística e não explica esse tipo de raciocínio entre a expressão linguística de superfície e o seu *background* (nível semântico subjacente). Ou seja, há uma relação intrínseca entre o N restrito na superfície sintática e uma outra expressão a ele relacionada, contida em seu *background* via mecanismos inferenciais, a qual é afetada pelo seu *status*. Por exemplo, em um enunciado, como *papai foi o irmão que mais deu apoio a ele*, não só se subentende que há outros irmãos, como esses irmãos deram *menos* apoio. Ou seja, a cláusula relativa que especifica o N, também instrui a especificação das referências relacionadas a ele no *background*, contudo essa *quantificação* é distribuída numa dimensão paradigmática – em ausência.

Nesse sentido, é preciso ampliar então a noção de escopo para além da superfície sintagmática. Diante disso, a perspectiva cognitiva de linguagem oferece subsídio, uma vez que concebe as unidades e as estruturas da língua não como entidades autônomas cujo sentido é resultante do cálculo da soma de suas partes no eixo sintagmático. Pelo contrário, o nível sintático (segmental) é um entre outros níveis que entram no cálculo

do sentido, a exemplo do nível suprasegmental (estrutura prosódica), destacado neste estudo. Além disso, o significante linguístico nessa perspectiva funciona como uma espécie de âncora de onde parte o processamento da significação (LANGACKER, 1987). Para demonstrar, observa-se o exemplo (16), no qual temos uma cláusula relativa restritiva da fala espontânea:

(24) 4bfamcv01,127,"é /INP= pelo menos /TOP= &d [/1]=EMP= pelo menos /TOP= sugestão /COB= tipo /INT= o povo que é &ma +=EMP= os caras que são bem mais /SCA= boleiros /TOP= eles /SCA= com < certeza > vão saber alguma coisa //COM

Em (24), o N *caras* está sendo restringido pela cláusula relativa restritiva *que são bem mais boleiros*. Para que essa delimitação seja estabelecida é preciso partir do princípio de que existe *um conjunto de caras* que tem a propriedade de *serem boleiros*. Ou seja, todos os elementos (*caras*) estão reunidos em um mesmo conjunto, identificados por uma mesma propriedade (de *serem boleiros*). Todavia, dentro desse *conjunto de caras que são boleiros* existem particularidades atribuídas a cada elemento, as quais foram subfocalizadas para o estabelecimento do conjunto. Entretanto, tais particularidades podem ser acionadas à medida em que o objetivo é restringir ainda mais a referência em questão, haja vista a sua subdeterminação dentro de uma situação comunicativa. No exemplo em questão, entre os elementos do *conjunto de caras que são boleiros* se restringe apenas os *caras que são bem mais boleiros* em oposição a outros que são *bem menos, menos, bem* ou *nada* boleiros.

Assim, pode-se afirmar que a cláusula relativa restritiva estabelece escopo nos termos de um conjunto virtual de elementos semelhantes (*os caras que são boleiros*), o qual não está expresso na superfície da expressão linguística, mas que é presumível através de itens linguísticos presentes na expressão (*bem mais*), via mecanismos inferenciais. Ou seja, em (24), a cláusula *os caras que são bem mais boleiros* só poderá ser tomada como verdadeira se também for tomado como verdadeira à existência de um *conjunto virtual de caras que são boleiros*. E dentro desse conjunto existem outros que são afetados pelos *status* do N restringido, qual sejam: *os bem menos, os menos, o bem ou nada* boleiros. Dessa forma, a cláusula relativa, a partir de sua função restritiva, fecha o escopo da referência do N no nível da superfície linguística, respondendo à necessidade da situação comunicativa.

Diante dessa característica das cláusulas relativas, qual seja, delimitar ou restringir uma referência particular, a noção de escopo será adaptada nesse estudo, nos termos de um *domínio-escopo*, para explicar como funciona a semântica dessas cláusulas na fala espontânea. Assim, acredita-se que a diferença entre cláusulas relativas restritiva e não-restritiva passa pelo *domínio-escopo* estabelecido na interpretação da primeira e sua ausência na interpretação da segunda, dada a presença de itens linguísticos que estabelecem esse tipo de *background*. Nessa perspectiva, a interpretação restritiva da cláusula relativa está vinculada aos seguintes parâmetros semântico-linguísticos: (i) **a interpretação distributiva associada aos quantificadores**: para cada um dos membros de um conjunto (x, y, z, \dots) estabelecido por N, existem elementos que quantificam às variáveis desse conjunto (x, y, z, \dots), tanto na superfície quanto na estrutura subjacente da língua; e (ii) **a interpretação da pressuposição de existência da referência**: para cada N referencial existe um referente potencial na estrutura subjacente da língua cujo valor de verdade ou falsidade pode ser atestado. Cabe destacar que nem sempre tais parâmetros estarão manifestados simultaneamente numa mesma ocorrência. Sendo assim, passemos à análise de ocorrências de relativas em enunciados retirados do *minicorpus*, tendo em vista o postulado acima.

(25) "cê nã quer comprar um trenzinho que espirra pro seu banheiro não //

(26) "tem o SESC que é bom pa caramba //

Em (25), tem-se o N *trenzinho* sendo restringido pela cláusula relativa *que espirra*. Ou seja, essa cláusula relativa estabelece domínio-escopo em relação ao N *trenzinho* porque este se trata de uma referência subdeterminada, logo precisa ser delimitada. Assim, em (25) tem-se uma cláusula cuja função é restringir. Para que essa delimitação seja estabelecida é preciso partir do princípio de que existe *um conjunto de trenzinho para banheiro*. Todavia, dentro desse *conjunto de trenzinho para banheiro* existem particularidades atribuídas a cada elemento, as quais foram subfocalizadas para o estabelecimento do próprio conjunto. Entretanto, tais particularidades podem ser acionadas quando o objetivo é restringir ainda mais a referência. Assim em (25), é preciso acionar essa particularidade para restringir a referência, isto é, entre os elementos do *conjunto de trenzinho para banheiro* se restringe apenas o *trenzinho que espirra* em oposição a outros *que não espirra, que derrete, que burrifa*, etc. Assim, a

cláusula relativa restritiva estabelece o domínio-escopo (*trenzinho para banheiro*) que não está expresso na superfície da expressão linguística, mas que é perfeitamente presumível através de itens linguísticos presentes na expressão (*que espirra*). Ou seja, em (25) a cláusula *um trenzinho que espirra* só poderá ser tomada como verdadeira se também for tomado como verdadeira a existência de um *conjunto virtual de trenzinho para banheiro*. Dessa forma, a função da cláusula relativa restritiva é cumprida, qual seja, delimitar a referência.

Contudo, essa noção de domínio-escopo não está presente na interpretação das cláusulas relativas não-restritivas. Em (26), o N SESC não está sendo restringido pela cláusula relativa *que é bom pa caramba*. Ou seja, essa cláusula relativa não estabelece o domínio-escopo em relação ao N porque este já se trata de uma referência determinada, reforçada pelo fato de ser uma sigla, identificada como nome próprio⁴⁹, logo não precisa ser especificada. Assim, em (26) tem-se *uma cláusula que não cumpre a função de restringir*. Essa cláusula apenas fornece uma informação acessória acerca desse N. Nesses termos, a cláusula que apresenta a estrutura sintática de uma relativa *que é bom pa caramba* não precisa de um cálculo para ter assegurada a sua condição de verdade, isto é, (26) pode ser tomada como verdadeira independente da inferência de um domínio-escopo subjacente, pois o N referente já está determinado no nível da superfície linguística.

Diante disso, assume-se que apenas as restritivas são instâncias de relativização, uma vez que a sua condição de verdade pode ser atestada a partir da inferência do conjunto virtual, ou seja, do domínio-escopo. Já as não-restritivas possuem uma semântica distinta, apesar de apresentarem uma estrutura sintática semelhante à das relativas verdadeiras. Nesses termos, são definidas como *cláusulas informativas* neste estudo. Antes de passar aos resultados, cabe apresentar o *minicorpus* de pesquisa.

O corpus C-ORAL-BRASIL

O C-ORAL-BRASIL (RASO & MELLO, 2012) é um *corpus* de fala espontânea do Português do Brasil, particularmente a variação diafásica e diatópica mineira. O *corpus* foi compilado segundo as diretrizes estabelecidas pelo consórcio C-ORAL-ROM

⁴⁹ SESC é a sigla de [Serviço Social do Comércio](#).

(CRESTI & MONEGLIA, 2005). Esse consórcio envolve o estudo, também, de outras línguas românicas europeias: espanhol, francês, italiano e português europeu. O C-ORAL-BRASIL contém 139 textos de aproximadamente 1.500 palavras, cada um totalizando 208.130 palavras. Destes, 75% dos textos são do domínio familiar/privado (159.364 palavras) e 25% são do domínio público (48.766 palavras). Cada um desses domínios tem um terço de gravações de caráter monológico, um terço de caráter dialógico e um terço de caráter conversacional.

O *corpus*, da mesma forma que o C-ORAL-ROM, conta não só com as gravações e suas respectivas transcrições, mas também com os arquivos de alinhamento texto-som obtidos através do programa *WinPitch* (MARTIN, 2004). As transcrições são segmentadas em enunciados e unidades tonais conforme previsto pela *Theory of Language in Act* e possuem tanto anotações prosódicas quanto anotações morfossintáticas. Além disso, foi constituído um *minicorpus* representativo do C-ORAL-BRASIL com as seguintes especificações: 20 textos, 29.909 palavras e 5.478 enunciados. Este *minicorpus* representativo do C-ORAL-BRASIL foi etiquetado informacionalmente segundo a L-Act e é dele que extraímos os dados analisados aqui. Para tanto, utilizamos a plataforma DB – IPIC⁵⁰.

Cláusulas relativas do *minicorpus* do C ORAL BRASIL: análise de dados

No português do Brasil, há duas estratégias para produzir a relativização de cláusulas: (i) o uso de pronome relativo – cuja função é repetir anaforicamente o conteúdo semântico do Nome externo à cláusula subordinada (*um professor que fala...*); e (ii) a redução morfossintática – as informações gramaticais referentes ao verbo da cláusula subordinada são substituídas por formas nominais (*um professor falando...*). Entretanto, no contexto do *minicorpus* C-ORAL-BRASIL, foram encontradas relativas configuradas a partir da primeira estratégia. Assim tem-se:

⁵⁰ <http://lablita.dit.unifi.it/app/dbipic/>. DB – IPIC (*Information Structure Database*) é uma plataforma, desenvolvida pelo LABLITA – Laboratório de Pesquisa do Departamento de Humanidades da Universidade de Florença, que contém diferentes tipos de dados e metadados: cada sessão contém áudio, seção de metadados, transcrição, e alinhamento de texto-som. Além do *minicorpus* do PB, a plataforma possui o *corpus* e o *minicorpus* do italiano.

Total	Números do <i>minicorpus</i> C-ORAL-BRASIL
5512	Enunciados
1821	Ocorrências do item “que”
148	Ocorrências de estrutura relativas

Tabela 2

Na Tabela 1, dos 5512 enunciados, 1821 ocorrências apresentam o conector linguístico *que* indicador de subordinação. Contudo, o conector *que* parece se comportar como pronome relativo somente em 148 ocorrências (CARMO, 2016). Dessa forma, as ocorrências com estruturação sintática semelhante, mas que não apresentavam a mesma semântica, ou seja, não restringia ou se referia de alguma forma ao referente, foram descartadas. Em seguida, as cláusulas relativas foram agrupadas conforme a estruturação sintático-informacional interna dos enunciados nos quais se encontra. Dessa forma, dois grupos foram constituídos: (1º) cláusulas relativas que ocorrem sintaticamente linearizadas dentro de uma única unidade informacional; e (2º) cláusulas relativas que ocorrem sintaticamente padronizadas em mais de uma unidade informacional – Cf. Carmo (2016). Assim, chegou-se aos seguintes números, expostos na Tabela 3:

Total	Distribuição dos tipos de cláusulas relativas do <i>minicorpus</i>
123	cláusulas relativas linearizadas
25	cláusulas relativas padronizadas
148	Ocorrências

Tabela 3

Contudo, tanto relativas linearizadas quanto relativas padronizadas ocorrem em dois tipos de contextos distintos, os quais cotejou-se segundo o número de núcleos verbais inseridos no conteúdo locutivo do enunciado. Sendo assim, tem-se: (i) **contexto sintático complexo**: a cláusula relativa está ligada sintática ou semanticamente a uma cláusula matriz dentro de um enunciado simples ou complexo; e (ii) **contexto sintático simples**: a cláusula relativa não está ligada sintaticamente a uma cláusula matriz dentro de um enunciado simples ou complexo.

Na Tabela 3, têm-se os números seguidos de ocorrências que correspondem aos padrões sintático-informacionais delineados acima. As cláusulas relativas na tabela estão destacadas em itálico:

Total	Distribuição das cláusulas relativas conforme o padrão sintático-informacional
97	Linearizadas em contexto sintático complexo bfamdl01,176,"cê nũ quer comprar _{Cmatriz} [<i>um [trenzinho_N que_{CRel} espirra pro seu banheiro não</i>] _{CRel}] _{SN} //
26	Linearizadas em contexto sintático simples bfamdl01,177,"[trenzim _{SN} que espirra \emptyset] _{CRel} //
21	Padronizadas em contexto sintático complexo bfamcv01,56,"tem _{Cmatriz} [<i>o SESC</i>] _{SN} / <i>que é bom pa caramba</i>] _{CRel} //
04	Padronizadas em contexto sintático simples bfamdl02,30,"[<i>um cuidado</i>] _{SN} / <i>que cês têm que tomar</i>] _{CRel} \emptyset //
148	Ocorrências

Tabela 4

Como se pode observar na Tabela 4, foram encontradas 97 ocorrências de cláusulas relativas linearizadas e 21 ocorrências de cláusulas relativas padronizadas com a estrutura sintática tradicionalmente esperada, i.e., cláusulas que apresentam N [QUE + verbo finito]_{CRel} + cláusula matriz. No entanto, foram encontradas 26 ocorrências de relativas linearizadas e 04 ocorrências de relativas padronizadas que não ocorrem ligadas sintaticamente à uma cláusula matriz, i.e., cláusulas que apresentam N [QUE + verbo finito]_{CRel} – \emptyset funcionando informacionalmente.

Para verificar a semântica das cláusulas, este estudo elabora o *teste de domínio-escopo para relativização clausal* que consiste em verificar se a cláusula estabelece ou não o domínio-escopo, tendo em vista o grau de determinação do referente. Se a cláusula com a estrutura sintática estabelecer domínio-escopo é relativa, do contrário não será relativa - aqui, nomearemos este tipo de *cláusula informativa*, uma vez que sua estrutura se assemelha à primeira vista com a cláusula relativa, contudo, tanto sua semântica, quanto o seu processamento informacional, sintático são absolutamente distintos. Assim, o teste consiste em verificar a presença de expressões linguísticas que indicam *quantificação* e *pressuposição de existência da referência* estabelecedoras domínio-escopo, tal como seguir:

Ficha 01

(27) 4bfamcv04,82,"< hhh é porque tem uma > moçada que fica falando a mesma palavra /=SCA= o tempo inteiro /=COM

Referente: moçada que fica falando a mesma palavra o tempo inteiro

Domínio-escopo: conjunto de moçada

A cláusula *que fica falando a mesma palavra o tempo inteiro* estabelece o domínio-escopo do referente subespecificado *moçada*, o qual se opõe à moçada de outros tipos, via pressuposição de existência, i.e, para cada N referencial existe um referente potencial na estrutura subjacente da língua. Logo, a cláusula *moçada que fica falando a mesma palavra o tempo inteiro* pode ser tomada como verdadeira.

Natureza sintática: cláusula encaixada

Natureza informacional: linearizada

Tipo: cláusula relativa

Ficha 02

(28) 4bpubcv01,12,"a data /=CMB= né /=PHA= essa data /=TOP= é um [/2]=EMP= a gente põe o dia /=COB= que tá sendo coletado /=COB= < e /=DCT= nós > temos o dia juliano //COM

Referente: o dia

Domínio-escopo: Ø

A cláusula *que tá sendo coletado* não estabelece o domínio-escopo. O referente o dia já está especificado, portanto não se opõe a nenhum outro elemento e o determinante 'o' colabora nesse contexto. Assim, o cálculo da condição de verdade da cláusula não precisa ser realizado, dado que é apenas um comentário acerca do referente.

Natureza sintática: cláusula justaposta

Natureza informacional: padronizada [COB-COB]

Tipo: cláusula informativa

Após a aplicação do teste de domínio-escopo, chegou-se aos seguintes números:

Total Distribuição dos tipos de cláusulas relativas do <i>minicorpus</i>	
123	cláusulas relativas restritivas
25	cláusulas relativas não-restritivas
148	Ocorrências

Tabela 5

Como se pode observar na Tabela 5, das 148 ocorrências que apresentam a estrutura de relativização, 123 são de cláusulas relativas, ao passo que 25 são de cláusulas não restritivas (ou informativas). Cabe destacar que as relativas restritivas correspondem às cláusulas linearizadas e resultam de subordinação. Ao passo que as relativas não restritivas correspondem às cláusulas padronizadas e resultam de justaposição, ou seja, são cláusulas hipotáticas.

Considerações finais

No contexto do *minicorpus*, os resultados demonstram que: (i) na fala espontânea informal o "que" funciona como o único conector de relativização – não foram encontrados outros tipos (*qual, cujo, quanto, onde e flexões*); (ii) os conectores das cláusulas relativas na fala espontânea informal parecem ser obrigatórios, contudo sua função é distinta: na relativa restritiva, que ocorre linearizada sintaticamente, o conector converte a relativa em um termo sintático adjunto do N antecedente; ao passo que na relativa não-restritiva, que ocorre padronizada sintaticamente, o conector apenas recupera anaforicamente o conteúdo semântico do N para a cláusula relativa (e, em princípio, poderia ser omitido uma vez que uma relação de justaposição é suficiente para qualificar o N antecedente sem restringi-lo); e por fim, (iii) considerando a estrutura informacional e o domínio de restrição da relativa, somente as restritivas, que ocorrem linearizadas na fala, estabelecem um conjunto virtual de elementos semelhantes subjacente para sua interpretação; ao passo que as não-restritivas, que ocorrem padronizadas no enunciado, não o fazem. Diante desse último achado, esta pesquisa assume que apenas as restritivas são instâncias de relativização, uma vez que a sua condição de verdade pode ser atestada a partir da inferência do conjunto virtual. Já as não-restritivas possuem uma semântica distinta, apesar de apresentarem uma estrutura sintática semelhante à das relativas verdadeiras. Nesses termos, são definidas como *cláusulas informativas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L.. *How to Do Things with Words*, Clarendon, Oxford, 1962.

BARKER, C. Scope. In: LAPPIN, Shalom; FOX, Chris. *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. 2ed. JohnWiley & Sons, Inc. 2015. p. 40-76.

BOSSAGLIA, G.. Orientação pragmática da sintaxe na fala: uma análise corpus-based da subordinação completiva e adverbial no português do Brasil. *Domínios de Linguagem*, v. 9, n. 5 (dez. 2015), p. 309-335, 2015. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/29246> > Acesso em: 20 jan. 2017

CARMO, C; MELLO, H. Cláusulas relativas na fala espontânea do português do Brasil: Um estudo exploratório baseado no corpus C-Oral-Brasil. *Signum: Estudos da Linguagem*, v.19, n. 2, 2016. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/25097>> Acesso 23 jan. 2017.

CHIERCHIA, G.; McCONNELL-GINET, S. *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. Cambridge (EUA): MIT Press, 1990.

CHAFE, W. Punctuation and the Prosody of Written Language. *Written Communication*, v.5, 1988. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0741088388005004001>>

CHOMSKY, N. Remarks on Nominalizations. In JACOBS, L.; RODERICK, A.; ROSENBAUM, P.S. (eds.), *Readings in English Transformational Grammar*. Boston: Ginn. 1970. p.184-221.

CRESTI, E. *Corpus di Italiano parlato*. Firenze: Accademia della Crusca, 2000.

CRESTI, E. Syntactic properties of spontaneous speech in the language into act theory: data on italian complements and relative clauses. In: RASO, T.; MELLO, H. (Org.). *Spoken corpora and linguistic studies: Problems and perspectives*. 1ed. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2014.

CRESTI, E; MONEGLIA, M. (Ed.). *C-ORAL-ROM: integrated reference corpora for spoken romance languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.

EVANS, N. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, Irina. *Finiteness: theoretical and empirical foundations*. Oxford: Oxford University Press. 2007. P.366-431.

HOPPER, P.J.;TRAUGOTT, E.C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*, vol. I, Theoretical Prerequisites, Stanford, California, Stanford University Press, 1987.

MARTIN, P. *Winpitch corpus, a software tool for alignment and analysis of large corpora*. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228702364_Winpitch_corpus_a_software_tool_for_alignment_and_analysis_of_large_corpora> (pdf)

RASO, T; MELLO, H. (org.). *C-ORAL-BRASIL I: corpus de referência do português brasileiro falado informal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RODRIGUES, V.V. Comprou, levou? Justaposição: procedimento sintático comum em propagandas. *Revista Letrônica / Revista Digital do Programa de Pós-graduação em Letras da PUCRS*. Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 409-421, julho-dezembro 2015. Disponível em < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>> Acesso em 23 jan. 2017.

SZABOLCSI, A. The Syntax of Scope. In: _BALTIM, M.; COLLINS, C. *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Blackwell handbooks in linguistics. 2000. Pag. 606-633.

UMA ABORDAGEM SEMIOLINGUÍSTICA DO COMPORTAMENTO DO CONECTIVO “E” NA CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO

A SEMIOLINGUISTIC APPROACH OF THE "AND" BEHAVIOR IN THE CONSTRUCTION OF THE ARGUMENTATION

Anabel Medeiros Azerêdo de Paula (UFF)
Rafael Guimarães Nogueira (UFF)

RESUMO: Esta pesquisa investiga o comportamento sintático-semântico e discursivo do conectivo “e” em um artigo de opinião de grande impacto na opinião pública, o texto *Professor ganha mal?*, escrito pelo jornalista Claudio de Moura Castro e publicado na revista *Veja*. O objetivo central deste trabalho é investigar como o conector “e” contribui para a construção da argumentação nos níveis linguístico e discursivo em um artigo de opinião. Examina-se, em primeiro lugar, como o uso do operador “e” atua na estruturação do modo de organização argumentativo do discurso (CHARAUDEAU, 2008). Em seguida, recorre-se aos estudos de Camacho (1999) para explicitar a possibilidade de múltiplas interpretações de um mesmo enunciado. Desse modo, esta pesquisa sublinha a multiplicidade das relações sintático-semânticas e discursivas que, num dispositivo argumentativo, são estruturadas a partir do conectivo “e”.
Palavras-chave: conectivo “e”, ambiguidade pragmática, argumentação.

ABSTRACT: This research investigates the syntactic-semantic and discursive behavior of the connective "and" in an opinion article with a great impact on public opinion, the text *Professor ganha mal?*, written by journalist Claudio de Moura Castro and published in *Veja* magazine. The central objective of this paper is to investigate how the "and" connector contributes to the construction of the argumentation in linguistic and discursive levels in an opinion article. First of all, it is examined how the use of the "and" operator structures the mode of argumentative organization of discourse (CHARAUDEAU, 2008). Then, the studies of Camacho (1999) are used to make explicit the possibility of multiple interpretations of the same statement. Thus, this research emphasizes the multiplicity of syntactic-semantic and discursive relationships that, in an argumentative device, are structured from the "and" connective.
Key words: connective "and", pragmatic ambiguity, argumentation.

Palavras Iniciais

Na tradição gramatical, o conectivo “e” é classificado como o operador prototípico da coordenação aditiva, tendo como características funcionais, no nível sintagmático, a expansão estrutural de termos e, no nível oracional, a conexão/soma de orações independentes sintaticamente. Em trabalhos mais recentes, no entanto, o conectivo “e”, dada a sua amplitude de empregos e de sentidos, é concebido como um *conector coringa* (cf. MONNERAT, 2003), cujo valor sintático-semântico e discursivo ultrapassa a mera “adição” de termos ou de ideias.

Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa é analisar, no artigo de opinião “Professor ganha mal?”, como o conector “e” pode não só estabelecer a coordenação de termos, de intratermos e de orações como também contribuir para a construção da argumentação.

Dentre as justificativas para este trabalho, destaca-se, em primeiro lugar, a expressiva recorrência de uso do conectivo “e” em diferentes textos (orais e escritos): especificamente no artigo de opinião em análise – exemplar de um gênero textual essencialmente argumentativo, em que, mais comumente, observa-se o encadeamento de ideias por meio de operadores argumentativos precisos e diversificados –, há 17 ocorrências. Além dessa problematização linguístico-discursiva, a escolha do *corpus* também foi motivada pela repercussão social que a proposição inscrita neste artigo causou entre os profissionais de Educação.

Como perspectiva teórica, optou-se pela Teoria Semiollingüística, de Patrick Charaudeau, uma vez que, em seu modelo teórico-metodológico, ela abarca, amplamente, todo o ato de linguagem, considerando não só aspectos sócio-históricos que o subjazem como também as identidades das instâncias de produção e de recepção e os mecanismos linguístico-discursivos que estruturam o discurso (cf. CHARAUDEAU, 1992; 2004; 2005; 2006; 2008). No entanto, dado o caráter interdisciplinar dos estudos semiollingüísticos, reuniram-se, nesta pesquisa, contribuições da Sintaxe e Semântica Maximalista (cf. CAMACHO, 1999), da Semântica da Enunciação (cf. ANSCOMBRE & DUCROT, 1976; DUCROT, 1977; VOGT, 1987) e da Linguística Textual (cf. KOCH, 2004; 2008; KOCH & ELIAS, 2016), para que, em uma análise qualitativa, descrevam-se os diferentes papéis linguístico-discursivos do conectivo “e”.

Espera-se, dessa maneira, contribuir para a emergência de práticas pedagógicas que – ao relacionarem o estudo estrutural da língua ao valor argumentativo dos conectivos – capacitem os alunos a identificar formas coesivo-argumentativas e a utilizá-las na construção de seus discursos.

1 O artigo de opinião sob a Análise Semiollingüística

A Análise Semiollingüística do Discurso debruça-se sobre o uso efetivo da língua, tomando como unidade básica de manifestação da linguagem (objeto particular de investigação) não mais a frase, mas a relação intersubjetiva entre o mundo e a linguagem, que se concretiza na coconstrução do discurso. Focalizando a materialidade linguística, os estudos semiollingüísticos partem do pressuposto de que a construção do sentido se faz por meio de uma relação forma/sentido.

Nessa perspectiva, o sentido é uma construção intersubjetiva. A partir de uma *situação de comunicação* concreta, os parceiros do *ato discursivo*, determinados por

suas *identidades* e por um *contrato de comunicação*, manipulam a linguagem (os *meios linguísticos e discursivos*) a fim atingir seus propósitos discursivos (cf. CHARAUDEAU, 2005). Há, pois, uma interdependência entre os componentes verbais e situacionais. Desse modo, dois conceitos centrais embasam os estudos semiolinguísticos: o *processo de semitização do mundo* e o *contrato de comunicação*.

Partindo do pressuposto de que as formas linguísticas indicam a maneira particular como o sujeito, segundo seu papel social e seus objetivos discursivos, compreende e resignifica a realidade, a *semiotização do mundo*, isto é, a significação do mundo por meio de diferentes semioses constrói-se a partir de um duplo processo: de transformação e de transação. De um lado, o processo de *transformação* consiste na conversão de um “mundo a significar” em um “mundo significado”; de outro lado, o processo de *transação* diz respeito à coconstrução do sentido, tendo em vista a interação dos sujeitos (cf. CHARAUDEAU, 2005, p. 13-17).

Sob esse arcabouço teórico, compreende-se que, na construção de um artigo de opinião, a instância de produção midiática, partindo de um acontecimento bruto ou de um tema polêmico, identifica-o (*nomeação*), qualifica-o (*qualificação*), insere-o em um quadro narrativo (*ação*) e estabelece-lhe relações de causalidade (*causação*), segundo o reconhecimento de seus parceiros da troca languageira (*alteridade*), a adequação do projeto de fala ao contexto sociodiscursivo e aos objetivos dos interlocutores (*pertinência*), a necessidade de captação/adesão do enunciatário ao projeto de fala do enunciador (*influência*) e a utilização de estratégias para garantir o sucesso da comunicação (*regulação*).

Logo, no que se refere ao *corpus* desta pesquisa, as expressões linguísticas empregadas pelo articulista Claudio de Moura Castro não são aleatórias tampouco neutras; ao contrário, são determinadas pelos objetivos da revista *Veja*. Em primeiro lugar, no que se refere à *alteridade*, essa mídia impressa destina-se, principalmente, a leitores das classes A e B (respectivamente, 22% e 49% do total de leitores⁵¹). Arelado a isso, a revista oferece aos leitores um tema da atualidade que julga ter *pertinência*: a adequação do salário dos professores mediante suas condições de trabalho e os resultados de sua prática. Paralelamente, visando à *influência*, o artigo tem uma clara orientação argumentativa: defende a tese de que os professores não são mal remunerados, pois, dentre outros fatores, possuem privilégios e não atingem resultados

⁵¹ Dados estatísticos disponíveis em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa>>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

satisfatórios. Por fim, quanto à *regulação*, o tema de provável interesse dos leitores pode contribuir para a fidelização do público-consumidor da revista, a qual se afirma, por meio de seu *slogan*, como “indispensável”.

Se um fato ou tema é semiotizado a partir da intencionalidade do enunciador e da imagem que ele constrói para o seu enunciatário, o ato de linguagem pode ser compreendido como uma encenação, na qual os sujeitos são autores e construtores sociais; sujeitos ativos que, dialogicamente, constroem-se e são construídos pela linguagem, mediante as estratégias autorizadas e as restrições que lhes são impostas em cada *contrato de comunicação*.

Nas palavras de Charaudeau (2008, p. 61):

[...] todo ato de linguagem depende de um Contrato de comunicação que sobredetermina, em parte, os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de sujeitos agentes e de sujeitos de fala (fenômeno de legitimação). Esse contrato englobante e sobredeterminante orienta o julgamento dos outros contratos e estratégias discursivas encenados por esses sujeitos.

As mídias, nas palavras de Charaudeau (2006, p. 17), são como uma “máquina de fazer viver as comunidades sociais, que manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores”. Sendo assim, é preciso investigar e revelar a maneira como os organismos de informação transformam um mundo a descrever e a comentar em um mundo descrito e comentado.

Charaudeau (*op. cit.*, p. 73-74) afirma que, no contrato de comunicação midiático, a instância de produção é constituída por muitos sujeitos – desde os diretores do organismo de informação até o jornalista que assina a matéria –, já que todos contribuem como coenunciadores para que a enunciação seja aparentemente homogênea, embora o jornalista seja considerado a figura mais importante dentre todas.

Nessa perspectiva, os artigos de opinião, segundo Charaudeau (2004), inserem-se no contrato de “informação cidadã”, cuja finalidade é fazer-conhecer ou fazer-saber. Nessa mediação de um evento ou tema do mundo, há, de um lado, a identidade do EUenunciador, que, por seu estatuto profissional, possui legitimidade democrática. Por outro, a identidade do TUdestinatário refere-se ao cidadão, que deve se informar sobre a atualidade, não podendo, por isso, questionar a legitimidade do discurso jornalístico.

A revista semanal *Veja*, inserida nesse contrato discursivo, idealiza seu destinatário-alvo e, dessa forma, não só mobiliza certas categorias de língua para expressar seu projeto de fala mas também elege um modo para organizar o seu discurso.

Dessa maneira, essa mídia manipula diferentes elementos que lhe confirmam legitimidade e credibilidade: sob a voz de um de seus colunistas, Claudio de Moura Castro, especialista em Educação e em Economia, a revista reforça seu direito à fala; e, paralelamente, por mecanismos como o uso de terminologias específicas e de provas de verificação, constrói esquemas lógicos de raciocínio, que conferem valor de verdade ao seu discurso. Essas estratégias discursivas representam, ainda, formas de captação e de fidelização do leitor-consumidor, que, a julgar pela vendagem da revista – atualmente, a mais vendida do Grupo *Abril*, a primeira no *ranking* das revistas mais lidas no Brasil e, ainda, a terceira maior revista semanal de informação do mundo⁵² –, deixa-se persuadir.

Focalizando um dos recursos linguístico-discursivos empregados pela revista – o uso do conectivo “e” –, pontuam-se, na seção seguinte, breves descrições teóricas sobre os papéis semânticos desse conector.

2 Três estudos sobre os conectivos

Ampliando a tradição gramatical, surgem, na década de 70, teorias que, numa perspectiva não estritamente sintática, focalizavam fenômenos linguístico-textuais que extrapolam os limites do período (cf. KOCH, 2004). Sob os pressupostos de que há propriedades gramaticais somente observáveis além dos limites da sentença (propriedades suprassentenciais) e de que a interface entre os estudos gramaticais e pragmáticos – possível somente mediante a observação simultânea de sequências de frases e aspectos discursivos – oferece possibilidades mais amplas para o estudo de distintas construções de textos, emergiram teorias que ampliaram a compreensão acerca de mecanismos linguístico-discursivos, como o conectivo “e”. Nesse sentido, pontuam-se, de forma esquemática, as principais contribuições da Semântica da Enunciação, da Linguística Textual e da Semiologia.

Ratificando que a significação ultrapassa os limites da sentença, Ducrot (cf. ANSCOMBRE & DUCROT, 1976; DUCROT, 1977; VOGT, 1987) postula que a análise de enunciados deve buscar relacionar os diferentes planos do sistema linguístico, compreendendo-os dependentes uns dos outros. Dessa forma, o linguista francês propõe uma Pragmática Integrada, segundo a qual não se pode querer encontrar valores informativos estanques para os vocábulos gramaticais e, até mesmo, para os lexicais.

⁵² Informações disponíveis em <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa>, um portal de publicidade da Editora Abril. Acesso em: 13 de abril de 2017.

Ducrot assevera que a argumentação está inscrita na própria língua, ou seja, todo texto é essencialmente argumentativo. Em outras palavras, compreende-se que, se a linguagem é interativa e se caracteriza pela ação intencional, a língua é marcada pela argumentatividade. Logo, a seleção lexical e o uso de elementos gramaticais representam marcas da subjetividade e das relações de intersubjetividade do locutor com seu alocutário; são, pois, essencialmente estratégias argumentativas.

O conectivo “e”, conforme tabela-síntese abaixo, atuaria não só como um conector de tipo lógico, mas também como um encadeador discursivo, um mecanismo coesivo-argumentativo que orienta o texto numa dada direção, isto é, um operador argumentativo que articula dois ou mais argumentos orientados no mesmo sentido/mesma conclusão.

CONECTORES LÓGICOS E ENCADEADORES DISCURSIVOS NA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO (cf. DUCROT, 1977)	
Conectores de tipo lógico	Encadeadores de tipo discursivo
Apontam o tipo de relação lógica que o locutor estabelece entre duas proposições.	Apontam encadeamentos sucessivos, orientando o texto em determinada direção.
As duas proposições estruturam um único ato de fala.	As duas proposições constituem enunciados (atos de fala) distintos.
Subordinação semântica	Coordenação semântica
Não há polifonia	Pode haver polifonia
Apontam: condicionalidade, causalidade, mediação, conformidade, temporalidade, modo e disjunção.	Apontam: hierarquia dos arg. em uma escala, dois ou mais arg. orientados para uma mesma conclusão, marcador de excesso, oposição entre arg., ajustamento e afirmação/negação plena.

Tabela 1: Conectores lógicos e encadeadores discursivos (cf. Ducrot, 1977)

Revisitando as contribuições de Ducrot, Koch & Elias (2016), sob o arcabouço teórico da Linguística Textual, ao tratarem, especificamente, de gêneros predominantemente argumentativos, refinam e ampliam a descrição da funcionalidade dos operadores textuais e, denominando-os de “articuladores”, subdividem-nos em três categorias: i) os articuladores de relações lógico-semânticas, que equivalem aos conectores de tipo lógico; ii) os articuladores discursivo-argumentativos, que correspondem aos encadeadores de tipo discursivo; e iii) os articuladores de organização textual, que, por sua natureza metalinguística, contribuem para a

estruturação linear dos textos, organizando-os e, assim, explicitando sua progressão temática.

ARTICULADORES TEXTUAIS NA LINGÜÍSTICA DO TEXTO (cf. KOCH & ELIAS, 2016)		
Articuladores de relações lógico-semânticas:	Articuladores discursivo-argumentativos:	Articuladores de organização textual:
Condicionalidade Causalidade Finalidade Disjunção Temporalidade Conformidade Modo	Soma Contrajunção / oposição Explicação / justificativa Comprovação Conclusão Comparação Especificação / exemplificação Correção / redefinição	Diferentes formas de: introdução e soma de argumentos, oposição de argumentos, síntese, ratificação – dentre outras operações/seqüências argumentativas.

Tabela 2: Articuladores textuais (cf. KOCH & ELIAS, 2016)

Por fim, ao tratar, no capítulo 12 de sua “Gramática do sentido”, da argumentação e das relações lógicas, Charaudeau (1992, p. 493-550), fundador da teoria Semiolinguística, postula que, em sentido amplo, os procedimentos linguísticos de articulação lógica consistem no estabelecimento de relação entre duas asserções sobre o mundo, unidas por um laço conceitual (não formal). Nessa perspectiva, individualiza três níveis das relações lógicas (o cognitivo, o linguístico e o discursivo), explicitando que, no segundo desses níveis, não há uma relação biunívoca entre as palavras gramaticais e as relações lógicas que explicitam. Os conectivos não são, portanto, formas monossêmicas.

Desse modo, propõe cinco categorias lógico-linguísticas: a conjunção, a disjunção, a restrição, a oposição e a causalidade – dentre as quais, o conectivo “e” pertenceria à *conjunção*, compreendida como a junção de duas ou mais asserções. Nesse quadro teórico, cumpre destacar, sobretudo, os efeitos contextuais da conjunção de adição, conforme tabela-síntese abaixo:

ARTICULAÇÃO LÓGICA NA SEMIOLINGÜÍSTICA (cf. CHARAUDEAU, 1992)	
EFEITOS CONTEXTUAIS DA CONJUNÇÃO DE ADIÇÃO	
Efeitos:	Exemplos:
Sucessividade (depois, em seguida)	“Ele fala e se cala”

Simultaneidade (ao mesmo tempo)	“Ele trabalha rápido e bem”
Aproximação (quase)	“Cem reais e uns quebradinhos”
Equivalência (quer dizer)	“Eu tenho dez centavos e justo o necessário para comprar um caramelo”
Acréscimo/reforço argumentativo (não só... mas também)	“Ele fala inglês e fluentemente”
Oposição (de um lado... de outro)	“Ele mentiu, mas há mentiras e mentiras”
Restrição (mas)	“Esforçou-se muito e não conseguiu a vaga”
Consequência (portanto)	“Cumpra suas obrigações e será recompensado”

Tabela 3: Efeitos contextuais da conjunção de adição (cf. CHARAUDEAU, 1992)

A partir dessa síntese teórica, serão descritos, na seção seguinte, os diferentes papéis do conectivo “e”, segundo um modelo descendente (do texto/discurso para a frase).

3 Papéis do conectivo “e”

De acordo com a tradição gramatical da Língua Portuguesa, o conectivo “e” expressa união entre sintagmas ou orações que sejam sintaticamente equivalentes entre si. Isso ocorre, por exemplo, na oração (1) abaixo, cujos sintagmas nominais “mestres” e “doutores”, ligados pelo conectivo aditivo “e”, desempenham a mesma função sintática (núcleos do sujeito composto) e configuram-se igualmente como o alvo da ação expressa pelo sintagma verbal:

- (1) “Dentro da carreira, mestres e doutores ganham maiores salários [...]”

Contudo, esse conectivo pode estabelecer união entre unidades linguísticas que designam significações diferentes, como em:

- (2) “O Amapá tem um dos salários mais altos e piores performances”

e

- (3) “Gastamos muito e pagamos pouco!”.

Desse modo, percebe-se que as propriedades semânticas dessa conjunção aditiva não são tão bem delimitadas quanto o são as sintáticas.

Nesse sentido, pela exploração do artigo de opinião em análise, destacam-se, a seguir, diferentes papéis do conectivo “e”:

3.1 A articulação discursivo-argumentativa

Sublinha-se, em primeiro lugar, que, à luz da Teoria Semiolinguística, o modo de organização argumentativo não se iguala à argumentação. De um lado, a argumentação consiste no processo de *influência* sobre o interlocutor por meio da estruturação de um *raciocínio lógico* e *verossímil* orientado pela defesa de um ponto de vista. Sumarizam Koch & Elias (2016, p. 24):

Argumentação, portanto, é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, *de um ponto de vista racional*, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva. [grifo das autoras].

Nessa perspectiva, como indica o quadro-síntese que se segue, argumentar exige: i) uma proposta que provoque em alguém algum questionamento; ii) um sujeito argumentante, que, a partir de sua intencionalidade, busque a aceitabilidade ou a credibilidade de sua proposta sobre o mundo; e iii) um sujeito alvo, que poderá aceitar ou refutar o ponto de vista de seu interlocutor.

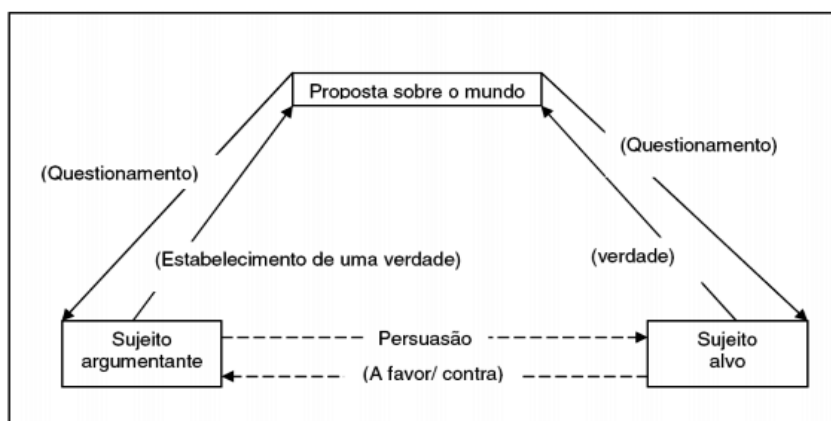


Figura 1. A relação triangular constituinte da argumentação (CHARAUDEAU, 2008, p. 205)

De outro lado, o modo de organização argumentativo constitui a mecânica responsável pela estruturação das argumentações, compreendendo uma asserção de partida (premissa), uma asserção de passagem (prova) e uma asserção de chegada (conclusão) – como evidencia o quadro seguinte:

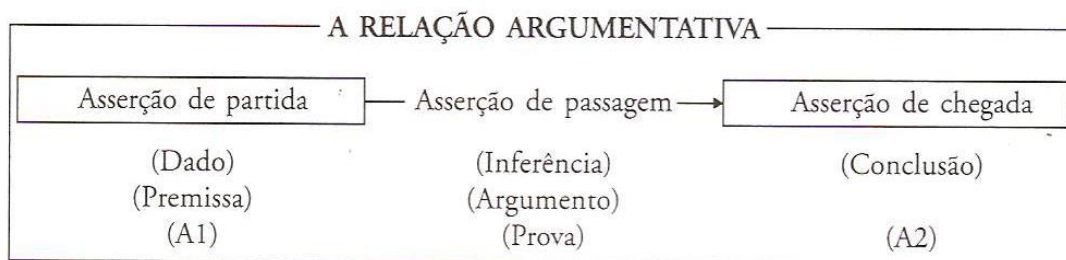


Figura 2. A relação argumentativa (CHARAUDEAU, 2008, p. 210)

Logo, “a relação argumentativa se define no seu fundamento como uma relação de causalidade” (CHARAUDEAU, 2008, p. 210). Em sentido amplo, é uma relação lógica entre duas asserções A1 e A2, de forma que a apresentação da primeira (A1) implica a existência da segunda (A2). Tal noção de causalidade ultrapassa, assim, a classificação das orações causais apresentada nas gramáticas tradicionais, consistindo na associação entre duas asserções que estão em uma relação de causa e efeito (cf. CHARAUDEAU, 1992, p. 526).

Nessa perspectiva, os diferentes argumentos utilizados pelo autor do artigo de opinião selecionado como *corpus* desta pesquisa representam premissas que justificariam a tese de que os professores não são mal pagos – conforme o esquema que se segue:

RELAÇÃO LÓGICA CONSTITUINTE DO ARTIGO “PROFESSOR GANHA MAL?”	
A1	SE... (Argumentos) <ul style="list-style-type: none"> ✓ Bons salários não refletem o aprendizado dos alunos. ✓ Os salários dos professores são competitivos (hora/aula). ✓ Os professores aposentam-se mais cedo. ✓ Aposentam-se com o mesmo salário. ✓ Estão sob “regras generosas” (licenças-prêmio, recessos natalinos, faltas anuais, férias). ✓ Podem obter licenças legais (candidaturas e pós-graduação). ✓ Possuem estabilidade (“completa impunidade”). ✓ Há a possibilidade de desvio de função. ✓ Os professores fazem greves constantemente.
A2	LOGO: (Proposta sobre o mundo) <p style="text-align: center;">Professor NÃO ganha mal</p>

Tabela 4: Relação lógica constituinte do artigo “Professor ganha mal?”

Considerando essa orientação argumentativa, no que tange ao uso do conectivo “e”, verifica-se, no nível discursivo-argumentativo, sua função de introdução/soma de argumentos que apontam para uma mesma conclusão, tal como evidenciam os exemplos abaixo:

(4) “O salário inicial no Rio é maior que o de outras profissões. E, na verdade, não há relação clara entre o salário do professor e o que aprendem os alunos.”

Neste trecho, cada um dos períodos consiste em uma premissa/justificativa para a tese central do artigo; são, por isso, conectados pelo articulador discursivo-argumentativo de soma “e”.

(5) “na média, eles [os professores] passam tantos anos aposentados quanto ensinando. E, ao contrário do que acontece na maioria dos países, aposentam-se com o mesmo salário.”

De forma semelhante, neste excerto, destaca-se não só o fato de os professores terem (tido) a possibilidade de se aposentar com 25 anos de contribuição (para as mulheres) ou com 30 anos de contribuição (para os homens) como também o benefício de receberem a aposentadoria integral (sem descontos). No dispositivo argumentativo em que se inserem, tais afirmações apontam para uma mesma conclusão: o argumento de que a carreira docente, por sua aposentadoria especial, tem (tinha) vantagens frente às demais.

(6) “o excesso de professores pendurados nas burocracias das secretarias. Há muitos perdidos em outras burocracias, fantasmas e falecidos. E as greves? Pouco se logra medir as ausências provocadas por elas, mas são enormes.”

Destaca-se, por fim, a possibilidade de, conforme Charaudeau (1992, p. 503-504), o conectivo “e” atuar como uma forma de *surenchère*. A expressão francesa, comum aos leilões, aponta um lance maior que o anterior, capaz de fazer o leiloeiro “bater o martelo”; e, na lógica argumentativa, tal termo representa, metaforicamente, a introdução de um argumento mais forte e incontestável. Nesse sentido, a menção às

constantes greves feitas por professores representa um argumento definitivo para a defesa de que muitos docentes têm uma atuação pouco profissional e efetiva junto aos alunos.

3.2 A articulação de orações

As orações coordenadas podem ser simétricas ou assimétricas. Quando simétricas, admitem mudança na ordenação dos termos coordenados, como em (3) “Gastamos muito e pagamos pouco!”.

A conjunção simétrica ocorre quando, alterando a ordem das orações, não há alteração de gramaticalidade e de significado, permitindo também qualquer número de membros. Por exemplo, pode ser suposta a seguinte estrutura: “Pagamos pouco, gastamos muito e arrecadamos muito pouco”.

Já as orações assimétricas não podem ter sua ordem alterada, pelo menos não com o mesmo sentido, pois há relações de causalidade ou de temporalidade entre as duas orações ligadas pelo conectivo “e”. Por exemplo:

- (7) “Esse seletor grupo trabalha 11,5 anos na sala de aula e recebe durante 38,5 anos (13,5 + 25 anos)”

não poderia sofrer alterações, como esta inversão: “Esse seletor grupo recebe durante 38,5 anos (13,5 + 25 anos) e trabalha 11,5 anos na sala de aula”.

Nesse caso, a inversão da ordem dessas orações não respeitaria a sucessão temporal de eventos desse contexto, já que é preciso trabalhar durante um determinado período de tempo para poder ter direito a receber (a aposentadoria). Portanto, a ordem das orações deve ser paralela à ordem dos eventos no mundo real.

As orações conectadas por conjunção simétrica não são pressupostas, pois todas são afirmativas. Já na conjunção assimétrica, a primeira oração é pressuposta para que a segunda seja interpretável.

Quanto ao valor semântico do “e”, Camacho (1999) afirma que esse conectivo atua no nível da conjunção de orações como o modo não-marcado de conexão, já que veicula menos significado que outros conectivos. Por isso, o “e” pode ser empregado em outros contextos. Por sua natureza pouco expressiva, é chamado de *conector*

coringa (MONNERAT, 2003), produzindo, em determinadas sentenças, outros efeitos contextuais, conforme postula Charaudeau (1992).

Para exemplificar de que modo ocorrem os efeitos contextuais, analisam-se, abaixo, a partir das categorias propostas por Charaudeau (*op. cit.*), alguns fragmentos do *corpus* em análise. Retomamos o exemplo (3) e, em seguida, continuamos a apresentar novos casos.

(3) “Gastamos muito e pagamos pouco!”

(efeito de restrição, já que, de acordo com o contexto, a asserção implícita gerada pela primeira oração – “se se gasta muito; logo, paga-se bem” – é negada pela segunda oração).

(8) “Esse seletto grupo trabalha 11,5 anos na sala de aula e recebe durante 38,5 anos (13,5 + 25 anos).”

(efeito de consequência, pois se subentende que o ato de receber um salário tenha como causa o de trabalhar)

(9) “Minas paga abaixo da média e seus resultados estão entre os melhores.”

(efeito de restrição, pois, seguindo a lógica argumentativa do texto, há uma quebra de expectativa na segunda oração, já que, se Minas paga abaixo da média, seus resultados deveriam estar entre os piores)

(10) “Aumentando a idade da aposentadoria e fazendo o seu valor mais modesto dobraríamos os salários.”

(efeito de simultaneidade, uma vez que as duas primeiras ações devem acontecer ao mesmo tempo, para que se tenha o efeito esperado, expresso na terceira oração)

(11) “Isso é custo e, no total, não é pouco dinheiro.”

(efeito de consequência, pois a causa é apresentada na primeira oração)

3.3 A articulação de termos

A coordenação de termos consiste em expandir a estrutura coordenada em elementos similares, evitando a repetição das mesmas unidades linguísticas em relação com o predicado. Contudo, segundo Camacho (1999), a coordenação de termos pode produzir sentenças ambíguas por permitir tanto a interpretação coletiva quanto a distributiva. Em um enunciado como:

(12) “Quem fizer mestrado e doutorado poderá sair da aula por 72 meses”

pode-se ter as seguintes paráfrases:

(12a) Interpretação distributiva:

Quem fizer mestrado poderá sair da aula por 72 meses, e quem fizer doutorado poderá sair da aula por 72 meses.

(12b) Interpretação coletiva:

Quem fizer mestrado e (também) doutorado poderá sair de aula por 72 meses.

A mesma função sintática atribuída a um elemento coordenado deveria ser atribuída aos demais. Além disso, a gramaticalidade do termo coordenado deveria prescindir não só de sua função sintática, mas também de sua função semântica. Garcia (1992) afirma que um dos princípios básicos da coordenação é o pertencimento dos termos coordenados ao mesmo universo do discurso. Para Garcia (*op. cit.*), uma sentença pode não apresentar paralelismo semântico, mesmo que haja paralelismo sintático entre termos coordenados, como em (4) “[...] não há relação clara entre o salário do professor e o que aprendem os alunos”.

Palavras Finais

Pela exploração linguístico-discursiva do artigo de opinião selecionado como *corpus*, verificou-se que o conectivo “e”:

- ✓ no nível *discursivo*, atua como um introdutor de argumentos que orientam para uma mesma conclusão. Paralelamente, sua recorrência em um gênero textual predominantemente argumentativo poderia representar uma estratégia discursiva de atenuação da contra-argumentação, construída, sobretudo, pela restrição (cf. MONNERAT, 2003).

- ✓ nos níveis *interfrástico* e *sintagmático*, atua como o modo não-marcado de conexão, já que veicula menos significado que outros conectivos. Devido à sua natureza pouco expressiva, esse conectivo, pode produzir, em determinadas sentenças, efeitos contextuais diversos.
- ✓ especificamente no nível *sintagmático*, a coordenação aditiva do “e” pode gerar ambiguidade pragmática em relação aos efeitos de sentidos que a oração poderá produzir. Os casos de ambiguidade (pragmática) só poderão ser resolvidos na situação de comunicação.

Considerando essas conclusões, propõe-se a síntese abaixo, que – embora careça de refinamentos e de ampliações (como as contribuições de outros teóricos e a análise de textos narrativos e descritivos) – explicita o amplo comportamento do conectivo “e” quando empregado, especificamente, em textos argumentativos:

VALOR PRIMÁRIO (SENTIDO DENOTADO):	SOMA/ADIÇÃO “conector neutro” / “baixa expressividade”	
PRINCIPAIS VALORES CONTEXTUAIS (NUANCES SEMÂNTICAS):	No nível discursivo (disp. argumentativo):	Introdução de argumentos que orientam para uma mesma conclusão
	No nível frástico e interfrástico (conexão entre orações e frases):	Oposição
		Restrição
		Consequência
	No nível sintagmático (conexão de termos):	Aproximação
		Equivalência
		Oposição
	Tanto na conexão de orações quanto de termos:	Reciprocidade
Sucessividade		
		Simultaneidade

Tabela 5: Proposta de sistematização do comportamento linguístico-discursivo do conectivo “e”

Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de, em paralelo ao estudo estrutural do sistema linguístico, dar ênfase à análise de elementos coesivo-argumentativos, uma vez que “grande parte da força argumentativa do texto está na dependência dessas marcas, e o fato de se tentar minimizar a sua importância pode ser interpretado, até mesmo, como uma postura de caráter ideológico” (KOCH, 2008, p. 108).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude & DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue. Langages*. Paris: Lês Belles Lettres, 1976.

CAMACHO, Roberto Gomes. Estruturas coordenadas aditivas. In.: NEVES, Maria Helena de Moura. (org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette Éducation, 1992.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. 2004. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In.: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid. (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-29.

_____. *Discurso das mídias*. [tradução: Angela M. S. Corrêa]. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. [coord. da equipe de tradução: Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado]. 1. ed. São Paulo: contexto, 2008.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo, Cultrix, 1977.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Coleção: Texto e linguagem.

_____. *Argumentação e linguagem*. 11. ed. São Paulo: Cortês, 2008.

_____ & Elias, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. Possibilidades discursivas do “e” – um conector coringa. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 185-203, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/linguagem_discurso/article/view/262/276>. Acesso em: 23 de março de 2016.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Pontes, 1987.

DESGARRAMENTO: UM NOVO OLHAR **DETACHMENT: A NEW LOOK**

Violeta Virginia Rodrigues (UFRJ)
Aline Ponciano dos Santos Silvestre (PG – UFRJ)

Resumo: Pretende-se, com este trabalho, revisitar o conceito de *desgarramento* proposto por Decat (2011), analisando prosodicamente cláusulas hipotáticas *desgarradas*, a fim de propor uma recategorização do fenômeno, objetivando estabelecer uma diferença entre *desgarramento* inerentemente pragmático e *desgarramento* cotextual. Para alcançar tal intento, a análise de dados tomará como base os resultados dos trabalhos de Souza (2009, 2010), Rodrigues (2011), Silvestre (2012, 2015), Bastos (2014), Silvestre e Rodrigues (2014) e Souza (2016). Partindo do conceito de unidade informacional, tal como postulado por Chafe (1980), verificaram-se ocorrências de orações adverbiais e adjetivas explicativas que se materializam linguisticamente na modalidade escrita do português do Brasil (PB) como estruturas de *desgarramento*, constituindo, por si mesmas, unidades de informação à parte. Além dos pressupostos teóricos do Funcionalismo encontrados nos trabalhos de Chafe (1980) e Decat (2011), utilizaram-se, ainda, os princípios da Fonologia Prosódica, encontrados em Nespor e Vogel (1994), para comprovar a hipótese de que há uma marca de ruptura que caracteriza as *desgarradas*, ainda não estudadas com relação a esse aspecto no PB. A análise instrumental foi realizada no programa computacional PRAAT, para observar o comportamento dos parâmetros prosódicos em toda a extensão dos sintagmas entoacionais (I) dos quais as cláusulas fazem parte. Em termos prosódicos, podemos dizer que uma *unidade de informação* constitui um sintagma entoacional (I) e que esse constituinte prosódico pode ser percebido pela entoação, pausa ou hesitação. Sendo assim, desejamos contribuir para a descrição das *desgarradas*, ou seja, das cláusulas que ocorrem isoladas como enunciado independente ou de “maneira solta”, sem vínculo sintático com a oração nuclear.

Palavras-chave: *desgarramento*; cláusulas hipotáticas circunstanciais; cláusulas hipotáticas relativas apositivas; pausa; pontuação.

Abstract: It is intended, with this work, to revise the concept of tearing proposed by Decat (2011), prosodically analyzing torn hypothetical clauses, in order to propose a recategorization of the phenomenon, aiming at establishing a difference between inherently pragmatic tearing and cotextual tearing. In order to achieve this, the data analysis will be based on the results of Souza (2009, 2010), Rodrigues (2011), Silvestre (2012, 2015), Bastos (2014), Silvestre and Rodrigues (2014) and Souza (2016). From the concept of informational unity, as postulated by Chafe (1980), there have been occurrences of adverbial and explanatory adjectives that materialize linguistically in the written form of the Brazilian Portuguese (PB) as tear-off structures, constituting themselves Units of information. In addition to the theoretical assumptions of Functionalism found in the works of Chafe (1980) and Decat (2011), the principles of prosodic phonology found in Nespor and Vogel (1994) were also used to prove the hypothesis that there is a mark Of rupture that characterizes the torn, not yet studied with respect to this aspect in PB. The instrumental analysis was performed in the PRAAT computer program to observe the behavior of the prosodic parameters throughout the extension of the intonational phrases (I) of which the clauses are part. In prosodic terms, we can say that a unit of information constitutes an intonational phrase (I) and that this prosodic constituent can be perceived by intonation, pause or hesitation. Thus, we wish to contribute to the description of the estranged ones, that is, of the clauses that occur isolated as an independent statement or in a "loose way", without link with nuclear clause.

Key words: tearing; circumstantial hypothetical clauses; hypothetical clauses relating to appositives; break; punctuation.

Apresentação do tema

Cunha e Cintra (1985, p. 632), ao abordarem o uso dos sinais de pontuação, fazem a seguinte observação:

O PONTO tem sido utilizado pelos escritores modernos onde os antigos poriam PONTO-E-VÍRGULA, ou mesmo VÍRGULA. Trata-se de um eficiente recurso estilístico, quando usado adequada e sobriamente. Com a segmentação de períodos compostos em orações absolutas, ou com a transformação de termos destas em novas orações, obriga-se o leitor a ampliar as pausas entre os grupos fônicos de determinado texto, com o que lhe modifica a entoação e, conseqüentemente, o próprio sentido. As orações assim criadas adquirem um realce particular: ganham em afetividade e, não raro, passam a insinuar ideias e sentimentos, inexprimíveis numa pontuação normal e lógica.

Para ilustrar tal asserção, um dos exemplos apresentados pelos gramáticos supracitados é “A tua presença provocou em mim o sentimento inédito que buscava. Fiquei transposto. Outro. *Como desejava*. (Almada Negreiros, OC, III, 61)”

Embora não haja nenhum comentário dos autores sobre o exemplo antes reproduzido, podemos interpretar a oração “Como desejava”, por nós destacada em negrito, como uma comparativaⁱ *desgarrada*, principalmente, se estabelecermos uma relação com a oração “Fiquei transposto.” Assim, parafraseando-a por “Fiquei transposto como desejava ficar”, evidencia-se um vínculo com esta estrutura do ponto de vista de seu conteúdo, ainda que formalmente separadas pelo sinal de pontuação.

Perini (1989, p. 220) menciona a possibilidade de “atualmente” encontrar-se “com certa frequência a separação de orações adverbiais em um segundo período” e dá como exemplo dessa possibilidade o excerto “Mariazinha prometeu comportar-se. *Quando ganhou um bombom.*”

Novamente, observa-se que a oração destacada por nós (“Quando ganhou um bombom”) é uma temporal *desgarrada*, mesmo que o linguista não tenha feito nenhuma análise mais aprofundada a respeito de tal estrutura.

Os dois exemplos apresentados foram considerados como casos de estruturas *desgarradas* com base nos trabalhos reunidos em Decat (2011), em que se define *desgarramento* como a possibilidade de orações “subordinadas” constituírem sozinhas unidades de informação sem estarem vinculadas sintaticamente com a principal ou matriz, não funcionando assim como constituinte desta. Segundo a autora, pelo que

verificou em seus estudos, as cláusulas hipotáticas circunstanciais e as relativas apositivas (explicativas da tradição) são as mais recorrentes e, em um caso especial, as subordinadas completivas.

Com base na descrição do *desgarramento* em Decat (2011), pretendemos, neste artigo, subcategorizar o fenômeno em análise à luz de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Projeto *Cláusulas hipotáticas: uso(s) de articuladores*, envolvendo três eixos temáticos: uso(s) de articuladores, procedimentos sintáticos e interface sintaxe-prosódia.

Inicialmente, apresentaremos o aporte teórico em que nos fundamentamos para, depois, explicitarmos o *corpus* utilizado para análise, bem como a metodologia adotada. Os resultados serão mostrados em sequência, a fim de elucidarmos nossa proposta de abordagem do *desgarramento* de maneira um pouco distinta da adotada por Decat (2011).

Aporte teórico

No que se refere à articulação de orações no âmbito do período composto, os conceitos de coordenação e subordinação, vinculados à noção de independência e dependência sintática e/ou semântica, têm sido insuficientes para a análise dessas orações e criticados por diversas vertentes teóricas.

O funcionalismo, por exemplo, propõe a adoção de um contínuo de gramaticalização das orações que envolve *Parataxe* > *Hipotaxe* > *Encaixamento* (cf. Mathiessen & Thompson, 1988).

A *Parataxe* caracteriza-se por uma independência sintática entre as cláusulas, que se justapõem umas às outras, sob um único contorno entonacional. Pode haver a presença de um conector sinalizando a relação entre elas (coordenação) ou não (justaposição).

A *Hipotaxe* caracteriza-se por uma dependência em que há uma cláusula núcleo e uma ou mais cláusulas margens, que não podem figurar sozinhas no discurso, como são os casos das relativas apositivas e das adverbiais da gramática tradicional, que serão abordados neste artigo.

Subordinação ou *encaixamento* caracteriza-se pela dependência sintática em que as cláusulas estão incluídas no constituinte de um núcleo (ou SV ou SN). As completivas e as relativas restritivas expressam-se através deste tipo de arranjo.

Decat (2011, p. 42), tomando por base a distinção entre subordinação e hipotaxe, segundo o viés funcionalista, afirma que as cláusulas adverbiais e as adjetivas explicativas da Gramática Tradicional (GT) são as mais propensas ao *desgarramento*, porque 1) não estão integradas em outra estruturalmente, 2) não são argumentos de nenhum item lexical, estabelecendo uma relação de adjunção em relação à outra oração, ou, até mesmo, a uma porção de texto maior e 3) por poderem constituir unidades de informação à parte. Por sua vez, as cláusulas mais encaixadas, as substantivas da tradição gramatical, segundo a estudiosa, só se *desgarram* quando formam uma sequenciação parafrástica, reiterando ou repetindo estruturas sintáticas que ocorreram antes na cadeia discursiva, contribuindo para enfatizá-las e visando a objetivos comunicativo-interacionais.

Para ilustrar as *desgarradas* adverbiais, a linguista apresenta dois casos:

1. “Se eu ganhasse na Mega Sena.” (DECAT: 2011, p. 25)
2. “Esse caso com a modelo Lilian Ramos realmente foi uma tragédia. **Apesar de Itamar ser um senhor solteiro e o ambiente ter sido de carnaval**”. (Estado de Minas, 17/2/94) (DECAT: 2011, p. 33)

Em 1, verifica-se que não há nenhuma oração principal a que a adverbial condicional esteja vinculada, equivalendo a estrutura ao que a autora denomina de unidade de informação à parte. Com base em Chafe (1980), Decat (2011) defende a ideia de que as *desgarradas* são cláusulas que funcionam como um único jato de linguagem e, por isso, vêm desvinculadas sintaticamente de outras, constituindo assim uma unidade de informação à parte.

Em 2, segundo a autora, novamente temos uma *desgarrada*, agora uma adverbial concessiva, que se separa da oração anterior por ponto final. Nesse caso, o *desgarramento* contribui para realçar a ideia antes apresentada, sendo, por isso, chamada de hipotática de realce na proposta funcionalista. O mesmo comportamento pode-se evidenciar com as adjetivas explicativas ou relativas apositivas a seguir.

3. “O FILHO DA MÃE

Dona Dulce de Assis é a proprietária de casa que ruiu devido às obras do Metrô do bairro paulistano do Sumaré. O engenheiro chefe do canteiro dessas obras é Luiz Carlos Lamartine Assis. **Que é filho de dona Dulce.**” (*Isto É*, 3/7/97). (DECAT: 2011, p. 40)

4. “Na realidade, o homem ainda não conseguiu descobrir um tipo de reunião que seja mais prazerosa do que aquela que acontece em torno da mesa. **O que vale também para as famílias.**” (DECAT: 2011, p. 78)

Percebe-se, tanto em 3 quanto em 4, que a separação das relativas apositivas negritadas dos seus antecedentes nominais – Luiz Carlos Lamartine Assis e reunião, respectivamente –, pelo sinal terminativo de pontuação, realça ainda mais cada um desses SN, focalizando-os.

No exemplo 5 a seguir, observa-se o *desgarramento* de cláusulas que se comportam como argumento:

5. “Todas as sugestões feitas nos textos anteriores só farão sentido se os professores estiverem convencidos ou puderem ser convencidos – de que o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica. Em outras palavras, se ficar claro que conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra. **Que saber uma língua é uma coisa e saber analisá-la é outra. Que saber usar suas regras é uma coisa e saber explicitamente quais são as regras é outra. Que se pode falar e escrever numa língua sem saber nada “sobre” ela, por um lado, e que, por outro lado, é perfeitamente possível saber muito “sobre” uma língua sem saber dizer uma frase nessa língua em situações reais.**” (DECAT, 2011, p. 35-36; grifos meus)

Temos em 5 várias cláusulas enumeradas que funcionam como sujeito de “se ficar claro”, sendo, portanto, orações completivas subjetivas. Segundo Decat (2011, p. 42), as orações completivas (que equivalem às substantivas da tradição gramatical) só são materializadas como *desgarradas* quando formam uma sequenciação parafrástica, reiterando ou repetindo estruturas sintáticas que ocorreram antes na cadeia discursiva, contribuindo para enfatizá-las e visando a objetivos comunicativo-interacionais, conforme mencionado antes.

Percebe-se, pela análise do fenômeno *desgarramento* destas cláusulas antes elencadas, que foram consideradas a pontuação terminativa – geralmente, o ponto final –, bem como a noção de unidade informacional postulada por Chafe (1980), a fim de buscar explicações gerais e específicas para o seu funcionamento na modalidade escrita do português em uso.

Embora Decat (2011) reconheça o comportamento entoacional como um fenômeno importante na descrição do *desgarramento*, tal aspecto não foi explorado por ela. Assim, Silvestre e Rodrigues (2014) investigaram o comportamento entoacional de cláusulas hipotáticas comparativas *desgarradas*, a fim de descrever que marcas prosódicas as diferenciam das *não desgarradas*.

As autoras coletaram cláusulas hipotáticas em roteiros de cinema (texto escrito) e nesta amostra o uso das comparativas chamou atenção. Foram encontradas 21 cláusulas *desgarradas* introduzidas por *que nem* e 26 cláusulas *desgarradas* introduzidas por *como* nos roteiros. Contudo, ao se comparar o texto escrito dos roteiros com os áudios dos filmes já produzidos, verificou-se que nem todas as cláusulas *desgarradas* foram realizadas pelos atores, o que reduziu para 9 o número de dados analisados por elas prosodicamente.

Para a análise prosódica, os dados fiéis aos roteiros foram retirados do *youtube*, recortados no programa SOUND FORGE 10.0, salvos no formato mp3 e analisados no programa PRAAT, por meio do qual foram aferidos os valores da frequência fundamental (F0) e da duração das cláusulas.

Silvestre e Rodrigues (2014) verificaram que, além de a diferença em relação ao tom que antecede as cláusulas *desgarradas* ser categórica nos dados, a existência de pausa entre a cláusula núcleo e a cláusula *desgarrada* não foi observada nos sintagmas entoacionais (I) em que não havia *desgarramento*.

As autoras confirmaram, pela configuração tonal, que a cláusula *desgarrada* constitui um sintagma entoacional (I) à parte. Essa verificação corrobora a afirmação de Decat (1993), em referência a Chafe (1980), sobre o fato de as cláusulas *desgarradas* formarem uma unidade de informação à parte e serem identificáveis pela entoação ou pela pausa, ainda que breve, que as separa de outra.

No que tange à pausa, outra observação pôde ser feita pelas autoras: a duração da pausa verificada nas cláusulas separadas por ponto nos áudios/roteiros foi, pelo menos, quatro vezes maior do que a constatada nas cláusulas separadas por vírgula, o

que se relaciona à afirmação de Ford (1988) sobre pontos serem melhores sinais de separação do que as vírgulas.

O mesmo tratamento dado às hipotáticas circunstanciais, Rodrigues e Silvestre (no prelo) deram às relativas apositivas, tomando por base o trabalho de Souza (2009, 2010).

Souza (2009, 2010) parte da hipótese de que não haveria nenhum índice de segmentação na fronteira sintática entre a relativa restritiva e a matriz, ao passo que entre esta e a não restritiva haveria uma marca prosódica de segmentação. Segundo Souza (2009), o principal índice de segmentação seria um tom ascendente antes da fronteira sintática entre a relativa não restritiva e sua matriz e a pausa atuaria como um índice redundante, uma espécie de reforço dessa ruptura. As restritivas formariam um todo melódico com sua respectiva matriz, em decorrência do encaixamento, não havendo, portanto, uma ruptura prosódica na fronteira sintática entre essas duas cláusulas. Em outros termos, poder-se-ia dizer que a cláusula restritiva formaria um único sintagma entoacional (I) com a cláusula matriz, ao passo que as não restritivas formariam um I à parte. Assim, evidencia-se uma semelhança no que se refere à presença de pausa entre as relativas apositivas e as *desgarradas*. Contudo, é importante frisar que nas *desgarradas* esta ruptura é ainda maior.

Ainda que Rodrigues e Silvestre (no prelo) não tenham conseguido trabalhar com os roteiros para análise das cláusulas relativas da mesma forma que o fizeram com as circunstanciais por conta da qualidade dos áudios dos filmes, tendo que recorrer a um *corpus* de leitura com cláusulas relativas *desgarradas* e não *desgarradas*, mesmo assim, percebeu-se que a pausa foi fator preponderante na caracterização do fenômeno.

Alinhando-se aos resultados encontrados por Santos (2009) para as relativas não restritivas, a fronteira sintática existente entre a cláusula matriz e a relativa é também marcada por uma fronteira prosódica nos dados *desgarrados*. Ressaltamos, contudo, que a concretização da pausa se dá de forma mais evidente na caracterização do *desgarramento*.

Os resultados da análise de 5 cláusulas relativas *desgarradas*, 5 cláusulas restritivas e 5 cláusulas não restritivas feita por Rodrigues e Silvestre (no prelo) confirmaram a hipótese de que há semelhanças entre as cláusulas *desgarradas* e as relativas não restritivas ou apositivas, sendo essas cláusulas um sintagma entoacional à parte.

É importante frisar que, desde os trabalhos iniciais de Decat (1999) até estudos mais recentes, que aliam o tratamento prosódico às estruturas *desgarradas*, todos enfrentam um impasse: na descrição do fenômeno, adota-se a noção de unidade informacional pertencente à modalidade falada, porque se refere à conversação espontânea, para descrever dados/usos da modalidade escrita da língua.

Levando em conta todas as observações supracitadas, gostaríamos de propor a subcategorização da noção de *desgarramento* inicialmente proposta por Decat (1999), tomando por base não só a descrição dos exemplos arrolados por ela como também de outros trabalhos já realizados sobre o tema.

Corpus e metodologia

Os dados que comporão nossa amostra advêm de *corpora* diversos, sendo, portanto, assistemáticos, já que, para atingir nosso objetivo principal, não há necessidade de análise quantitativa das estruturas, mas apenas qualitativa. Sendo assim, recorreremos a exemplos recolhidos de Rodrigues (2011), Silvestre (2015), Bastos (2014), Silvestre e Rodrigues (2014) e Souza (2016).

Rodrigues (2011) analisou no *corpus* Roteiro de Cinema, disponível no [site www.roteirodecinema.com.br](http://www.roteirodecinema.com.br), ocorrências de orações comparativas *desgarradas* introduzidas por *que nem*. A escolha desse *corpus* foi motivada principalmente pela premissa de que esses usos refletem contextos interacionais híbridos, já que mesclam especificidades da modalidade escrita e falada. Por ser um texto escrito que será transformado em fala quando encenado, nas situações de interação representadas pelos atores, há peculiaridade de fala, que eles tentam aproximar daquelas que ocorrem em uma conversação espontânea. Portanto, os roteiros/áudios configuram-se como um *corpus* híbrido.

Em estudo-piloto sobre o comportamento de cláusulas hipotáticas adverbiais em texto lido, Silvestre (2015) analisa a fala de 2 (dois) homens e 2 (duas) mulheres universitários, com base em *corpus* criado especificamente para a análise pretendida. A autora chega a conclusões preliminares sobre a influência dos parâmetros prosódicos na diferenciação entre cláusulas *desgarradas* e não *desgarradas*.

Silvestre e Rodrigues (2014), conforme já apresentado em seção anterior, aliam dados coletados nos roteiros de cinema a dados de leitura, com a intenção de comparar fala e escrita, principalmente, no que tange à noção de unidade informacional.

Bastos (2014) investigou o uso da hipotaxe circunstancial no discurso escrito do português produzido no âmbito escolar, especificamente, em turmas de Ensino Médio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A autora propôs uma caracterização mais ampla do *desgarramento* que envolve a hipotaxe circunstancial, investigando, para isso, o tipo de relação que emerge entre as cláusulas, bem como sua posição, sua forma e até mesmo a perspectiva discursiva em que estas estavam inseridas. Foram analisados por ela 825 textos, nos quais foram encontradas 113 cláusulas hipotáticas circunstanciais denominadas *desgarradas*. Das relações que envolvem a combinação de cláusulas, a *causalidade* revelou-se a mais frequente em seu *corpus*.

Ao pesquisar o uso das orações relativas apositivas *desgarradas* em textos de domínio jornalístico (notícia, editorial de jornal, artigo de opinião e anúncios) publicados nos séculos XIX, XX e XXI, Souza (2016) identificou, em 1.881 recortes de textos, 39 casos destas estruturas, comprovando a existência do fenômeno na língua escrita. Além disso, a autora verificou que essas cláusulas são importantes no processo de argumentação ao focalizar ideias e partes do texto, e que o *desgarramento* não sofre estigma, uma vez que só apareceu no seu *corpus* em textos de monitoramento linguístico elevado.

Conforme dissemos, a assistemática dos *corpora* envolvidos nos trabalhos elencados não interfere nos resultados e análise que a seguir apresentaremos, já que por si só demonstram o uso das estruturas *desgarradas* em diferentes tipos e gêneros textuais da modalidade escrita e falada da língua.

Análise e resultados

Silvestre (2015) analisou prosodicamente o exemplo “Se eu ganhasse na Mega Sena” com algumas pequenas alterações para a leitura atuada, levando em conta que a cláusula *desgarrada* forma uma “unidade de informação” completa, constituindo, portanto, um sintagma entoacional (I) à parte. Nesse caso, a autora esperava que o *desgarramento* fosse implementado por meio de uma clara fronteira prosódica – além da pausa, também o alongamento e/ou um movimento melódico – que permitisse a ativação de inferências para o entendimento da hipotática adverbial sem a cláusula núcleo.

Ao observar o comportamento da frequência fundamental (F0) e da duração em cláusulas de diferentes tamanhos, Silvestre (2015) chega à conclusão de que, nas cláusulas condicionais *não desgarradas*, é predominante o contorno melódico descendente HL*L% no fim dos Is. No que se refere à duração, a última sílaba pós-tônica foi produzida em tempo similar ao da pré-tônica nas cláusulas menores ao passo que, na cláusula com maior número de sílabas, a duração da última sílaba pós-tônica é consideravelmente menor que a das sílabas anteriores, conforme demonstram as figuras a seguir:

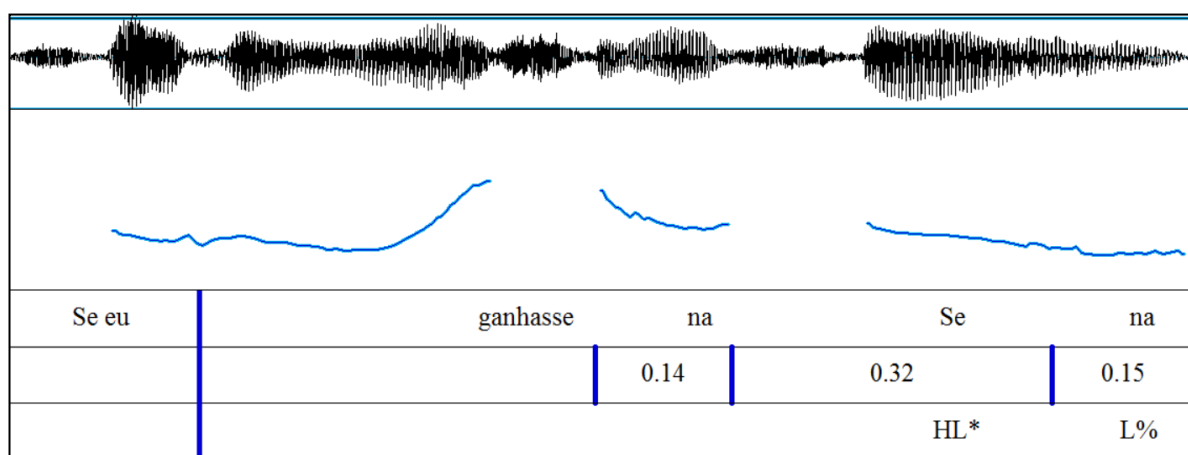


Fig.1: Cláusula não *desgarrada* *Se eu ganhasse na Sena*.

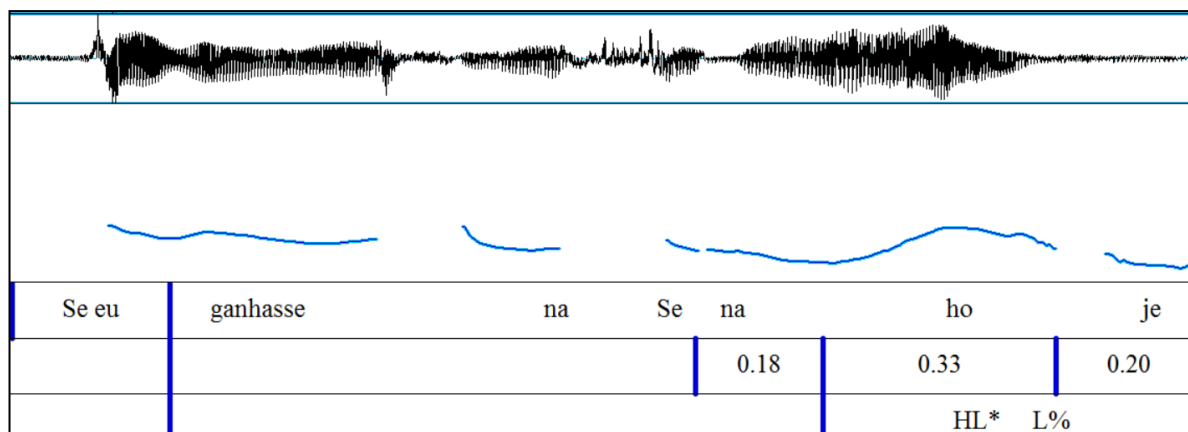


Fig. 2: Cláusula não *desgarrada* *Se eu ganhasse na Sena hoje*.

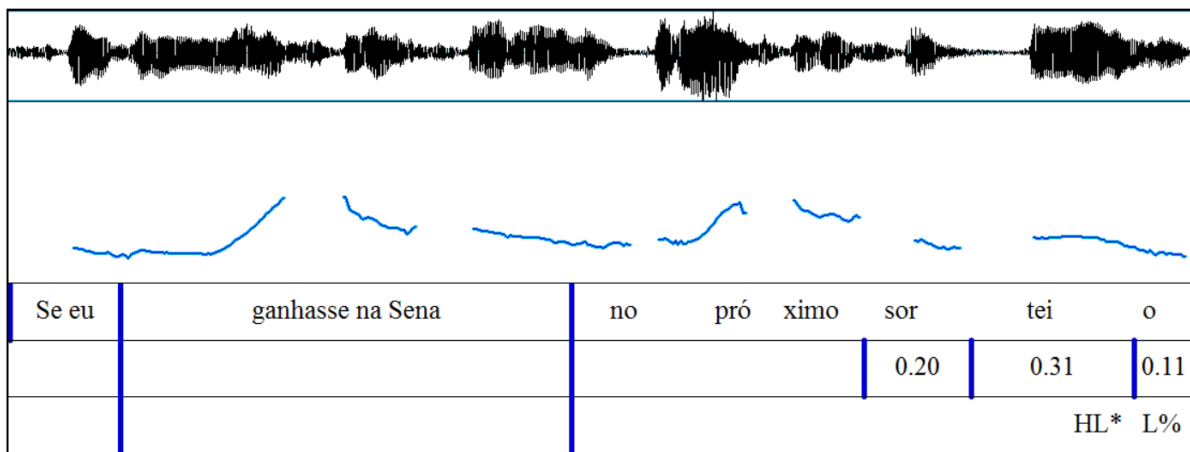


Fig. 3: Cláusula não *desgarrada* *Se eu ganhasse na Sena no próximo sorteio*.

Quanto às cláusulas *desgarradas*, a autora descreve a predominância de um movimento ascendente final, o que se traduziu na existência de um tom de fronteira H% associado à última sílaba de I. Além do diferente contorno melódico, a diversidade na duração também se mostrou relevante para a diferenciação dos dados, pois, nas cláusulas *desgarradas*, houve alongamento da última sílaba de I, principalmente nas cláusulas menores, em que o referido alongamento concretizou-se pelo fato de a última sílaba durar até o dobro da sílaba pré-tônica anterior.

As figuras a seguir exemplificam o anteriormente exposto:

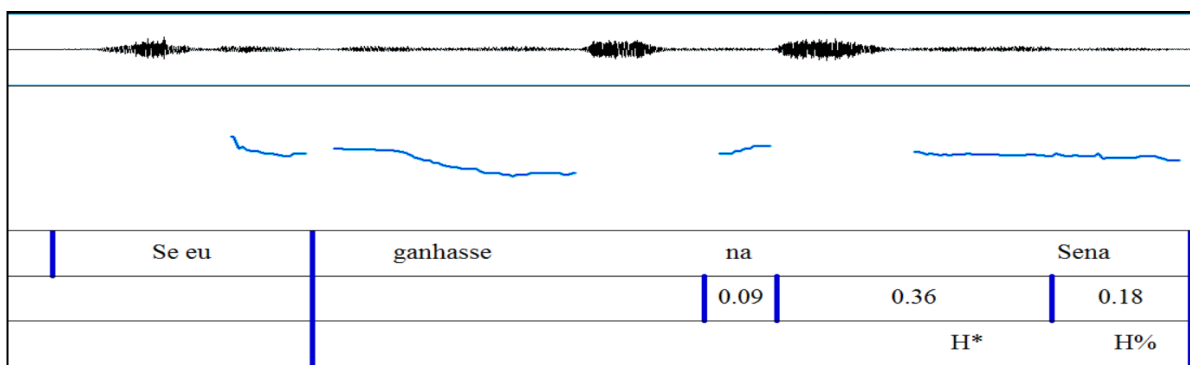


Fig. 4: Cláusula *desgarrada* *Se eu ganhasse na Sena*.

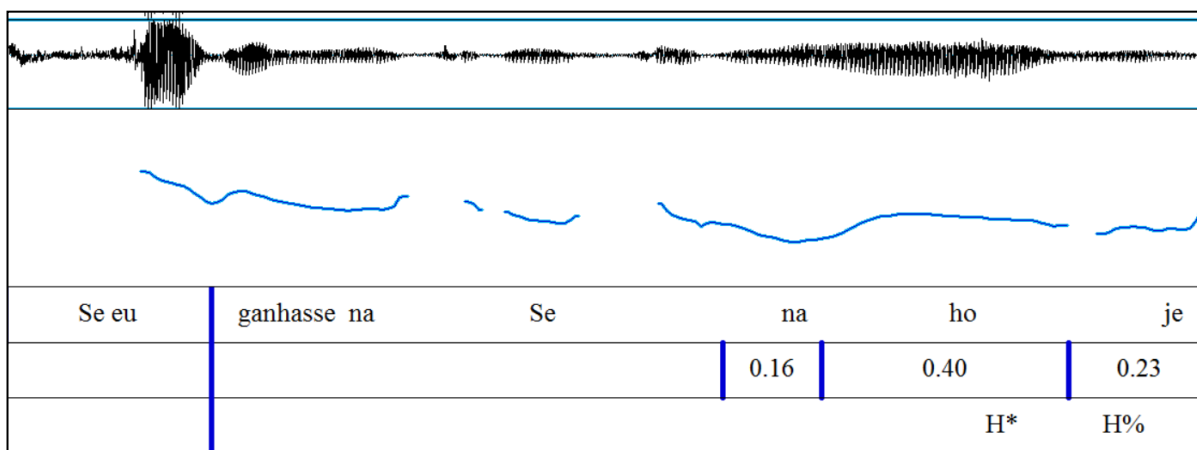


Fig. 5: Cláusula *desgarrada* *Se eu ganhasse na Sena hoje*.

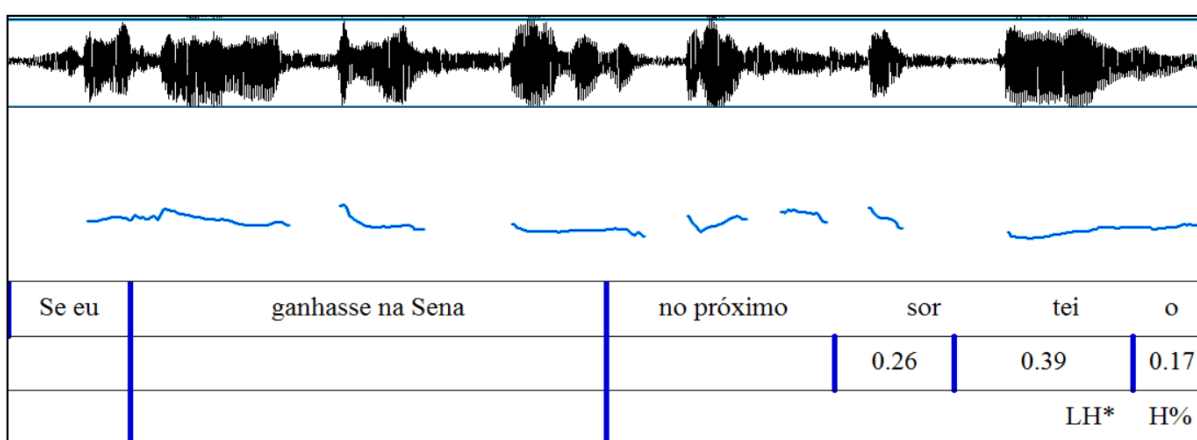


Fig. 6: Cláusula *desgarrada* *Se eu ganhasse na Sena no próximo sorteio*.

De acordo com os resultados do trabalho de Silvestre (2015), nota-se que a configuração melódica mais encontrada no fim das cláusulas não *desgarradas* foi HL*L% (descendente) e, nas cláusulas *desgarradas*, a configuração melódica final LH*H% (ascendente) foi predominante. Além da diferente atribuição tonal, o alongamento observado nas sílabas finais das cláusulas pareceu ser um fator essencial para a caracterização do *desgarramento* em situações de fala atuada.

Com base em descrições como as de Silvestre e Rodrigues (2014), nossa hipótese é a de que usos similares a “Se eu ganhasse na Mega Sena” não podem ser analisados da mesma forma que os que se seguem. Até 2015, com os resultados preliminares do subprojeto de interface sintaxe-prosódia, que é parte do projeto *Cláusulas hipotáticas: uso(s) de articuladores*, os casos semelhantes a “Se eu ganhasse na Mega Sena” estavam sendo chamados por nós de *desgarramento* prototípico, tendo em vista que as cláusulas realmente se materializam no discurso sem vínculo sintático

algun com a suposta principal, que, por não estar presente, é inferida pelo falante por meio da situação comunicativa/interativa.

Conforme dissemos, nos casos a seguir, mesmo levando em conta a aceção de unidade de informação, consegue-se recuperar o vínculo da cláusula *desgarrada* com a porção de texto anterior – seja um SN, no caso das relativas apositivas, seja toda a cláusula mencionada antes, no caso das hipotáticas adverbiais. Assim, todas às vezes, consegue-se recuperar a suposta principal e/ou estabelecer entre as cláusulas combinadas uma relação pragmático-discursiva no cotexto e/ou contexto de uso.

Os exemplos 6 e 7, de Bastos (2014, p. 15; 22-23), a seguir, mostram o uso de duas *desgarradas* que servem para realçar, enfatizar uma ideia antes expressa:

6. “Um ano tem 365 dias – ou seja, 8760 horas. Deduza oito horas por dia de sono. Deduza cinco dias de trabalho por semana, a oito horas por dia, durante quarenta e nove semanas (descontando, digamos, um mínimo de duas semanas de férias, e mais uns sete dias de feriados). Deduza duas horas diárias, empregadas em condução. Nessa base, sobram-lhe 1930 horas por ano. ***Para você fazer o que quiser.***”

(Clarice Lispector, sob o pseudônimo de Ilka Soares – periódico *Diário da Noite*, fevereiro de 1961)

7. “Parei no tempo, parecia que eu estava dormindo. ***Passando humilhação quando trabalhava na casa dos outros.*** Minha mãe sempre disse para eu voltar a estudar, trabalhar de carteira assinada e me formar”.

Tanto em 6 quanto em 7 as estruturas *desgarradas*, que indicam fim e modo, respectivamente, destacam ainda mais as informações veiculadas pelos falantes em seus textos, mostrando que o uso da pontuação terminativa ajuda justamente a marcar esse realce.

Exemplos como 7 não encontram, na abordagem tradicional, uma análise que abarque seu funcionamento nos discursos em que se inserem, justamente pelo fato de a Gramática Tradicional (GT) apresentar sua análise, na maioria das vezes, centrada na língua escrita literária e apenas no nível sentencial; some-se a isso ainda o fato de a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) não tratar de certas relações adverbiais – a de modo, por exemplo, como no caso do exemplo 7.

Se na escrita jornalística – domínio discursivo já abordado pelos estudos de Decat, desde 1993, exemplificado também em 6, estas construções sintáticas são tratadas como uma escolha influenciada por implicações discursivas e linguísticas, por que ignorar seus *status* no âmbito escolar, em textos produzidos por estudantes como os do EJA, como exemplificado em 7?

Souza (2016), analisando dados dos Projetos PHPB (sites.google.com/site/corporaphpb/), VARPORT (www.lettras.ufrj.br/varport/) e PEUL (www.lettras.ufrj.br/peul/), identifica as formas [. Que], [. O que/qual], [. N (prep) que], [. N + Esp + que], [. Onde], [. Cujo] para os introdutores das relativas apositivas *desgarradas*, baseando-se em Decat (2011). Além disso, a autora os categoriza de acordo com a relação semântica de avaliação, retomada, adendo. Nos exemplos seguintes, ilustram-se alguns desses casos:

8. “Até quando se manterá no poder sem incomodar os antigos adversários? Enquanto, é claro, não ferir seus interesses estratégicos. ***Que não são, obviamente, os de seu eleitorado consciente.***” (Amostra PEUL, *Jornal do Brasil*, 31/08/2004)

Em 8, [. Que] representa o pronome relativo que vem solto de seu SN anterior (*interesses estratégicos*), encetando uma avaliação do falante sobre o que disse antes e introduzindo a relativa apositiva *desgarrada*.

9. “Só um sei eu que retem em cofres particulares para mais de quinhentos contos, assim retirados da circulação do paiz. ***Esse facto que escapa á previsão inteligente do banqueiro, é de molde a perturbar-lhe todos os calculos, creando-lhe, de um momento para outro, dificuldades embaraçosas.***” (Amostra VARPORT, *Diário da Noite*, 10/03/1932)

A cláusula introduzida pelo especificador *esse* mais o nome *facto* e o pronome relativo *que* representada por [. Esp + N + que] retoma toda a oração anterior, fazendo uma espécie de resumo de tudo o que se disse antes e preparando o que vem depois.

10. “Referindo-se ao candidato de origem militar, êsse cidadão construiu a seguinte frase: - Lott, por pior que seja, é melhor que Jânio. [***O que não deixa de ser um consôlo para o Sr. Lott.***” (Amostra VARPORT, *Jornal do Brasil*, 12/06/1960)

A configuração [. O que] marca o início da estrutura *desgarrada* 10 em que o falante faz um comentário avaliativo comparando dois personagens políticos de nossa história.

11. “Sou grata ao médico Daniel Tabak, [...]. Atento a tudo e a todos, acessível e afável, extremamente compreensivo com as aflições de mãe, ele impregnou o ambiente do Cemo [...]. *Ambiente que ajudou meu filho a resistir por tanto tempo, mesmo quando internado em estado grave, até que se consolidassem condições para sua recuperação.*” (Amostra PEUL, *Jornal do Brasil*, 27/02/2004)

Em 11, a representação [. N + que] contribui para que o falante retome não só o SN (*ambiente da Cemo*) no qual o médico citado se insere, mas em que também teve contribuição fundamental. Assim, a estrutura *desgarrada* contribui para uma retomada e avaliação das ideias antes expressas.

As mesmas formas [. Que], [. O que/qual], [. N (prep) que], [. N + Esp + que], [. Onde], [. Cujo] que vimos poder introduzir as *desgarradas* (cf. ex. 12) são as que introduzem as explicativas (cf. ex. 13) e as restritivas (cf. ex. 14) nos roteiros de cinemas, gênero textual em que predominam mais sequências descritivas e narrativas do que argumentativas, como é o caso dos textos do domínio jornalístico.

12. As formas que passam por você, que são suas. **Que são capazes de expressar...**

(Roteiro de “Antes que o mundo acabe”)

13. Chegou meu meio-irmão, **que era um monstro...**

(Roteiro de “Antes que o mundo acabe”)

14. E lembrar de coisas **que achava que tinha esquecido.**

(Roteiro de “Antes que o mundo acabe”)

Os dados recolhidos por Silvestre e Rodrigues (2014) antes apresentados e os que se seguem servem para demonstrar que o uso das *desgarradas* independe de gênero e tipo textual.

Dos exemplos 15 a 21, as estruturas destacadas são todas hipotáticas circunstanciais comparativas, sendo que, nos valendo do sinal terminativo da pontuação no texto escrito do roteiro, apenas 21 seria *desgarrada*. Entretanto, comparando-se o texto escrito com o áudio, ao analisarem prosodicamente os dados, as autoras observaram que 18 e 19 também foram produzidas pelos atores como *desgarradas*, embora não estejam separadas na escrita por reticências e vírgula, respectivamente.

15. Lá eu não seria torturado **como aqui**.

(Roteiro de “Batismo de Sangue”)

16. Vai funcionar **como uma espécie de conselheira**.

(Roteiro de “Como fazer um filme de amor”)

17. Ajudar gente **como você**.

(Roteiro de “O homem que virou suco”)

18. Espera a hora... **como um samurai**.

(Roteiro de “Jogo subterrâneo”)

19. Apolítico, **como eu**.

(Roteiro de “Pra frente, Brasil”)

20. Amolece **que nem músculo de boi em bife borguinhone**.

(Roteiro de “Estômago”)

21. Formiga. **Que nem essas que tem por aí**.

(Roteiro de “Estômago”)

As figuras a seguir servem para compararmos os casos de estruturas não *desgarradas*, como 16 e 17, com o de *desgarradas*, como 18, 19 e 21, pautando-nos no cotejo texto escrito/áudio do filme.

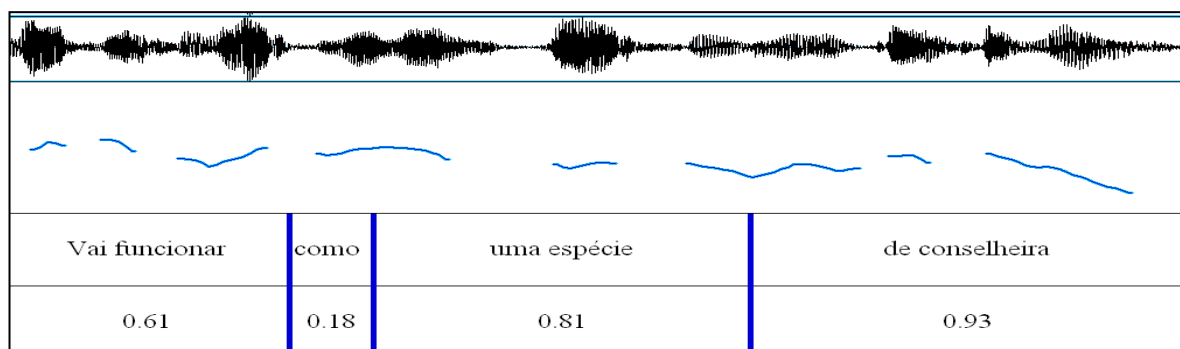


Fig. 7: Cláusula comparativa não *desgarrada*.

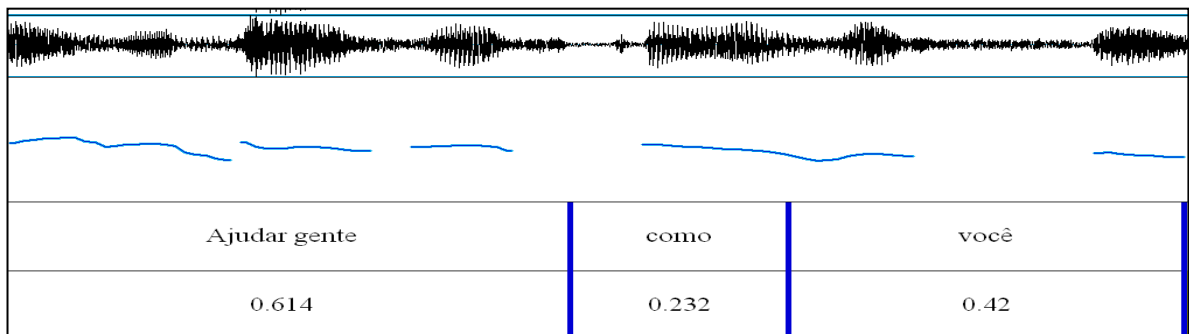


Fig. 8: Cláusula comparativa não *desgarrada*.

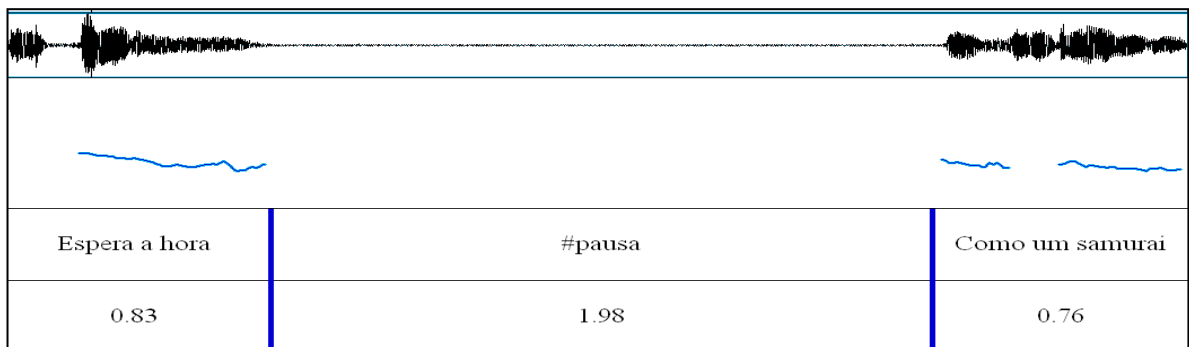


Fig. 9: Cláusula comparativa *desgarrada*.

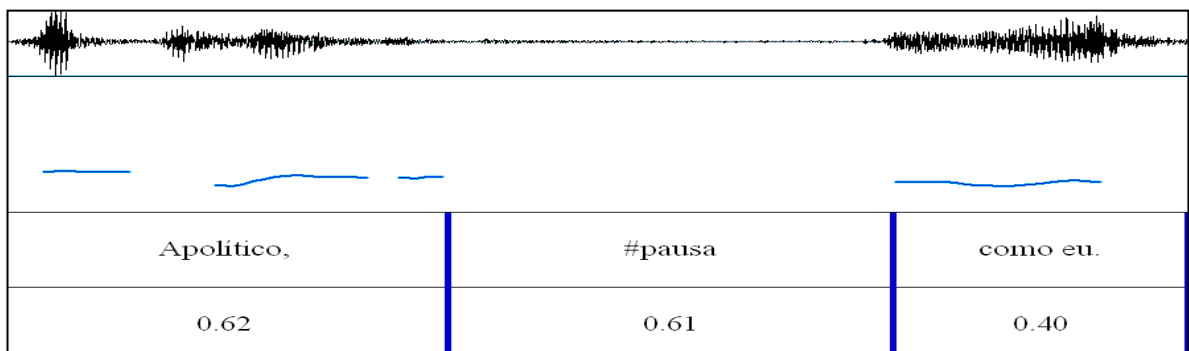


Fig. 10: Cláusula comparativa *desgarrada*.

Os resultados de Silvestre e Rodrigues (2014) para as hipotéticas circunstanciais *desgarradas* evidenciam que a presença de pausa entre a cláusula anterior à *desgarrada* e a *desgarrada* realmente caracteriza o fenômeno na língua falada dos áudios dos roteiros.

Resultados como os mostrados por estes estudos, envolvendo tanto língua escrita quanto língua falada, motivaram nossa proposta. Há evidências de que há um *desgarramento* inerentemente pragmático, como é o caso de “Se eu ganhasse na Mega Sena”, que é diferente dos casos em que se percebe um vínculo com alguma informação textual materializada linguisticamente antes no cotexto ou contexto, conforme os exemplos arrolados ao longo do artigo. Estamos com isso querendo defender que a

relação da estrutura *desgarrada* pode estar no nível intersentencial e/ou no nível textual/discursivo, ou seja, em porções textuais mais distantes da cláusula. Assim, poderíamos ter tanto o *desgarramento* cotextual ou *desgarramento* contextual.

Nesse sentido, é que revisitamos o fenômeno descrito por Decat (2011), principalmente à luz da interface sintaxe e prosódia, adotando a segmentação ou ruptura verificada por meio da pausa como principal índice de identificação do fenômeno e que nos possibilitou o refinamento da análise e o estabelecimento da distinção entre *desgarramento* inerentemente pragmático e *desgarramento* cotextual.

Considerações finais

Mesmo tendo sido utilizados *corpora* diversos e resultados assistemáticos para compor a análise deste artigo, verificamos, pelo tratamento prosódico já empreendido, a existência de pausa entre a cláusula anterior e a cláusula *desgarrada*, fato não observado nos dados em que não há *desgarramento*.

Assim, pode-se postular que a cláusula *desgarrada*, por si só, inicia um novo contorno melódico e essa verificação corrobora a afirmação de Decat (1993), em referência à Chafe (1980), sobre o fato de as cláusulas *desgarradas* formarem uma unidade de informação à parte e serem identificáveis pela entoação ou pela pausa, ainda que breve, que as separa de outra. Vale lembrar que a pausa é o principal indicador de fronteira entre os sintagmas entoacionais.

No que se refere à língua escrita, o ponto é o principal índice do fenômeno e, conforme vimos em Cunha e Cintra (1989, p. 632), com o isolamento pela pontuação de orações que comporiam um período composto, o falante não só modifica a estrutura sintática do período como também seu sentido. A nova oração criada por ele ganha mais realce e isto não se verifica no uso convencional dos sinais de pontuação. Não é à toa que as orações que podem ser materializadas como *desgarradas* são aquelas que a teoria funcionalista denomina de hipotáticas de realce.

Na figura 11, ilustra-se o destaque que o personagem Magrão, do filme *Estômago*, confere ao tópico de sua conversa com os outros presos, o SN *formiga*, ao separá-lo por ponto final da cláusula comparativa introduzida por **que nem**, que se lhe segue:

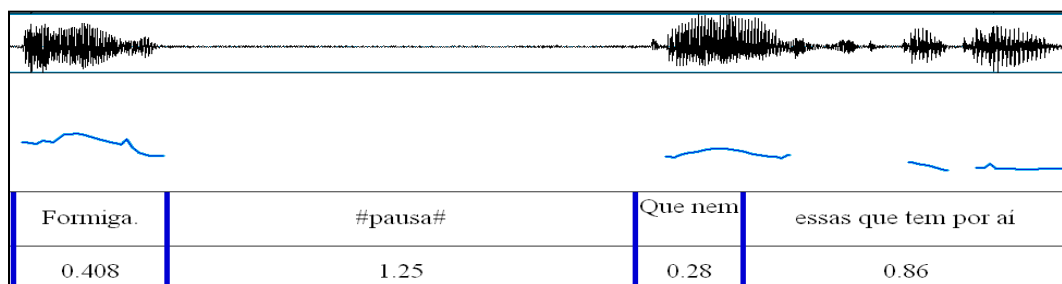


Fig.11: Cláusula comparativa *desgarrada*.

A cláusula *formiga* é constituída um contorno melódico delimitado pela pausa, contorno esse que é seguido por um novo movimento entoacional iniciado na cláusula comparativa *desgarrada* “que nem essas que tem por aí”. No contexto do filme, Magrão compara a formiga que está comendo na cela do presídio com a que comeu na Colômbia, quando lá esteve.

A diferença aqui proposta entre *desgarramento* inerentemente pragmático e *desgarramento* cotextual, partindo da noção de unidade de informação, tal como proposta por Decat (2011) e confirmada pela prosódia, ratifica a categorização sugerida, principalmente para a língua escrita.

Assim, tendo em vista que há casos em que a estrutura *desgarrada* é usada e identificada tão somente pela situação comunicativa/interativa, no *corpus* analisado, e um grande número deles em que as cláusulas são identificadas pelo cotexto, independente do gênero textual em que se inserem, a distinção apresentada ajuda principalmente na análise de dados de língua escrita, em que as cláusulas hipotáticas de realce são empregadas.

Os trabalhos realizados confirmaram, mais uma vez, as constatações de Decat (2011, p. 42) de que as cláusulas adverbiais e as adjetivas explicativas da Gramática Tradicional (GT) são as mais propensas ao *desgarramento*, porque não estão integradas em outra estruturalmente, porque não são argumentos de nenhum item lexical, combinando-se com outra oração ou até mesmo com uma porção de texto maior, e por poderem constituir unidades de informação à parte.

Com base nos resultados preliminares do subprojeto de interface sintaxe-prosódia, que é parte do projeto *Cláusulas hipotáticas: uso(s) de articuladores*, em que se verificou o comportamento entoacional de cláusulas *desgarradas*, para descrever as marcas prosódicas que as diferenciam das *não desgarradas*, espera-se ter apontado uma

tendência de como o *desgarramento* de cláusulas hipotáticas se manifesta na língua em uso no PB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Karine Oliveira. *Trabalhando fora, estudando e cuidando da família: o desgarramento de cláusulas hipotáticas circunstanciais e seu status no ensino*. 2014. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luiz F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. L. (ed.) *The Pear Stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

DECAT, Maria Beatriz N. Leite com manga morre: da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. 287 f. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua – LAEL/PUC, São Paulo.

DECAT, Maria Beatriz N. 1999. Por uma abordagem da (in) dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta* (Linguística e Filologia), Belo Horizonte: PUC Minas, v.2, n.4, p. 23-38, 1º sem. 1999.

_____. *Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes Editora, 2011.

FORD, Cecilia. Variation in the intonation and punctuation of different adverbial clause types in spoken and written English. *Santa Bárbara Papers*. Santa Bárbara, 1988.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamin’s Publishing, 1988.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *La prosodia*. Madrid: Visor Distribuciones, 1994.

PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa – metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.

RODRIGUES, Violeta Virginia. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* 2001. Tese de Doutorado. 1 Vol. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Violeta Virginia. “Desgarramento” das comparativas introduzidas por *que nem*. In: OLIVEIRA, Taisa Peres de & SOUZA, Edson Rosa Francisco de. *Guavira Letras: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Graduação e Pós-Graduação em Letras*, v. 12, n. 1 (2011). Três Lagoas, MS, 2011. p. 104-112.

RODRIGUES, Violeta Virginia, SILVESTRE, Aline Ponciano dos Santos. *Desgarramento* de cláusulas hipotáticas: interface sintaxe-prosódia. In: FERRAZ, Daniel de Mello; TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da. *Estudos linguísticos: perspectivas interdisciplinares*. Vitória: UFES, no prelo.

SILVESTRE, Aline Ponciano Silvestre. Se eu tirar um A na Violeta: sobre o comportamento prosódico de cláusulas hipotáticas adverbiais desgarradas. Trabalho apresentado ao programa de pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Rio de Janeiro, 2012. Mimeo.

SILVESTRE, A. P. S.; RODRIGUES, V. V. O 'Desgarramento' de cláusulas comparativas e a interface sintaxe-prosódia. In: XXV JORNADA NACIONAL DO GELNE, 2014, Natal – RN. *Anais da XXV Jornada Nacional do GELNE*. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - EDUFRN, 2014. v. 1. p. 1-11.

SILVESTRE, A.P. O comportamento prosódico de cláusulas hipotáticas adverbiais *desgarradas*. Exame de qualificação apresentado ao programa de pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Elenice Santos de Assis Costa. *A interpretação das cláusulas relativas no português do Brasil: um estudo funcional*. 2009. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Cláusulas relativas: um caso de interface entre sintaxe e prosódia. *ReVEL*. V. 8, n. 15. 2010. [www.revel.inf.br]

SOUZA, Karen Pereira Fernandes de. *"Exposição de moveis | A qual se fechará brevemente": Estudo de cláusulas relativas apositivas "desgarradas" em textos jornalísticos*. 2016. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ⁱ Com base em Rodrigues (2001), consideram-se comparativas as orações em que há dois elementos sendo cotejados. Nesse caso, compara-se o desejo de um (eu) “fiquei transposto” com o de um “como (você) desejava”.